UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
FACULDADE DE DIREITO - FADIR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - PPGD
MESTRADO EM DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL

GÊNERO E SEXUALIDADES NO CURRÍCULO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE: UM ESTUDO DE CASO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ANDRÉ LUIS PENHA CORRÊA

Rio Grande/RS,
2020

ANDRÉ LUIS PENHA CORRÊA

GÊNERO E SEXUALIDADES NO CURRÍCULO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE: UM ESTUDO DE CASO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Direito e Justiça Social do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito e Justiça Social.

Orientador: Professor Doutor Renato Duro Dias.

Linha de Pesquisa: A realização constitucional da solidariedade.

Rio Grande/RS,
2020

ANDRÉ LUIS PENHA CORRÊA

GÊNERO E SEXUALIDADES NO CURRÍCULO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE: UM ESTUDO DE CASO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Direito e Justiça Social do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito e Justiça Social.

Orientador: Professor Doutor Renato Duro Dias.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Professor Doutor Renato Duro Dias (Orientador)

_____

Professora Doutora Raquel Fabiana Lopes Sparemberger (FURG)

_____

Professora Doutora Maria Cecília Lorea Leite (UFPEL)

Aprovado em: 30 de julho de 2020.

AGRADECIMENTOS

O curso de Mestrado em Direito e Justiça Social da Faculdade de Direito da FURG e a construção desta dissertação proporcionaram uma experiência de verdadeira desconstrução de tudo que eu achava que sabia. Muitos temas foram problematizados, inúmeros conhecimentos foram partilhados e diversos saberes foram agregados não apenas à minha vida acadêmica e profissional, mas, também, à pessoal. Esta experiência me marcou positivamente e agradecimentos são devidos a muitas pessoas.

Primeiramente, aos meus pais, Milton Flávio e Myrtis, e ao meu irmão, Milton Flávio Filho, por sempre incentivarem, possibilitarem e contribuírem para com os meus estudos e formação. Não lembro de um dia, em toda minha vida, que tenha visto vocês longe dos livros e cadernos. O exemplo é dado dentro de casa todos os dias. Vocês são minha inspiração.

Ao meu companheiro, Paulo Moisés, por todos os seus incentivos, paciência, apoio, amor e livros presenteados ao longo desta jornada que em muito contribuíram para este trabalho. São devidas, também, desculpas pelas minhas ausências e faltas motivadas pela dedicação à realização do curso de mestrado e desta pesquisa.

Ao meu querido orientador, Renato, por toda orientação sempre conduzida com muita paciência, leveza e carinho. Suas contribuições para este trabalho são inestimáveis e, portanto, sou eternamente grato.

Aos colegas de curso que fizeram parte desta experiência, porque vocês foram, definitivamente, essenciais para que eu conseguisse trilhar este caminho. Espero que possamos todos levar estas novas amizades para o resto de nossas vidas.

Aos amigos e demais pessoas que contribuíram e me incentivaram ao longo desta jornada. Obrigado por fazerem parte da minha vida.

Aos queridos professores e professoras deste curso pela construção e compartilhamento de tantos saberes e leituras sem os quais este trabalho não poderia existir.

E, por fim, mas não menos importantes, à coordenação, aos servidores, aos técnicos e todos e todas envolvidos no Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da FURG por possibilitarem a existência de um curso tão rico, com uma temática e linhas de pesquisa tão importantes.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social da Universidade Federal do Rio Grande
GÊNERO E SEXUALIDADES NO CURRÍCULO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE: UM ESTUDO DE CASO
Autor: André Luis Penha Corrêa
Orientador: Dr. Renato Duro Dias

A presente dissertação de mestrado discute os principais aspectos teóricos relativos à desigualdade social e às injustiças que acometem a população LGBTQ+ e investiga como uma disciplina, que aborda os temas de gênero e sexualidade, em um curso de Direito pode tratar de aspectos relevantes sobre esta temática. Toda leitura realizada percorreu os caminhos teóricos a respeito das relações de poder e do discurso social em relação a esse grupo social, os quais constituem e legitimam uma realidade de violência, de tratamentos discriminatórios, de não garantia de Direitos Humanos, de não reconhecimento de direitos específicos relacionados à realidade e à vida dos LGBTQ+, bem como sua invisibilização, inferiorização, precariedade das políticas públicas que existem para essas pessoas e da inclusão delas em ambientes educacionais. Então, a construção deste trabalho se deu com base nos conceitos teóricos dos estudos de gênero e da teoria queer de autores e autoras como Foucault, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Roger Raupp Rios, Fernando Seffner, Rogério Diniz Junqueira, Marlucy Paraiso e outros e outras. Propõe-se, aqui, a intervenção no problema da desigualdade e da violência contra os LGBTQ+ por meio da educação, tendo em vista que, nos textos analisados, ficou evidenciado o poder emancipador e de avanço social do ensino, especialmente por meio da construção dos currículos. Foram analisadas, sob toda esta perspectiva, as categorias sexo, sexualidade, gênero, identidade de gênero, políticas públicas, educação e currículo. Quanto às análises sobre sexualidades e gênero foi delineada a relação destes temas com as questões de raça, classe e etnias. Além disso, essa pesquisa buscou analisar de que forma o gênero e as sexualidades estão sendo abordados nos cursos superiores de Direito, tendo como objeto de pesquisa empírica das aulas da disciplina Direito e Gênero que é oferecida na modalidade optativa pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande aos seus graduandos do Curso de Direito. Então, a metodologia utilizada possui abordagem qualitativa, com revisões bibliográficas a respeito de livros e textos acadêmicos, além de normas pertinentes ao tema, bem como pesquisa empírica na modalidade de observação participante na qual foram observadas, anotadas e gravadas em áudio aulas da mencionada disciplina do Curso de Direito da FURG. Ao final, foi possível perceber que a existência da mencionada cadeira sobre Direito e Gênero no referido curso superior contribuiu para uma formação menos homofóbica e mais inclusiva em relações às identidades e culturas LGBTQ+, especialmente por que foram abordados conhecimentos e promovidas discussões que, em razão do discurso/poder social dominante, heterossexista e homofóbico, ficam, propositalmente, de fora dos currículos e das práticas educacionais.

Palavras-chave: LGBTQ+. Diversidade sexual. Gênero. Políticas Públicas. Educação.

ABSTRACT

Master Dissertation
Federal University of Rio Grande Graduate Program in Law and Social Justice
GENDER AND SEXUALITIES IN THE CURRICULUM OF UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE'S LAW COURSE: A CASE STUDY
Author: André Luis Penha Corrêa
Advisor: Dr. Renato Duro Dias

The present master's work discusses the main theoretical aspects related to social inequality and injustices that affect the LGBTQ+ population and investigates how a discipline that addresses the themes of gender and sexuality, in a Law course, can deal with relevant aspects about this theme. Every reading carried out followed the theoretical paths regarding the power relations and the discourse that exists in society in relation to this social group, which constitute and legitimize a reality of violence, of discriminatory treatments, of no guarantee of Human Rights, of not recognition of specific rights related to the reality and life of LGBTQ +, as well as their invisibility, inferiorization, precarious public policies that exist for these people and their inclusion in educational environments. The construction of this work was based on the theoretical concepts of gender studies and queer theory by authors such as Foucault, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Roger Raupp Rios, Fernando Seffner, Rogério Diniz Junqueira, Marlucy Paraiso and others and others. This work proposes to intervene in the problem of inequality and violence against LGBTQ + through education, considering that, in the analyzed texts, the emancipatory power and social advancement of teaching is evident, especially through the curricula in Law courses. From this perspective, the categories sex, sexuality, gender, gender identity, public policies, education and curriculum were analyzed.The relationship of these themes to the issues of race, class and ethnicity was outlined. In addition, this research sought to analyze how gender and sexualities are being addressed in higher law courses, having as an object of empirical research the classes of the Law and Gender discipline that is offered in an optional modality by the Federal University Law School from Rio Grande to its Law Course graduates. So, the methodology used has a qualitative approach, with bibliographic reviews about books and academic texts, in addition to norms pertinent to the theme, as well as empirical research in the modality of participant observation in which audio lessons were observed, annotated and recorded. mentioned discipline of the FURG Law Course. At the end, it was possible to perceive that the existence of the aforementioned chair on Law and Gender in that higher education course contributed to a less homophobic and more inclusive formation in relation to LGBTQ + identities and cultures, especially because knowledge and discussions were discussed which, due to the dominant heterosexist and homophobic social discourse / power, usually are purposefully left out of curricula and educational practices.

Key words: LGBTQ+. Sexual diversity. Gender. Public Policy. Education.

LISTA DE SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade.

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

FURG – Fundação Universidade do Rio Grande.

IST – Infecção Sexualmente Transmissível.

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexo, Assexual e demais.

MEC – Ministério da Educação.

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

ONG – Organização Não Governamental.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PNE – Plano Nacional de Educação.

STF – Supremo Tribunal Federal.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 8
2. Fundamentação teórica e metodológica do trabalho 13
2.1 Sexo e sexualidade 13
2.2 Contexto da pesquisa empírica 29
2.3 As normas brasileiras 33
3. Análise das políticas públicas para a população LGBTQ+ e educação sobre diversidade sexual e gênero. 38
3.1 Políticas públicas LGBTQ+ e educação 38
3.2 Educação jurídica 47
3.3 Currículo nos cursos de direito 55
4. Análise empírica da disciplina de direito e gênero da faculdade de direito da Universidade Federal do Rio Grande 61
4.1 Metodologia 61
4.2 Análise dos dados obtidos 64
4.3 Resultados 87
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 93
REFERÊNCIAS 98
ANEXOS 102
ANEXO I - NOTAS DE CAMPO 102
ANEXO II - DEGRAVAÇÃO DOS ÁUDIOS DA PESQUISA DE CAMPO 107

1. INTRODUÇÃO

As temáticas envolvendo as diversidades sexuais e o gênero sempre foram motivo de inquietação. O discurso e o poder que constituem e colocam as pessoas LGBTQ+ em posição de desigualdade social precisam ser questionados e subvertidos. Para que se possa, efetivamente, combater a violência e a desigualdade as quais essas pessoas são condenadas é preciso, em primeiro lugar, analisar e compreender o que legitima esta realidade para que, então, seja possível pensar em soluções e formas de enfrentamento.

As relações sociais e a formação dos indivíduos têm estabelecido formas de diferenças por meio de sistemas de classificação, os popularmente chamados "rótulos sociais". Estabeleceu-se, entre parte dos membros da sociedade, uma espécie de consenso sobre como classificar estas diferenças. Em certos casos, alguns indivíduos veem tais classificações como delineadoras entre "certo e errado" ou, até mesmo, entre "normal e anormal".

Esta divisão das pessoas é construída em termos de oposições binárias de macho-fêmea, homem-mulher e, também, no sentido de que as relações sexuais e afetivas apenas podem ocorrer segundo esses critérios, determinando que as demais formas de ser e de viver são erradas. A incapacidade de conviver com a diversidade e com aqueles classificados como diferentes, muitas vezes, é fruto de preconceitos, ou seja, da forma distorcida e despida de conhecimento de enxergar o outro. Os preconceitos são percepções negativas em face de indivíduos ou grupos socialmente inferiorizados, visando à exclusão desses sujeitos no âmbito social e político.

As lésbicas, os gays, as pessoas bissexuais, as pessoas transgêneras, *queers* e demais indivíduos que não se enquadram e que não pertencem aos moldes tradicionais, binários, heterossexuais de homens/masculinos e mulheres/femininas sempre foram violentados e tiveram seus direitos básicos castrados, injustamente, no mundo inteiro. Na Alemanha nazista, por exemplo, inúmeros homossexuais, identificados pelo símbolo de um triângulo cor de rosa, foram caçados e mortos nos campos de concentração em razão da sua sexualidade.

A sociedade mundial vive, ainda hoje, os reflexos dessa violência e da condenação moral das pessoas LGBTQ+. Os dados não mentem. Atualmente, existem cerca de 70 países que criminalizam a homossexualidade, alguns deles com pena de morte. Mulheres ainda sofrem com uma tradição machista de submissão e objetificação dos seus corpos. Quando se trata de mulheres trans, o Brasil é, de forma paradoxal, o país líder nas pesquisas que indicam os locais onde mais se consome pornografia contendo pessoas trans e, ao mesmo tempo, mais mata mulheres trans e travestis.

No Brasil, movimentos feministas e de LGBTQ+ vêm, desde a década de 1960, batalhando e exigindo direitos para essa parcela da população. Os poucos avanços sociais não foram dados de graça, mas foram conquistados ao custo de sangue e resistência. Em 28 de junho de 1969, nos Estados Unidos, um grupo de policiais invadiu um bar chamado *StoneWall Inn* causando a morte violenta de várias pessoas LGBTQ+ que lá estavam. As manifestações ocorridas, após isto, entraram para a história e esta data, todos os anos, é lembrada como o dia mundial do orgulho LGBT.

O sexo e as sexualidades sempre foram objetos de discurso, de controle e de poder sob os corpos. Por meio destas ferramentas é que são controlados assuntos de interesses gerais como natalidade, morbidade, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, dentre outros. O corpo passou a ser controlado e esse poder foi revestido de um véu chamado moralidade.

O discurso passou a estabelecer o que era certo e o que era errado. Aqueles e aquelas que não se enquadravam nos padrões de moralidade e daquilo que era considerado aceitável passaram a ser violentados, desrespeitados, explorados, estuprados, mortos e a ter seus direitos violados ou não reconhecidos. Essas regras sociais atuam e operam como verdadeiras leis não escritas. Penetram nas profundezas mais inconscientes da mente das pessoas. Regulam e constituem a vida de todos, antes mesmo do nascimento.

A expectativa que os pais têm de seus filhos, antes mesmo de tê-los em seus braços, já é constituída por essa realidade. Dificilmente um pai ou uma mãe não se sentirá decepcionado, desapontado ou triste ao descobrir que sua filha é lésbica ou que seu filho, na verdade, é uma mulher trans. Logo após o nascimento, o bebê, que sequer tem noção de tudo isto, será enfeitado com brincos e laços cor de rosa ou com bonés e camisetas de super-heróis para que todos saibam o seu gênero. Já estará, portanto, inserido numa realidade sexualizada e generificada.

A escolha de quem essa criança é, como ela deve ser, como deverá se vestir e quem deverá amar é feita pela sociedade antes mesmo que ela tenha consciência do que está acontecendo. E aqueles e aquelas que, ao crescerem e perceberem quem realmente são, não se enquadrarem nos moldes que já lhes foram atribuídos estarão sentenciados a serem vistos como os diferentes, as aberrações, os doentes, os defeituosos. Poderão vir a sofrer intervenções psiquiátricas para tentar reverter sua condição, espancamento e estupro corretivos, serem expulsos de casa, dentre outras barbaridades.

A sociedade diz que é preciso ser, necessariamente, másculo, forte, sexualmente potente e insaciável, pai, trabalhador – em atividades fora de casa – e provedor, se homem, ou

feminina, materna, dócil, cuidadosa, encarregada da educação dos filhos e das atividades domésticas, se mulher. Qualquer pessoa que fuja destes moldes, ou que tente viver de outra forma, será considerada menos pessoa. Sua vida terá menos valor, o que autorizará que sofra violências e impedirá o acesso ou o reconhecimento a direitos específicos da sua realidade.

Essa situação se torna mais violenta e injusta quando se percebe que as questões étnicas, raciais e de classe transpassam os problemas das sexualidades e do gênero. Nesse contexto, ser uma pessoa não branca, pobre ou transgênera significa que os estigmas sociais serão maiores, bem como as violências, a desigualdade e a injustiça. Estas são, justamente, as pessoas que mais precisam de normas e políticas públicas que lhes garantam proteção, saúde, dignidade, educação e oportunidades. Porém, a tradição social machista, homofóbica, racista e classista torna as poucas políticas públicas, voltadas para esta população, precárias e ineficazes.

Ainda, existem aqueles que, apesar de pertencerem à população LGBTQ+, decidem aderir aos ideais neoliberais – de serem homens brancos, cisgêneros, masculinos, machistas, cristãos – com o objetivo de encontrar abrigo sob o véu da tolerância. Porém, enquanto estão sendo tolerados, acabam reforçando um sistema de normas sociais que oprime e mata aqueles e aquelas que nasceram com a cor da pele não-branca ou que são transgêneros. Todas estas dificuldades nas vidas das pessoas LGBTQ+ são, portanto, o problema da presente pesquisa.

É preciso destacar que o ser humano é plural em suas identidades, porém as regras sociais sempre inclinaram os sujeitos a se enquadrarem nos padrões que a maioria consente como “normal”: a heterossexualidade. Então, torna-se importante enfrentar a homofobia e demais formas de preconceito contra os LGBTQ+, estabelecendo locais de formação e reflexão no sentido de desmistificar o discurso de que as diversidades são anormais. Esta é, portanto, a justificativa do presente trabalho.

Partindo do entendimento de que as sexualidades são construídas de diferentes formas através do tempo e com a influência de diversas culturas, é possível entender o pensamento de Foucault (2017) quando explica que a história da sexualidade é, na verdade, uma história sobre os discursos dos indivíduos que constroem a própria noção de sexualidade. Logo, se a própria sexualidade é construída, toda educação sexual, principalmente sobre a diversidade sexual, também pode e deve ser (re)construída de uma forma mais justa, acessível, efetiva e segura para todos.

Ao longo da história as escolas e demais locais de educação vêm praticando o ensino de forma a disciplinar e modelar os indivíduos e suas identidades, favorecendo o heterossexismo e a heteronormatividade. Assim, estes locais, que deveriam propagar o conhecimento e a

diversidade, acabam se tornado lugares de ocultamento e de desconhecimento. Muitas vezes o indivíduo orienta suas atitudes com base na moral e em crenças, elementos estes que se relacionam com o processo de aprendizagem.

A homofobia, assim como as demais formas de preconceito, aparece na sociedade como fator que exclui a população LGBTQ+ do prestígio, dos diretos, do trabalho, do reconhecimento, dentre outros, constituindo verdadeiro obstáculo no caminho para o acesso à justiça social. O que se deve buscar, então, é a desestabilização das classificações sociais engessadas, abrindo espaço para a compreensão e a possibilidade de que aquele indivíduo tido, até então, como diferente tenha acesso à justiça social.

A educação aparece como uma ferramenta com potencial renovador e emancipatório para estes problemas. As escolas e as universidades são alguns dos locais mais importantes para a formação de conceitos e produção de práticas inclusivas em relação à diversidade sexual e de gênero, sendo estes, também, os lugares adequados para a ampla discussão sobre direitos humanos. A importância de implantar debates solidários e inclusivos em relação ao segmento LGBTQ+ se dá pelo fato de que as escolas e as universidades atuam diretamente na formação e na constituição das identidades e das práticas.

Frente todas estas questões, esta dissertação de mestrado possui o objetivo geral de investigar como uma disciplina que aborda questões relativas ao gênero e às sexualidades, em um currículo de um curso de Direito, pode contribuir para uma formação mais humanizada e menos homofóbica e heterossexista dos futuros advogados, juízes, promotores e, inclusive, professores de Direito.

Para alcançar tal proposta, dois objetivos específicos foram delineados. O primeiro deles é a coleta de dados por meio de revisão bibliográfica acerca dos conceitos iniciais e básicos sobre o tema, do discurso que legitima a violência contra a população LGBTQ+, das normas pertinentes ao tema, da situação atual e obstáculo à eficácia das políticas públicas para estas pessoas, da questão da educação, da educação jurídica e dos currículos no curso de Direito.

O segundo objetivo específico é a realização de pesquisa empírica para analisar de que forma o tema é tratado em uma disciplina de um Curso de Direito e quais os benefícios advém dessa prática. Para tanto, foi escolhida a disciplina de Direito e Gênero que é ofertada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande aos alunos do Curso de Direito.

A metodologia utilizada foi a de abordagem qualitativa, com revisões bibliográficas a respeito de livros e textos acadêmicos, além de normas pertinentes ao tema, bem como pesquisa empírica na modalidade de observação participante na qual foram observadas,

anotadas e gravadas, em áudio, aulas da mencionada disciplina do Curso de Direito da FURG. Para apresentar os dados obtidos o trabalho foi dividido em três capítulos.

Ao longo do trabalho o primeiro capítulo irá situar os fundamentos teóricos e metodológicos desta dissertação. Divido em três seções, tratará dos principais conceitos relacionado ao tema da diversidade sexual e de gênero, as instâncias de poder que legitimam as injustiças vividas pela população LGBTQ+ e os aportes teóricos que demonstram que as normas sociais que oprimem essa população nada mais são do que construções sociais. Ainda, será delineado o local da pesquisa empírica e, por fim, será feita uma breve análise das normas brasileiras atuais sobre o tema.

O segundo capítulo é destinado à abordagem das questões teóricas a respeito das políticas públicas voltadas à população LGBTQ+ e à educação. Dividido em três seções, este capítulo irá percorrer os obstáculos à efetividade das políticas públicas, bem como as possibilidades de solução. A educação aparece como ferramenta capaz de trazer benefícios em meio a estes problemas e, portanto, será tratada nesta parte do trabalho. Além disso, será abordado o papel da educação jurídica e dos currículos no enfrentamento dos problemas sociais elencados neste estudo.

Por fim, o terceiro capítulo tratará de apresentar, de forma pormenorizada, a metodologia empregada na pesquisa empírica, bem como irá expor os dados obtidos e a consequente discussão a respeito deles. Para tanto, serão levadas em consideração a maneira como os temas serão tratados em sala de aula e a maneira como os alunos e alunas se portam, se manifestam e refletem sobre estas questões.

Frente todas estas considerações, a presente dissertação de mestrado possui como hipótese a ideia de que a inclusão das questões afetas à população LGBTQ+ nos currículos dos cursos de Direto, tais como violências, a construção social do binarismo de gênero e do reinado da heterossexualidade cisgênera sobre as demais formas de sexualidade e gênero, poderá beneficiar a sociedade no sentido de intervir na formação dos futuros e das futuras profissionais do direito de modo que tenham uma formação mais solidária e com incentivo à realização da justiça social para todas as pessoas, inclusive as LBGTQ+.

2. Fundamentação teórica e metodológica do trabalho

O discurso social consolidado a respeito das diversidades sexuais e de gênero sempre buscou, com fundamentos nas ciências e nas religiões, caracterizar as pessoas LGBTQ+ como os outros, aqueles odiosos, os diferentes, os indesejáveis, ao mesmo tempo em que estabeleceu privilégios e superioridade a uma certa categoria de pessoas que, em sua grande maioria, são homens, cisgêneros, brancos, proprietários e cristãos.

O discurso que sentencia a parcela LGBTQ+ da população à inferiorização e à marginalidade é um grande obstáculo social e é um dos principais temas percorridos neste trabalho. Por meio da revisão bibliográfica buscou-se, em Foucault, Butler, Rios, Dias e outros, os caminhos teóricos para a compreensão das injustiças e das violências experimentadas por esse grupo de pessoas, bem como, em Haritaworn, Davis, Lacerda e outros, as explicações no âmbito dos debates de raça, classe e etnias que atravessam a temática do sexo, das sexualidades e do gênero.

Analisou-se, ainda, por meio da pesquisa empírica, uma determinada disciplina ofertada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande, aos graduandos do curso de Direito, em que se costuma abordar os temas do sexo, sexualidades e gênero, com o objetivo de investigar como ocorre o contato destes alunos com temas que, usualmente, não são tratados nos ambientes educacionais e cujos debates são considerados verdadeiros tabus pela sociedade.

2.1 Sexo e sexualidade

A sociedade brasileira atual, apesar dos diversos avanços e das conquistas em relação ao reconhecimento e aos direitos das mulheres e das pessoas *queer*[1], ainda vive imersa em um pensamento hegemônico a respeito do gênero e das sexualidades. A palavra gênero, nesse contexto, diz respeito ao tratamento social dispensado às pessoas enquanto homens ou mulheres (binarismo homem/macho e mulher/fêmea). Quanto às sexualidades, é perceptível o predomínio da heterossexualidade em relação às demais, acompanhada de todas as exigências sociais que dela decorrem.

[1] "Queer" é um termo em inglês cujo significado literal pode ser entendido como "excêntrico", mas que foi ressignificado e é, atualmente, utilizado para se referir às pessoas que não se enquadram nos modelos sociais binários de gênero.

A desigualdade de gênero e a repulsa às sexualidades não heterossexuais são problemas globais. Em 2019 a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexuais[2] publicou a 13ª edição do seu levantamento da homofobia pelo mundo[3], indicando que mais de 70 países ainda criminalizam a homossexualidade. As penas variam e vão desde multa à prisão perpétua, existindo, inclusive, locais onde é aplicada a pena de morte.

Em 2016 o Fórum Econômico Mundial[4] publicou dados[5] obtidos da análise das lacunas existentes entre homens e mulheres, em 144 países, em relação às áreas da saúde, educação, econômica e política. Foi constatado, por exemplo, que em todos os países analisados há baixo progresso, ao longo dos anos, na representação das mulheres na política. Além disso, em evento ocorrido na sede da ONU, em Nova Iorque, o secretário-geral António Guterres reconheceu que a violência contra as mulheres é uma pandemia global[6].

No Brasil, foram apuradas ao menos 868 mortes de travestis e transexuais desde 2008 até 2016, conforme dados levantados pela ONG europeia Transgender Europe (TGEu)[7], colocando o país no topo do *raking* mundial de homicídios de pessoas trans. Ainda, segundo os mesmos dados, no Brasil ocorrem três vezes mais assassinatos deste grupo de pessoas do que no México, país que ocupa o segundo lugar do mesmo *ranking*[8].

Segundo dados publicados pelo Senado Federal brasileiro[9], a taxa de violência letal contra mulheres, no Brasil, teve um aumento de 10% entre os anos de 2006 e 2014. Ainda, foi apurado que, embora a violência letal contra mulheres brancas tenha reduzido em 3% no mesmo período, as mortes das mulheres negras aumentaram, em média, 20%. Destes dados, constata-se que diferentes mulheres sofrem os efeitos da desigualdade de gênero de formas diversas a depender de suas características pessoais e marcadores sociais.

Essa realidade não existe por acaso. Na verdade, decorre das desigualdades sociais que estabelecem quem é mais e quem é menos, quem merece viver e quem merece morrer, quem domina e quem é dominado. Em relação ao gênero, a conceituação do termo e o seu uso nas reivindicações dos direitos das mulheres decorrem do movimento feminista (LOURO, 2014,

---

[2] Nome original: *Internacional Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association* – ILGA.
[3] Dados disponíveis em https://ilga.org/state-sponsored-homophobia-report.
[4] Nome original: *World Economic Forum*.
[5] Dados disponíveis em http://projects.two-n.com/world-gender/.
[6] Notícia disponível em https://nacoesunidas.org/violencia-contra-as-mulheres-e-pandemia-global-diz-chefe-da-onu/
[7] Em tradução livre: Europa Transexual.
[8] Dados disponíveis em http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexual-travesti-drag-queen-qual-e-a-diferenca.
[9] Dados disponíveis em http://www.senado.gov.br/institucional/datasenado/omv/indicadores/relatori os/BR.pdf.

p. 18). No Brasil, tais conquistas tiveram início com o movimento sufragista que buscou estender o direito ao voto às mulheres (LOURO, 2014, p. 19).

Além disso, é preciso analisar, também, o conceito de sexo, o qual não se confunde com a sexualidade. Este é um termo muito mais amplo em relação àquele e, inclusive, o abrange. A sexualidade diz respeito não apenas à prática sexual, mas também à percepção que a pessoa tem de si, de como seu corpo se expressa e se situa na sociedade e como se relaciona com as normas sociais não escritas (DIAS, 2015, pp. 229-245) que ditam as regras das relações entre as pessoas no contexto binário de homens/masculinos e mulheres/femininas.

Porém, para melhor compreender a sexualidade é preciso, antes, analisar o sexo. A partir de determinado ponto da história humana o sexo se revestiu de um papel, de um propósito social. Até o século XVII ele era mais permissivo em relação as muitas práticas que, dali em diante, passaram a ser proibidas (FOUCAULT, 2017, pp. 07-19). Por exemplo, as relações sexuais entre dois homens – que até hoje são alvo de ódio e violência – eram reconhecidas e faziam parte da cultura na Grécia Antiga (BORRILLO, 2016, p. 45).

Porém, a partir do século XVIII, período este chamado de "vitoriano" por Foucault, o sexo foi revestido de uma moral contida, hipócrita, na qual as instituições – como a família – deveriam silenciá-lo, ou seja, não falar sobre ele (FOUCAULT, 2017, pp. 07-19). Até os dias atuais vive-se os reflexos destes ocorridos tanto no campo das sexualidades quanto no das identidades de gênero. Dias explica de maneira muito clara isto:

> A norma, e os discursos (FOUCAULT, 2014) que a rodeiam, silencia os corpos. Este silêncio (velado ou explícito) exclui, abjeta, nega a possibilidade de outro sujeito corpóreo. E mais, a partir desta narrativa discursiva excludente, se estigmatizam as identidades divergentes. Enfim, este silêncio produz por vezes um vazio, produz, inclusive, dor e morte. (DIAS, 2015, p. 241)

O sexo passou, então, a ser regulado e as relações sexuais foram classificadas em aceitáveis ou abomináveis, normais ou anormais, permitidas ou proibidas, humanas ou bestiais. Qualquer relação de prazer ocorrida fora dos ditames estabelecidos era marginalizada, patologizada e, logo, tornava-se objeto de estudo, de investigação, de condenação judicial e internação médica.

> O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras.
> [...]
> Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao

> desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, consequentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. (FOUCAULT, 2017 p. 8).

O sexo reprimido é, portanto, uma evidência histórica e não apenas mera teoria. Ao analisar o que chama de hipótese repressiva, Foucault (2017, pp. 19-58) percebe que o sexo não é apenas reprimido, mas que, na verdade, ele – e a sexualidade – constitui um dispositivo de poder, com base no discurso que se tem sobre ele, o qual molda e controla a vida das pessoas.

Após o século XVIII, o sexo passou a ser regulado pelo discurso e não pelo rigor da proibição. Por meio dele se exerceu o controle de diversos fatos sociais como a natalidade, a morbidade, a fecundidade, o estado de saúde, a incidência de doenças, dentre outros. O corpo passou a ser vigiado, controlado e condenado a se adequar a certos hábitos, sensações e gestos. A respeito disso, Foucault exemplifica relatando um caso interessante:

> Num dia de 1867, um trabalhador agrícola da aldeia de Lapcourt, de espirito um tanto simples, empregado sazonalmente de um canto a outro, alimentado aqui e acolá por um pouco de caridade e pelo pior dos trabalhos, morando em granjas ou estábulos, sofre uma denúncia: nas fimbrias de um roçado, havia obtido algumas carícias de uma menina, como já havia feito, como tinha visto fazer, como faziam em volta dele os moleques da aldeia; é que na orla do bosque ou nas valas da estrada que leva a Saint-Nicolas, brincava-se familiarmente de “leite coalhado”. Ele foi, portanto, delatado pelos pais ao prefeito da aldeia, denunciado pelo prefeito à polícia, por esta apresentado ao juiz, inculpado por este e submetido inicialmente a um médico, depois a dois outros peritos que, após elaborarem um relatório, publicam-no. O que é importante nessa história? Seu caráter minúsculo: que o cotidiano da sexualidade aldeã, os ínfimos deleites campestres tenham podido tornar-se, a partir de um certo momento, o objeto não somente de uma intolerância coletiva, mas de uma ação judiciária, de uma intervenção médica, de um atento exame clínico e de toda uma elaboração teórica (FOUCAULT, 2017, pp. 34-35)

Avançando um pouco na linha do tempo, o século XIX foi marcado pela categorização das perversões. Ganharam destaque “uma biologia da reprodução desenvolvida continuadamente segundo uma normatividade científica geral e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas” (FOUCAULT, 2017, p. 61). O reflexo dessa realidade foi a condenação da homossexualidade, do adultério, do casamento sem consentimento dos pais e das pessoas hermafroditas ao ódio, à marginalização e a serem considerados doentes e pervertidos.

Desse cenário surgem as imagens do sexo e da sexualidade periféricos, exercidos pelos libertinos e perversos que ousam transgredir a lei e a ordem social em busca de desejos bestiais, envergonhando, desta forma, toda a sociedade. Construiu-se, então, em torno do sexo uma ferramenta, um aparelho, que produz verdades (FOUCAULT, 2017, p. 63), que diz o que

é certo e o que é errado, o que é permitido e o que é proibido e onde habitam os modos de viver saudáveis (RIOS; SEFFNER, 2018, p. 27).

Saltam aos olhos as diferenças entre os dois grandes procedimentos históricos que, segundo Foucault, produzem a verdade sobre o sexo. O primeiro, praticado nos países orientais, é o chamado *ars erotica*, cujo fundamento é a liberdade sexual, o qual enxerga o sexo como arte na qual os objetivos de maior importância são o prazer e as experiências individuais. Os benefícios – chamados de efeitos por Foucault – seriam "o domínio absoluto do corpo, gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, elixir de longa vida, exílio da morte e de suas ameaças" (FOUCAULT, 2017, p. 64).

O outro, chamado de *scientia sexualis*, é o oposto do *ars erotica*, porque não permite a liberdade da experimentação e a exploração dos prazeres. Trata-se de uma cultura sexual chamada "essencial", que relaciona o sexo à religiosidade e vincula a pessoa a um sistema confessional, o qual avalia e julga moralmente suas ações e pensamentos (FOUCAULT, 2017, p. 64-65). A confissão não se limita à pessoa da autoridade religiosa, pois deverá ocorrer também frente aos pais, professores e médicos. Além disso, quando não fornecida de boa vontade, poderá ser tomada à força (FOUCAULT, 2017, p. 67).

Ao relacionar o sexo com a religiosidade, a prática sexual torna-se algo que precisa ser confessado, porque é considerada violadora das leis divinas. Ao mesmo tempo, a confissão dessas práticas liberta e retira de quem confessa o peso de seus atos e pensamentos "impuros". Faz existir, então, um ciclo sem fim, pelo qual é dito às pessoas como, quando e onde fazer sexo, mas que também devem, por meio da confissão, livrar-se do fardo de tê-lo feito.

Então, o indivíduo, sem perceber, vê-se preso em uma armadilha que lhe torna suscetível ao controle, que o domina. "A confissão liberta, o poder reduz ao silêncio" (FOUCAULT, 2017, p. 67). Preciado sintetiza muito bem os efeitos desse mecanismo de controle:

> O sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (masculino/feminino), fazendo coincidir certos afectos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas (PRECIADO, 2017, p. 25).

Nesta citação, Preciado traz à tona muitas informações relevantes. Dentre elas merece destaque a de que o sexo, aparentemente reprimido, serve como ferramenta de dominação, por meio do qual se perpetuam e sustentam normas sexuais que regulam o sexo, a sexualidade e,

por consequência, a vida das pessoas. Dentre as diversas formas de sexo, o heterossexual foi elencado como aquele aceitável, natural e divino. Esse poder, enquanto discurso, se mascara nas relações, se reveste com aparência de naturalidade, se incorpora no dia a dia, moldando os pensamentos e as concepções (BOURDIEU, 2017, p. 15).

Bourdieu, no preâmbulo de sua obra "A dominação masculina", que fala da teoria da violência simbólica contra as mulheres, expressa enorme preocupação com o que chama de *paradoxo de doxa*. Esse conceito diz respeito ao fato de que essa ordem social construída e imposta cria, para uns, inúmeras injustiças, violências, subordinações e obrigações, ao mesmo tempo em que gera, para outros, dominação, privilégios e imunidades, não produzindo, apesar dessa manifesta desigualdade, um número expressivo de transgressões ou subversões a essa ordem, salvo alguns pequenos fatos históricos (BOURDIEU, 2017 p. 11).

Bourdiei também explica como se constitui a chamada "divisão das coisas":

> Arbitrária em estado isolado, a divisão as coisas e das atividades (não necessariamente sexuais) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo, seco/úmido, duro/mole, temperado/insosso, claro/escuro, fora (público)/dentro (privado), etc., que, para alguns, correspondem a movimentos do corpo (alto/baixo // subir/descer, fora/dentro // sair/entrar). Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida a sobredeterminação pelas harmonias, conotações e correspondências. (BOURDIEU, 2017, p. 20)

Nesse contexto, a ordem das coisas elege o sexo masculino como o dominante. "A força da ordem masculina dispensa justificação" (BOURDIEU, 2017, p. 22). A visão androcêntrica das coisas se impõe, se naturaliza, penetra nos discursos, molda opiniões e, justamente por isso, não é questionada, parece ter sempre existido como algo natural. Encontra, ainda, na biologia justificativa com base em diferenças entre os corpos masculinos (BOURDIEU, 2017, p. 24) e femininos e, na religião, encontra fundamento divino (BORRILLO, 2016, p. 53).

Essa realidade se alicerça na divisão sexual do trabalho e na distribuição das atividades a cada um dos sexos, determinando que os ambientes públicos, o trabalho fora de casa, a assembleia e o mercado são os locais em que os homens devem estar, enquanto às mulheres são destinados o próprio lar e o salão. Porém, mesmo dentro destes locais a divisão das tarefas obedece a mesma ordem, pois existe aquele que deverá mandar, provir, punir e aquela que deverá servir, cuidar e obedecer.

Essa ordem não opera apenas sobre os comportamentos e atividades. O corpo também é levado em consideração pelas normas sociais impostas. “Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao próprio corpo” (BOURDIEU, 2017, p. 24). O corpo precisa refletir, fisicamente, as masculinidades e as feminilidades que são exigidas no âmbito teórico, ético e invisível da sociedade.

Esse poder exercido sobre os sujeitos constitui, então, a hierarquia entre os gêneros (LOURO, 2014, p. 28), estabelecendo ditames que vão desde as práticas sexuais até a sexualidade, ao comportamento social, à submissão de uns perante a dominação de outros, tudo isto de forma naturalizada, amparados no discurso biológico e religioso. Essa realidade está tão impregnada na sociedade e enraizada nas pessoas por meio de esquemas de avaliação e percepção que se torna dificilmente acessível à consciência (BOURDIEU, 2017, p. 133).

Essa realidade não se limita às relações e práticas privadas, porquanto também é incorporada pelas instituições e inscritas, inclusive, nas normas. No Brasil, por exemplo, há pouco tempo as leis destinavam às mulheres a subordinação aos homens em relação aos seus direitos básicos, como o direito ao nome – na escolha do sobrenome no casamento –, à escolha do local de moradia, ao voto, ao trabalho, dentre outros.

O Código Civil de 1916, há não muito tempo revogado pelo de 2002, estabelecia, em seu texto original, que as mulheres casadas eram consideradas incapazes para a prática de certos atos:

> Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:
> I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos (arts. 154 a 156).
> II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.
> III. Os pródigos.
> IV. Os silvícolas.
> Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, e que cessará à medida de sua adaptação.
> [...]
> Art. 36. Os incapazes têm por domicílio o dos seus representantes.
> Parágrafo único. A mulher casada tem por domicílio o do marido, salvo se estiver desquitada (art. 315), ou lhe competir a administração do casal (art. 251).
> [...]
> Art. 178. Prescreve:
> [...]
> § 7º Em dois anos:
> [...]
> VII. A ação do marido ou dos seus herdeiros, para anular atos da mulher, praticados sem o seu consentimento, ou sem o suprimento deste recurso necessário (art. 252).
> [...]
> Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.
> Compete-lhe:
> I. A representação legal da família.
> [...]

> IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal (arts. 231, nº II, 242, nº VII, 243 a 245, nº II, e 247, nº III).
> [...]
> Art. 240. A mulher assume, pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família (art. 324).
> [...]
> Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):
> [...]
> VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV).

A mulher deveria manter comportamento puro e ser virgem à época do casamento, sob pena de gerar ao marido o direito de requerer a anulação do casamento: "Art. 178. Prescreve, § 1º Em dez dias, contados do casamento, a ação do marido para anular o matrimônio contraído com mulher já deflorada (arts. 218, 219, n. IV, e 220)". As diferenças baseadas na ciência biológica interviram, inclusive, nas leis trabalhistas. O artigo 320 – em vigor desde 1943 até hoje – da Consolidação das Leis do Trabalho veda a contratação de mulheres para funções que exijam força muscular superior a 20kg de trabalho contínuo ou 25kg para trabalho ocasional.

É claro que todas essas questões já vinham sofrendo críticas e fomentando debates. No final da década de 1960 o movimento feminista, já preocupado com os problemas sociais e políticos da desigualdade de gênero, voltou sua atenção para as construções teóricas sobre este tema. Estudiosas e militantes protagonizaram questionamentos e problematizaram o conceito e a utilização do termo gênero (LOURO, 2014, p. 19). O feminismo contemporâneo surgiu, nesse contexto de contestação e de transformação, levando o debate para dentro das universidades e escolas (LOURO, 2014, p. 20).

Hoje, sabe-se que falar de gênero diz respeito à construção social de comportamentos, de atitudes e de expectativas, conforme o conjunto de valores de cada sociedade. Os indivíduos aprendem, conforme as normas sociais que os cercam, o que significa ser homem ou ser mulher, não havendo meio termo ou opções além deste binarismo. Tais regras são perpetuadas no ceio da família, na escola, nas instituições religiosas e nos locais de trabalho e ao longo da história (SCOTT, 1989).

É daí que surgem as proposições mais conhecidas sobre os papéis de cada gênero. Por exemplo, existe a ideia de que as mulheres já nascem maternais, que devem ser as protagonistas principais na criação e no cuidado dos filhos, que devem trabalhar em atividades de cuidado ou organização, que são dóceis e domesticá(vei)s, que gostam de servir, que não devem falar, pensar ou criar opiniões, que não podem expressar livremente sua sexualidade e que devem atender aos padrões de beleza.

Por outro lado, espera-se do homem uma figura viril, forte, empreendedora, proativa e provedora. Tem-se a ideia de que eles já nascem intelectualmente formados para atividades laborais fora de casa, que precisam expressar publicamente sua sexualidade e que esta deve ser potente e dominadora, que são brigões, que não choram ou expressam emoções, que nasceram para ser servidos e que devem ser satisfeitos sexualmente sempre que sentirem vontade.

Essas ideias equivocadas surgem porque, ao estabelecer padrões às pessoas, a sociedade espera uma correlação mútua entre o sexo, o gênero e a sexualidade dos indivíduos (SALIH, 2015, p. 67). Ou seja, se a pessoa é biologicamente fêmea, espera-se dela traços e comportamentos femininos e que tenha desejos sexuais e afetivos por homens. Porém, caso a pessoa não se enquadre nesses padrões, sofre retaliações. Por exemplo, as mulheres são alvo do menosprezo masculino quando se afastam do seu papel natural e divino ao decidirem não serem esposas ou mães (BORRILLO, 2016, p. 29).

Antes mesmo do nascimento de cada pessoa tais regras já lhe são impostas. Após a chegada da criança os pais irão adequá-la às características masculinas ou femininas, conforme o seu órgão genital, ou seja, conforme a crença do sexo natural. Dias, ao analisar uma obra de arte que traz em seu significado estas ideias, sintetiza bem esta informação:

> A metáfora contratual explicitada por Cordero (2012) estabelece uma direta relação entre a atribuição de identidade de gênero ao nascimento do sujeito, impondo-lhe um nome e uma marca indelével, capaz de produzir sentido a todo e qualquer corpo. Esta assujeitação produz abjeção a qualquer organismo corporal que não se inscreva dentro da heteronormativização binarizante. Nestes espectros de corpos rígidos e inflexíveis da construção social identitária, produz-se uma insensata exclusão social. Encontram-se aí corpos trans, híbridos, plurais e identidades de gênero não compartimentadas nas caixas pré-estabelecidas para o que é tradicionalmente7 construído (constituído e naturalizado) como corpo masculino e feminino. (DIAS, 2015 p. 237)

As meninas irão usar brincos, faixas de cabelos, vestidos cor de rosa e laços, enquanto os meninos irão utilizar boné, calças jeans e camisetas de super-heróis. Salih explica:

> "É uma menina!" não é um enunciado de um fato, mas uma interpelação que inicia o processo de "tornar-se menina", um processo baseado em diferenças percebidas e impostas entre homens e mulheres, diferenças que estão longe de ser "naturais". [...] É um enunciado performativo que obriga a "menina", daí em diante, a citar tanto as normas de sexuais quanto as normas de gênero para se qualificar como sujeito no interior da matriz heterossexual que a "saúda" como tal. (SALIH, 2015, pp. 125-126)

Desde antes de seu nascimento e, principalmente, após ele as crianças são inseridas em uma realidade sexualizada e generificada, tendo em vista que a sociedade se organiza em

torno da sexualidade (FOUCAULT, 2017, p. 85-88). Porém, essas normas sociais não são absolutas. Cada indivíduo irá crescer e, mesmo que imerso nessa realidade, se relacionará com a sociedade de maneira única, percebendo a si e ao seu local no mundo, formando e definindo o que é chamado como identidade de gênero.

> A identidade de gênero não está ligada aos órgãos genitais, é o sentimento que tem a pessoa quanto ao gênero ao qual pertença. Será homem quando se reconhecer como tal, será mulher se desta forma se perceber, pode ainda se considerar homem e mulher, ou ainda não se sentir nenhum dos gêneros, masculino ou feminino. (SILVA, 2018, p. 32)

Essas normas sociais estabelecem o controle sobre o sexo, o gênero e a sexualidade. Essa força, esse poder, estão presentes na lei que regulamenta e decide quais uniões são consideradas entidades familiares, nas políticas públicas sobre o sexo, na proibição do aborto e na polêmica sobre a educação sexual nas escolas. Está, também, na ciência que define o que é considerado normal e o que é patologia, bem como na religião que diz o que é moral e imoral.

Diante de tudo isso, é preciso concordar com Butler, em sua obra "Problemas de Gênero", quando ela diz que o sexo, assim como o gênero, é uma construção social (2003)[10]. As regras sociais hegemônicas não são apenas cisnormativas[11], mas também heteronormativas (BORRILLO, 2016, p. 15). Esta característica é um dos principais pilares de sustentação da hierarquia das sexualidades:

> A diferença homo/hétero não é só constatada, mas serve, sobretudo, para ordenar um regime das sexualidades em que os comportamentos heterossexuais são os únicos que merecem qualificação de modelo social e de referência para qualquer outra sexualidade. Assim, nessa ordem sexual, o sexo biológico (macho/fêmea) determina um desejo sexual unívoco (hétero), assim como um comportamento social específico (masculino/feminino). [...] A divisão dos gêneros e o desejo (hétero) sexual funcionam, de preferência, como um dispositivo de reprodução da ordem social, e não como um dispositivo de reprodução biológica da espécie. (BORRILLO, 2016, p. 16)

Essa realidade, quando se fala em sexo, percorre os mais diversos campos de saber, como a ciência jurídica, a medicina, a biologia e demais. Sobre isso, Foucault explica o seguinte:

---

[10] Aqui a página não é indicada porque se está a citar uma das grandes conclusões da obra que, para ser entendida, necessita da leitura de todo o livro. Não parece correto citar a informação como se estivesse contida em apenas um momento ou página específicos da obra.

[11] Quando a pessoa, em seu âmbito íntimo, está de acordo com o seu sexo biológico, é chamada de "cisgênero". Quando a pessoa pertence a um sexo que não é o mesmo sexo biológico, é chamada de "transgenero".

> O sexo, ao longo de todo o século XIX, parece inscrever-se em dois registros bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas. (FOUCAULT, 2017 p. 61)

Nesse contexto, a hierarquia dos gêneros condena qualquer sexualidade dita como desviante - que não seja heterossexual - a ser vista como anormal. Assim, surgem os casos de homofobia, a violência, o ódio e a aversão às pessoas que transgridem ou simplesmente não se encaixam nessas normas sociais dominantes. Aqui, o termo homofobia é empregado da mesma forma que é utilizado por Borrillo (2016, p. 23), ou seja, de maneira genérica e abrangendo as formas mais específicas como a gayfobia, lesbofobia, bifobia e transfobia.

Percebe-se, então, que o gênero e a sexualidade não são pré-estabelecidos pela biologia ou pelo divino, mas são, na verdade, construções sociais que variam conforme a cultura e a sociedade e que se alteram conforme ocorrem as mudanças sociais ao longo do tempo. Porém, ainda impera a sensação de que gênero e sexualidade são estáticos, sempre estiveram lá, bem como o domínio de uns sobre os outros, o que ocasiona segregações e violências.

Os membros da comunidade LGBTQ+ são, historicamente, considerados como seres desviantes, doentes, anormais, pessoas que se contrapõem ao modelo dominante de padrões de gênero e sexualidade, sendo considerados, portanto, menos pessoas, passíveis de violência e cura, o que dá origem ao preconceito (BORRILLO, 2016, p. 17). Em meio a esse cenário de violência torna-se indispensável lembrar que cada pessoa é dotada de capacidade de se autodeterminar, no sentido de que pode e deve trilhar sua vida rumo ao que entenda como felicidade, praticando seus costumes, cultura, desejos e demais elementos que venham a compor seu contexto individual e social (BERGAMASCHI, 2017, p. 362).

Logo, normas sociais que exigem das pessoas que suas vidas se enquadrem em padrões heterossexistas[12] acabam, obviamente, castrando a autonomia e o direito à autodeterminação e à diversidade dos LGBTQ+, conduzindo-os à infelicidade. A expressão da sexualidade e do gênero diz respeito à busca pela felicidade e à realização da dignidade de cada indivíduo, sendo essa última o princípio maior da Constituição Cidadã no Brasil. É possível compreender do que se trata a dignidade humana pelas palavras de Ingo Sarlet (2011, s/n[13]):

---

[12] Segundo Borrillo (2016, p. 23) heterossexistas é o sistema social segundo o qual pessoas são segregadas conforme sua sexualidade.

[13] A obra consultada possui formado digital “epub” no qual não foram atribuídos números às páginas. A citação encontra-se ao final do primeiro capítulo e início do segundo, na obra.

> Assim sendo, temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres que integram a rede da vida.
> [...]
> Assim, compreendida como qualidade integrante e irrenunciável da própria condição humana, a dignidade pode (e deve) ser reconhecida, respeitada, promovida e protegida, não podendo, contudo (no sentido ora empregado) ser criada, concedida ou retirada (embora possa ser violada), já que reconhecida e atribuída a cada ser humano como algo que lhe é inerente

A dignidade humana é prevista, também, na Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948), a qual estabeleceu que todas as pessoas são igualmente detentoras de dignidade e direitos, sem distinções de qualquer espécie. A universalidade é característica, então, da dignidade humana, não pertencendo ela a um grupo ou outro de pessoas, mas, na verdade, a todos os indivíduos, independentemente de qualquer pluralidade ou diversidade. Tal visão universalista e hegemônica dos Direitos Humanos, principalmente no que tange à dignidade, embora tenha desempenhado importante papel no passado, tem-se tornado cada vez mais criticável nos tempos atuais.

É preciso refletir acerca da universalidade dos Direitos Humanos no que diz respeito à sua aplicabilidade prática na atualidade. Em uma sociedade fortemente marcada pela desigualdade, como ocorre com a realidade brasileira, é claro o fato de que os Direitos Humanos, ditos universais, não chegam universalmente a todos (CHAUI, SANTOS, 2013, pp. 41-50). Apesar do compromisso e dever do Estado em assegurar tais direitos, grupos ditos minoritários vivem, diariamente, violações graves, dentre elas a lesão ao direito à vida.

Torna-se inviável pensar em diversidade social, especialmente diversidade sexual e de identidade de gênero, sem que se pense na construção, no reconhecimento e na realização de direitos específicos da população *queer* que venham a garantir, na prática, o exercício da cidadania e a possibilidade de viver com dignidade de maneira igual àqueles que não sofrem tais estigmas sociais, ou seja, buscando a igualdade ao mesmo tempo em que se respeita as diferenças.

Para que isso aconteça é preciso levar em consideração, também, a realidade da população *queer* que mais se encontra em situação de desigualdade em razão de desacatar as mais fortes e enraizadas regras sociais que existem hoje: ter a pele branca, ser cisgênero e se adequar às normas binárias de gênero.

A população negra vive, ainda hoje, os reflexos de um passado não muito distante em que o sistema escravagista submetia negros e negras a formas desumanas de coerção, domínio, controle, tortura, estupro, espancamento, chicotadas e demais atos afins, especialmente em relação aos corpos das mulheres negras (DAVIS, 2016, s/n)[14]. No século XIX o culto à maternidade e à feminilidade reforçou as normas sociais binárias que ditavam o papel da mulher na família e na vida, porém a mulher escravizada não tinha nem o "direito" de enquadrar-se em tais papeis machistas, pois "na verdade, ao olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães" (DAVIS, 2016, s/n).

Tais premissas opressoras que historicamente enxerga(va)m o corpo negro não como humano, mas como propriedade e, ainda, enxerga(va)m na mulher um corpo frágil, reprodutor e doméstico, colocam as pessoas LGBTQ+ negras em situação de injustiça social maior em relação às brancas. Além disso, os *queers* que destoam das normas binárias dominantes de identidade de gênero também sofrem mais em relação aos LGBTQ+ cisgêneros. Essa realidade sustenta o que Haritaworn (2014, pp. 205-216) chama de O Drama dos Amantes *Queers* e O Outro Odioso.

O Amante *Queer*, segundo a autora, é a pessoa que ao se inscrever em valores neoliberais – incluindo ser branco, cisgênero, reduzir sua vida amorosa à privacidade de quatro paredes e à "respeitabilidade", se enquadrar nos padrões de beleza – encontra segurança e proteção sob o véu da tolerância. Suas vidas adquirem biovalor, tornam-se mais humanas, ao passo em que se adequam a tais características. Os LGBTQ+ que obedecem esses ditames não contestam as normas socialmente impostas, mas, na verdade, as reforçam e reafirmam enquanto dominantes.

Outros "eixos de poder", tais como a raça, a etnia e a classe também interferem nas relações de gênero e sexualidades (BUTLER, 2003, p. 21). O racismo encontra nas normas binárias de gênero e na dominação da sexualidade heterossexual locais de fixação e proliferação (FOUCAULT, 2017, p. 30). As pessoas LGBQT+ que não se enquadram em tais moldes heterossexistas e racistas serão vistos como O Outro Odioso.

Aqui encontram-se as pessoas não brancas e trans. Seus corpos serão passíveis de desumanização, morte e violências pelo sistema que é reforçado pelos Amantes *Queer*. Enquanto alguns corpos tornam-se visíveis e toleráveis, outros desaparecem. Fica claro, então, que mesmo entre os LGBTQ+ existem privilégios de raça e classe social (HARITAWORN,

[14] A obra consultada possui formado digital "epub" no qual não foram atribuídos número às páginas. Tal informação encontra-se presente no primeiro capítulo da obra.

2014, p. 207). Acrescenta-se, também, os privilégios de gênero, tendo em vista que homens cis LGBTQ+ vivem, notoriamente, com menos marcadores sociais do que mulheres LGBTQ+ e trans.

Talvez a violência mais paradoxal seja a das travestis e transsexuais, porque são, ao mesmo tempo, vítimas do ódio e violências extremos e explícitos, enquanto despertam profundo desejo erótico nos chamados "cidadãos de bem" no Brasil, que é o país que mais mata e, também, consome pornografia e serviços sexuais dessas pessoas (RIOS; SEFFNER, 2018, p. 28).

Os corpos das travestis e transsexuais transbordam os limites daquilo que seria possível em uma realidade binária de macho/masculino e fêmea/feminina (BUTLER, 2012) (DIAS; BRUM; FLORES, 2017, p. 41). Então, por serem estes os corpos que mais extrapolam os limites daquilo que a realidade normatizante pode conceber ou autorizar, estas são as pessoas mais violentadas e com menos acesso a direitos.

Sob a ótica dos direitos Humanos Internacionais, é possível extrair o conceito de discriminação dos termos utilizados na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Estas diretrizes estabelecem que a discriminação é o ato que exclui ou restringe com propósito ou efeito anular ou prejudicar o gozo, o reconhecimento ou o exercício em pé de igualde de direitos humanos e liberdades fundamentais (RIOS, 2009, p. 70)

O tratamento dado aos indivíduos LGBTQ+ na sociedade enquadra-se nos moldes da discriminação segundo os Direitos Humanos Internacionais, pois anula ou prejudica, inclusive, o gozo do direito à vida, por meio de práticas violentas homofóbicas. "[...] A homofobia viola de modo intenso e permanente uma série de direitos básicos, reconhecidos tanto pelo direito internacional dos direitos humanos, quanto pelo direito constitucional" (RIOS, 2009, p.72). A intolerância, que se manifesta na homofobia, ofende, inclusive, à coletividade:

> De fato, a intolerância não é uma conduta dirigida contra determinada pessoa, decorrente de uma condição peculiar e restrita àquela vítima. A intolerância viola o direito à existência simultânea das diversas identidades e expressões da sexualidade, que é um bem comum indivisível. Uma vez acionada, a intolerância ofende o pluralismo, que é requisito para a vida democrática. Daí a compreensão de que os chamados crimes de ódio, manifestação que merece intensa reprovação jurídica, atentam contra a convivência democrática. Daí também a propriedade da utilização de ações coletivas para a proteção e a promoção do direito ao reconhecimento das identidades forjadas e estigmatizadas num contexto heterossexista (RIOS, 2009, p.79).

A discriminação e a intolerância não partem apenas de indivíduos, mas também de instituições públicas e privadas:

> [...] Podemos identificar que há um histórico de alijamento desta população das instituições públicas de saúde, escola e trabalho formal, mesmo que algumas resoluções normativas tenham buscado programas sociais voltados para este grupo em diversas regiões do país (AMARAL, TONELI, 2013, p. 33).

A homofobia gera, além da violência, uma desigualdade de acesso a recursos econômicos, políticos, sociais, jurídicos e culturais, que deixam as pessoas LGBTQ+ em desvantagem nas relações sociais (BORRILLO, 2016, pp. 13-62). O sexismo, caracterizado pela constante objetificação da mulher, implica tanto a subordinação do ser feminino ao masculino quanto à hierarquização das sexualidades, os quais formam a base da homofobia. (BORRILO, 2016, p. 30).

O heterossexismo é definido como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades em que a heterossexualidade ocupa posição superior e todas as outras formas de sexualidade são consideradas incompletas, acidentais e destruidoras da civilização (BORRILO, 2016, p. 30-34). A homofobia opera de forma semelhante às outras formas de intolerância como o racismo e o antissemitismo, por exemplo (BORRILLO, 2016, p. 39).

Esta fobia é, na verdade, uma ideologia que está contida no conjunto das ideias que se articulam em uma unidade relativamente sistemática (doutrina) e com finalidade normativa (promover o ideal heterossexual). Além disso, as teorias homofóbicas propõem formas de considerar os gêneros e as sexualidades pela construção de um sistema de valores (a promoção da heterossexualidade monogâmica) e pela proposição de um projeto político (a diferenciação, a cura, a segregação ou a eliminação dos homossexuais ou das homossexuais) (BORRILLO, 2016, pp. 63-86).

A homofobia e o sexismo apresentam-se como duas faces do mesmo fenômeno social. Em uma sociedade androcêntrica os valores apreciados de forma especial são os masculinos. Ocorre, porém, que os valores masculinos se estruturam com base no antagonismo: o homem é oposto da mulher e o/a heterossexual é o oposto do/a homossexual. Logo, ser homem significa se afastar daquilo que, no entendimento dominante, caracteriza a mulher: a feminilidade, a sensibilidade, a vulnerabilidade e a ternura (BORRILLO, 2016, pp. 87-89).

Então, o homem constitui-se enquanto ser viril, rude, competitivo e bagunceiro. Acrescentam-se, também, aos aspectos que constituem a masculinidade a homofobia e o menosprezo às mulheres. O ódio aos homossexuais é o elemento mais importante na

construção da identidade masculina opressora. “Tal ódio [aos homossexuais] serve, neste caso, à reestruturação de uma masculinidade frágil que, constantemente, tem necessidade de se afirmar pelo menosprezo do outro-não-viril: o maricas e a mulher” (BORRILLO, 2016, p. 90).

A homofobia opera como guardiã do diferencialismo sexual quando busca, na biologia, fundamentos para determinar o tratamento desigual entre os sexos e as sexualidades na sociedade. Esta forma de homofobia estabelece que as mulheres, devido às suas capacidades maternas, seriam mais altruístas, amáveis e menos ambiciosas, enquanto os homens, devido à sua “natureza” agressiva, estariam bem mais dotados para a vida fora de casa, no comércio e na política. Apesar de os conceitos de masculino e feminino serem construções sociais, somos impelidos a aderir cegamente à lógica binária em matéria de gênero e sexualidades (BORRILLO, 2016, pp. 90-93).

Para que esta ordem, as diferenças dos sexos, seja mantida é preciso sustentar, ao mesmo tempo, a hierarquia das sexualidades. Por este motivo, a homossexualidade é sempre colocada em uma posição de inferioridade em relação à heterossexualidade. “[...] a homofobia diferencialista pretende afastar os homossexuais do direito comum (em particular, o direito ao casamento), a fim de salvaguardar a supremacia normativa da heterossexualidade” (BORRILLO, 2016, p. 93).

O desenvolvimento em ambiente anti-homossexual e a carência de referências sentencia gays e lésbicas à aflição. Então, surge a figura do *coming-out*[15] como um momento libertador, em que a pessoa homossexual cria forças e decide sair da clandestinidade. O *coming-out* ajuda o homossexual a restaurar parte de sua autoestima, porém, também representa a confirmação de que se vive em uma sociedade dominada pela heterossexualidade. “Nenhum heterossexual sonha em fazer seu *coming-out*, uma vez que ele já se encontra no universo público; em razão de sua ‘normalidade’, ele usufrui desde sempre da presunção de heterossexualidade” (BORRILLO, 2016, p. 103).

A homofobia, por produzir a desigualdade entre sujeitos, é uma ameaça aos valores democráticos de compreensão e de respeito ao próximo. Esta fobia é um problema social e deve ser considerada como um delito suscetível de sanção jurídica. Então, enquanto agressão não somente aos homossexuais, mas também à democracia, precisa ser combatida nas vias pedagógicas. Se esta iniciativa se mostrar falha convirá fazer apelo aos instrumentos

[15] No Brasil, a expressão equivalente ao *coming-out* é o “sair do armário”.

repressores do Direito. Todavia, é preciso que a ação repressora seja acompanhada de uma ação preventiva (BORRILLO, 2016, p. 107).

Frente tal problema, Borrillo propõe que este processo pedagógico ocorra no seio da família, por meio do diálogo e da não rejeição dos jovens LGBTQ+; na mídia, eliminando os clichês e estereótipos dos rádios, filmes e redes de televisão, apresentando uma imagem positiva dessas pessoas; nas leis, para fortalecer o combate às discriminações; nos estudos científicos sobre o tema, que precisam de mais financiamentos; e, sobretudo, nos locais de ensino, para que se transmitam valores como igualdade e respeito à diversidade (BORRILLO, 2016, pp. 107-113).

2.2 Contexto da pesquisa empírica

A pesquisa empírica realizada neste trabalho foi a observação da disciplina chamada Direito e Gênero, da faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande, no primeiro semestre do ano de 2019. O objetivo foi o de colher dados a respeito de como os temas do gênero, do sexo e das sexualidades são abordados com e para os alunos do curso superior de Direito para que se possa analisar a contribuição destes conhecimentos na formação destes alunos.

Inicialmente, foi solicitada autorização à professora responsável pela disciplina. Foram-lhe informados os objetivos da pesquisa de campo e, também, que os dados seriam colhidos por meio de ferramentas da gravação do áudio, nas aulas, e pela tomada de notas sobre os fatos e aspectos da observação que, pela sua natureza, não pudessem ser apreendidos pela gravação de áudio.

No primeiro encontro observado, a professora apresentou o investigador aos alunos da turma, o qual, a pedido dela, esclareceu o objeto do seu estudo e os métodos de captação de dados. Os alunos cientes, então, da metodologia da pesquisa foram questionados a respeito do seu aceite pela realização e sua partição nela. Todos os presentes manifestaram, oralmente, o seu consentimento.

Em decorrência do tempo e da dedicação necessários à degravação, à organização, à análise e à discussão dos dados coletados, optou-se por realizar a observação das últimas quatro aulas da mencionada disciplina, no referido semestre letivo. Justifica-se a escolha das últimas aulas em decorrência de neste momento, teoricamente, já terem sido superadas eventuais aulas dedicadas ao esclarecimento dos conceitos iniciais da temática, levando o

pesquisador a poder observar diretamente a ocorrência de debates e reflexões, aspectos estes que são de maior relevância para este trabalho.

É claro, porém, que não seria possível abordar aspectos da educação e, também, realizar pesquisa empírica relacionada à maneira como tais temas são abordados em sala de aula sem, antes, percorrer os caminhos teóricos acerca das normas educacionais vigentes no país, bem como a atual situação da educação e, especialmente, os maiores obstáculos a serem enfrentando quando se propõe a abordagem de temas relacionados ao sexo, às sexualidades e ao gênero nas salas de aulas.

Pensando nisto, parece pertinente tratar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394/96, que é a norma que regulamenta o sistema educacional público e privado nacional, desde a educação básica até o ensino superior. Essa lei, logo em seu artigo introdutório, estabelece que a educação diz respeito, também, à vida familiar, à convivência humana e prática social:

> Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
> § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.
> § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Ao estabelecer os princípios morais e as finalidades do ensino no Brasil, a referida lei diz que a educação deve ser inspirada por ideais de solidariedade humana para o exercício da cidadania com base no pluralismo de ideias, do respeito à liberdade e tolerância, além da consideração da diversidade étnico-racial:

> Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
>
> Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
> I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
> II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
> III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
> IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
> V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
> VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
> VII - valorização do profissional da educação escolar;
> VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
> IX - garantia de padrão de qualidade;

> X - valorização da experiência extra-escolar;
> XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
> XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
> XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

É preciso perceber que "a educação é um bem público no Brasil" (DINIZ; LIONÇO, 2011, p. 126). Apesar dessas previsões legais, é preciso analisar se, de fato, o ambiente de ensino é emancipador e propagador de ideais de respeito às diversidades e solidariedade humana.

Diniz e Lionço afirmam o poder de transformação da educação, mas, também, a sua capacidade de reproduzir a discriminação:

> A escola é um espaço que permite a apresentação da realidade social em sua diversidade, podendo ser uma ferramenta política emancipatória. Todavia, conforme as práticas vigentes e os conteúdos veiculados, este mesmo espaço pode ser marcado pela discriminação, numa dinâmica que valoriza as diferenças de modo a promover as desigualdades ou prejuízos para as partes desqualificadas. Dai a intima relação e a necessidade de atenção à relação entre educação, como institucionalmente organizada e experimentada, e a diversidade sexual. (DINIZ; LIONÇO, 2011, p. 125)

Butler afirma que as universidades podem ser locais de proliferação do discurso normativo, especialmente quando abordam questões relativas às desigualdades de gênero tratando a mulher como uma categoria homogenia, ou seja, sem levar em consideração as especificidades das mulheres negras, pobres e demais:

> É minha sugestão que as supostas universalidade unidade do sujeito do feminismo são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam. Com efeito, a insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria una das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. Esses domínios de exclusão revelam as consequências coercitivas reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios. (BUTLER, 2003, p. 21)

Enquanto isto, Louro afirma que a escola é um local de produção das desigualdades, porque mergulha a pessoa jovem, desde cedo, em uma realidade que diferencia e a classifica de diversas formas e parâmetros, muitos deles com base nas diferenças de gênero:

> Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento,

> hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos e meninas.
> [...]
> É necessário que nos perguntemos, então, como se produziram e se produzem tais diferenças e que efeitos elas têm sobre os sujeitos. A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas. Através de seus quadros, crucifixos, santas ou esculturas, aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite, também, que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos. (LOURO, 2014, pp. 61-62)

Dada a importância dos locais de educação na formação das pessoas e na transformação social, o ensino torna-se personagem principal quando se pensa no combate às discriminações e desigualdades. Embora, nos moldes atuais, a escola e demais locais de formação sejam reprodutores dessas injustiças, é possível transformar a prática educacional para que se torne, de fato, emancipatória. Santomé sintetiza bem este ideal:

> Educar é parte essencial na formação de um ser humano utópico, que vê a realidade como aperfeiçoável, que se sente obrigado a ver sempre um mundo de possibilidades, a ser otimista quanto às possibilidades de organizar modelos de sociedade cada vez mais justo, inclusivos e democráticos. (SANTOMÉ, 2018, p. 17).

Merece atenção a formação dos alunos dos cursos superiores de Direito. Estas pessoas serão os futuros operadores do Direito, podendo tornarem-se advogados, promotores, analistas, juízes e, também, professores e legisladores. A educação jurídica pode ser transformadora porque é no Direito que, geralmente, as pessoas buscam proteção ou tutela diante da violação de direitos e na ocorrência de injustiças e violências.

Rios e Seffner dizem que, por um lado o Direito preocupa-se com a norma, com as leis e a Educação com o aprendizado, mas que também é neles que há cada vez mais espaço para transgressões das normas que naturalizam toda violência vivida pelos LGBTQ+, possuindo o poder de instigar e possibilitar a convivência com "os diferentes" (RIOS; SEFFNER, 2018, p. 29).

> Questões de gênero e sexualidade não são apenas objeto de investigação acadêmica, são também o motivo de poderosos movimentos sociais com todas as cores do espectro político, seja para manter, seja para modificar o que nos acostumamos a tomar como devido ou indevido. É sabido que na escola não apenas se faz um percurso de aprendizado dos conhecimentos científicos. A escola é produtora de identidades, e as identidades de gênero e sexualidade estão nela incluídas. Em torno desse tópico assistimos ampla disputa no Brasil, da qual a retirada dos itens que lidam com gênero nos planos municipais e estaduais de educação é nada mais que a ponta do iceberg. Mas os processos educativos que nos ensinam o que é considerado

> "correto" ou "indesejado" em termos de gênero e sexualidade não habitam apenas o território escolar. Eles estão amplamente disseminados na forma de pedagogias culturais (LOURO, 2000) em artefatos como novelas, filmes, propagandas de artigos de consumo, homilias religiosas, notícias de jornal, artigos em revistas, placas de anúncios, brinquedos para a infância e a adolescência, ritos de passagem, convites para festas, estilos de moda e vestuário, tecnologias para a vida cotidiana, romances e poesias, pintura e escultura, declarações de autoridades, desenho de estratégias empresariais, políticas públicas de saúde ou previdência, declarações de candidatos em campanhas eleitorais, estruturas de redes sociais, organização de agrupamentos familiares, distribuição de ganhos no mercado de trabalho, piadas e anedotas, etc. (RIOS; SEFFNER, 2018, pp. 29-30)

É preciso que o aparato jurídico esteja em consonância com os princípios do respeito e reconhecimento das diversidades e é neste contexto que se torna indispensável pensar na formação daqueles que decidem lançar-se no ramo do Direito. Há alguns anos novas propostas e modelos do ensino do Direito têm sido buscados com o objetivo de aproximar a formação dos alunos às novas demandas decorrentes das profundas mudanças do mundo contemporâneo, especialmente no âmbito econômico, social, político e tecnológico

Para tanto, é preciso considerar as necessidades da atual realidade social para, após, analisar de maneira crítica os conteúdos das disciplinas e das propostas de ensino a serem aplicados na educação daquelas e daquelas que ingressam no ensino superior (LEITE; SCHMIDT, 2018, p. 152). Parece irrefutável que, ao estruturar a maneira como o ensino jurídico ocorrerá nas salas de aula, será preciso confrontar os conhecimentos ditos indispensáveis com outras opções mais justas e que mais se adequem à atualidade.

É preciso adequar, cada vez mais, a devida relação entre a educação e os Direitos Humanos, especialmente sob uma nova perspectiva que aponte para a cidadania e subjetividade (WARAT,[16], pp. 02-83). Warat, ao longo de toda sua obra intitulada Educação, Direitos Humanos, Cidadania e Exclusão Social, afirma repetidas vezes que novas perspectivas serão adotadas na educação por meio dos verbos reinventar, refundar e repensar.

Passamos, então, à análise das normas brasileiras a respeito do tema. Neste trabalho, parece indispensável situar a realidade do Direito tanto no campo do ensino quanto no campo da produção de normas, para que se possa fazer uma análise mais realista daquilo que falta no mundo jurídico e o que poderia contribuir para maior justiça social às pessoas vítimas de toda violência descrita até aqui.

2.3 As normas brasileiras

[16] O texto consultado não possui data de publicação.

A atual Constituição Federal Brasileira determina, em seu artigo 5º, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Essa norma está contida no capítulo constitucional relativo aos direitos e deveres individuais e coletivos, que são, em suma, princípios fundamentais que se aplicam a toda sociedade. É o conhecido "princípio da isonomia".

Essa igualdade, porém, pode ser vista sob duas formas: formal e material. Enquanto aquela diz respeito à igualdade simplesmente prevista no corpo da lei constitucional, esta se refere à igualdade palpável, ou seja, àquela que é prática, que se vê e se percebe em determinada situação. A grande questão que merece destaque é a seguinte: com toda violência já narrada no início deste capítulo, a igualdade não parece atingir a sua forma material quando se fala de questões ligadas a gênero e sexualidades.

A resistência ao reconhecimento das diversidades e ao combate à desigualdade de gênero é grande. Lopes cita alguns casos que exemplificam com clareza, ao tratar do direito ao reconhecimento para gays e lésbicas:

> "O Brasil não está preparado para a união civil. É desnecessária e contaria as bases culturais e religiosas do país." É assim que se manifesta o juiz de direito Marcos Augusto Barbosa dos Reis, em entrevista concedida à revista Trip (nº 95, nov. 2001), a respeito da união entre pessoas do mesmo sexo.
> "Nem o direito natural e nem a legislação constitucional e infraconstitucional brasileiras preveem a união homossexual. [...] Essas decisões isoladas jamais significação que dois, ou duas pessoas, possam encontrar a felicidade e a proteção do direito a partir de uma conduta que é um desvio da natureza das coisas".
> E este é o teor da declaração dada pelo advogado Jaques de Camargo Penteado, no jornal Tribuna do Direito (nº 82, fev. 2002). Tais declarações contemporâneas mostram o quanto a discussão jurídica brasileira está contaminada por equívocos e por falta de entendimento adequado do que são o direito, a democracia e a moral. (LOPES, 2011, pp. 21-22)

Os próprios legisladores perceberam este problema, porque, mesmo após a chegada da atual Constituição Federal, diversas leis vêm sendo promulgadas com o objetivo de tentar reduzir esta realidade violenta. Em 2006, por exemplo, surgiu a Lei Federal nº 11.340/2006, que recebeu o nome "Lei Maria da Penha" em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes.

A cearense Maria da Penha sofreu, durante anos, inúmeros atos de violência doméstica por parte de seu marido que, inclusive, tentou matá-la por diversas vezes. Na primeira tentativa de homicídio ela ficou paraplégica em função de um tiro por arma de fogo. Após, foi eletrocutada e, ainda, sofreu tentativa de afogamento.

Após dezenove anos exigindo justiça ao Poder Judiciário ela precisou recorrer aos organismos internacionais, que intervieram. Acatando as recomendações internacionais, o

Brasil, finalmente, editou a referida lei para dar mais proteção às vítimas de violência doméstica.

Porém, mesmo após a edição da citada lei, os índices de violência de gênero, dentro e fora do âmbito doméstico e familiar, seguiram crescendo (GARCIA *et al*, 2013, pp. 383-394). Entre os anos de 2012 e 2013, no Brasil, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher realizou uma análise sobre as ocorrências de violência de gênero e recomendou a criação de uma lei que, atualmente, corresponde à Lei Federal 13.104 de 2015. Em 2013, a Comissão Sobre a Situação da Mulher, da ONU, também havia feito tal recomendação.

A mencionada lei, de 2015, alterou do Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal criando uma nova qualificadora para o crime de homicídio, a qual recebeu o nome de feminicídio. Segundo ficou redigido no inciso VI do art. 121 do Código Penal, caracteriza o feminicídio o homicídio contra mulher por razão da condição do sexo feminino, ou seja, quando a morte da pessoa ocorrer em razão de ser ela mulher. Esse crime passou a ser considerado hediondo, conforme consta no art. 1º da Lei 8.072/90.

Além disso, o parágrafo segundo, do mencionado artigo, diz que o crime ocorre em razão da vítima ser mulher quando há presença da violência doméstica e familiar ou o menosprezo ou discriminação relacionados à condição de mulher. A pena prevista para o homicídio qualificado é de 12 a 30 anos de reclusão e pode ser aumentada, de um terço até a metade, se o feminicídio ocorrer durante gestação ou nos meses posteriores ao parto, contra mulher menor de 14 anos, idosa ou com deficiência, na presença de descendente ou ascendente da vítima.

Apesar da existência dessas normas, os dados já mencionados anteriormente mostram que a violência de gênero parece crescer cada vez mais no Brasil. Além dela, os números sobre a violação de direitos de pessoas LGBTQ+ também preocupam. Essas pessoas vêm conquistando direito de forma lenta ao longo dos anos. As leis que tratam sobre o tema de sexualidade, por exemplo, são escassas.

A Lei Maria da Penha, ao conceituar família em seu art. 5º, prevê que a violência doméstica e familiar contra a mulher pode ser caracterizada independentemente da orientação sexual das pessoas envolvidas, ou seja, também enquadra-se nos critérios da lei a violência cometida por uma mulher contra a outra.

> Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão,

> sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: (Vide Lei complementar nº 150, de 2015)
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
> Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Alguns avanços já ocorreram em relação ao reconhecimento de certos direitos à população LGBTQ+ no Brasil. O Estado do Rio de Janeiro, durante o governo de Sérgio Cabral, foi um dos primeiros a criar os chamados Conselhos de Direitos LGBT. Além disso, a justiça do Rio Grande do Sul foi uma das primeiras a reconhecer as uniões civis entre pessoas do mesmo sexo.

Fernando Henrique Cardoso, ao fim da sua presidência, lançou o Plano Nacional de Direitos Humanos e falou abertamente sobre a defesa das uniões entre pessoas do mesmo sexo. Depois, Luiz Inácio Lula da Silva lançou campanhas contra a homofobia, como o Brasil Sem Homofobia e a I Conferência Nacional GLBT, evento este onde foi anunciada a autorização do Sistema Único de Saúde para a realização de cirurgias de redesignação sexual.

Em 2011, o STF, ao julgar a ADI 4277 e a ADPF 132, reconheceu de forma unânime a união estável entre casais do mesmo sexo, as equiparando às relações heterossexuais. Depois, no ano de 2013, o Conselho Nacional de Justiça editou sua Resolução nº 175 que proíbe, expressamente, a recusa, por parte das autoridades competentes, de realização de casamento entre pessoas do mesmo sexo ou a conversão da sua união estável em casamento:

> Resolução nº 175/2013 CNJ para atos administrativos:
> Art. 1º. É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou conversão da união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo.
> Art. 2º. A recusa prevista no art. 1º implicará a imediata comunicação ao juiz corregedor para as providências cabíveis.
> Art. 3º. Esta resolução entre em vigor na ata de sua publicação.

No ano de 2016 a então presidente Dilma Rousseff assinou o Decreto nº 8.727 de 28 de abril que autoriza o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transsexuais no âmbito da administração pública federal. A medida vale tanto para funcionários quanto para usuários.

Em 2018 o plenário do STF firmou a tese que autoriza à pessoa transgênera a alteração do seu nome e do gênero no registro civil ainda que não tenha realizado o procedimento cirúrgico de redesignação sexual. A alteração pode ocorrer diretamente no cartório, não sendo requisito a decisão judicial lhe autorizando. O ocorrido caracterizou uma conquista, pois, antes disso, a pessoa, para ter acesso ao direito de alteração do registro civil, precisava submeter-se à cirurgia que não necessariamente queria, mutilando seu corpo contra sua vontade.

Recentemente, em 2019, a Ordem dos Advogados do Brasil decidiu que agressores que tenham cometido violência doméstica ou agressões contra pessoas com deficiência e contra pessoas LGBTQ+ em razão da orientação sexual ou identidade de gênero e expressão de gênero não poderão ingressar ou permanecer inscritos junto à entidade. Além disso, o STF determinou que as agressões às pessoas LGBTQ+ sejam equiparadas e tratadas legalmente da mesma forma que os casos de racismo até que norma específica seja aprovada pelo Congresso Nacional.

É claro que todas estas dificuldades e pontuais avanços abalam não apenas a esfera legal do âmbito jurídico da sociedade, como também a realização de políticas públicas, afetando, inclusive, a maneira como o tema será abordado nos ambientes de ensino. Portanto, é preciso passar, no capítulo seguinte deste trabalho, à análise teórica dessas questões.

3. Análise das políticas públicas para a população LGBTQ+ e educação sobre diversidade sexual e gênero.

Este capítulo problematiza questões, dentro dos temas da diversidade sexual e do gênero, a respeito de políticas públicas e educação. Foram buscados dados a partir das escritas de Feitosa, Junqueira, Borrillo, Paraíso, Louro, Dias e outros. Os estigmas sociais despejados sob as pessoas LGBTQ+ parecem precarizar a realidade das políticas públicas voltadas a essa população. Ainda, com a ajuda do fundamentalismo religioso e de movimentos contrários à abordagem de questões de gênero e sexualidade nos ambientes educacionais, existem dificuldades em relação a uma educação adequada a respeito do tema.

O problema educacional na abordagem das questões envolvendo o sexo, as sexualidades e o gênero dizem respeito não apenas aos níveis fundamental e médio de ensino, mas também aos cursos superiores. O curso de Direito não é exceção e o problema reside no fato de que os futuros advogados, juízes, promotores e, inclusive, professores e legisladores poderiam estar realizando uma formação mais adequada ao reconhecimento e à realização dos Direitos Humanos para as pessoas LGBTQ+.

Portanto, torna-se indispensável analisar qual a realidade e quais barreiras enfrentam as políticas públicas voltadas à população LGBTQ+, especialmente no que diz respeito às políticas educacionais. Além disso, é preciso investigar a atual situação da educação no país, especialmente nos cursos de Direito, com atenção especial para as possibilidades que uma educação emancipadora pode oferecer à população em termos de justiça social.

3.1 Políticas públicas LGBTQ+ e educação

Todas as precariedades dos âmbitos social e jurídico, narradas no capítulo anterior, tornam as políticas públicas LGBTQ+ frágeis institucionalmente e deficientes estruturalmente. Além disso, em sua esmagadora maioria, elas dizem respeito a políticas de governo e não de Estado, ou seja, ficam à mercê das vontades, conveniências e conjunturas políticas. O número de pessoas especializadas responsáveis pela elaboração, implementação, fiscalização e avaliação dessas políticas é muito baixo (FEITOSA, 2017, p. 77).

Quando é formulada uma política pública específica ela se reveste de várias precariedades porque os recursos são poucos e dependem da boa vontade de alguns, além do fato de que os seus gestores enfrentam os percalços da homofobia institucional (FEITOSA, 2017, p. 77). Outra barreira enfrentada no Brasil é o papel e a influência conservadora exercida pela igreja católica.

A fim de exemplificar, é possível citar a chamada “ideologia de gênero” e o movimento antigênero – que é contrário à adoção da perspectiva e ao reconhecimento do gênero e da diversidade sexual nas políticas públicas e na vida –, que são invenções católicas emergidas na segunda metade dos anos 1990 e início do século XXI (JUNQUEIRA, 2018, p. 181).

Junqueira sintetizou com excelência a informação de que a influência religiosa percorre longos caminhos para muito além dos muros dos templos religiosos, adentrando nos mais diversos âmbitos sociais:

> Nos diferentes países em que ocorreram, costumam integrar essas investias morais: estruturas eclesiásticas, organizações e movimentos religiosos e grupos ultraconservadores, aliados ou articulados a diversos setores sociais e forças políticas. Sob variadas formas de atuação, articulação, financiamento e graus de visibilidade, além da hierarquia religiosa e de setores desde o início engajados na ofensiva, envolvem-se organizações de juristas e médico cristãos, movimentos e partidos políticos de direita e extrema-direita (e não apenas), profissionais da mídia, agentes públicos, dirigentes do Estado, entre outros. (JUNQUEIRA, 2018, p. 182)

Um dos alicerces da tradição homofóbica da igreja cristalizou seus fundamentos nas ideias de Tomás de Aquino. Para ele, o prazer sexual só seria legítimo caso não fosse suscetível de entravar a reprodução e, por isso, condenava a zoofilia da mesma forma que condenava a masturbação, o sexo homossexual ou as práticas de sexo oral e anal (BORRILLO, 2016, p. 53). Além disso, comparava as relações homossexuais aos pecados mais abjetos, como o canibalismo e a ingestão de imundices (BORRILLO, 2016 p. 53).

Com fundamentos baseados nessas tradições absurdas, os religiosos, no Brasil, começaram a falar em “ideologia de gênero” e começaram a se manifestar de maneira ostensiva por meio de mobilizações ultraconservadoras pela exclusão das menções às expressões gênero e orientação sexual dos planos nacional, estaduais e municipais de educação (JUNQUEIRA, 2018, p. 183).

Outro obstáculo às políticas públicas para a população LGBTQ+ no país é o fato de que não contam com a mesma preocupação e solidariedade social que outros segmentos abarcados pelas políticas públicas de Direitos Humanos, como crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência (FEITOSA, 2017, p. 78). Parece que a pouca preocupação com essa parcela da população, bem como o fato de serem vistos como seres desviantes, afasta o interesse pela promoção de seus direitos e dignidade por meio das políticas públicas.

É possível exemplificar algumas dessas dificuldades com o estudo de Irineu (2009) no qual a pesquisadora analisou dois Centros de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia no estado do Mato Grosso, nas cidades de Cuiabá e Rondonópolis. Ambos os

Centros eram financiados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos sob as ações do Programa Brasil Sem Homofobia.

Irineu (2009) destacou que, no Centro de Cuiabá, a equipe estava pela metade do número ideal de pessoas que deveriam ali atuar e no de Rondonópolis o coordenador alegava que a população LGBTQ+ não tinha interesse em políticas públicas de Direitos Humanos, motivo pelo qual o Centro acabava atendendo a população heterossexual.

Esses exemplos demonstram que, além da dificuldade que o governo federal enfrenta ao repassar os recursos para os estados, municípios e ONGs responsáveis pela execução das políticas públicas LGBTQ+, ocorrem, ainda, desvios de finalidade e má aplicação desses escassos recursos. Talvez o afastamento da população *queer* do acesso às poucas políticas públicas dê-se em razão da falsa noção, por parte daqueles que as estruturam, de que se trata de uma população homogênea (FEITOSA, 2017, p. 78).

É preciso que no interior de cada política pública as crenças, valores e tradições presentes historicamente no imaginário social em relação à população LGBTQ+ sejam desmistificados. Quando se fala em gênero e sexualidade, não se está a falar de um grupo homogêneo de pessoas que vivem exatamente as mesmas dificuldades e violências por terem sexualidade iguais, parecidas ou por terem determinada identidade de gênero.

Homens gays e mulheres lésbicas podem, por exemplo, ser cisgênero ou transexuais. Além disso, podem, ao mesmo tempo, ter pele branca, negra ou outra. Não bastasse, podem ter, simultaneamente às características anteriores, diferentes etnias, religiões, origens, classes sociais, eventuais deficiências e outras características que lhes tragam estigmas sociais dos mais variados.

É notório que aqueles que mais dependem das políticas públicas são justamente as pessoas em maior situação de vulnerabilidade social e cujos percalços e estigmas sociais são vividos de forma mais intensa e violenta. Daí a necessidade de investir na educação e na preparação das pessoas, dos mais variados ramos de atuação profissional, no sentido de que possam compreender isso tudo e receber aqueles e aquelas que necessitam das políticas públicas de forma adequada, respeitosa e convidativa.

Um efeito, narrado por Feitosa, dessa inefetividade das políticas públicas é o chamado "familismo nas políticas públicas":

> Essa concepção, baseada na centralidade da família, transfere responsabilidades, que seriam até então do Estado, para as famílias, o que evidentemente gera uma série de transtornos em se tratando da especificidade da população LGBT que sofre violência, inclusive e sobretudo, no interior das famílias. É o caso de pais e mães que querem "consertar" o jovem gay ou lésbica ou que expulsam seus/suas filhos/as

> ao descobrirem que são lésbicas, gays, trans e bissexuais. O conceito de familismo nas políticas públicas articula-se com o conceito de homofobia familiar discutido por Sarah Schulman. (FEITOSA, 2017, p. 80)

Como já foi dito, dentre a população LGBTQ+ as pessoas que mais transbordam os limites das regras de gênero impostas pela sociedade são as travestis e transgêneras. Em um texto que trata do assunto, Bento (2014) cria o conceito de "cidadania precária". Frente à ausência de legislação nacional que assegure às pessoas trans o acesso e exercício de direitos fundamentais básicos – como o do uso do nome –, algumas instituições criam mecanismos que a pesquisadora chama de "gambiarra legal".

Por meio dessa ferramenta algumas instituições buscam assegurar às pessoas trans o uso do nome social. Porém, em que pese os efeitos positivos da iniciativa, essas pessoas acabam tendo seu nome social aceito em alguns locais e em outros não. Então, mesmo com essas paulatinas conquistas, este fato evidencia que a população LGBTQ+ costuma viver a precarização da sua cidadania no sentido de que esta não é plena e efetivamente garantida da mesma forma que ocorre com outras pessoas.

Feitosa, ao afirmar o problema de as políticas públicas serem formuladas considerando todas as pessoas iguais e imaginando que, em decorrência disso, todas devem receber tratamento igual, cita algumas características problemáticas da gestão de políticas públicas voltadas à população LGBTQ+:

> As políticas gestadas nessa perspectiva, algo hegemônico nas ações brasileiras, apresentam as seguintes características: (i) depositam altas expectativas em marcos legais; (ii) não dispõem de ações articuladas com o campo da cultura; (iii) apresentam a sexualidade e a identidade de gênero como dados naturais, biológicos ou genéticos de maneira reduzida e binária (masculino/feminino, heterossexual/homossexual); (iv) devido à afirmação de identidades ditas coletiva, essencialistas e universalizantes, forçam as pessoas não heterossexuais a se enquadrarem nas identidades LGBT, sendo que essas identidades possuem elementos pré-definidos e rígidos; (v) a luta política é centrada na defesa da homossexualidade, ignorando uma necessária problematização das ordens cultural e política hegemônicas. (FEITOSA, 2017, p. 82)

Feitosa indica que as políticas públicas devem ter como princípios o entendimento de que os preconceitos nascem da cultura, a crítica à aposta exclusiva em marcos legais, a identificação dos instrumentos que reforçam as normas de gênero e sexualidade opressoras e normalizadoras, a rejeição das construções biológicas binárias e das patologizantes das sexualidades e gêneros e a compreensão das identidades como fluídas e flexíveis (FEITOSA, 2017, pp. 82-83).

Grande parte desses princípios esbarra no uso incansável da expressão “ideologia de gênero” pela população conservadora brasileira. Para além de uma classificação, uma terminologia ou conceito, a expressão age como uma poderosa categoria de mobilização política (JUNQUEIA, 2018, p. 183). Esse estandarte, fabricado na forma de rótulo ou slogan, tende a funcionar como sinal de adesão, ostentado por aqueles que tentam silenciar a diversidade sexual e de gênero.

Um grande exemplo de como a “ideologia de gênero” afeta diretamente as políticas públicas é o ocorrido com kit anti-homofobia do Ministério da Educação, o qual foi vetado em 2011 quando, por meio do discurso e sob o uso do termo da “ideologia de gênero”, uma parcela conservadora, de fundo religioso, propagou falsas notícias e informações distorcendo o objetivo da política pública. O poder do discurso foi tão forte que até os dias atuais há quem pense que o “kit-gay” realmente existiu – assim era chamado o kit, de forma pejorativa, cujas notícias falsas veiculavam que seu objetivo era o estímulo de crianças e adolescentes à homossexualidade.

Junqueira explica, de forma muito clara, os perigos que derivam do uso do discurso da maneira como ocorre com a “ideologia de gênero”:

> Afinal, ao expandir seus sentidos e, eventualmente, dotar-se de caráter universalizante, assumindo os contornos de um “significante vazio” (LACLAU, 1996 [2011]), o sintagma “ideologia de gênero” pode vir a adquirir a capacidade de operar como elemento de representação e articulação de inúmeras cadeias discursivas e equivalências. Assim, de maneira contingente, no âmbito de batalhas por hegemonia, o sintagma pode atrair ou aglutinar diversas demandas políticas, propiciar adesões de atores distintos, ensejar instrumentalizações e revestir os discursos de aparente coerência, especialmente entre agremiações políticas de direita de caráter populista e nacionalista (e não apenas). (JUNQUEIRA, 2018, p. 184)

Esse movimento, chamado por Junqueira (2018, p. 185) de cruzadas morais, é eficaz não apenas para bloquear avanços, mas, também, para impor a involução nos campos das políticas públicas e na vida. Esses agentes do retrocesso, ao invés de buscarem o debate político democrático, investem esforços no aliciamento e na adesão de gestores públicos, parlamentares, juristas, jornalistas, dirigentes escolares, eleitores e outros. O campo político torna-se o palco de definições de quem será socialmente excluído e nele são estabelecidos critérios de pertencimento social (FRASER, 2009, p. 17).

O movimento anti-gênero cativa os particulares e coloniza a esfera pública mostrando-se como o salvador, messias e protetor de interesses privados tradicionais, familistas e religiosos, que alega agir em defesa das crianças, da inocência da infância, do direito das crianças a uma família composta por um pai e uma mãe e do direito dos pais de determinarem

todos os limites da educação de seus filhos. Quanto a este último, a escola e a universidade são ditas como expropriadoras e inimigas desse direito (JUNQUEIRA, 2018, p. 187).

No campo da educação, tais interesses foram cristalizados no movimento chamado Escola Sem Partido que, fantasiado de – nem tão – aparente legalidade, buscou descontextualizar a Convenção Americana de Direitos Humanos, da OEA, que diz, em seu artigo 12, que os pais têm direito a que seus filhos e pupilos recebam educação religiosa e que a moral deles seja formada de acordo com as convicções daqueles. Nesse fato ocorreu o que Santos alerta: a utilização do discurso dos Direitos Humanos com a finalidade de fundamentar a violação de direitos e o retrocesso social (CHAUI; SANTOS, 2017, p. 49).

Frente a tais fatos, mesmo que em tom pessimista, Chaui e Santos parecem ter razão:

> É geralmente reconhecido que os direitos humanos, como linguagem emancipatória, provêm do Iluminismo do século XVIII, a revolução francesa e da revolução americana. O que normalmente não é referido é que, desde então até os nossos dias, os direitos humanos foram usados, como discurso e como arma política, em contextos muito distintos e com objetivos contraditórios. [...]
> Mas a mesma hipocrisia (dir-se-ia, constitutiva) de invocar os direitos humanos para legitimar práticas que podem considerar-se violação dos direitos humanos continuou ao longo do último século e meio e é hoje talvez mais evidente do que nunca. [...]
> Os direitos humanos foram subsumidos no direito do Estado, e o Estado assumiu o monopólio da produção do direito e de administração da justiça. [...]
> Temos pois de ter em mente que o mesmo discurso de direitos humanos significou coisas muito diferentes em diferentes contextos históricos e tanto legitimou práticas revolucionárias como práticas contrarrevolucionárias. Hoje, nem podemos saber com certeza se os direitos humanos do presente são uma herança das revoluções modernas ou das ruínas dessas revoluções. (CHAUI; SANTOS, 2017, pp. 47-49)

Nos últimos anos o Plano Nacional da Educação (PNE) foi aprovado sem o trecho anterior que falava sobre gênero, suprimindo frases como “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção de igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” por outras variações genéricas, como “erradicação de todas as formas de discriminação”. Parece que o gênero e a sexualidade correm o risco de passarem a ser considerados assuntos não-escolares ou educacionais (PARAISO, 2018, p. 07).

O mesmo ocorreu com os Planos Estaduais e Municipais de Educação em vários estados e municípios do país, como a cidade de São Paulo e os estados de Pernambuco e Espírito Santo. Ainda, em 2017 o gênero e a sexualidade foram os temas suprimidos na última versão da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Vejamos algumas alterações do BNCC, citadas a título de exemplo, cujos termos riscados representam o que foi suprimido do texto e os sublinhados o que foi alterado:

> Art. 16 Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, **sexualidade e ~~gênero~~**, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo. (grifo nosso)
> [...]
> Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, **gênero~~, orientação sexual~~**, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer. Qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer. (grifo nosso)
> [...]
> (EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas **diferenças ~~de sexo, de identidade~~ de gênero e ~~de orientação sexual~~.** (grifo nosso)

A supressão dos termos destacados serve de exemplo para o que Louro alerta: o ocultamento ou a negação das pessoas LGBTQ+ pretende evitar que os alunos e as alunas "normais" as conheçam e possam desejá-las (LOURO, 2014, p. 71). O silenciamento e a ignorância – chamada de inocência – são vistos como mantenedores dos valores e comportamentos "bons" e aceitáveis. Porém, condena essas pessoas, nas salas de aula, às gozações, perseguições, insultos e violências, pois são vistos como desviantes, indesejados ou ridículos (LOURO, 2014, p. 72).

Esse silenciamento ocorre, inclusive, no momento que os espaços de educação selecionam os livros didáticos. A representação da família, no material didático, geralmente é daquela constituída por um pai e uma mãe, usualmente com dois filhos, com profissões e tarefas típicas de homens e mulheres segundo sua cor da pele e etnia (LOURO, 2014, p. 72). A diversidade e a pluralidade são ignoradas ou negadas.

Segundo Dias e Scarabelot, a modernidade produziu espaços de irracionalidade e políticas de identidades cujas bases se fundam em critérios hegemônicos de legalidade e normalidade (2018, p. 183). Quando se trata de políticas públicas e de educação não se pode negar o direito à diferença, sob pena de incorrer num falso direito à igualdade (DIAS; SCARABELOT, 2018, pp. 183-184).

É preciso refletir, também, a respeito de que tipos de seres humanos estão sendo constituídos em ambientes educacionais como esses. Estudantes brasileiros do ensino superior apresentam muitas atitudes homofóbicas. Em algumas pesquisas empíricas citadas por Costa *et al* isso ficou bem claro:

> Dunbar, Brown e Vuorinen (1973) demonstraram que os/as estudantes brasileiros do ensino superior apresentam mais atitudes homofóbicas e atribuíram mais características femininas aos homens homossexuais, comparados/as aos/as do Canadá. Além disso, Araújo et al. (2007) observaram a maneira como os/as estudantes percebiam a adoção por casais homossexuais, estratificado por seus cursos/disciplinas. Notavelmente, os/as estudantes de Psicologia tendiam a citar "distúrbios psicológicos" como um resultado possível nas crianças, enquanto estudantes de Direito consideravam "questões de moralidade" como um efeito potencial.
> Em uma pesquisa feita com estudantes de graduação em Teologia por Pereira et al. (2011), preconceito explícito estava associado com fortes crenças morais e éticas sobre a natureza da homossexualidade. Aqueles que tinham uma crença biológica e, especialmente, psicossocial a respeito da natureza da homossexualidade também tinham um viés discriminatório, mas mais sutil. Finalmente, em um estudo com estudantes de pós-graduação em Psicologia e Administração, Fleury e Torres (2007) demonstraram que os/as estudantes tinham maior probabilidade de atribuírem características positivas a heterossexuais do que homossexuais. (COSTA; *et al*, 2017, p. 98)

Um dos maiores aspectos da educação, levando em consideração o seu papel e dimensões, é que ela deve servir para a composição e formação de valores que superem os tempos, culturas e ideologias (VERONESE, 2018, p. 73). A chamada cultura da paz, tão utopicamente desejada por todos, jamais poderá tornar-se realidade sem uma educação que compreenda e valorize as diferenças, o outro (VERONESE, 2018, p. 74).

Veronese sintetizou, com muita didática, os motivos que levam o Direito a nem sempre estar de acordo com o que ocorre na sociedade:

> O Direito, segundo uma perspectiva monista, percorreu toda uma trajetória histórica com uma postura nitidamente diretiva, onipotente, muitas vezes distante do que acontecia no âmago da sociedade. A ele foi conferido o poder de criar e estabelecer normas, cobrar condutas e penalizar, numa relação em que se configurava claramente a manutenção de certo *status quo*. Era o senhor do instituído, diante do qual tudo aquilo que se contrapunha era tido como anormal, o perigoso. Tal circunstância tem como consequência uma *crise do Direito*, pois o positivismo dogmático, segundo a visão de Antônio Carlos Wolkmer, ficou amarrado a algumas questões como, por exemplo, redução do Direito à produção normativa estatal e, portanto, resultando no legalismo; no distanciamento das práticas sociais; na negação ou desconsideração sobre a importância do surgimento dos novos conflitos de natureza coletiva, e não a valorização da necessária leitura interdisciplinar em todas as mudanças que estamos vivenciando (Wolkmer, 1994, p. 66). Todos esses aspectos acabam por resultar no afastamento do Direito da sociedade. (VERONESE, 2018, p. 77)

O Direito precisa se aproximar e compreender melhor como ocorrem as formas de exclusão social. Fraser (2009) explica bem que essa exclusão pode operar de duas formas: a primeira, fundada na desigualdade da distribuição de recursos para todos, e a segunda, que está enraizada em estruturas hierárquicas institucionalizadas de valoração cultural. Enquanto mecanismo de regulação social, o Direito não se limita às leis, mas é também e, antes disso, um conjugado de fatores sociológicos, normativos, políticos, ambientais e éticos (SPAREMBERGER; *et al*, 2018, p. 37).

O Direito, que historicamente havia proposto a suposta proteção e regulação dos indivíduos e da sociedade, termina por selecionar os marginalizados, invisibilizando-os, acentuando as desigualdades sociais e sustentando oligarquias de poder (SPAREMBERGER; *et al*, 2018, p. 41). O povo pobre, negro, LGBTQ+ e originários, quando não possuem condições de contratar profissionais particulares, ficam, de certo modo, desemparados pela justiça (SPAREMBERGER; *et al*, 2018 p. 41), tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelas defensorias públicas em atender as demandas crescentes de toda a população.

A análise da situação atual das políticas públicas, das normas e das práticas na educação apontam lacunas e contradições práticas sobre a forma que o Direito tenta regular questões relacionadas à população LGBTQ+, à realização da justiça social e à formação de cidadãos solidários. Diniz e Lionço (2011, p. 142) apontam como um dos motivos dessa situação o fato de que o ensino religioso nas escolas públicas do país não segue o que é estabelecido pela Constituição e pelos acordos internacionais firmados dos quais o Brasil é signatário.

Além da influência do ensino religioso e de uma laicidade estatal ilusória, outros aspectos relacionados às políticas públicas, educação e população LGBTQ+ podem ser citados como incentivadores dos problemas sociais aqui tratados. Lacerda (2018), por exemplo, analisa as questões sociais da população *queer* em uma perspectiva de análise crítica do trabalho, da educação e do capitalismo. Para ela, a educação possui capacidade de emancipação política e humana, mas, atualmente, estimula conformidades e uniformidades corporificadas no modelo de homem branco, heterossexual e cristão (LACERDA, 2018, p. 211).

Ao invés de a educação oferecer os aportes necessários para que os indivíduos consigam repensar a realidade e decifrar criticamente os condicionantes políticos e sociais, ela é reduzida à ferramenta de produção e reprodução assimétrica e desigual de pessoas e pensamentos em uma sociedade de classes. Por meio dela, ainda, ocorre a interiorização da legitimação de um sistema que explora o trabalho como mercadoria, produz desigualdades e

explora aqueles que, em função das normas sociais, são excluídos e assumem uma vida precária (LACERDA, 2018, p. 213).

Lacerda conseguiu sintetizar com sucesso como esse fenômeno ocorre no interior da dinâmica do capitalismo:

> Na dinâmica do capitalismo dependente as opressões são incorporadas no processo de superexploração da força de trabalho. Os pressupostos educacionais colaboram na formação das bases objetivas e subjetivas para o desenvolvimento das economias dependentes, que se utiliza da degradação material e moral do trabalho para expropriação desenfreada.
> A violação da força de trabalho é formatada na escravidão moderna, principalmente através da epidemia da terceirização que se expande para atividades-fim e atividades-meio das empresas e alastra-se em diversos setores do Estado. A alusão da opressão para fins de exploração é anunciada no perfil dos(as) trabalhadores(as) terceirizados(as) do Brasil, que se utiliza de mão de obra barata das mulheres, negros e LGBTs. (LACERDA, 2018, p. 213)

A "Lei da Mordaça", impulsionada pelo projeto Escola Sem Partida, é um exemplo prático do que Lacerda denúncia. Sob a justificativa de supostamente proteger o ambiente escolar de uma doutrinação ideológica e prometendo uma ilusória neutralidade do conhecimento, a Mordaça defende a censura do pensamento crítico e flexivo.

Em outros termos, essa proposta realiza a manutenção da alienação que castra o direito de pensar e questionar com o objetivo de "[...] produzir um pensamento único, consensualmente hegemônico, acrítico e útil à sociabilidade do capital" (LACERDA, 2018 p. 214). É justamente por causa de propostas como estas que a educação jurídica merece especial atenção, tendo em vista o potencial que o ensino possui de mudar a realidade social e os indivíduos. Então, ela será abordada com maior atenção na próxima seção.

3.2 Educação jurídica

A educação e formação jurídicas atualmente, no Brasil, enfrentam uma crise perigosa: a formação de profissionais no ramo do Direito tornou-se uma indústria que é explorada e cultivada, com uma explosão no crescimento de números de cursos de Direito no país (SPAREMBERGER; *et al*, 2018, p. 42). A qualidade dos profissionais postos na sociedade por esses cursos torna-se cada vez mais questionável e alvo de críticas. Os efeitos dessa situação vão além dos impactos no mercado de trabalho: dizem respeito a todos os âmbitos que o Direito alcança e regula, inclusive, a educação, a realização dos direitos humanos e o direito material à igualdade.

No âmbito da educação jurídica nas instituições públicas, aqueles e aquelas que eram tradicionalmente excluídos têm, cada vez mais, ingressado nos cursos de ensino superior, o que gerou, desde os níveis iniciais de ensino até as universidades a utilização de termos como "inclusão" e "educação inclusiva" (SEFFNER, 2009, p. 124). A presença dessas pessoas nos ambientes de educação gera impactos.

Se, por um lado, existe certo consenso de que todos devem ter acesso à educação, por outro lado, é preciso pensar a maneira de incluir pessoas plurais num modelo de ensino sem preconceitos, sem manifestações de estigma e discriminação (SEFFNER, 2009, p. 127). Seffner exemplifica a dificuldade que existe para a realização dessa inclusão:

> Exemplificando: quando se fala na inclusão de alunos surdos, em geral todos os professores, os administradores do sistema educacional e as comunidades escolares são favoráveis, e a discussão se concentra em "como" vamos fazer para incluir estes alunos nos processos de aprendizagem, que materiais necessitamos para realizar a inclusão, que estratégias de trabalho temos que aprender para auxiliar estes alunos, que equipamentos a escola deve ter para fazer o trabalho etc. Ou seja, e claramente uma discussão acerca de métodos pedagógicos. Mas quando se trata de assegurar a inclusão de travestis, jovens gueis e jovens lésbicas, discussão muda de figura, e aparecem outras questões, habitualmente ligadas às concepções que os professores e as professoras têm acerca dessas orientações sexuais. Para algumas professoras, a aluna lésbica é uma "sem-vergonha", e o jovem guei um "abusador" em potencial. E não merecem ser incluídos. Eles deveriam mudar de comportamento, para então serem incluídos. O fato revela um pensamento de fundo que articula as noções de quem merece ser incluído, e quem não merece. (SEFFNER, 2009, p. 127)

Nos ambientes educacionais – e nos cursos de Direito não é diferente – existem espécies de normas ou códigos de conduta pré-estabelecidos. Aqueles que não seguem à risca o que é entendido como "normal" serão vistos como "anormais". Essa realidade ocasiona, muitas vezes, o afastamento das pessoas LGBTQ+ desses locais de ensino apesar da universalização do acesso à educação, uma educação inclusiva. Ocorre, então, o que Seffner (2009, p. 127) chama de "exclusão na inclusão". Em outros termos, se trata da ineficácia da inclusão.

É comum, ainda, que os professores e as professoras sejam de uma geração e os alunos de outra. Quanto maior o tempo de vida profissional, maior a distância, geralmente, entre as gerações. Nessa perspectiva, não é raro que a forma como uma geração foi criada, os valores e costumes sejam bastante diferentes em relação à outra geração. Por esse motivo, é preciso que os profissionais tenham uma formação e um aperfeiçoamento no sentido de acompanhar as mudanças sociais e as realidades.

Não se está a dizer que os professores precisem se tornar "atuais" ou "modernos", nem que os alunos precisem se submeter a uma forma de ensino atemporal. É preciso que, por meio da formação desses profissionais e do diálogo deles com seus alunos, se encontre um

meio termo entre as práticas de educação e os avanços sociais que propiciem a acolhida de toda pluralidade de alunos em um ambiente de formação saudável. Seffner (2009, p. 132) enumera algumas recomendações que, em sua perspectiva, poderiam contribuir para que se tenha um ambiente de ensino nesses moldes.

Não adianta o simples acesso à educação sem que faça uma reflexão sobre a diferença entre acesso e inclusão. Os conhecimentos, as questões, os problemas e as necessidades da população LGBTQ+ precisam ser adaptados não apenas à formação dos profissionais da educação, mas também aos programas e diretrizes de ensino (SEFFNER, 2009, p. 134). Assim poderá ser promovida a verdadeira inclusão e, ao mesmo tempo, propiciando para demais alunos e alunas os aportes necessários para a superação das normas sociais que marginalizam essa população.

Alguns pontos merecem atenção com o objetivo de melhorar e efetivar a inclusão da diversidade sexual no ambiente de ensino, segundo Seffner (2009, p. 137): a criação de um ambiente de respeito e valorização das diferenças; o respeito à necessária laicidade do ambiente público de ensino; a inclusão de questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero nos documentos oficiais da escola (Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Planos de Ensino, etc); a parceria da instituição de ensino com ONGs, centros de saúde, movimentos sociais e demais entidades ligadas às causas LGBTQ+; a criação de instâncias de educação dentro dos próprios movimentos sociais.

Além disso, é recomendado o estudo, a formação e a preparação dos professores para os temas ligados às sexualidades e gênero, devendo tais questões serem abordadas por aqueles que indiquem interesse e realmente queiram se encarregar do assunto. Por fim, é possível indicar a abordagem desses temas por meio de disciplinas específicas criadas com esse objetivo.

Ao estruturar as abordagens teóricas e didáticas no curso de Direito, é preciso ter em mente a necessidade de desmistificar as estruturas do sexismo e do patriarcado que fundamentam a homofobia, bem como os discursos religiosos, científicos e políticos que tanto legitimam e perpetuam essas estruturas (RIOS, 2009, p. 58). É preciso, também, destacar que a discriminação não é uma reação normal, natural e esperada quando alguém se deparada com uma pessoa diferente.

A homofobia deve ser encarada como uma contrariedade ao Direito. A teoria e a jurisprudência dos direitos humanos e dos direitos fundamentais têm afirmado, de maneira cada vez mais clara e firme, o caráter ilícito da discriminação em razão da sexualidade ou de

gênero (RIOS, 2009, p. 71). Se torna necessário, portanto, ensinar os alunos dos cursos de Direito a desnaturalizar a homofobia.

Nesse contexto, se defende que o ensino jurídico deve ser mais voltado à realização, quanto à formação dos profissionais do Direito, daquilo que pretendem os princípios de Yogyakarta. Esses princípios prometem um futuro onde todos e todas tenham liberdade e prerrogativas que permitam usufruir seus direitos básicos relacionados à sexualidade e ao gênero. A lista contendo 29 princípios[17] foi elaborada em novembro de 2006 por um grupo de especialistas de diversos países, por iniciativa da Comissão Internacional de Juristas e do Serviço Internacional de Direitos Humanos. Em 2017, em Geneva, foram criados 9 princípios adicionais[18].

Todos os princípios são direcionados à diversidade sexual e de gênero. São eles os seguintes:

1. Direito ao Gozo Universal dos Direitos Humanos
2. Direito à Igualdade e a Não-Discriminação
3. Direito ao Reconhecimento Perante a Lei
4. Direito à Vida
5. Direito à Segurança Pessoal
6. Direito à Privacidade
7. Direito de Não Sofrer Privação Arbitrária da Liberdade
8. Direito a um Julgamento Justo
9. Direito a Tratamento Humano durante a Detenção
10. Direito de Não Sofrer Tortura e Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano e Degradante
11. Direito à Proteção Contra todas as Formas de Exploração, Venda ou Tráfico de Seres Humanos
12. Direito ao Trabalho
13. Direito à Seguridade Social e outras Medidas de Proteção Social
14. Direito a um Padrão de Vida Adequado
15. Direito à Habitação Adequada

[17] A cartilha de 2006, em língua portuguesa, contendo os primeiros princípios, pode ser acessada neste link: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf.
[18] A cartilha de 2017, em língua inglesa, contendo os princípios adicionais, está disponível em: http://yogyakartaprinciples.org/.

16. Direito à Educação

17. Direito ao Padrão mais Alto Alcançável de Saúde

18. Proteção contra Abusos Médicos

19. Direito à Liberdade de Opinião e Expressão

20. Direito à Liberdade de Reunião e Associação Pacíficas

21. Direito à Liberdade de Pensamento, Consciência e Religião

22. Direito à Liberdade de Ir e Vir

23. Direito de Buscar Asilo

24. Direito de Constituir uma Família

25. Direito de Participar da Vida Pública

26. Direito de Participar da Vida Cultural

27. Direito de Promover os Direitos Humanos

28. Direito a Recursos Jurídicos e Medidas Corretivas Eficazes

29. Responsabilização ("Accountability").

30. Direito à Proteção Estatal

31. Direito ao Reconhecimento Legal

32. Direito à Integridade Física e Mental

33. Direito a Não Criminalização e a Não Aplicação de Sanções com Fundamento na Orientação Sexual, Identidade de Gênero, Expressão de Gênero ou Características Sexuais

34. Direito de Proteção Contra a Pobreza

35. Direito ao Saneamento

36. Direito ao Gozo dos Direitos Humanos em Relação às Tecnologias da Informação e Comunicação

37. Direito à Verdade

38. Direito de Praticar, Proteger, Preservar e Reviver a Diversidade Cultural

Os princípios de Yogyakarta e as suas recomendações aos Estados deixam clara a mensagem de que a orientação sexual e a identidade de gênero são essenciais para a vida e a dignidade humana de cada pessoa e que, portanto, não podem ser motivo de discriminação ou abusos. Não é razoável, por exemplo, que uma mulher trans seja obrigada a frequentar banheiros de uso exclusivo para homens ou a utilizar uniformes de trabalho para funcionários homens. Então, é recomendável que a formação daqueles e daquelas que ingressam nos cursos de Direito, no Brasil, leve em consideração o reconhecimento destes princípios.

Para tanto, os rótulos, os estereótipos de masculinidade e feminilidade, as imposições ideológicas e simbólicas precisam fazer partes dos debates nos ambientes educacionais (SILVA, 2013, on-line), especialmente nos cursos de Direito. Além disso:

> Nesse contexto, o processo que deve ser iniciado começa por mudanças de valores sociais que se mostrem conservadores, com a "quebra" de paradigmas que reproduzam preconceitos e que devem ser conquistados através de modificações profundas das estruturas estruturantes, como diria Bourdieu (2003), englobando a sociedade em longo prazo, sendo inegável o sintoma das relações de poder que perpetuam violências e regras sociais específicas, como os padrões culturais "heterossexuais", a saber: o Casamento, a Família Tradicional, o sexo "apenas" entre pessoas de gêneros opostos e demais formas de padronização de comportamentos sexuais e sociais. (SILVA, 2013, on-line)

A realização de todas essas atividades precisa ter como norte a ressignificação de valores tratados ao longo da formação dos futuros profissionais do Direito, para que os comportamentos violentos e opressores citados ao longo de todo este trabalho sejam revistos e reavaliados na sociedade e na cultura. É preciso que os mecanismos de poder sejam evidenciados e denunciados em suas mais diversas instâncias: social, política, econômica, cultural, simbólica, além dos rótulos sociais que marcam as vidas das pessoas, a classe, a cor, a etnia, o gênero etc.

Quanto ao poder, o termo é aqui utilizado com base nas palavras de Foucault:

> Dizendo poder, não quero significar 'o poder', como um conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um estado determinado. Também não entendo poder como um modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma de regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre o outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Pareceme que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem as constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 2017, pp. 100-101)

O papel dos professores e professoras é fundamental:

> O "papel social" do professor e da professora é discorrer sobre o preconceito, falar abertamente, sem medos. Falar com sutileza, sem ofender os que cometem o crime da intolerância. Com afetividade e boa argumentação conseguimos barrar não apenas o preconceito, como também, fazemos as pessoas que cometem hostilidades

> perceberem o quanto são ingênuas ou ideologicamente conduzidas ao reproduzir o que a própria sociedade reproduz e a partir dai sensibilizar o alunado ao caminho da tolerância e do respeito mútuo. (SILVA, 2013, on-line)

É preciso desnaturalizar a violência contra aqueles e aquelas considerados diferentes, por meio de um ensino jurídico que contenha críticas e reflexões sociais sobre o tema. As relações de gênero, as separações entre "coisas" e atitudes de meninos e meninas, refletem a quase inexistência destas reflexões e debates nas salas de aula e na vida.

A violência e as injustiças causadas à parcela LGBTQ+ da população parecem não incomodar, não causar revolta e não ser objeto de empatia e solidariedade. Aliada a isto, existe a naturalização dessa realidade, que geralmente se expressa por meio de frases como "as coisas sempre foram assim", "Deus não permite isto", "foi o estilo de vida que a pessoa escolheu" etc. Além disso:

> Quando falamos em Direitos Humanos12, Sexualidade, Preconceito, Discriminação, "Normalidade", "Anormalidade", o que é ou não é natural entre duas pessoas na sua vida amorosa ou afetiva, nos remetemos a complexas formas de apropriação da sexualidade. No entanto, discutir a Sexualidade implica também discutir sexo, amor, respeito, tabu, IST's – Infecções Sexualmente Transmissíveis –, gravidez, preservativo e uma série de conceitos que tem um caráter multitransversal e que, lamentavelmente, a grade curricular do Sistema de Ensino Brasileiro caminha a passos lentos na consolidação dos mesmos, ou por falta de programas adequados ou porque talvez não encontre "necessidade" para os assuntos em questão, afinal, são situações que podem trazer à tona a "orientação sexual" dos sujeitos sociais in loco e que, por preconceitos diversos, permanecem "secretos" no obscurantismo da discriminação. Para tanto, a formação da cidadania deve começar por discussões como a Sexualidade, com aprendizagem mútua e a busca de informações, para que as temáticas sejam adotadas em sala de aula. (SILVA, 2013, on-line)

Portanto, disciplinas que tratem dos aspectos que envolvem a sexualidade, no curso de Direito, parecem ser ferramentas essenciais para o levantamento de críticas e debates acerca dessa realidade tão violenta e injusta. A sexualidade ainda é vista como um tabu e quando é mencionada nos ambientes de ensino o objetivo, geralmente, é o de abordar a reprodução, o papel da procriação e a prevenção de ISTs. Para além desses aspectos, é preciso abordar o autoconhecimento, o respeito ao outro e ao corpo do outro, a significação do que vem a ser sexo, sexualidade, prazer e orientação sexual, bem como uma infinidade de conceitos que fazem parte do cenário da sexualidade (SILVA, 2013, on-line).

A sexualidade está intrinsecamente ligada à vida e deve, por esse motivo, ser sempre mencionada – nos moldes acima descritos – quando, nas aulas dos cursos de Direito, se abordar o direito à vida e à dignidade humana. É indispensável que tais saberes, reflexões e vivências sejam introduzidas nos cursos jurídicos porque o Direito é quem propõe, nos

moldes sociais atuais, a "regulamentação" do acesso aos direitos, das políticas públicas e dos modos de vida (SILVA, 2013, on-line).

Quando se fala em direitos humanos, direitos sexuais e de reprodução, é preciso que a abordagem em sala de aula seja de afirmação da diversidade sexual, de avanços, lutas e conquistas cotidianas dos movimentos LGBTQ+ e feminista. É isso o que defende Rios (2006), em seu texto "Para um direito democrático da sexualidade":

> Trata-se de um esforço de sistematização que se propõe a lançar bases para uma discussão jurídica mais abrangente e coerente dos direitos sexuais entre nós, a partir da enunciação de princípios fundamentais fornecidos pelos direitos humanos aplicáveis às questões trazidas pelos direitos sexuais. Sua finalidade é, portanto, colaborar para o avanço do debate jurídico acerca da sexualidade sob a perspectiva dos direitos humanos. (RIOS, 2006, on-line)

Dessa forma, se terá, dentre outros, avanços na ampliação dos direitos sociais, políticos, econômicos e humanos em seu sentido universal. Além disso, a abordagem dos temas das sexualidades e das identidades de gênero nestes moldes criará bases para uma regulação jurídica que supere as abordagens e normas sociais tradicionais que, atualmente, caracterizam as intervenções jurídicas nesses domínios (RIOS, 2006, on-line).

Rios (2006) defende que para alcançar tais objetivos é preciso consolidar as bases dos direitos sexuais, buscando princípios capazes de abarcar os grandes eixos que, segundo o autor, têm estruturado o debate sobre este tema: as questões identitárias vinculadas à expressão da sexualidade e as relações sexuais propriamente ditas. Além disso, o autor ensina que a abordagem dessas questões precisa sempre estar relacionada à democracia, cidadania, direitos humanos e direitos sexuais. Assim, se terá o que o autor denomina de direito democrático da sexualidade.

A pornografia é outra área sensível para a elaboração de um direito da sexualidade (RIOS, 2006, on-line). A atividade da pornografia proporciona um ambiente onde podem ocorrer danos a terceiros e às próprias pessoas envolvidas em decorrência da objetificação feminina e do reforço ao machismo, ao sexo "potente" e violento, que geram efeitos colaterais de estímulo à violência e ao desrespeito ao corpo do outro. É, certamente, um tema que merece ser tratado em sala de aula.

Sobre isto, Rios explica:

> Com efeito, da correta e necessária condenação da violência e humilhação que decorrem de certas manifestações pornográficas, não se pode, todavia, deduzir que toda pornografia assim opere. Essa realidade aponta para a necessidade da análise, caso a caso, do contexto em que cada particular manifestação pornográfica se

> apresente, banindo-se somente aquelas capazes de provocar efetivamente tal espécie de danos. Trata-se, nesse ponto, de inserir o debate sobre a pornografia no contexto mais geral do conteúdo e dos limites da liberdade de expressão, que, mesmo não sendo absoluta, admite restrições em determinados casos, onde a presença efetiva de danos relevantes fica patente (Nussbaum, 1999, p. 249). (RIOS, 2006, on-line)

Além da pornografia, a prostituição também deve ser abordada. É um tema difícil que desafia a ponderação entre a liberdade do emprego do próprio corpo em atividades econômicas, a liberdade sexual e um histórico de inegáveis danos decorrentes da exploração sexual (RIOS, 2006, on-line). Dentro deste tema surgem questões que estão diretamente ligadas à liberdade e à sexualidade, como a criminalização ou não da prostituição, a possibilidade da realização ou não de exames de saúde compulsórios, dentre outros. Ainda, a prostituição masculina precisa ser debatida, também, porque, em razão de todas as normas sociais dominantes já expostas, a prostituição masculina é rotineiramente submetida por operadores do direito à caracterização do delito de vadiagem, o que, na prática, estigmatiza travestis e michês (RIOS, 2006, on-line).

> Assim como o direito da sexualidade não pode reduzir-se a um direito da reprodução (o que deixaria de fora, inclusive, práticas não-procriativas heterossexuais), ele não deve restringir-se a um direito da sexualidade não-reprodutiva. Esse dado é ainda mais importante diante do desafio que é desenvolver um tal direito da sexualidade em face dos enfrentamentos com o machismo predominante nas relações de gênero, o moralismo e as ideologias religiosas hegemônicas. (RIOS, 2006, on-line)

Portanto, se defende que a educação jurídica precisa percorrer os caminhos da desconstrução das normas sociais dominantes heterossexistas e binárias. É preciso construir bases sólidas de um direito das sexualidades cujo objetivo seja o de tentar concretizar a justiça social às mulheres e à população LGBTQ+.

O papel dos professores e das professoras nos cursos de Direito é fundamental, pois contribuirá para uma formação mais cidadã, democrática, solidária e menos homofóbica e machista daquelas e daquelas que todos os anos saem dos inúmeros cursos de Direito para o mercado de trabalho e para a vida social. A realização desses projetos depende da inclusão desses temas nos cursos jurídicos, o que torna necessário analisar a importância e o papel do currículo nessa questão.

3.3 Currículo nos cursos de direito

Apesar do conceito de "cidadania precária" (BENTO, 2014), anteriormente mencionada, a introdução de diretrizes respeitosas e inclusivas quanto às diversidades sexuais

e de gênero nas atividades administrativas pode agir na promoção de mudanças nas instituições e na superação de preconceitos e discriminações institucionalizados (RIOS, 2009 p. 78). Além disso, importa, aqui, destacar a necessidade de se avaliar os currículos dos cursos de Direito.

O currículo não é um elemento estático no processo educacional, porque, na verdade, é uma ferramenta que vincula a organização social. Dias (2014 p. 108), ao conceituar o currículo, diz que "dadas suas principais características o currículo acabou por alargar seus domínios à noção de luta política, discurso, poder, cultura, significação, enfim, a própria visão de sociedade".

Silva, ao falar de currículo e poder, diz o seguinte:

> O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade. (SILVA, 2010, p. 150)

Incluir todas as questões suscitadas neste trabalho, e outras, no currículo parece ser uma forma de mitigar parte dos problemas sociais que ocasionam sofrimento, violência e desigualdade à parcela da população chamada de "minorias". Diversos debates tomaram conta, nos últimos tempos, das rádios, telejornais, redes sociais e demais meios de comunicação, acerca do que deve ou não compor os currículos desde os níveis básicos da educação até o ensino superior.

É preciso refletir se os currículos dos cursos de Direito estão, efetivamente, atendendo aos objetivos sociais e acadêmicos de formação de bacharéis. O art. 3º da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação do MEC, estabelece quais características o curso de Direito deve(ria) garantir na formação dos discentes:

> Art. 3º O curso de graduação em Direito deverá Assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao e exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.
> Parágrafo único. Os planos de ensino do curso devem demonstrar como contribuirão para a adequada formação do graduando em face do perfil almejado pelo curso.

Além disso, o art. 4º da mesma resolução enumera as habilidades que a graduação em Direito deverá relevar no graduando, merecendo destaque os incisos X e XIV que lista,

respectivamente, o seguinte: “aceitar a diversidade e o pluralismo cultural” e “apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos”. Não há como se pensar em aceitar a diversidade ou sobre direitos humanos sem recepcionar a realidade da população LGBTQ+ na formação destes graduandos.

O art. 5º da referida resolução do MEC estabelece três principais perspectivas sob as quais os cursos de Direito devem se organizar: a da formação geral (propedêutico), a da formação profissional (técnico-dogmático) e a da formação prática (atuante). Esta última, conforme a resolução, deverá servir para integrar as demais. Porém, Dias e Vianna afirmam que essa integração talvez nunca tenha ocorrido:

> Embora os instrumentos norteadores das políticas curriculares, locais e nacionais indicassem o caminho da integração (articulação), ela de fato talvez nunca tenha ocorrido. Nem entre as disciplinas de conteúdo heterogêneo, nem entre os eixos de formação e tampouco como proposta de uma ideia centralizadora — currículo de integração — em Bernstein (1998). (DIAS; VIANNA, 2016 p. 1392)

Ainda, Dias e Vianna (2016, p. 1393) apontam a possibilidade de a maneira como os conteúdos do curso de direito são cobrados e avaliados pelo Exame Nacional da OAB e concursos públicos de carreiras jurídicas como magistratura, defensoria e promotoria, poderá estar influenciando na maneira como se organizam os currículos. Ou seja, se dá maior atenção aos conhecimentos técnicos-dogmáticos, pois são estes que são avaliados com maior importância em tais provas.

A integração dos diferentes saberes se opera por meio da interdisciplinaridade (DIAS; VIANNA, 2016, p. 1393). É por meio da interação entre as diferentes disciplinas que se amplia o nível de conhecimentos, cujo principal obstáculo é, justamente, a fragmentação e a especialização do conhecimento, aliados à supervalorização do conhecimento técnico-dogmático sobre os demais.

É preciso, portanto, que a educação jurídica vá além, aprimorando a integração entre os saberes acadêmicos e as necessidades e realidades sociais, dialogando a teoria com a prática por meio de uma perspectiva humanista, ultrapassando as barreiras dogmáticas vigentes e o mero ensino técnico-especialista que apenas reproduz o conhecimento – e, às vezes, o desconhecimento, ao reproduzir normas sociais opressoras – sem emancipar ou reduzir as desigualdades (DIAS; LEITE, 2013, p. 5).

Sobre isto, Backes e Pavan sintetizam o seguinte:

> Esses estudos mostram que ainda perdura uma norma a partir da qual as identidades/diferenças de gênero são vistas: “no contexto da sociedade brasileira, ao

> longo de sua história, foi sendo produzida uma norma a partir do homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão" (LOURO, 2011, p. 65). [...] Tais relações de poder procuram induzir os sujeitos escolares a viverem de uma forma (a forma supostamente normal), produzindo práticas de vigilância sobre si e sobre os outros, seja sobre os modos de vida considerados válidos, seja sobre pensamentos adequados, sentimentos permitidos e não permitidos. Os currículos escolares "produzem determinados tipos de sujeito, normalizando seus corpos e 'dizendo' o que é certo e o que é errado e quais comportamentos e características de gênero e de sexualidade são aceitáveis ou não" (MEYER & SOARES, 2012, p. 47). (BACKES; PAVAN, 2017, p. 03)

Como tentativa de tentar subverter essa realidade, Backes e Pavan (2017, p. 03) indicam que é preciso desconstruir os pressupostos da normalidade da identidade heterossexual e a anormalidade das demais, cujos fundamentos estão na medicina, biologia. Atualmente o currículo é uma ferramenta de legitimação das identidades heterossexual e masculina e de subordinação das identidades homossexual e feminina (BACKES; PAVAN, 2017, pp. 03-04).

Neste contexto, denunciam a prática do não-questionamento dessas normas sociais impostas e o silenciamento daqueles e daquelas vistos como diferentes:

> A naturalização do lugar da identidade heterossexual masculina no currículo, seu não-questionamento e as práticas de silenciamento foram (e talvez ainda sejam) as estratégias de poder mais eficazes da lógica heteronormal. Trata-se de uma "identidade referência, a identidade que não precisa ser mencionada porque é suposta, está subentendida. Por isso os 'outros', os sujeitos 'diferentes', os 'alternativos' ou os 'problemáticos' serão, em princípio, as mulheres, as pessoas não brancas, as não heterossexuais ou não cristãs" (LOURO, 2011, p. 65). (BACKS; PAVAN, 2017, p. 04)

Backs e Pavan (2017) realizaram um estudo onde extraíram as falas de professores do ensino médio de uma conceituada escola de Campo Grande/MS por meio de entrevistas semiestruturadas. Nos dados, perceberam que apesar de algumas mudanças tímidas por parte dos professores, os discursos de naturalização das identidades e diferenças de gênero é recorrente. As falas reproduzem estereótipos dos comportamentos que esperam de meninas e meninos em sala de aula.

Na pesquisa foi dada ênfase ao fato de que os professores, mesmo reproduzindo essas normas sociais, parecem preocupar-se em educar de maneira não-discriminatória, buscando explicações que parecem visar a tolerância, ao invés da igualdade. Foram comuns frases como "todos são filhos de Deus", "ninguém escolheu ser assim" e "todos são cidadãos e pagam impostos". Porém, a tolerância não questiona a lógica opressora e, por isso, não parece ser o caminho mais adequado.

Para superar tais obstáculos é preciso compreender que o currículo é uma construção social. Nesse sentido, Silva explica:

> É apenas uma contingência social e histórica que faz com que o currículo seja divido em matérias ou disciplinas, que o currículo se distribua sequencialmente em intervalos de tempo determinados, que o currículo esteja organizado hierarquicamente... É também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo e outros não. Com a noção de que o currículo é uma construção social aprendemos que a pergunta importante não é "quais conhecimentos *são* válidos?", mas sim "quais conhecimentos são *considerados* válidos?". (SILVA, 2010, p. 148)

O mesmo autor diz que o currículo diz respeito às vidas e às identidades (SILVA, 2010, p. 150). É preciso, então, despertar para a realidade violenta e desigual em que vivem as pessoas LGBTQ+ para que se passe a incluir nos currículos dos cursos de Direito os conhecimentos necessários para o progresso e justiça sociais para esse grupo. Incluir questões relacionadas a um direito democrático das sexualidades (RIOS, 2006), às demandas da população LGBTQ+ e às diversidades sexual e de gênero diz respeito à realização da justiça social, da dignidade e da solidariedade para essa parcela da população. Trata-se da realização da igualdade material e da oportunidade do exercício pleno da cidadania dessas pessoas.

Afinal, a parcela LGBTQ+ da população anseia justiça social e igualdade de direitos. Tais questões não apenas merecem como precisam ser incluídas no currículo. Sobre isto, Rodrigues *et al* sintetiza:

> Por isso, pensar o currículo escolar significa materializar em um espaço de tempo definido os anseios e aspirações de uma determinada comunidade com relação aos seus sujeitos, sua cultura, função social e perspectivas de formação de uma sociedade. (RODRIGUES; *ET AL*; 2016, p. 62)

Além disso, Frangella e Ramos defendem que enquanto as supostas práticas de universalização dos direitos humanos produzem, na verdade, desigualdades, o debate de tais questões nas políticas curriculares surge como uma estratégia mais relevante:

> Entendemos que o processo de diálogo exigido para o estabelecimento dos elementos configuradores da educação em direitos humanos nas políticas curriculares tem um sentido politicamente mais relevante e produtivo do que pretensões de universalidade que supostamente o produto gerado possa obter. (FRANGELLA; RAMOS, 2013, p. 17)

É preciso inserir estes temas diretamente nos locais de produção do desconhecimento e de perpetuação das regras sociais dominantes – como as escolas e os cursos superiores – ao invés de esperar que a aplicação das leis e dos direitos humanos, no modo como encontram-se atualmente, possa realmente criar melhoras significativas no quadro de violência e desigualdade em que vive a população LGBTQ+.

Portanto, torna-se claro que o combate à violência e às desigualdades sociais das pessoas *queer* deve estar presente na formação daqueles e daquelas que ingressam nos cursos de Direito por meio de práticas docentes e da inclusão da temática nos currículos. Dito isto, decidiu-se analisar um exemplo prático de tais práticas para, após, avalar o grau de contribuição para a sociedade. Por isso, decidiu-se realizar pesquisa empírica que será exposta no capítulo seguinte.

4. Análise empírica da disciplina de direito e gênero da faculdade de direito da Universidade Federal do Rio Grande

Nos capítulos anteriores deste trabalho foram analisadas e problematizadas as bases teóricas a respeito da diversidade sexual e do gênero, bem como das políticas públicas para os LGBTQ+ e a educação. As informações obtidas demonstram que a população LGBTQ+ enfrenta problemas de reconhecimento, de garantia de Direitos Humanos, de precariedade das políticas públicas e de barreiras, inclusive religiosas, à inclusão de temas afetos às suas diversas realidades nos currículos. Todos estes problemas atravessam as questões raciais, de classe e étnicas.

Com base nos textos analisados ficou muito claro que a educação, apesar de ser uma ferramenta de reprodução e manutenção do discurso que sustenta a desigualdade social e as violências contra os LGBTQ+, possui um potencial emancipatório. Os conhecimentos que são passados aos alunos e que são inseridos (ou não) nos currículos, enquanto construções sociais, podem sempre ser alterados para atendam adequadamente às demandas sociais. A inclusão de temas relacionados à realidade das pessoas LGBTQ+ nos cursos de Direito parece ser uma solução, ainda que parcial, aos problemas sociais narrados.

Com base nisso, este capítulo tratará da pesquisa empírica na qual se realizou a observação participante da disciplina de Direito e Gênero oferecida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande aos alunos e alunas do curso de graduação em Direito. Portanto, será apresentada a metodologia e, após, os dados colhidos, seguindo de sua interpretação e discussão.

4.1 Metodologia

Superado, então, o exame dos dados colhidos na revisão bibliográfica deste trabalho, será analisada aqui a pesquisa empírica que foi realizada. Esta parte deste trabalho é importante porque, segundo Lakatos e Marconi (2012, p. 162), a dissertação é um estudo teórico, de natureza reflexiva, que requer, além da sistematização e ordenação de dados, a sua interpretação. Não há melhor forma de atingir estes objetivos que não por meio da investigação empírica.

Com o objetivo de analisar a forma como os temas do sexo, das sexualidades e do gênero são tratados em uma disciplina de um curso de Direito, optou-se por utilizar a pesquisa de modalidade qualitativa por meio da observação participante. No caso, o pesquisador frequentou as quatro últimas aulas da disciplina de Direito e Gênero ofertada pela Faculdade

de Direito da Universidade Federal do Rio Grande aos seus alunos do curso de graduação em Direito.

Quanto a esta modalidade de pesquisa, Bogdan e Biklen explicam o seguinte:

> Os dados recolhidos são designados *qualitativos*, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas [...]. As estratégias mais representativas da investigação qualitativa, e aquelas que melhor ilustram as características anteriormente referidas, são a *observação participante* e a *entrevista em profundidade*. [...] O objetivo do investigar é o de compreender, com bastante detalhe, o que é que professores, diretores e estudantes pensam e como é que devolvem os seus quadros de referência. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, pp. 16-17)

Ainda, segundo Bogdan e Biklen, é comum que na investigação em educação o pesquisador frequente o local onde ocorrem os fenômenos analisados para capturar os comportamentos das pessoas:

> Em educação, a investigação qualitativa é frequentemente designada por *naturalista*, porque o investigador frequenta os locais em que naturalmente se verificam os fenômenos nos quais está interessado, incidindo os dados recolhidos nos comportamentos naturais das pessoas: conversar, visitar, observar, comer, etc (Guba, 1978; Wolf, 1978ª). (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 17)

O presente trabalho diz respeito, portanto, a um estudo de caso realizado na Universidade Federal do Rio Grande. A respeito do estudo de caso, Bogdan e Biklen dizem o seguinte:

> O estudo de caso consiste na observação detalhada de um um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico Merriam, 1988). [...] Nesse tipo de estudos, a mulher técnica de recolha de dados consiste na observação participante e o foco do estudo centra-se numa organização particular (escolar, centro de reabilitação) ou nalgum aspecto particular dessa organização. Os setores da organização que, tradicionalmente, se focam nestes estudos são os seguintes:
> 1. Um local específico dentro da organização (a sala de aulas, a sala de professores, o refeitório).
> 2. Um grupo específico de pessoas (mebros da equipa de basquetebol do liceu, professores de um determinado departamento acadêmico).
> 3. Qualquer actividade da escola (planeamento do currículo ou o "namoro"). (BOGDAN; BIKLEN, 1994, pp. 89-90)

Então, optou-se por observar as últimas aulas da disciplina no semestre letivo em função da grande quantidade de tempo que precisaria ser empenhado no processamento dos dados coletados. Esta dificuldade, que é comum neste tipo de pesquisa empírica, aliada às

outras tarefas essenciais ao curso de Mestrado em Direito e Justiça Social em que este trabalho é proposto, impossibilitou a observação de um número maior de aulas.

Ainda, foram escolhidas as últimas aulas, ao invés das primeiras ou das ocorridas no meio do semestre letivo, em função de que, teoricamente, os alunos já teriam enfrentado todas as aulas dedicadas aos aspectos conceituais e introdutórios dos temas. O objetivo da pesquisa empírica é, justamente, observar os debates ocorridos após os alunos a disciplina já estarem situados nos temas, para que se possa entender de que forma isto contribui para a formação acadêmica dessas pessoas.

A coleta dos dados ocorreu por meio da gravação das aulas com o uso de dispositivo eletrônico e pela tomada de notas de campo contendo aspectos cuja gravação de áudio é incapaz de capturar. Após, os dados foram processados da seguinte maneira: as notas de campo foram digitadas em programa de texto no computador, organizadas em tópicos e separadas pelos dias em que ocorreram os encontros; os áudios gravados foram tratados para ter seu volume aumentado. Depois, foi realizada a transcrição em programa de texto de computador de todas as falas captadas pelo gravador.

Os dados foram separados conforme o dia em que foram ministradas as aulas observadas. Eventuais nomes de alunos que tenham sido captados nos áudios foram substituídos por letras. Na verdade, a cada aluno é atribuída uma letra, por ordem alfabética, conforme a ordem em que os alunos e as alunas falam na aula. Ou seja, o primeiro aluno a falar será chamado de Aluno A, o segundo de Aluno B, a terceira de Aluna C, e assim por diante.

Em decorrência dos mais variados estilos e maneiras de falar de cada pessoa, algumas poucas expressões ou palavras pronunciadas em tom baixo não foram corretamente captados pelo equipamento eletrônico, ou seja, ficaram inaudíveis. Para tais ocorrências optou-se por utilizar, nas transcrições, os colchetes com três pontinhos: [...]. Além disso, muitos alunos e alunas utilizam expressões ou linguagem coloquial. Por isso, algumas raras falas precisaram de complementação na transcrição. Então, quando necessário, o pesquisador acrescentou palavras suas por meio do uso de colchetes envolvendo a expressão que explica a frase, conforme se vê no exemplo abaixo:

> - Aluno R: [...] Tem a questão do sexo casual com heterossexuais. Tem um site que mostra homens supostamente heterossexuais que são pagos por sexo **[para fazer sexo gay]**. Então, eles vão lá e dizem "ah, eu te pago dez reais e tu me chupa" ai o cara **[heterossexual]** vai lá e chupou. Ai ele fala "agora eu te pago cem reais e tu tira a roupa" e assim por diante. Então tem isso também: essa desconstrução da heterossexualidade em função do dinheiro. (degravação, 29/04/2019)

Por fim, foram analisados os dados obtidos, o que se passa a expor na próxima seção deste capítulo.

4.2 Análise dos dados obtidos

Nesta seção do trabalho serão abordados e analisados os dados colhidos na pesquisa de campo realizada ao longo de quatro encontros da disciplina de Direito e Gênero do curso de graduação em Direito da FURG. Os dados coletados dizem respeito às gravações das aulas, devidamente degravadas, e às notas de campo escritas ao longo da observação. Quanto ao primeiro encontro, apenas foram realizadas notas de campo porque a gravação não foi autorizada pela professora da disciplina em função de tratar-se de uma aula na qual os alunos iriam falar sobre as entrevistas que realizaram a respeito de experiências sexuais dos entrevistados.

No primeiro encontro observado, ocorrido no dia 08 de maio de 2019, os alunos deveriam apresentar, conforme foi solicitado pela professora na aula anterior, entrevistas que fizeram com pessoas à sua escolha sobre a experiência que foi, para a pessoa entrevistada, o seu primeiro contato sexual. Para tanto, a professora pediu a todos que organizassem as classes em círculos.

A organização das cadeiras desta forma deu à sala de aula um tom de leveza, de proximidade entre todos, propiciando um debate mais confortável em contraste aos padrões mais rígidos e burocráticos que, às vezes, os ambientes de ensino ofertam. Apesar disso, existiu dificuldade em iniciar um debate reflexivo sobre o tema. Enquanto o aluno A leu às pressas e de forma objetiva sua entrevista, o aluno B se limitou a apresentar apenas uma informação contida em sua entrevista. A aluna C, igualmente, trouxe apenas uma informação breve, a qual julgou pertinente:

> O primeiro aluno a falar, que aqui será tratado como Aluno A, iniciou relatando a sua entrevista. Disse que a pessoa entrevistada era homem e heterossexual. O Aluno A leu sua entrevista (as perguntas e as respostas) de maneira muita rápida. A leitura não foi acompanhada de opiniões do Aluno A, nem de expressões que demonstrassem seu posicionamento em relação ao que foi respondido pelo entrevistado. Assim, logo quando terminou a leitura já cedeu espaço para a próxima pessoa falar; (notas de campo, 08/05/2019)

> O Aluno B disse ter entrevistado um homem gay e que o questionou sobre o que significava, para o entrevistado, o ato de transar. Disse que a resposta obtida foi de que, para o entrevistado, transar significa descobrir o que desperta o prazer na

> pessoa com quem se transa. O relato não foi acompanhado de grandes reflexões; (notas de campo, 08/05/2019)
>
> Após, a Aluna C disse ter entrevistado um casal heterossexual de amigos seus. Relatou que o homem entrevistado era virgem e que a mulher não, apontando o fato como algo que considerou curioso. O relato também não foi acompanhado de reflexões; (notas de campo, 08/05/2019)

A forma como os relatos iniciais foram tratados deixou claro que muitos alunos e alunas não se sentiam à vontade para tratar do tema naquele momento e local. Talvez seja um reflexo do processo de apagamento destas temáticas dos ambientes de ensino. Foucault explica que aquilo considerado desviante não deve ser pensado, refletido ou visto, mas deve ser silenciado (FOUCAULT, 2017, p. 8). Porém, mesmo que de forma tímida e objetiva, diversos temas importantes para a análise do sexo e da sexualidade foram postos pelas entrevistas.

Na citação acima, do aluno B, é possível ver que o seu entrevistado, um homem gay, visivelmente subverte uma grande verdade sobre o sexo que impera neste lado do planeta: a *scientia sexualis*, que determina que o sexo não é destinado ao prazer, mas sim à reprodução, sendo submetido à moral religiosa que proíbe a experimentação (FOUCAULT, 2017, p. 64-65).

Enquanto o ato de transar significa, para o entrevistado do aluno B, descobrir o que desperta prazer na pessoa com quem se transa, ele está, claramente, praticando o que Foucault chama de *ars erótica*, que permite a experimentação e determina que o objetivo do ato sexual é, justamente, a exploração do prazer (FOUCAULT, 2017, p. 64). O relato traz à tona uma prática sexual que, segundo os ditames sociais, quase nunca acontece: a preocupação com o prazer do outro.

Outra informação que salta aos olhos foi a contida no relato da aluna C, que disse achar curioso que o casal heterossexual entrevistado afirmou, à época do seu primeiro contato sexual, que o homem era virgem e a mulher não. Embora muitas coisas em relação às normas sociais não escritas tenham mudado com o passar dos anos, ainda existe a expectativa que a mulher "se dê ao respeito", evitando, ao máximo, as práticas sexuais, enquanto aos homens é destinado o respeito e a admiração proporcionais ao quanto sua sexualidade é posta em ação. É possível perceber que o casal entrevistado, ao menos neste aspecto, fugiu, em parte, daquilo que as normas sexuais exigem: a castidade e a pureza da mulher e a sexualidade ativa e insaciável do homem.

Além disso, houve relatos de primeiros contatos sexuais desprotegidos que resultaram em gravidez – e que poderiam ter resultado na transmissão de ISTs – estão entre os temas:

> Após, o Aluno E escolheu apenas um trecho de sua entrevista para dividir com a turma. Disse que o fato que iria relatar havia ocorrido há 35 anos com a pessoa entrevistada. No ocorrido, o entrevistado, homem, relatou que se tornou pai logo após e em decorrência do ato sexual em que perdeu sua virgindade; (notas de campo, 08/05/2019)

Neste caso, ainda que de forma planejada ou não – detalhe este que não foi abordado pelo aluno E e que não foi questionado por seus colegas –, o ato sexual se deu da maneira que a moral religiosa exige: ocasionando a procriação (FOUCAULT, 2017 p. 61; BORRILLO, 2016 p. 16). Desta forma, aos olhos daqueles que veneram as normas sociais opressoras, será concebido que a vontade divina e o propósito natural e biológico do ato sexual existir foram respeitados. Não é incomum que, nestes casos, os indivíduos sejam forçados, após um provável ato sexual sem compromissos, a formarem um modelo tradicional de família em decorrência da gravidez não planejada.

Também foi trazido à tona relato sobre a violência sexual:

> Em seguida, o Aluno F relatou a perda da virgindade de uma amiga sua, que disse ter sido forçada a participar do ato sexual, se tratando de um estupro realizado por seu namorado à época. O Aluno F expressou, por meio de posições e movimentos faciais, que se solidariza com a amiga, informando a todos, em seguida, que a sua opinião é a de que achou um absurdo o estupro ser praticado pelo namorado que deveria, ao invés de violentar, amar e cuidar. A expressão no rosto de todos os presentes demonstrou que se sentiram incomodados com o tema, no sentido de que se solidarizavam com a vítima e que condenam internamente o agressor; (notas de campo, 08/05/2019)

O relato do aluno F diz respeito a um tema muito importante: o estupro. Esta forma de violência sexual em muito se relaciona com todo o contexto social exposto neste trabalho. O homem, que geralmente é quem estupra, estando, socialmente, em uma posição de domínio e autorizado – e é esperado – pelas normas sociais a exigir que seus desejos sexuais sejam satisfeitos, força a outra pessoa, que geralmente é uma mulher, uma adolescente ou criança, a sofrer o ato sexual contra à sua vontade. Então é possível afirmar que as normas sociais dominantes contribuem para a perpetuação de uma cultura do estupro, e é isto que Sousa sintetiza muito bem nas seguintes palavras:

> Chamar uma determinada prática social de cultura implica atribuir-lhe uma série de fatores que exprimem que essa conduta caracteriza-se, entre outras coisas, por ser algo feito de maneira corriqueira e não listado como raras exceções, colocando essa ação como uma atividade humana. Nessa concepção, adotamos a referência de

> Marilena CHAUI (1986) acerca do termo cultura que, segundo ela, "em sentido amplo, cultura [...] é o campo simbólico e material das atividades humanas" (p. 14). O que também não significa que, de maneira direta, todos os homens sejam estupradores, nem que todos os seres humanos sejam diretamente responsáveis pela prática do estupro, mas que, de muitas maneiras, a cultura do machismo e da misoginia contribui para a perpetuação desse tipo de violência focada, principalmente, contra a mulher. (SOUSA, 2017 p. 10)

Sousa (2017 p. 14), inclusive, afirma que a realidade da cultura do estupro é paradoxal porque os estupros são realizados, em sua maioria, contra mulheres as quais a sociedade exige e ensina, desde os primeiros momentos de suas vidas, a reprimirem a sua sexualidade. A resposta para isto reside no fato de que, ao mesmo tempo, os homens são, desde jovens, incitados ao sexo.

Ainda, Sousa (2017 p. 14) relata muito bem que as normas sociais acabam determinando quais mulheres devem ser vistas como puras e quais devem ser vistas como desvairadas. Assim, é criada a concepção da mulher que "merece ser estuprada", qual seja: a que não segue as normas sociais heterossexistas que lhe são impostas.

> Não basta a constatação do ato do estupro consumado, seja lá de que forma se deu; também é feita uma apuração sobre o histórico da suposta vítima. Aqui entra o fator da reputação, ou seja, o modo como a sociedade julga o comportamento da vítima antes do estupro. Atrelado à reputação é que se concede ou não o status de vítima de estupro para uma mulher. Desse modo, ser vítima de estupro é um status social condicionado à reputação e que corresponde a muito além do que apenas sofrer a violência sexual – é receber da sociedade o aval de quem realmente é inocente com relação ao ocorrido. (SOUSA, 2017 p. 16)

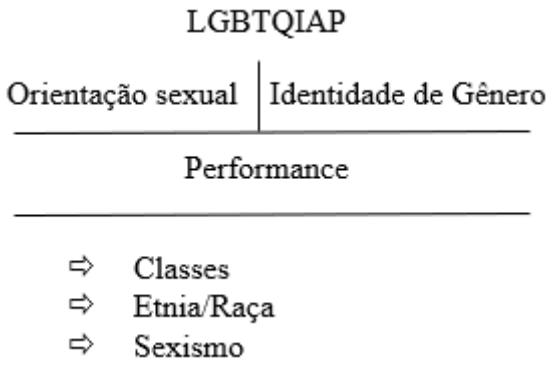
Feitas, então, as considerações da cultura do estupro como um produto das normas sociais heterossexistas, segue a análise dos dados obtidos nesta pesquisa empírica: a maneira como os relatos foram expostos, de forma tímida e objetiva, evidencia que os temas que dizem respeito ao sexo, à sexualidade e ao gênero são muito pouco tratados nos espaços de educação. Então, mesmo quando é oportunizado um espaço de fala sobre questões que envolvem o sexo e a sexualidade, os alunos e as alunas parecem apreensivos em abordar temas que muitas vezes são tratados, às vezes diariamente, com total naturalidade em outros espaços como rodas de amigos, bares, praças e outros locais de convivência.

Parece, portanto, que o grande obstáculo neste tema não é o que ou como está sendo abordado, mas onde. É preciso refletir por que a sala de aula de um curso de Direito, numa universidade pública, segue não parecendo o local mais adequado para se tratar de temas como estes, mesmo quando o professor ou a professora propicia um ambiente de proximidade, de flexibilidade e de possibilidade de se discorrer abertamente sobre o sexo e a sexualidade.

Além disso, por ser uma disciplina optativa, os alunos que decidiram participar são os mesmos que enfrentam esta barreira invisível. Então, apesar de terem escolhido estar ali, e mesmo que seja um tema que em outros locais de debate ou conversa não tenham problemas em falar, a universidade segue não parecendo o local mais adequado. Será preciso, em outro momento, em outro trabalho, tendo em vista que o tema vai além daquilo que é aqui proposto, pensar sobre a necessidade de se abordar estes temas mais cedo na vida dos estudantes: nas escolas.

Encerrado, então, o primeiro encontro observado, o segundo momento ocorreu no dia 22 de maio de 2019. Neste dia a aula foi composta por uma palestra sobre diversidade sexual e de gênero ministrada por um formando no curso de Direito da FURG. A palestra foi benéfica aos alunos porque o palestrante, talvez por só ter um momento para falar, condensou em um só encontro inúmeros conhecimentos indispensáveis ao tema.

O palestrante iniciou a aula estruturando na lousa os temas que seriam abordados por meio do seguinte esquema:



(imagem 01: notas de campo, 22/05/2019)

Logo no início da palestra os alunos tiveram contato com a informação de que a sexualidade vai além do ato sexual e que diz respeito à maneira como o indivíduo vive e se porta na sociedade em relação às normas de gênero e sexualidade (DIAS, 2015 pp. 229-245):

> - Palestrante: [...] Existem vivências no campo da sexualidade e práticas que são identitárias. E nessa diferença entre a prática identitária e aquilo que a gente considera como vivência, que a gente se permite crer, tem uma vivência significativa. E esse debate que estou trazendo aqui para vocês, ele coloca que a nossa sexualidade, a nossa personalidade, ela tem uma série de condutas e atores que são construídos, tanto na coletividade quanto na nossa própria individualidade. (degravação, 22/05/2019)

Após, foram tratados conceitos básicos com os alunos, como orientação sexual, identidade de gênero e sexualidade:

> - Palestrante: [...] Qual a diferença entre esses três elementos? A orientação sexual parte do pressuposto de que nós identitariamente determinamos, na relação que estabelecemos com o meio e o meio conosco, uma perspectiva de compreensão acerca da nossa sexualidade. Da forma como exercitamos a nossa sexualidade. Se hoje algum de nós se compreende heterossexual, pode não se compreender heterossexual amanhã. Da mesma forma, homo, bi, enfim. Essas concepções elas não estantes, fechadas, mas elas estão exatamente colocadas para que possam ser dialogadas. E essas construções da orientação sexual ela não tem essa denominação porque alguém indica ou porque é orientada. Não. A orientação que nós temos parte do pressuposto das nossas análises e das nossas vivências com o meio. A identidade de gênero é um outro processo.
> [...]
> E como a identidade de gênero se constitui? Vou dar um exemplo para vocês: alguém já ouviu falar entre cisgênero e transgênero? O que é cisgênero? É aquela pessoa que nasce com o sexo biológico de acordo com aquilo que socialmente está construído e posto como sendo o seu sexo, o seu gênero social, ou seja, socialmente a gente, a sociedade, determinou uma construção que vem de séculos sobre o que é masculino e feminino. Mas, isso são só construções sociais. Se eu quiser usar um salto quinze e entrar na sala com um belo batom vermelho, isso não me faz menos masculino. Ou faz? Isso faz parte de uma construção social: o uso da barba, cabelo curto, unhas cortadas, calça. [...] Mas por quê? Porque existe um composto aí, que se chama "moral". E a moral social, determinada principalmente pela imposição de regras e ordens que são estabelecidas em espaços de poder, também vão determinar como que isso daqui vai ser compreendido pela sociedade. (degravação, 22/05/2019)

Em relação às duas citações acima, o conceito de sexualidade é indispensável à compreensão dos debates e questões envolvendo o gênero e as sexualidades. Por este motivo é que o conceito já foi apresentado logo no início do primeiro capítulo deste estudo. Embora seja um conhecimento básico dentro desta temática, não é raro, no dia a dia, se deparar com pessoas que confundem a sexualidade com o sexo, com a orientação sexual, com o gênero, com a identidade de gênero ou outros conceitos. Informar aos alunos e alunas que a sexualidade é um conceito maior, mais amplo, que diz respeito não só ao sexo, mas à percepção que a pessoa tem de si, de como seu corpo se expressa e se situa no meio social é de grande relevância.

É a partir desta informação que os e as estudantes poderão começar a compreender melhor a complexa dinâmica que existe entre o conceito da sexualidade e os mecanismos de poder que criam, alimentam e perpetuam normas sociais não escritas e dominantes (DIAS, 2015, pp. 229-245). É preciso compreender que a sexualidade diz respeito tanto às experiências pessoais, de autoconhecimento e de percepção de si, quanto às relações na coletividade.

Os alunos, após estarem cientes a respeito da sexualidade, estarão preparados para percorrer caminhos teóricos do sexo e do discurso (FOCAULT, 2017; RIOS; SEFFNER, 2018; PRECIADO, 2017; BOURDIEU, 2017), da ordem das coisas e da hierarquia das sexualidades (BOURDIEU, 2017; BORRILLO, 2016), da construção social do gênero (LOURO, 2014; SCOTT, 1989; SALIH, 2015; BUTTLER, 2003), e demais questões pertinentes.

Seguindo, na palestra também foi dito como as normas sociais e aquilo que se diz e se estabelece em relação ao sexo e à sexualidade são mecanismos de poder (FOUCAULT, 2017):

> - Palestrante: [...] Nesse contexto, a gente estabelece relações que, naturalmente, são de poder, de poder em relação ao ambiente familiar, em relação ao campo afetivo, também em relação ao campo sexual e de poder e empoderamento do próprio corpo. [...]
> Então, esse sexo naturalizado entre o homem e a mulher, que inclui um pênis e uma vagina, também é, para além dos aspectos biológicos e que foram surgindo depois e que são plenamente contestáveis, um elemento de...? Um elemento de...?
> - Professora: Poder.
> Aluno F: Controle.
> - Palestrante. Pooooder. Ai a gente chegou em...? Foucault. Por quê? Porque a gente precisa manter a normalidade do processo para garantir que, com a normalidade do processo, o que for excedente fica de fora. (degravação, 22/05/2019)

A respeito disto, Preciado esclarece, em seu livro Manifesto Contrassexual, que o sexo é utilizado como um mecanismo de dominação da heterossexualidade e o faz ao estabelecer quais partes do corpo, quais sensações e quais reações anatômicas são consideradas erógenas, bem como ao distribuir de forma desigual e binária o poder entre os gêneros (2017, p. 25).

Ainda, Preciado explica que este mecanismo, ao reduzir a superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos coloca-se o pênis como o centro do impulso sexual (2017, p. 26). Além da clara diferenciação de poderes e valores distribuídos, desta forma, entre os corpos ditos masculinos e femininos, é preciso ver que não há, dentro desse sistema fechado e limitado, espaço para a diversidade e para outros corpos que não cabem neste rótulos: "corpos intersexuais[19], hermafroditas, loucas, caminhoneiras, bichas, sapas, bibas, fanchas, *butchs*, histéricas, saídas ou frígidas, hermafrodykes" (PRECIADO, 2017, p. 27).

Seguindo esta linha de pensamento crítico ao sistema sexual heterocentrado é que Preciado apresenta, na obra citada, diversas formas de expressão da sexualidade que ele

[19] A pessoa intersexual ou intersex é aquela que, naturalmente e sem intervenção médica, desenvolve características sexuais tanto daquilo que se entende como masculino quanto do feminino. Neste conceito, as formas de ser são inúmeras.

denomina contrassexuais, ou seja, práticas que identificam as falhas no sistema sexual heterocentrado e que, segundo o autor, sacodem as normas que estabelecem o sexo e o gênero desta forma (PRECIADO, 2017 p. 27). O meio proposto, neste trabalho, para atingir este objetivo - não apenas defendido por Preciado, mas também por Butler e muitos outros e outras – é a desconstrução dessas instituições por meio da educação.

Ademais, também foi ensinado aos alunos e às alunas que, apesar de as pessoas estarem inseridas em um contexto em que as regras sociais já existam antes mesmo do nascimento do indivíduo influenciando, dessa forma, na sua formação, cada pessoa irá se relacionar com a sociedade, com as regras sociais e a perceber a si, em meio a tudo isso, de formas diferentes e que é nesse processo que a pessoa se constitui, constrói a sua identidade e começa a perceber sua sexualidade (DIAS, 2015) (BOURDIEU, 2017) (SCOTT, 1989) (SILVA, 2018) (DAVIS, 2016) (LACERDA, 2018) (RIOS, 2006) (DIAS; LEITE, 2013) (BACKES, PAVAN, 2017):

> - Palestrante: [...] Nesse contexto, a gente estabelece relações que, naturalmente, são de poder, de poder em relação ao ambiente familiar, em relação ao campo afetivo, também em relação ao campo sexual e de poder e empoderamento do próprio corpo. A partir dai a gente começa a se determinar regras e a conceber regras com as quais nós nos relacionamos na sociedade. Esse momento vai acontecer, né? Para quem conhece um pouco da dinâmica dos processos de desenvolvimento, vai acontecer na pré-adolescência e na adolescência. E é onde entra esse debate, porque a gente não suscitou ele, ou, se suscitou, a gente viu ele acontecer. Talvez, tenhamos até participado de uma construção familiar, de uma vivência de um amigo ou de um parente ou de alguém próximo, mas não se deu de conta que esse debate já estava colocado. Muitas vezes pelos nossos próprios pais. Mas a gente vai começar a praticar e conhecer a nossa vivência. É nesse momento que a gente começa a descobrir o que é orientação sexual, identidade de gênero e performance de gênero. (degravação, 22/05/2019)

Também foi problematizada a questão do binarismo de gênero e as suas limitações no que diz respeito às concepções que transbordam os limites do que é ser homem ou mulher e do que é ser somente homem ou somente mulher (DIAS, 2015 p. 237):

> - Palestrante: [...] Então, quando que a gente determinou que só existe na concepção de gênero o binarismo de gênero? O que é o binarismo de gênero? É homem e mulher e qualquer coisa no meio do caminho não existe, é invisibilizado. E é assim que é. Existe o banheiro masculino e o feminino, ponto. Existe roupa masculina e feminina. Existe, nos setores das lojas, o que é dado para a mamãe e o que é dado para o papai. Claro, com o tempo essas coisas também foram mudando. Mas elas mudam, mas elas invertem o polo, mas são sempre ligadas ao debate binário que cientificamente não há comprovação de que ele seja exatamente esse. Existem teorias que dão conta de cerca de mais de 38 diferentes identidades de gênero possíveis que existam no mundo. O nome dessa teoria é [...] a teoria queer. E o que é a teoria queer? A teoria queer está aqui. Quem são essas pessoas? Essas pessoas são as pessoas que decidiram vivenciar sua própria identidade de gênero a partir da premissa de que elas não são necessariamente homens ou necessariamente mulheres e que, portanto, o seu gênero pode ser fluído, ou elas podem estar dentro de um

> espaço que existe entre um e outro e, portanto, elas estão ali variando entre uma concepção e outra. (degravação, 22/05/2019)

É muito importante situar, nestes debates, o tratamento que as normas sociais dispensam às pessoas que não se enquadram nos padrões binários de gênero e de expressão da sexualidade. A partir do momento em que só é autorizado, aos indivíduos, ser homem/masculino ou mulher/feminina, qual é o local destinado às pessoas trans e às pessoas não binárias? A resposta é clara: a marginalização, o não reconhecimento, a exclusão, o ódio e a violência.

Estas pessoas existem e são tão titulares do direito à dignidade humana quanto as demais. Não é possível sequer pensar em viver numa sociedade pacífica, ideal e justa sem que, antes, se comece a enxergar estas pessoas que, para muitos, são invisíveis. O problema é justamente este: as concepções sociais engessadas a respeito do gênero e das sexualidades não comportam essa realidade, essa diversidade. É por isso que essas normas sociais não escritas precisam ser questionadas e reescritas, mesmo que se trate de um procedimento utópico, difícil e lento. É em meio a esta dificuldade que a proposta da educação surge enquanto ferramenta de avanço social.

Prosseguindo, a história da população LGBTQ+ e dos seus movimentos sociais foi abordada, o que parece importante para fins de contextualizar, de forma progressiva ao longo da história, de onde vêm e por que são como são, hoje, as reivindicações dessas pessoas (RIOS; SEFFNER, 2018) (BORRILLO, 2016):

> - Palestrante: [...] A dragqueen, que não é travesti e nem a transsexual necessariamente, ela performa o seu gênero. Por que ela performa o seu gênero? Por que finge que é mulher? Talvez, mas é uma abordagem que tem muito mais a ver com uma concepção artísticas que não tem nada a ver com aquele julgamento moral e conservador que fala que se vestiu de mulher para ganhar entrada grátis na festa. Não. Aquela turma ali faz história. No Brasil principalmente, porque quem enfrentou os militares na ditatura estabelecida a partir de 1964 e resistiu ao AI-5 em 68 e que tombou durante toda década de 70 e 80 para garantir que em 90 a gente tivesse, na Constituição de 88, alguns direitos ali garantidos e que a luta continuasse a partir de então, foram essas pessoas.
> [...]
> Então, o que a gente tem aqui: isso aqui é O Lampião, tá? Que eu falei para vocês sobre as publicações que não eram reconhecidas no Brasil. Esse aqui foi um dos primeiros jornais a surgir na imprensa não-legalizada durante a ditadura militar. Ele era distribuído pelas travestis, pelo pessoal que circulada no Rio de Janeiro, na boemia. Porque essas pessoas que não tinham tempo ou que não podiam se reunir com outros atores da sociedade – artistas, estudantes, e tal – arranjaram um jeito de produzir o seu próprio discurso e levantar a sua própria militância contra a repressão de estado e contra a ditadura e a censura. E ai, foram vários os enfrentamentos. Isso aqui eu não preciso dizer para vocês onde é, né? Todo mundo sabe o que é? Advinham pelo triângulo rosa?
> - Aluna A: Campo de concentração?

> - Palestrante: Milhares, milhares, de pessoas, socialmente reconhecidas como homossexuais foram assassinas em campos de concentração em função disso. Essa daqui é a mágica, para quem não conhece, tem um fabuloso documentário no YouTube, recomendo que busquem ele também, que é da Marsha Johnson. Ela foi a primeira pessoa a organizar e construir uma parada gay no mundo: Stonewall, já ouviram falar? Não? No dia 28 de junho é proclamado o dia internacional do orgulho gay, por quê? Graças a uma chacina que aconteceu nos Estados Unidos no bar onde era permitido que casais homossexuais tivessem, livremente, a sua afetividade respeitada. Lá, uma invasão de policiais matou uma centena de pessoas, só por causa disso. E, então, foram organizados movimentos de resistência em todo o mundo, até que a gente chegasse nos dias de hoje e pudesse, por exemplo, protagonizar conquistas como a carteira de identidade com nome social. E isso não é nada, nós estamos avançando ainda mais e queremos avançar mais. No STF está sendo julgada a equiparação do crime da LGBTfobia com o racismo[20]. Nós queremos avançar. Isso é importante. (degravação, 22/05/2019)

Os alunos também foram informados a respeito da necessidade de se avaliar os temas e os debates sobre diversidade sexual e de gênero levando em conta aspectos de classe, raça e etnias (DAVIS, 2016) (HARITAWORN, 2014) (BUTLER, 2003) (SPAREMBERGER; et al, 2018) (LACERDA, 2018) (LOURO, 2014):

> Então, esses grupos que são fora desse conceito aqui, eles também precisam de políticas públicas e, por isso, precisam ser atendidos. A partir dai, quando a gente desvela o debate moral, compreende que a diferença entre orientação sexual, identidade de gênero e performance são coisas que são separadas, nós também entramos num debate que precisa de um recorte: o de classes, o étnico racial e o debate sobre o sexismo. Porque sim, existe diferença. Qual é a diferença? Eu sou um gay, cisgênero, branco, de classe média, masculino. Se tu pegar o gay, trans, pobre, negro que é trans homem, vocês vão estar lidando com um histórico totalmente diferente do meu. Completamente diferente porque essa pessoa vivencia um conjunto de situações e opressões que essa sociedade impõe sobre uma agenda que não é a mesma que eu vivo. As oportunidades de acesso que eu tenho em estar aqui constitui um conjunto de privilégios que diferentes camadas vão conseguir burlar e acessar, mas essa pessoa talvez não consiga. Então, quando a bicha preta que tem 17 anos e que mora aqui atrás do CAIC, há menos de três quilômetros daqui, ela não tem metade das condições de chegar aqui, aos 31 anos como hoje eu estou. Talvez ela nem se entenda nessas condições, que só o tráfico de drogas, as condições socioeconômicas em que ela vive, permita que ela chegue aqui. Porque ela não só pode morrer com uma contaminação do HIV como ela também muito provavelmente vai ser alvo da bala perdida que mata a juventude negra e periférica todos os dias, como uma agenda. Não é a falta de projeto a violência urbana. A violência urbana é um projeto, um projeto de extermínio. E, nesse contexto, o projeto de extermínio que também vai abarcar esse conjunto da sociedade, porque fora desse debate nós temos outros debates que também perpassam esse daqui, então são debates que se entrelaçam. O debate da questão étnica passa aqui por dentro. (degravação, 22/05/2019)

[20] Aqui o palestrante se refere ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 e do Mandado de Injunção 4733 pelo STF. O julgamento ocorreu um mês após a palestra do palestrante Luciano Lobato na disciplina de Direito e Gênero na FURG. A corte firmou o entendimento de que os atos de homofobia e transfobia, em decorrência de omissão legislativa para o crime, devem ser equiparados ao tipo penal definido na Lei Federal nº 7.716/89, conhecida como "Lei do Racismo". Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010.

Não é possível pensar tais questões sem que, ao menos, sejam mencionados os aspectos que rondam os marcadores sociais da raça, da classe e da etnia. Mesmo dentro da população LGBTQ+ as realidades, os estigmas, as necessidades e os sofrimentos são plurais. Quanto mais características vistas pela sociedade como negativas a pessoa tiver (ser mulher, não ter a pele branca, ser pobre, não obedecer ou se enquadrar nos padrões de gênero e da sexualidade dominante, não ser cristão, etc) mais difícil para ela será enfrentar a vida na coletividade, maiores as chances de ser violentada ou morta e menos direitos lhe serão efetivados, protegidos ou reconhecidos.

Este é um dos maiores problemas em relação às normas sociais opressoras não escritas: quanto mais o indivíduo se distanciar daquilo que a sociedade entende e diz ser o correto, normal, aceitável, menos valor a sua vida terá. É preciso que os alunos, especialmente dos cursos de Direito, compreendam esta difícil realidade para que, a partir disso, possam realizar uma análise crítica das injustiças sociais, possibilitando, por consequência, a reflexão acerca de formas de mitigar o sofrimento dessas pessoas.

É por isto que merece destaque o seguinte: um aspecto muito importante da palestra ministrada foi o estímulo, por parte do palestrante, aos alunos e às alunas à reflexão crítica dos temas de gênero e sexualidade. Na seguinte citação, por exemplo, ele convida e ajuda os alunos homens a pensarem acerca do local deles nessa questão e como podem tornar a sua percepção do assunto mais rica e precisa se exercitarem a sua empatia, se colocando no local das mulheres:

> - Palestrante: [...] Mas a gente não entende que a gente, que eu falo, somos nós homens, cisgênero, heterossexuais ou não, sobre o nosso papel no debate de gênero. Qual é a nossa função no debate de gênero? A gente precisa mesmo estabelecer, assim como as mulheres estabelecem nos debates de gênero, a necessidade da afirmação da autonomia dos nossos corpos? Será que a gente não pode fazer uma reflexão inversa sobre a autonomia dos nossos corpos em relação à autonomia dos corpos que as mulheres fazem? Porque o debate que nós fazemos é diferente do debate que as mulheres fazem. E tem um motivo para ser diferente: não porque os corpos sejam diferentemente objetos de poder, mas porque a relação que nós estabelecemos com relação ao nosso corpo para essa moral social que paira sobre o consciente coletivo é diferente. Se a gente quiser andar sem camisa na rua não tem nenhum problema. Se a gente quiser andar sem cueca, não vai fazer a menor diferença. Quem dos homens já foi assediado por andar sem cueca? Duvido. Agora, imagina, que [uma mulher] ande sem sutiã e com o peito marcado, eu duvido que qualquer um de vocês já não tenha olhado com olhos, pelo menos, de condenação. Sim? Essa é a concepção da moral e esse é o debate que se coloca sobre a corporeidade. Isso é só um exemplo, porque têm vários debates que são colocados aí. (degravação, 22/05/2019)

Após, o palestrante informou o fim da sua apresentação, agradeceu a atenção e disse a todos que poderiam fazer seus questionamentos. Estavam presentes cerca de vinte e cinco

alunos, dos quais dez apresentaram dúvidas ou suscitaram temas ao palestrante. O fato de que quase metade das pessoas presentes, em um tema que envolve questões que os alunos têm dificuldade de falar e expressar em sala de aula, terem apresentado questionamentos reflexivos ou demonstrado interesse em sanar suas dúvidas demonstra o interesse dos alunos pelo assunto.

Agora, quanto aos questionamentos em si, foi possível perceber que muitos alunos, possivelmente em função da desinformação oriunda do fato de que tais assuntos raramente são tratados de forma adequada nos ambientes educacionais, carregam consigo informações equivocadas sobre diversos âmbitos que são percorridos pelos temas do sexo, das sexualidades e do gênero.

A título de exemplo, é possível citar as afirmações de um aluno que acreditava que o sexo anal possui maiores chances de transmitir ISTs – sem nem ao menos cogitar a ação de preservativos nessa situação – e que isto poderia justificar a proibição da doação de sangue por homens gays[21]:

> - Palestrante: Porque eu sou gay. Ai, eu respondo lá o questionário e eu tenho o que eles chamam de "relações de risco". Vejam vocês, o que é relações de risco? Eu dou um doce para quem adivinhar, não, mentira, não trouxe doce nenhum. Mas o que são relações de risco? Vamos lá?
> - Aluna D: São as que têm mais chances de transmissão de doenças?
> Palestrante: Por quê?
> - Aluna D: Porque não usa preservativo.
> - Palestrante: Por que não usa preservativo? E isso é uma relação de risco? Mas tem mais que isso. Não usa preservativo para...?
> - Aluno E: Eu estava lendo sobre isso. Dizem que a relação [sexual] anal é de risco porque o ânus ele absorve muito mais as doenças e tem muito mais risco do que a vagina. Seria uma explicação biológica, no caso.
> - Palestrante: Agora, assim, é porque eu faço sexo anal? Beleza, tudo bem. Agora eu te pergunto: existe casal hétero que não faça sexo anal?
> - Aluno E: O problema está ai. Por tu ser gay tu não pode doar. A questão é que se tu faz sexo anal, seja hétero ou não, tu não pode doar.
> - Palestrante: A relação anal necessariamente implica em risco? E por quê?
> - Aluno E: Pelo fato de absorver mais.
> - Palestrante: Mas se eu uso camisinha. E se eu usar camisinha numa relação anal e se eu não usar camisinha numa relação vaginal, é tão risco quanto. Alias, é mais risco. E sabe por que por de trás disso existe um outro padrão? Vou explicar. O modo de produção capitalista, desde o século XVIII, precisa estruturar as relações naquilo que Marx vai chamar de a produção do exército de reserva. O que isso significa? Significa que a prole precisa aumentar, porque precisa... (degravação, 22/05/2019)

[21] A observação das aulas, nas quais ocorreram tais debates, se deu antes da atual decisão do STF, proferida na ADI nº 5543, ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), que declarou, em maio de 2020, a inconstitucionalidade dos dispositivos da Portaria 158/2016 do Ministério da Saúde e da Resolução RDC nº 34/2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que traziam critérios que proibiam a doação de sangue por homens homossexuais com vida sexual ativa.

Além disso, outra aluna acreditava que nenhum exame para testagem de ISTs era realizado no sangue de doadores antes de ser utilizado em pacientes que dele precisam:

> - Aluna G: Agora, sobre a questão da doação de sangue, eu não sou da área da saúde, mas imagino que seria inviável, impossível, inconcebível, não fazerem o exame. Então eu poderia ser portadora de aids, né? Do vírus HIV. Estou, no momento, em um relacionamento hétero, chegaria lá e doaria sangue. E ai, por eu não ter dito que estou num relacionamento gay eles vão dar meu sangue para várias pessoas sem fazerem um único exame de doenças?
> - Palestrante: Não, existe, existem. Eles fazem os exames. (degravação, 22/05/2019)

A falta de conhecimento evidenciada nas duas citações acima denuncia a necessidade de que os temas ligados ao sexo, às sexualidades e ao gênero sejam tratados nos ambientes escolares. Sendo a escola e as universidades locais de formação não apenas profissional, mas também pessoal, é preciso que os alunos sejam preparados não só para o mercado de trabalho, mas para a vida. Sem isto não será possível ter uma educação verdadeiramente emancipadora. A vida em sociedade exige, por todos os motivos expostos nesse trabalho, um compromisso de cada pessoa na percepção e no enfrentamento dos vetores sociais que produzem injustiças e sofrimento.

Dentre os alunos, também existia quem não percebesse o tratamento discriminatório e diferenciado destinado às pessoas não heterossexuais no momento de coleta de informações sobre a vida sexual para fins de doação de sangue:

> - Aluno H: Professora, eu acho que alunos que também tiveram relação sexual com mais de um parceiro, independente se for hétero ou homo, com parceiros diferentes, é considerado de risco. Mais de um é considerado relação sexual de risco. A zona de risco, no caso, não se aplica só aos homossexuais, [mas também] às pessoas que, no caso...
> - Palestrante: Não, não. Assim: o questionário, ele é feito para todo mundo. Quando o questionário passa a ser adotado? Ele foi adotado a partir da década de 90 porque, até lá, todas as pessoas que faziam transfusão de sangue não eram testadas e muita gente foi contaminada, por exemplo, pelo vírus da hepatite e outras gamas de outras possibilidades de contaminação sanguínea.
> - Professora: Hepatite também mata, pessoal...
> - Palestrante: É. Dai, se elaborou o questionário e na elaboração desse questionário, que é redigido por uma portaria, uma instrução normativa do Ministério da Saúde, é que este questionário é vigente. Só que a aplicação desse questionário, ela tem... Ao passo que ela atende determinadas prerrogativas cientificas, ela também tem um viés...
> - Professora: Moral.
> - Palestrante: Moral. E é isso que a gente discute. O processo não é... Existe um processo de seleção e ele é necessário? Sim, ele é necessário. É preciso que haja um filtro para que tu possa saber o histórico, a vida pregressa de quem está doando sangue, isso é óbvio. Agora, tu precisa ter o mesmo critério para julgar qualquer cidadão e qualquer cidadã. Tu não pode, simplesmente, determinar que pelo fato do

> conjunto das relações sexuais e afetivas que eu não tenho o meu sangue seja menos capaz de ajudar a salvar uma vida do que o teu. Não faz sentido, entendeu? E é isso... O debate é exatamente esse porque o que que julga uma pessoa... O que eu falei: uma pessoa promíscua, que transa com dez pessoas por final de semana e ela sempre usa preservativo e se protege de todas as formas. Ela oferece mais risco do que uma pessoa que tem um único parceiro e transa com essa pessoa sem preservativo todos os dias? Ela oferece mais risco? (degravação, 22/05/2019)

O papel da disciplina observada ficou bem claro neste momento. As regras sociais não escritas e a moral religiosa estão tão impregnadas no subconsciente que muitos alunos apenas conseguiram refletir a respeito das suas concepções sobre sexo, promiscuidade e os "perigos" de uma relação homossexual em relação a uma heterossexual a partir do momento que alguém se dispôs a palestrar a respeito do assunto. E, mesmo assim, houve certa resistência em perceber o engessamento das suas concepções.

É neste aspecto da educação que fica claro o seu potencial transformador. O palestrante conseguiu desmistificar muitas informações que penetra(ra)m o subconsciente por causa da moral. Nesse ponto, os alunos conseguiram perceber que aquela situação, da coleta de sangue, que parecia, num primeiro momento, normal, na verdade caracteriza uma enorme discriminação.

Após, no encontro ocorrido 29 de maio de 2019, os alunos realizaram apresentações tratando dos temas da pornografia e da exploração sexual. Num primeiro momento chama atenção o fato de que a grande maioria dos alunos e das alunas optaram, dentre os temas, por falar da pornografia. Muitos assuntos relevantes foram levantados e foram feitas pertinentes correlações entre os problemas relacionados à indústria do filme pornográfico e questões relacionadas ao machismo, heterossexismo, racismo, desigualdade social e econômica, violências e reprodução de estereótipos.

Primeiro, foi dito sobre a violência que sofrem as mulheres em decorrência do fato de que os filmes são produzidos por homens e direcionados para o público masculino de forma que os corpos e as vontades das mulheres são violados, objetificados, forçados e consumidos enquanto mercadorias:

> - Aluna A: Então, a pornografia é feita por homens e para homens, na qual a mulher serve para a objetificação masculina. Têm relatos de atrizes pornôs que são chocantes: que tem estupro, pedofilia, violação física, verbal, depressão, suicídio, prostituição... É uma [...] extremamente pesada, cruel e que odeia mulheres e que faz tudo para diminuir elas. Em seus depoimentos, na grande maioria, assumem o envolvimento com drogas que se torna uma maneira mais fácil de aguentar, pois elas começam a berrar e elas não [...]. O índice de suicídio é altíssimo e a expectativa de vida das mulheres nessa área é de 36 anos. Elas se sentem humilhadas e feridas a tal ponto que não conseguem seguir com suas vidas com essas memórias degradantes. Os pornôs mais rentáveis são os que envolvem a humilhação e a violação da mulher.

> Isso é um grande problema porque, além das mulheres estarem na frente da tela, esses filmes impregnam os olhos de cenas de estupro e de violência. Eu vou ler agora depoimentos para vocês que falam bem desses abusos e esse não são os depoimentos mais pesados que eu achei. Têm coisas horríveis e depoimentos absurdos de cenas de [...] com a vagina das mulheres em que elas têm hemorragia interna. É um negócio horrível. O primeiro depoimento: "no meu primeiro filme eu fui tratada muito grosseiramente por três homens. Eles bateram em mim, me drogaram e me empurraram como se eu fosse uma bola. Eu fiquei muito doida e mal conseguia andar. Doía tudo, eu mal conseguia urinar e os movimentos intestinais estavam fora de questão. Eu estava toda doida da violência sofrida nos pornôs". O segundo [depoimento]: "eu gravei cenas em que precisava fingir que estava morta e precisava deixar estuprar meu corpo morto. Eu cheguei em casa cheia de hematomas. Esse nem foi o pornô dos mais pesados. Eu falo de cenas de degradação profunda onde batiam e cuspiam em mim. Me chamavam de coisas horríveis. Eu vomitei. Tive que continuar mesmo assim e não conseguia tirar o vômito do meu nariz e as genitais deles de mim". O terceiro [depoimento]: "a maioria dos garotos tem a primeira experiência [...] nas quais elas são levadas para o apartamento de alguém e penetravam todos os buracos possíveis e chamam de vadia. Essas garotas, algumas das quais pegam doenças, vão para casa e nunca mais fazem aquilo, porque a experiência foi terrível de mais". E o último depoimento que eu trouxe é: "na minha carreira fui mais [...] e tratada como lixo do que eu esperava que fosse ser na minha vida inteira. Eu não era mulher aos olhos desses diretores. Eu era um nada para eles. Os atores às vezes eram legais, mas às vezes eram horríveis. Já teve homens que me bateram, me enforcaram, se esfregaram em mim até eu não poder mais ir ao banheiro. E isso acontecia mesmo quando eu pedia para eles pararem. Eles não têm nenhum respeito por mulheres". (degravação, 22/05/2019)

Outro dado relevante foi o fato de que quando uma aluna pergunta à turma quantos alunos ali presentes consomem pornografia, apenas cerca de cinco pessoas – de mais de vinte e cinco presentes – levantaram a mão:

> - Aluna C: Nesse momento eu gostaria de perguntar quem aqui que consome pornografia? Então, deu umas quatro ou cinco pessoas.
> - Aluno D: Uns quatro ou cinco sinceros.
> - Aluna C: Isso não bate muito bem com os índices, porque nas pesquisas o brasileiro consome muita pornografia e eu acreditei que [ao perguntar] aqui na aula não seria diferente. Então, a gente não debate porque ainda é um tabu. Essas pessoas não tem a autonomia e a não-vergonha de levantar a mão. (degravação, 22/05/2019)

A aluna C tem razão ao concluir que as pessoas sentem dificuldade de tratar do tema da pornografia ou de admitirem que a consomem em decorrência de isso ser um tabu. A moral contida, da qual Foucault (2017, pp. 07-19), fala opera desta forma. Foi por isso, inclusive, que ele precisou discorrer em seu livro sobre a "hipótese repressiva" para analisar se, nestes casos, o sexo é reprimido ou silenciado.

Foucault chega à conclusão de que não é uma repressão ou silenciamento do sexo o que ocorre, mas, na verdade, a sua utilização como ferramenta, como um mecanismo de poder para controlar o sexo e, por consequência, as pessoas, tendo em vista que a vida em sociedade se organiza em torno da sexualidade (FOUCAULT, 2017, p. 85-88). Muito provavelmente o

que ocorreu na sala de aula não foi o silenciamento da prática de consumir pornografia, mas o controle do assunto por meio da moral contida que estabelece que esta é uma prática cujos "bons costumes" impedem o diálogo em locais como a sala de aula.

Assim, o diálogo e o compartilhamento de informações e ideias a respeito da sexualidade e do gênero esbarram neste obstáculo. Essa situação mostra, claramente, como as normas sociais construíram mecanismos de defesa. A identificação destas barreiras, especialmente por meio da construção de saberes científicos e acadêmicos, é essencial para a superação dessa realidade.

Prosseguindo, os alunos se depararam com uma informação interessante ao pesquisarem, em dados históricos, a partir de qual momento a pornografia começou a ser consumida no Brasil, a maneira como a pornografia era destinada aos homens e proibida às mulheres, consideradas fracas, frágeis e suscetíveis às tentações do roteiro:

> - Aluna C: [...] Então, por uma questão histórica, a gente pesquisou quando que começou a ser consumido o conteúdo pornográfico no Brasil. Claramente a gente chegou... Eles [os pesquisadores] não conseguem dizer uma data específica, mas a gente chegou em meados de 1808 quando a corte portuguesa veio para cá e, junto, trouxe a imprensa, trouxe mecanismos de difusão de informação e lá começou a ser propagado um fenômeno maior que já era consumido, que era "um romance para homens". [...] E, nesse momento, como a gente pode perceber, tem um diálogo que bateu na última da aula meio que com a questão evolucionista, que era de que as mulheres não tinham uma capacidade biológica para consumir esse tipo de conteúdo. Então, nesse momento eles precisam pensar numa penalidade para reprimir a sexualidade. "O que não fariam as mulheres de cérebro fraco entregando-se desordenadamente à leitura de romances de um erotismo perfumado e traiçoeiro?". Isso foi dito por Gilberto Sabóio que, para quem não sabe, era advogado [à época]. Então, nós temos de um lado a classe média usando a questão evolucionista, biológica, e também temos legislação jurídica de que as mulheres não eram capazes. (degravação, 22/05/2019)
> - Aluna C: [...] O que a gente vê é uma mídia saudável de sexo ou a gente vê um estupro sendo filmado? Dos cinquenta filmes mais vendidos em 2015, 40% da pornografia possui violência verbal contra a mulher e 94% possui violência física. Só que ai a gente tem um caso de estupro e que a violência contra a mulher, em coisas até como aconteceu após isso, um feminicídio, está sendo legitimado pela mídia. Nós temos, também, um site que ao final de cada ano ele emite uma pesquisa gráfica sobre quais os assuntos que foram consumidos. Eu peguei a pesquisa de 2017 que é muito interessante. Aqui a gente vê coisas assim, meio hipócritas do cotidiano brasileiro. Por exemplo, no topo dos categorias tem duas categorias que são da classe LGBT, como a gente viu na aula passada. A categoria número um são das lésbicas. A número dois é do anal. A número três é *hentai*. A número quatro é de transgêneros. Transgênero é o conteúdo que mais está sendo consumido aqui no top categorias. É o que mais está sendo consumido, em porcentagens, no país que mais mata transgêneros. Então, a gente vê isso acontecendo nesse imaginário que diz não consumir pornografia, mas que automaticamente gosta de ver transgênero nessas fitas. Então, fica a pergunta...
> - Professora: na verdade, a psicanálise explica: eu mato aquilo que eu sou, por não suportar que sou. (degravação, 22/05/2019)

Estas citações são importantes porque mostram que, na disciplina observada, os alunos foram capazes de realizar uma pesquisa na qual perceberam que as normas sociais (escritas e não escritas), que buscavam amparo em explicações científicas e religiosas, não apenas criam mecanismos de defesa, mas, também, fazem das suas vítimas reféns.

Muitos caminhos teóricos, batalhas e, literalmente, sangue foram necessários para que ocorresse, com o passar do tempo, o resgate das mulheres dessa realidade. E, mesmo assim, a sociedade não está realmente livre desses pensamentos. A pornografia reproduz toda violência e inferiorização das mulheres na sociedade. Os dados apresentados pelos alunos e alunas confirmam essa realidade que acomete tanto mulheres cis quanto mulheres trans.

Além disso, os alunos e as alunas conseguiram realizar reflexões a respeito da forma e o local destinado às mulheres na indústria da pornografia e qual o local dos homens:

> - Aluna C: [...] Então, onde está a mulher? A mulher é o produto. A mulher está sendo consumida. Fora o lugar dos homens na indústria: os homens pararam de ser os que compram a mídia e eles passaram, como vocês viram nos vídeos, a produzir, a filmar, a lucrar em cima disso. Então, os homens têm um local muito bem definido que os que fazem, os que usam a mulher como lucro. E quais eram as condições de trabalho vocês também viram no vídeo que a gente não reflete. Ao consumir a gente não está refletindo que aquela mulher passou por tudo aquilo, se ela tivesse outra oportunidade será que ela faria aquilo? Quais as cláusulas do contrato? O que aconteceu no final era para acontecer? A gente deveria ter uma visão diferente a partir do momento que a gente pesquisa vídeos desse tipo. A gente deveria ver com esse novo olhar sobre o que está acontecendo nessa mídia. (degravação, 22/05/2019)

É sobre este tipo de prática – e muitas outras - que Preciado se refere quando diz que a maneira como o sexo é organizado favorece a exploração das mulheres (PRECIADO, 2017, p. 25). Por meio da pornografia, existe, ainda, um culto à violência contra a mulher e a práticas que em outros locais da sociedade são consideradas proibidas ou crimes, tais como o estupro, o sexo entre pais e filhos e mães e filhos, por exemplo:

> - Aluna G: Então, a gente trouxe esses dados salientando, também, que, por exemplo, tem uma demanda por esses vídeos que apresentam a violência contra a mulher. Os sites mais famosos, digamos assim... Um site tinha mais de 1.279 vídeos com o título “abuso de novinha”, 1.226 com vídeos com os títulos “mãe”, “tia” e “amiga”. O segundo site foi o xvideos, onde foi constatado [que há] mais de 23.000 vídeos com a palavra “abuso de adolescente” e em média 500 vídeos cada contendo o título “abuso de mãe” ou “tia” ou “amiga” ou “mulher bêbada”. O terceiro site pesquisado foi o redtube em que tem mais de 775 vídeos intitulados com a palavra “abuso” e mais de 1.500 vídeos com [a expressão] “abuso de adolescente”. (degravação, 22/05/2019)

É extremamente relevante o fato de que os alunos, por meio das atividades propostas na disciplina analisada, puderam perceber e se deparar com estes dados tão preocupantes e

relevantes ao estudo do gênero e das sexualidades. Ainda, foi objeto da exposição dos alunos a correlação dessa realidade com os discursos e as práticas de machismo e inferiorização das mulheres:

> - Aluno E: Eu gostaria de falar também que a indústria pornográfica ela funciona como uma rede, ela reforça um ciclo machista que já existe na nossa sociedade num sentido que ela existe por causa do machismo, por causa da objetificação das mulheres, porque tem uma demanda para isso, ao mesmo tem que ela reforça isso na sociedade. (degravação, 22/05/2019)

Um dos fatos mais importantes para compreender o papel da pornografia na realidade social machista foi bem exposto pelos alunos: o de que os homens, de uma maneira geral, iniciam sua vida e aprendizados sexuais assistindo essa pornografia violenta e que objetifica o corpo da mulher, sendo levados a crer que aquilo, que na verdade é violência, é sexo, reproduzindo tais atos em suas vidas e práticas sexuais:

> - Aluna G: [...] Então, os homens geralmente são iniciados na vida sexual assistindo a pornografia, eles aprendem com a pornografia, eles tendem a repetir esses comportamentos e a crescer desde jovens – ainda mais hoje que as crianças tem mais acesso à internet. Então, tendem a perpetuar essa objetificação da mulher.
> - Aluna F: É, eles começam muito cedo e com muito fácil acesso. E ai eles tem aquele contato sexual pelos vídeos e com essa agressão, essa inferioridade das mulheres, etc e eles reproduzem isso na hora de fazer sexo. E eles acham isso normal. (degravação, 22/05/2019)

É de se perceber que as propostas da disciplina, ao longo das aulas, impulsionaram uma reflexão crítica e a pesquisa acerca de temas essenciais e indispensáveis para o estudo do gênero e da sexualidade (RIOS, 2006). Nesse contexto, o argumento de que a educação se mostra como ferramenta capaz de ajudar a solucionar todos estes problemas veio à tona. Foi dito, inclusive, a respeito das ideologias que obstam o avanço social no que diz respeito à educação sexual – como o já mencionado projeto chamado Escola Sem Partido – o seguinte:

> - Aluna G: Seria muito importante que nós tivéssemos uma educação sexual, por exemplo, na escola, para que a gente entende a real forma de que o sexo deve proceder e para evitar esse tipo de influência.
> - Aluno H: Mas tem o Escola Sem Partido...
> - Professora: Exatamente. Quem entendeu? Então, é o que ele disse. A questão da sexualidade na educação dizem que é ideologia e que a escola tem que ser uma escola sem partido. Alguém tem o dado do quanto essa indústria gera, hoje, economicamente falando? Outra pergunta que a gente pode fazer...
> - Aluno I: Entre dezoito de vinte milhões de dólares... Sendo que a maior parte [o acesso] é gratuito... (degravação, 22/05/2019)

O retrocesso social patrocinado pelos movimentos antigênero é notório (JUNQUEIRA, 2018). As barreiras criadas por essa ideologia de fundo religioso embaraçam a realização não apenas de políticas públicas efetivas, mas também de uma educação emancipadora. O fato de este debate ser feito em sala de aula contribui para a formação dos alunos no sentido de que eles se tornam aptos a compreender a extensão dos danos causados à sociedade pelo movimento antigênero.

Alguns alunos correlacionaram esse tema com questões de raça, evidenciando a existência da objetificação do corpo negro, seja ele masculino ou feminino, no sexo e na indústria de filmes pornográficos:

> - Aluno K: Essa visão do sexo como imaculada para copulação, para reprodução, para o sexo violência cujo objetivo é violentar a mulher...
> - Aluno J: Ou o passivo, né? No caso do sexo gay...
> - Aluno K: Que bate na mulher, trazendo à tona um falocentrismo arcaico, do tipo: a mulher é obrigada a ser passiva e passiva em relação ao parceiro sem qualquer tipo de desejo. O homem por ter um falo, um falo enorme, um falo de proporções antinaturais, a mulher tem que estar preparada para receber essa, esse... Instrumento bélico... Acaba sendo um instrumento bélico, né? Então, a violência com que o sexo é retratado no pornô é quase um instrumento bélico. E os negros nem se fala, né? A indústria pornô, além da violação da mulher, da exploração do parceiro passivo, traz à tona a objetificação do corpo negro, das mulheres negras e dos homens negros.
> [...]
> - Professora: Vocês chegaram a acessar qual o tipo de pornografia que é mais vista hoje na Europa? Alguém fez essa pesquisa?
> - Aluno J: Interacional?
> - Professora: E como que é essa interacional? O interracial da Europa, hoje, é o árabe. O mais buscado, hoje, é uma mulher de véu. Geralmente violentada dentro da casa de um homem branco. Ou seja, a pornografia é isso que vocês estão dizendo: é justamente, objetifica corpos e reforça todas as falas de discriminação. (degravação, 22/05/2019)

O corpo negro é visto, especialmente na indústria pornográfica, como aquele mais passível de exploração e de violações (DAVIS, 2016). A pessoa de pele negra, nessa realidade, tem menos biovalor e a utilização do corpo negro nos filmes pornôs apenas reproduz os estigmas sociais que impulsionam os estereótipos a respeito da sexualidade e da sexualização de homens e mulheres não brancos. Porém, merece destaque, em relação à questão da pornografia, o fato de que foram pensadas maneiras de combater, amenizar ou se opor à realidade violência e machista dessa indústria.

Os alunos e alunas tomaram o devido cuidado e preocupação de não apenas apresentar o problema, mas, também, em pensar meios de solucioná-lo:

> - Aluno K: Mas porque é uma indústria gerida por homens, dominada por homens, pensada por homens, reproduzida por homens para o gosto masculino entre aspas. E em contrapartida, mulheres... Pornografias a gente pode discutir de uma maneira que

> não seja somente moralista e machista. A gente tem que tirar esse machismo dessa produção e do sexo que todo mundo faz e pensa. Criar um movimento pós-pornografia que seria, justamente, uma indústria pornô pensada por mulheres, produzida por mulheres, com o objetivo de atender os interesses e os gostos femininos ou pelo menos de uma forma neutra tentar contemplar a beleza dos corpos sem necessariamente subjugar um grupo ou, enfim, uma pessoa.
> - Professora: Alguma mulher já viu algum pornô para mulheres? Não precisa dizer. Só estou largando a questão. Eu, pessoalmente, tenho um artigo escrevendo sobre pornografia, justamente por tudo isso que já falamos. Realmente ele é mais pensando para nós, ele é mais sensual. (degravação, 22/05/2019)

Foram propostas, inclusive, ideias para a realização de novas pesquisas e estudos, observando a multidisciplinaridade, ou seja, a comunicação dos saberes com outras áreas de conhecimento, com o objetivo de melhor estudar o tema:

> - Aluno K: E, por fim, seria legal fazer um estudo, talvez com o pessoal da psicologia, pensando o papel do título do pornô. Porque os títulos mostram, na verdade, como nós não superamos várias coisas como a pedofilia, né? "Novinho safado", "novinha safada", né? E como os homens... Como é normal nós termos problemas com o complexo de édipo, né? Vídeos com títulos "filho tem relação com a mãe", "mãe transa com o filho" e coisas assim... (degravação, 22/05/2019)

Para além dos conhecimentos acadêmicos, saltou aos olhos a maneira como os alunos e as alunas buscavam compreender e expressar suas conclusões e percepções críticas, instigando os e as colegas que assistiam suas apresentações a se colocarem no lugar dessas pessoas, a praticarem a empatia, a buscar entender, aos olhos de quem passa por isso, como as coisas acontecem e o que se sente:

> - Aluna N: Tá, então... A gente vai tentar não repetir, né, o que já foi dito. A pornografia ela tem muito mais contras do que prós. Na verdade, quase não se vê prós, né? Claro, tem muito contra. A gente nunca para pensar na mulher que está ali no vídeo, como que isso foi feito, como que ela acaba se sentindo, parece que é tudo maravilhoso e perfeito, mas, como já foi discutido aqui, não [é]. Além de citar o estupro, ela alimenta essa cultura de incitação ao estupro, à violência, à agressão, justamente por os vídeos mais acessados serem disso: de agressividade. E muitas pessoas têm esse primeiro contato com o sexo na pornografia e acha que aquilo é uma coisa completamente normal, que não é. Além disso, as pessoas acham "ah, a mulher está ali porque ela quer, porque ela aceitou, porque ela fez um contrato e ela tá ali"...
> - Professora: "Porque ela ganha bem"...
> - Aluna N: "Porque ela ganha bem"... E porque, na verdade, o que existe ali é uma coerção econômica, porque muitas não vieram ou de baixa renda ou de uma família desestruturada, não tinham uma profissão ou um ensino, então elas acabam procurando esse meio que é algo mais fácil, digamos, só que na verdade não é nem um pouco fácil por conta de tudo que elas passam. (degravação, 22/05/2019)

Assim como no filme pornô heterossexual, o discurso que se tem e que constitui a realidade dos LGBTQ+s também é presente, na forma de estereótipos, nos filmes

pornográficos gays. E esse problema dos discursos e dos estereótipos percorre, inclusive, os temas de classe e raça, porque estes filmes retratam e promovem uma erotização do corpo negro e das pessoas pobres – geralmente retratadas, também, como pessoas negras que vivem nas periferias:

> - Aluno R: Tem uns pornôs gays estranhos que são "eu dei para o meu irmão", "eu comi meu pai", coisas assim, que reproduzem o estereótipo de que o gay ele quer dar para todo mundo ou ele quer comer qualquer um que passar na sua frente. É a reprodução dos próprios estereótipos que a sociedade coloca nele [no gay]. (degravação, 22/05/2019)
> - Aluno R: [...] Tem uma coisa dentro do pornô que é a questão do pobre se tornar um atrativo sexual. São muito comuns pornôs tipo "fui na favela e dei para o traficante", "a rola do negão lá da favela", e assim esses títulos são muito comuns nos pornôs gays. É muito comum essa questão. E normalmente são homens brancos... É um pornô interracial, homens brancos com negros e tem um que é um guri que está saindo da escola de carro e ele vai para a periferia encontrar um homem e mostra essa questão da diferença de raça e de classe e que dentro do pornô gay existe uma contradição: tu coloca o homem branco com dinheiro e o homem negro sem dinheiro, mas o branco fica como passivo e o negro como ativo. Então, ao mesmo tempo que ele [o homem branco] está dominando, ele está sendo dominado.
> - Professora: Ai entra o que o colega disse: é o falo bélico.
> - Aluno R: Tem essa questão do erotismo da pobreza e é sempre essa condição de estereótipo. Não se encontra um pornô que a pessoa que mora na favela seja branca. Não se encontra isso. Quem está na favela é sempre o homem negro, para ser erotizado. Também tem a questão da transgressão dentro da pornografia: tudo de mais profano e proibido que existe no mundo e no teu imaginário vai ser materializado no filme pornô para poder transgredir todos os seus desejos inimagináveis. degravação, 22/05/2019)

No encontro seguinte e final da disciplina os alunos debateram acerca do assédio moral e sexual com ênfase nos casos que ocorrem nas universidades. Chamou atenção, neste encontro, o fato de que a professora, para ilustrar o tema do assédio, os perigos e como identificar uma pessoa potencialmente abusadora, utilizou a ferramenta do conto:

> - Professora: [...] Então eu vou fazer um favor para vocês hoje: eu vou contar um conto que deveria ser contado na escola para todos nós. A gente vai falar desse conto rapidinho para vocês poderem entender o que é o assédio. O conto do barba azul. O barba azul era um homem, vamos dizer assim – contemporaneamente, se a gente fosse pensar nele –, com 40 anos, um homem, bonito, já com alguns começos de cabelo grisalho, forte, potente e o que ele tinha de estranho e que chamava a atenção de todo mundo: ele tinha uma barba azul. A barba era tão clara que os fios ficavam azul. E, ai, claro, se a gente vai olhar uma pessoa com a barba azul, em qualquer momento histórico, a gente está pensando "por que a pessoa tem uma barba azul?", mas ele tinha e era bastante azulada. Essa barba provocava nas pessoas uma certa repulsa. Mas era uma pessoa com muito dinheiro. Ele tinha um castelo com três andares. Rodeavam o castelo jardins maravilhosos. Rodeava a muralha do castelo um rio. Agora vocês imagem: para a população pobre ele era visto como com muito dinheiro e que, sim, provocava bastante temos. Ai, o barba azul conheceu uma família e essa família tinha três filhas. Ele começou a observar essas três meninas, moças de idades muito próximas, mas tinha a mais velha, a do meio e a menor. E

vários dias ele foi na casa. Primeiro ele mandou os serviçais dele irem oferecer coisas para a família e a família sempre recusando. Ai, um dia ele resolveu ir lá para conversar com o pai e a mãe dessas meninas e dizer quem ele é e quais intenções ele tinha, que ele gostaria de conhecer elas. E, claro, como ele era um homem, solteiro, quem sabe até desposar uma das filhas. Ele queria, pelo menos, ter esse primeiro acesso, conhecer essas meninas. Ele era uma pessoa que tinha muitas posses e essas meninas iam molhar com conforto. Então, essas meninas precisariam ir para o castelo e a família ficaria, inclusive, muito afastada. Os pais ouviram e disseram que iriam pensar e foi marcada uma data, então, para o serviçal voltar para eles darem a resposta. Então, a resposta foi que assim que a primavera chegasse, que o tempo estivesse mais agradável, que então eles poderiam receber o barba azul. E assim foi, assim a família foi enrolando o barba azul. E os pais guardando – o que era importante para aquela época - as suas virgens. Bom, o que que acaba acontecendo: chega a primavera e ele manda um serviçal que diz que ele [barba azul] gostaria de passar um lindo dia fazendo um piquenique com a família. Isso é muito europeu, nas grandes cidades ir fazer piquenique nos parques nos finais de semana. E, ai, o pai e a mãe debateram a situação e pensaram "bom, efetivamente o que é que tem de mais um piquenique à luz do sol?". Então, marcaram e ele veio e se mostrou lindo e maravilhoso, chegou com cavalos bonitos e arrumados. Ele foi deslumbrante. E eles passam um lindo dia com um banquete que aquela pobre família jamais teria acesso. Ai, as meninas voltaram para casa, a mãe acompanhou, o pai trabalhava, voltaram falando que era tudo muito maravilhoso, o barba azul levou um músico para tocar, tudo aquilo perfeito, né? E, ai, as duas irmãs mais velhas disseram "mas ele tem uma coisa... aquela barba azul dele, não sei, é meio estranho". Isso [das irmãs terem uma impressão estranha sobre o barba azul] aconteceu várias vezes, em vários passeios. E ele sempre educado, sempre fazendo uma gentileza, sempre levando para um local lindo e diferente porque ele tinha dinheiro para isso. E as duas irmãs mais velhas sempre muito birrentas. E diz a irmã mais nova "ele é muito bonito, aquela barba é estranha, mas ele é tão gentil, tão cavalheiro, vou dar uma chance para ele". E eles decidem casar, é feita, então, toda aquela festa de casamento e tudo que a gente conhece dos contos de fadas. Se casam. Vivem alguns meses juntos e maravilhosos, todas as noites ela dançava com ele. Imaginem os dois dançando pela sala, ela estava vivendo num paraíso. Qual mulher que não quer ter um cavalheiro como esse? Qual de nós não quer isso? Todas nós, né? Bom, o que acontece: ele chega um dia e diz para ela "olha, eu preciso viajar, eu tenho muitos negócios fora daqui e vou ter que fazer uma longa viagem, está certo? E o que eu vou fazer, eu vou pegar as chaves das trezentas salas do castelo". E ela disse "não, meu senhor, obrigado, eu não quero [as chaves], são tuas, porque eu confio em ti". E ele disse "tu és uma moça educada, gentil e inteligente, tu podes ficar com todas as chaves, podes abrir todas as portas, duas por dia, três por dia, podes fazer o que quiseres, tu és dona desse castelo, tu és dona da minha vida e eu tenho toda confiança em ti, eu te amo muito, tanto que tenho apenas uma chave que é diferente, essa aqui". Ai ele mostra, bem pequena e diz "só a chave que abre a porta dessa sala é a única que tu não pode usar" e a moça pergunta "que sala é essa?". E ele responde "para que que eu vou te dizer, se o castelo tem outras trezentas salas? Eu tenho certeza que quando tu achar essa porta, tu não vais usar, porque tu me amas, não amas? Quem ama não faz o que a gente pede?". E ela diz "está bem meu amo". E ele disse "eu vou te dizer mais: traz a tua família, teu pai, tua mãe, tuas irmãs, não sentes saudades delas depois de tanto tempo só junto comigo?". E depois, disse amorosamente "traga eles e nem sentirás a minha falta". Então, ele saiu de viagem e no outro dia a moça chama a família, amigos e pá pá pá e um dia, lá, está com as irmãs mais velhas e diz "olha só, eu não sei por que vocês são tão ruins com o meu esposo, ele deixou todas as chaves do castelo e podemos abrir, usar, entrar e fazermos o que quisermos". E essas moças abrem, dias após dias, todas as salas. Encontram bibliotecas deslumbrantes, né, porque os livros não eram acessíveis, e assim por diante. Entram em lugares com vinho, barris de vinho, barris de oliva. Uma sala tem joias e ouro por tudo que é

lugar. Uma com roupas maravilhosas e ela diz “vocês podem pegar o que vocês quiserem, ele disse que vocês podem dar para quem quiser”. Ai uma delas diz assim “alguém quer fazer uma brincadeira, já que nós somos irmãs? A gente pode tentar descobrir qual é a sala dessa última chave”. E todas disseram “vamos”. Quem não gosta de investigar os segredinhos? Elas vão saindo para ver qual que é esse segredo. Olham todas as salas do castelo e uma delas diz “como que não tem mais nenhuma sala? A gente já viu tudo?” E uma delas diz “não, ainda tem essa portinha aqui, que vai para baixo”. A porta ia para um calabouço. Então, vão as três lá, se arrastando e chegam lá e tem uma portinha pequena, bem pequena, menor que elas, para caber aquela chave bem pequena. Uma dá um grito porque viu um rato, outra se assusta e diz “que cheiro ruim por aqui, acho que a gente deveria subir”. Mas elas decidem ver o que é. Colocam a chave e a chave abre a porta. O que que tem dentro? Quem se arrisca a dizer?

- Aluno D: Alguém morto.
- Professora: Só isso?
- Aluna E: Uma sala cheia de mulheres mortas.
- Professora: Mulheres mortas? Mais.
- Aluna F: Eu acho que não tem nada lá.
- Professora: Não tem nada? Bom... É um quarto que tem muitos corpos de homens e mulheres.
- Aluna E: De todos que abriram a portinha.
- Professora: Todas que abriram a portinha... Gente, todo mundo contava esses contos antigamente. Se a gente ouvisse, a gente saberia... Hoje em dia é tudo copia e cola. Nada é orginal. Mas estava todo mundo morto. O que que ele fazia e como é que ele matava? Matava aos poucos, torturava e deixava aquelas pessoas ali, secando o cadáver. Chega o barba azul. O que acontece, antes dele chegar? As moças saem correndo, berrando, as três ficaram histéricas. Quando ela olha a chave, a chave sangra sem parar. Ela coloca no bolso e o vestido todo, lindo, maravilhoso, com rendas e pedras maravilhosas fica manchado. Queimaram o vestido, tentaram eliminar o sangue e a chave nunca para de sangrar. Chega o barba azul e ela [a esposa] entrega 299 chaves, menos aquela pequena. E ele pergunta “e a chave pequena?”. E ela diz “meu amo senhor, perdi a chave”. O que ele faz? No ato? Surta. Surta. Agarra ela dos cabelos e diz “vais morrer, porque abrisse a sala, me desobedecesse, fizesse o que não poderia ser feito”. Ai ele desce com ela no terceiro andar, puxando ela pelos cabelos e ela gritando, berrando, e ela, em algum momento pensa e fala “está bem, já que é o que eu mereço porque te desobedeci, pelo menos me dá meia hora para rezar e pedir para entregar minha alma para Deus”. E ele, então, libera ela e ela sai berrando e chama os irmãos berrando pelo castelo, para que eles ouvissem além da muralha. Eu não contei para vocês, mas ela tinha irmãos. E ele [barba azul] diz que mataria as irmãs dela também porque entraram com ela. Ele sai correndo pelo castelo atrás dela e ela corre feito louca, desesperada. E o que acontece? Os irmãos entram a tempo, antes que ele a mate, e acabam com a vida do barba azul. O que que tem de interessante no conto do barba azul? Com o que a gente vem falando desde sempre? Quem é o barba azul? Ele é um homem, heterossexual neste caso, isso não acontece entre homens? Acontece. Isso pode acontecer duma mulher com um homem? Pode. Matematicamente, do último ao primeiro dos dados, vão diminuindo. As maiores vítimas de assédio são as mulheres, mas não significa que os homens também não sejam. Quem é a figura do barba azul? Um predador. Um predador. Quem são os predadores? Pessoas que querem roubar de outras pessoas o quê? A vida. E elas roubam isso de distintas formas e, muitas delas, sofisticadas. Como ele rouba a vida? Ele dá coisas para ela, ele compra, encanta, usa o conhecimento, sabe falar bem, e o que acontece: ele vai enredando essas pessoas. Ganhando confiança, elas vão se abrindo. No primeiro momento ele

> tentou ter acesso a casa. Quem é que disse que ele parecia estranho? As duas irmãs mais velhas. O que é esse parecer para nós mulheres?
> - Aluna G: Um sexto sentido?
> - Professora: O sexto sentido. O que que nos roubaram? O que que o patriarcado nos rouba? O sexto sentido. Toda mulher que usava o sexto sentido, durante muito tempo, era acusada de bruxaria. Por que que nos acusaram de bruxaria e por que que nós nascemos, anos 60, 90, 2000, sem nos lembrarmos disso? Porque nos tiraram a única possibilidade de nós mulheres, e que serve também para vocês homens, de nos saber preservar. A única coisa que nos preserva vivos é a nossa intuição. (degravação, 05/06/2019)

Com o conto do personagem Barba Azul, a professora ilustrou e ensinou, de forma didática, a realidade do assédio e uma mensagem de sinais os quais os alunos e as alunas devem dar atenção para evitar se encontrarem em situações de abusos. É possível perceber que diversos artifícios foram utilizados ao longo das aulas para investigar os assuntos. A utilização do conto foi um método capaz de captar a atenção de todos enquanto as informações relativas ao cuidado consigo e às violências sexuais eram transmitidas. Agora, demonstrados, então, os dados obtidos, se torna oportuno passar à análise dos resultados.

4.3 Resultados

A partir da análise dos dados colhidos pela observação dos temas enfrentados pelos alunos e pelas alunas nas aulas da disciplina de Direito e Gênero oferecida pela Faculdade de Direito da FURG, foi possível compreender melhor como ocorre, quais as dificuldades e quais os benefícios da abordagem de conteúdos relacionados ao gênero e à diversidade sexual nos cursos de Direito.

Primeiramente, nota-se que os assuntos relativos à sexualidade, especialmente a questão do sexo, são tratados de forma tímida e com inúmeras barreiras mentais por parte dos alunos. Espanta notar que este assunto, normalmente tratado com naturalidade em outros espaços, enfrente tantos obstáculos ao ser estudado dentro da sala de aula. Isso demonstra que a sexualidade ainda é considerada um tabu, especialmente nos locais de ensino.

É possível perceber, desta situação, o que Foucault quer dizer quando afirma que o sexo foi revestido de uma moral contida, hipócrita, na qual a família, a escola e demais instituições deveriam silenciar ele ou não falar a respeito (FOUCAULT, 2017, pp. 07-19). Este silenciamento se tornou uma regra que se impõe. Para os próprios alunos é difícil superar essa barreira antiga, mesmo quando a própria instituição de ensino se opõe a ela e oportuniza um ambiente saudável e seguro para o debate a respeito do sexo.

Realmente, o silenciamento do sexo, passado pelas gerações por meio das normas sociais e do discurso, gera reflexos, inclusive, no campo da educação. Fora da sala de aula este mesmo vazio produz a invisibilização de certos corpos, o sofrimento e a morte (DIAS, 2015, p. 241). O sexo, então, se reveste de um escudo, toma distância e fica inalcançável, pelo discurso, à crítica e à reflexão. E deste local, intocável, exerce poder sobre os corpos e sobre as vidas (FOUCAULT, 2017, pp. 19-58).

Isso tudo demonstra que os e as estudantes não estão acostumados a tratar essas questões neste ambiente, fato este que denuncia os efeitos da falta de enfrentamentos adequados do tema nos ambientes educacionais. Uma forma de naturalizar a maneira como se fala e se reflete sobre o sexo, a diversidade sexual e o gênero seria a abordagem desses assuntos desde os ensinos ofertados pelas escolas.

Esta foi, inclusive, a conclusão que alguns alunos, após realizarem pesquisas, levantamentos de dados e reflexões, expuseram em sala de aula. Porém, por não fazer parte do recorte deste trabalho, o tema das escolas será abordado em outro momento, em outra pesquisa futura. De toda forma, diversos conhecimentos foram construídos e compartilhados na sala de aula durante os encontros observados. O papel e o potencial da educação nas questões relacionadas ao gênero e às sexualidades ficaram bem claros.

A abordagem sobre o gênero e as sexualidades no ambiente de ensino atende e realiza os objetivos e princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Estes temas dizem respeito à convivência humana, familiar e na sociedade civil e, por este motivo, precisam ser objeto de estudo e formação educacional. É preciso sempre ter em mente que o respeito à liberdade e o apreço à tolerância – embora este último termo seja claramente criticável, tendo em vista que para além da tolerância, a aceitação e o respeito são mais adequados – são princípios que norteiam as práticas educacionais, bem como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.

Embora muitos ambientes educacionais reproduzam as normas sociais que oprimem e matam (DINIZ; LIONÇO, 2011, p. 125; BUTLER, 2003, p. 21; LOURO, 2014, pp. 61-62; RIOS; SEFFNER, 2018, p. 29), foi possível perceber, ao longo da observação, uma prática educacional transformadora. O estímulo que foi dado aos alunos no sentido de (re)pensarem, de forma crítica e com conhecimentos acadêmicos, questões afetas às sexualidades e ao gênero tornou fático o ideal de Santomé (2018, p. 17) a respeito da possibilidade de formar modelos sociais cada vez mais justos, inclusivos e democráticos.

Esta nova proposta de modelo de ensino, em consonância com os princípios do respeito e do reconhecimento das diversidades, aproxima a formação dos alunos às atuais demandas

sociais, cujos reflexos vão longe e podem afetar não apenas o âmbito jurídico da sociedade, mas também o político e outros (LEITE; SCHMIDT, 2018, p. 149). Isto tudo demonstra que Warat tem razão quando afirma que novas perspectivas serão adotadas na educação por meio dos verbos reinventar, refundar e repensar ([22], pp. 02-83).

Fica claro, então, que sendo a prática educacional e os currículos construções sociais, é claramente possível alterar os modelos educacionais e os conhecimentos curriculares no sentido de uma formação acadêmica mais inclusiva, menos preconceituosa e que busque, realmente, realizar os ideais democráticos da cidadania, da igualdade e da dignidade humana. Este é o potencial que a educação possui.

Além disso, chama atenção que, embora tenham tido dificuldade de abordar assuntos relacionados ao sexo, os grupos que tiveram a possibilidade de optar entre apresentar trabalhos falando de pornografia ou trabalho sobre exploração sexual, todos os grupos de alunos, com exceção de um, decidiram abordar a pornografia.

Isso demonstra que existe, apesar do que já foi narrado aqui, um grande interesse por parte dos alunos em percorrer os caminhos dessa temática. Porém, espanta que mais alunos não tenham optado por abordar a exploração sexual, já que é um assunto relacionado a várias violações de direitos e sofrimento de inúmeras pessoas.

Ainda, sobre o conteúdo das aulas, chamou atenção o fato de que os alunos, nas suas apresentações, procuraram entender como é estar no lugar das pessoas LGBTQ+ ou das mulheres que sofrem as violências e as violação de direitos retratadas. Há uma preocupação em tentar entender o ponto de vista de quem sofre a realidade abordada. A empatia foi bastante exercitada e, dessa forma, as estruturas que sustentam as regras sociais que matam foram analisadas e desmistificadas (RIOS, 2009, p. 58).

Além disso, muitos temas preciosos para os debates de gênero e sexualidades foram aprendidos durante as aulas, especialmente na palestra realizada pelo, então, aluno do curso de Direito. Foi abordada desde a história dos movimentos LGBTQ+, até os fatos violentos históricos que marcaram a realidade dessa população, bem como as suas necessidades, as barreiras sociais que as impedem de ter dignidade e de exercerem sua cidadania livremente, com ênfase nas questões de raça, classe e etnia que atravessam o tema do gênero e das sexualidades.

Por meio da observação realizada foi possível notar uma prática educacional que se preocupa com a integração dos saberes acadêmicos às necessidades e realidades sociais. O

[22] O texto consultado não possui ano de publicação.

diálogo entre a teoria e prática, bem como a realização de uma disciplina que debate questões relativas ao gênero e às sexualidades com alunos da graduação em Direito, foram capazes de produzir um conhecimento mais humanizado e que ultrapassa as antigas barreiras dogmáticas sociais (DIAS; LEITE, 2013, p. 5).

Agora, falando sobre a didática e a forma como os assuntos foram tratados, foi possível perceber que a aula estruturada em seminários oportunizou o compartilhamento dos conhecimentos entre os alunos. A eles foi atribuída a tarefa de pesquisar determinado assunto e, então, apresentar para os demais colegas. Portanto, o conhecimento não foi imposto pela figura da professora, mas, na verdade, foi construído em conjunto por meio da pesquisa, dos debates e do compartilhamento de ideias.

Ao colocar os alunos e as alunas como principais atores na construção do conhecimento, foi possível notar a proximidade deles com cada questão, mesmo que os assuntos abordados não façam, necessariamente, parte do seu dia a dia e de suas vivências. Ademais, a professora sempre estava atenta e em alerta para complementar, auxiliar, conduzir e reforçar informações relevantes e indispensáveis. Também, em momentos de maior timidez, ela foi responsável por instigar e conduzir o andamento da aula de forma que os alunos sempre participassem ativamente dela.

Diferentemente do que dizem alguns, não ocorreu, em momento algum, qualquer forma de doutrinação, de instigação ao sexo, à homofobia ou à revolta contra os padrões tradicionais de família. Na verdade, todas as aulas foram grandes exercícios de empatia ricos de conhecimentos e com compartilhamento de ideias e debates. Muitos mitos e pensamentos equivocados – como o que de gays que praticam sexo anal são mais propensos a ISTs que outras pessoas e, por isso, não poderiam doar sangue – foram esclarecidos.

O ambiente, na sala de aula da disciplina de Direito e Gênero, foi de construção de saberes emancipatórios para as mulheres e para a população LGBTQ+. Com base no ocorrido, é inquestionável a contribuição dessa disciplina para uma formação mais humanizada dessas e desses futuros profissionais do Direito, porque, sobretudo, foi exercitada uma empatia acompanhada de conhecimento e reflexões críticas.

Foi muito importante o papel da professora na sala de aula. A condução dos assuntos ocorreu com uma postura profissional e com seriedade. Não teria sido possível percorrer temas tão sensíveis junto a um ou uma profissional com manifestações eventualmente religiosas, preconceituosas ou que perpetuassem as normas sociais opressoras. A preparação e a capacidade da professora para ministrar temas tão importantes foi essencial para a construção de um conhecimento respeitoso, realista e emancipatório.

Portanto, foi possível perceber que, assim como já afirmavam os autores cujos textos foram objeto da revisão bibliográfica desta pesquisa, a educação possui, sim, o poder emancipatório e de subverter as arcaicas normas sociais que condenam as pessoas LGBTQ+ às desigualdades sociais e à violência. O exercício da empatia, acompanhada de conhecimentos teóricos e reflexões, com certeza contribuiu para a formação daqueles e daquelas estudantes que poderão ser os futuros agentes de políticas públicas, juízes, promotores, legisladores, advogados e, inclusive, professores de Direito.

Para que isto aconteça, torna-se indispensável voltar as atenções para a maneira como são construídos os currículos. As questões e teorias em torno da comunidade LGBTQ+ já não dizem mais respeito apenas à identidade social destas pessoas, mas à forma como a sua interação e participação social ocorre desde os discursos que se tem a respeito dessas pessoas até a forma como os demais indivíduos e instituições se relacionam com elas. Isto é o que Louro ensina, quando trata do contexto em que ocorrem as teorizações *queer*:

> A homossexualidade é analisada como parte de um regime de poder/saber (mais do que como uma identidade social minoritária). Então, pelas condições de sua emergência e por suas formulações, é possível afirmar que essa é uma teoria e uma política *pós-identitária*: o foco sai das identidades para a cultura, para as estruturas linguísticas e discursivas e para seus contextos institucionais. (LOURO, 2004, pp. 59-60)

Para que esta política de reconhecimento cultural ocorra é preciso que os conhecimentos em torno do gênero e das sexualidades sejam deslocados para dentro dos currículos. Louro trata deste assunto em um dos ensaios que compõem seu livro Um Corpo Estranho. Neste texto, que leva o nome do conceito, ela propõe a possibilidade de se "estranhar o currículo", ou seja, a necessidade de se desconfiar do currículo, de estranhá-lo, a fim de se realizar um verdadeiro enfrentamento das condições em que se dá o conhecimento.

> No Rio Grande, quando alguém diz "tu tá me estranhando", está sugerindo, com alguma dose de provocação, que o outro não o está tratando do jeito habitual. Como diz Luiz Augusto Fischer (1999), no seu *Dicionário de Porto-Alegrês*, a expressão se enquadra num contexto belicoso, de bravata, e se aplica quando alguém percebe ou imagina que está sendo *malvisto* ou quando há *desconfiança* a respeito de si. É como se o sujeito perguntasse: "tem algum problema em eu ter dito o que disse? Porque se tiver já vamos partir para a ignorância". Então, quando pretendemos "estranhar o currículo", nosso movimento seria parecido com isso, ou seja, seria um movimento de desconfiar do currículo (tal como ele se apresenta), tratá-lo de modo não usual, seria um movimento para desconcertar ou transtornar o currículo. (LOURO, 2004, p. 64).

A ideia deste conceito é a de questionar o currículo para que se possa analisar criticamente não apenas os conteúdos que estão inseridos nele, mas, também, aqueles que ficam de fora. Importa saber isto porque é desta forma que certos conhecimentos chegam aos alunos e outros não. Neste contexto e ao pensar em quais conhecimentos ficam de fora, é preciso lembrar de Foucault quando ele diz que o silenciamento daquilo considerado desviante (seja em termos de gênero ou de sexualidades) produz o desconhecimento (2017 p. 8).

Nessa linha de raciocínio, fica bem claro, então, que existem, quando se fala na construção do currículo, conhecimentos que ficam fora, silenciados. Isto ocorre de forma proposital:

> Existem conhecimentos em relação aos quais há uma "recusa" em se aproximar; conhecimentos aos quais se nego acesso, aos quais se resiste. Por tudo isso, ao tratarmos de educação e de pedagogia, talvez devêssemos pensar, como sugerem alguns, não propriamente na paixão pelo conhecimento, mas sim na paixão pela ignorância e perguntar o que essa ignorância ou esse desejo pela ignorância tem a nos dizer. [...] "O que há para aprender com a ignorância?" – é a questão que colocam estudiosas queer. (LOURO, 2004, p. 69)

A construção de um currículo para todos diz respeito não apenas à inclusão de certos conhecimentos, mas, também, à reflexão sobre como certos conhecimentos e informações são abordados pelos professores e chegam aos alunos. Um ensino voltado não apenas, e de forma engessada, ao binarismo de gênero, mas à diversidade, às múltiplas sexualidades e aos diversos corpos poderá contribuir para que se tenha uma educação mais efetiva (LOURO, 2004, p. 72).

Toda teoria exposta neste trabalho demonstra que existem sujeitos e práticas que, por não se enquadrarem na lógica ou na ideologia dominante, não são admissíveis à cultura, tampouco à educação. Suas questões, necessidades e direitos são considerados impróprios, inconvenientes.

Além disso, a percepção engessada do gênero e da sexualidade cria limites que não comportam a realidade LGBTQ+. Então, são colocados à margem da sociedade, da educação e do currículo. Tem-se à disposição, portanto, uma educação que não é para todos. Daí a importância de estudos como estes e da análise das contribuições, à formação dos alunos, de disciplinas que abordam estes temas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese do presente trabalho diz respeito à possibilidade de se incluir as questões sociais e legais afetas à população LGBTQ+ nos currículos dos cursos de Direito como forma de contribuir para uma formação mais humanizada e emancipadora dos futuros e futuras profissionais do Direito. Para tanto, analisou-se, por meio da revisão bibliográfica, os aportes teóricos a respeito do tema e, pela pesquisa empírica de observação participante, a contribuição de uma disciplina que abordou questões de gênero e sexualidades no curso de Direito da FURG.

Mostrou-se importante analisar este tema porque a formação e as relações sociais das pessoas têm demonstrado a perpetuação da violência e do asco contra as pessoas LGBTQ+. Na sociedade, os indivíduos são classificados e, em meio a isso, foram estabelecidas quais identidades são consideradas normais, aceitáveis, corretas, naturais e divinas. O problema é que, com isso, todos aquelas que ficam de fora desses padrões são marginalizadas, suas vidas passam a ter menos valor e é justificada a violência que sofrem.

Ainda, foi visto que essas classificações foram construídas em cima de uma ideia binária do gênero, ou seja, de que as pessoas só podem ser uma dessas duas coisas: ou homens, masculinos, ou mulheres, femininas. Foram criadas expectativas daquilo que é esperado do homem e da mulher. Enquanto dele se exige que seja heterossexual, forte, provedor, masculino, sexualmente potente, brigão e preparado para trabalhos fora de casa, dela se quer o cuidado materno, a fragilidade e a submissão ao seu homem, inclusive sexual.

Porém, as diversidades de gênero são numerosas. Pessoas transgêneras e travestis transbordam os limites daquilo que as normas binárias sociais podem comportar. Ainda, existem pessoas que vão além por não se considerarem nem homens e nem mulheres. Todas essas identidades são consideradas desviantes, anormais, bestiais, o que ocasiona a sua marginalização e agressão, bem como o não reconhecimento dos seus direitos e a precarização das suas vidas.

A população LGBTQ+ tem sido, historicamente, alvo de ataques, inclusive de chacinas, desde os campos de concentração até bares como o *StoneWall* e nas esquinas das periferias. O desmerecimento de suas vidas ocorre por meio da invisibilização. Os direitos específicos de cada grupo de pessoas não são reconhecidos. Os poucos avanços sociais que existem hoje foram conquistados com inúmeras reinvindicações e mortes.

Certos direitos são tão básicos e estão tão facilmente ao alcance de certas pessoas que sequer são sentidos ou percebidos no dia a dia. O direito ao nome, à identificação e ao

tratamento segundo o gênero é garantido de plano às pessoas cisgêneras. Já para as pessoas transgêneras foi uma conquista fruto de inúmeras batalhas, resistências, reinvindicações e, mesmo assim, nem sempre é respeitada em todos os locais da sociedade. A cidadania dessas pessoas é exercida, portanto, de forma precária. E este é só um exemplo dessa realidade desigual.

Além disso, os dados e as estatísticas de inúmeros estudos e levantamentos apontam que a violência contra a população LGBTQ+ ainda é uma característica presente na sociedade brasileira. Inclusive, este é o país que mais mata mulheres transgêneras e travestis embora, paradoxalmente, seja o país que mais consome pornografia em que apareçam essas pessoas. É o país da hipocrisia assassina. Essa realidade violenta se torna pior se a pessoa LGBTQ+ tiver mais marcadores sociais, como pertencer a uma etnia diferente, ser negra, trans ou pobre.

Em meio a tanta desigualdade e violência, alguns e algumas que, ao perceberem que dentro do meio LGBTQ+ existem uns que sofrem mais do que outros, procuram se inscrever ao máximo dentro das normas e padrões considerados aceitáveis: ser homem, branco, cisgênero, cristão, masculino e que não aparenta ser gay. Essas pessoas buscam atender os padrões daquilo que mais se aproxima do que é considerado normal, natural e correto porque, dessa forma, conseguem estacionar a sua existência sob a sombra da tolerância.

Porém, ao buscarem conforto e se satisfazerem com a tolerância, estão reforçando um sistema de normas sociais que mata e violenta várias outras pessoas LGBTQ+ e que, mesmo se quisessem, não poderiam se inscrever em tais padrões por serem mulheres, trans, negras e da periferia. Esta é uma realidade perturbadora.

Os discursos que legitimam essa realidade estão presentes na sociedade e conduzem e determinam a vida das pessoas mesmo antes do nascimento. Os pais, quando descobrem o sexo biológico do bebê, começam a arquitetar toda a vida desta criança com base nestes padrões, desde a escolha da cor das roupas até o planejamento e a expectativa em relação a como ela será, como deverá agir e quais planos deverá ter para a sua vida.

Foi percebido que as sexualidades e o gênero foram construídos socialmente. Essas normas sociais opressoras não são naturais ou divinas, mas, pelo contrário, não passam de criações sociais com claros objetivos de controle e do estabelecimento de uma verdadeira hierarquia dos generos e das sexualidades. Então, enquanto construções sociais, podem e devem ser alteradas por meio de iniciativas que intervenham diretamente nos principais pontos de sustentação dessas ideologias opressoras.

As sexualidades e o gênero são construídos de diferentes formas a depender da época, da sociedade e da cultura em que se vive. A história da sexualidade é, na verdade, uma

história a respeito do discurso que os indivíduos têm sobre a sexualidade. Dessa forma, toda educação que diz respeito à sexualidade também é uma construção social, porém, ao longo do tempo, os ambientes de ensino, embora proponham ser locais de proliferação dos conhecimentos, têm agido como verdadeiros propagadores do desconhecimento e mantenedores das normas tradicionais opressoras.

A desconstrução e a denunciação dos discursos opressores são indispensáveis para que se atinjam esses objetivos. Porém, esta tarefa é árdua, tendo em vista que existem aqueles que, apesar de todos os estudos já realizados sobre o tema, insistem em impor suas moralidades, suas religiões e seus discursos sobre as pessoas LGBTQ+. Exemplo disso são os movimentos antigênero, religiosos, projetos como o Escola Sem Partido e o ataque aos projetos que visam o combate ao preconceito, como ocorreu com o projeto Escola Sem Homofobia, chamado, até hoje, de "kit gay".

É uníssono o entendimento de que os locais de ensino possuem um potencial de subverter e de combater as normas sociais heterossexistas. Para tanto, é preciso que os temas afetados à realidade da população LGBTQ+ sejam abordados nas salas de aula, que a empatia seja estimulada e que a realização plena dos Direitos Humanos para essa parcela da população seja defendida.

Foi exatamente isto o que ocorreu ao longo das aulas da disciplina de Direito e Gênero. Apesar de algumas dificuldades e timidez para tratarem tais temas em sala de aula, os alunos demonstraram verdadeiro esforço em compreender, não apenas de forma teórica, mas de sentir, como as pessoas violentadas se sentem e qual a visão que têm das situações que vivem. Uma espécie de empatia munida de conhecimentos teóricos foi praticada.

Na verdade, a empatia parece ter sido a ferramenta encontrada para poder conciliar a teoria com a realidade. Isso demonstra o grande esforço por parte desses e dessas estudantes em se colocar no lugar do outro e compreender as injustiças vividas pelas pessoas LGBTQ+. Infelizmente, tais temas não foram percorridos, ao menos em um primeiro momento, facilmente.

Foi possível perceber que a dificuldade de os alunos falarem abertamente sobre temas envolvendo o sexo e as sexualidades parece relacionada ao processo de silenciamento destes conceitos, explicado por Focault (2017, p. 8). A moral contida (Focault, 2017, pp. 07-19) que reveste os temas abordados na sala de aula se impõe e representa um obstáculo às discussões e reflexões saudáveis e construtivas.

Os próprios alunos, talvez, tenham enfrentado, mesmo que sem perceber, o processo que Louro denomina de “estranhamento” (2004, p. 64), ou seja, perceberam que certos conhecimentos parecem estranhos às salas de aula de uma universidade. Temas e questões tratados, muito provavelmente, com naturalidade em outros locais, com amigos, parentes ou parceiros(as) sexuais parecem estar no lugar errado quando abordados em uma sala de aula.

Muitas informações foram desmistificadas, como, por exemplo, a de que o sexo anal gay possui mais riscos de tramissão de ISTs do que o vaginal heterossexual. Nas situações observadas nas quais os alunos expressaram estas desinformações, no sentido que Louro atribui ao conceito, salta aos olhos que, claramente, nenhum destes alunos era homofóbico, mas, ainda assim, traziam consigo resquícios e reflexos das normas sociais que silenciam certos saberes e propagam outros dessaberes.

A disciplina analisada ocasionou um certo estranhamento dos currículos e dos saberes que geralmente são abordados em um curso de Direito ao promover importantes discussões sobre conhecimentos e informações que normalmente ficam de fora do ambiente escolar, como o sexo, as sexualidades, os direitos LGBTQ+, a violência sexual captada e perpetuada pela pornografia, dentre muitos outras.

Pareceu que os alunos foram capazes de perceber que as regras sociais que criam essa realidade triste possuem dois papéis fundamentais e concomitantes: o de constituir os corpos (dizendo-lhes o que e como deve ser) e o de informar os sujeitos (estabelecendo quais culturas e atos merecem ser passados adiante e quais devem ser silenciados, sentenciados à ignorância). A realização de tais aulas, em um curso de Direito, claramente caracteriza um ato de subversão e de questionamento das bases sociais heterossexistas e homofóbicas.

Esse resultado poderá contribuir para a melhoria das políticas públicas voltadas à população LGBTQ+ e, de uma maneira geral, contribuirá para a realização da justiça social para estas pessoas. Estes alunos que tanto se empenharam na disciplina analisada serão os futuros advogados e advogadas, juízes e juízas, promotores e promotoras, legisladores e legisladoras, e, também, professores e professoras nos cursos de Direito. Assim vai se construindo, cada vez mais, uma realidade de menos desigualdades.

Este é o rumo a ser tomado para que se crie um direito democrático das sexualidades, conforme defende Rios (2006). A educação, especialmente a jurídica e os currículos, são constructos sociais. Não são elementos estáticos, imutáveis. É preciso compreender que

devem integrar os currículos todos os saberes que dizem respeito às demandas da sociedade e nelas estão incluídas, dentre outras, as demandas da população LGBTQ+.

Portanto, o presente trabalho conseguiu atingir seus objetivos gerais e específicos, demonstrando que a inclusão dos temas de gênero e diversidade sexual nos cursos de Direito pode, sim, contribuir para o enfrentamento à violência e da desigualdade vivenciados pela população LGBTQ+. Dessa forma, a hipótese proposta também se confirmou.

É claro que não é possível afirmar que o problema de pesquisa foi resolvido porque, afinal, o problema social vivido pela população LGBTQ+ é complexo. Bom seria se um único trabalho acadêmico fosse capaz de resolver essa situação. Mas, o que é proposto nessa pesquisa com certeza contribui para a luta e para a busca por uma realidade melhor. É um ponto de partida cujos benefícios são inequívocos. Foi possível perceber, também, que a metodologia utilizada foi suficiente para realizar os procedimentos necessários à realização desta pesquisa.

Durante a construção deste trabalho surgiu um novo questionamento que não foi abordado aqui porque extrapola os limites daquilo que foi proposto nesta pesquisa: o estudo da necessidade de que temas ligados ao gênero e à diversidade sexual sejam abordados em níveis de ensino anteriores, nas escolas. Esse questionamento surgiu a partir da percepção de que muitos alunos tiveram dificuldade de falar sobre estes temas, especialmente quando se fala em sexo, no primeiro encontro em que foi realizada a pesquisa de campo.

Para concluir, é importante dizer que a figura do professor ou da professora nas salas de aula onde serão abordados estes temas é de extrema importância. É preciso que sejam pessoas esclarecidas, preparadas, estudadas, éticas e com uma postura de respeito quanto a tais temas e às vidas das pessoas. Não será possível promover uma educação emancipadora ou que promova os Direitos Humanos por meio de um indivíduo que professe discursos preconceituosos ou que defenda a manutenção das regras sociais arcaicas que condenam tantas pessoas LGBTQ+ à violência e à desigualdade social.

Ainda, é preciso que sejam realizados mais estudos relacionados ao presente tema. Os tratamentos de questões relacionadas ao gênero e às sexualidades têm sido os causadores de grandes debates e revoltas nos últimos anos, existindo, inclusive, movimentos sociais contrários a isso. Acredita-se que quanto mais pesquisas e mais debatido for o tema, cada vez mais será possível implantar nas salas de aulas o estudo destes temas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marília dos Santos; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Sobre travestilidades e políticas públicas: como se produzem os sujeitos da vulnerabilidade. In: NARDI, Henrique Caetano; et al. **Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BACKES, José Licínio; PAVAN, Ruth. O currículo e a produção de identidades/diferenças de gênero: a heteronormatividade em questão? **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 45, ano 2017. Disponível em http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/19027. Acessado em maio de 2019.

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014.

BERGAMASCHI, Igor Felipe. Diversidade Sexual e a Educação Pela Perspectiva de Pluralismo Político em Eugen Ehlich. **Anais do EVINCI – UniBrasil**, Curitiba, v.3, n.2, p. 359 – 378, out. 2017. Disponível em http://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/3530. Acessado em outubro de 2018.

BOGDAN, Roberto C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAUI, Marilena; SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, Angelo Brandelli; et al. Preconceito contra gênero e diversidade sexual e de gênero em uma universidade pública brasileira: prevalência, o seu reconhecimento e os efeitos da educação. In: BARNART, Fabiano; MACHADO, Frederico Viana; MATTOS, Renan de (orgs.). **A Diversidade e a Livre Expressão Sexual entre as Ruas, as Redes e as Políticas Públicas**. 1. ed. Porto Alegre: Rede UNIDA/NUANCES, 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, classe e raça**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Formato e-pub.

DIAS, Renato Duro. **Relações de Poder e Controle no Currículo do Curso de Direito da FURG**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.

DIAS, Renato Duro. Interdição de gênero: a lei que silencia o corpo. **Revista de Direito, Arte e Literatura**, | e-ISSN: 2525-9911 | Minas Gerais | v. 1 | n. 2 | p. 229-245| Jul/Dez. 2015. 229-245.

DIAS, Renato Duro; BRUM, Amanda Netto; FLORES, Maicon Varella. Alteração do registro civil de transexuais: uma análise empírica do posicionamento do TJ/RS. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**. vol. 4, n. 2, jun 2017, p. 39-54

DIAS, Renato Duro; LEITE, Maria Cecília Lorea. **Imagens da justiça e educação jurídica na contemporaneidade**. 2013. Disponível em http://repositorio.furg.br/handle/1/2325. Acessado em julho de 2019.

DIAS, Renato Duro; VIANNA, Jonas Melo Cruz. Interdisciplinaridade e Currículo do Curso de Direito: um estudo de caso. **Quaestio Iuris**, vol. 09, nº 03, Rio de Janeiro, 2016, pp. 1389-1413.

DIAS, Renato Duro; SCARABELOT, Igor Bitencourt. Imagens, representações e justiça social: um campo dialógico para a educação jurídica. In: DIAS, Renato Duro; LEITE, Maria Cecília Lorea; HENNING, Ana Clara Corrêa (orgs). **Justiça curricular e suas imagens**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana. Educação, direitos sexuais, laicidade e diversidade sexual. In: RIOS, Roger Raupp; GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Homossexualidade e Direitos Sexuais: reflexões a partir da decisão do STF**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FEITOSA, Cleyton. **Políticas Públicas LGBT e Construção Democrática no Brasil**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres; RAMOS, Aura Helena. Currículo de educação em direitos humanos: sentidos em debates/articulações. **Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 01, p. 14-20, jan./abri. 2013.

FRASER, Nancy. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, 77 : 11-39, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ln/n77/a01n77.pdf. Acessado em julho de 2019.

GARCIA, Leila Posenato; FREITAS, Lúcia Rolim Santana de; HÖFELMANN, Doroteia Aparecida. Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressão no Brasil, 2001-2011. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, 22(3):383-394, jul-set 2013. Disponível em https://www.semanticscholar.org/paper/Impact-of-%E2%80%98Maria-da-Penha-Law'-on-female-mortality-Garcia/92baa92074f3d128233 885f5ebef8b40cc5ccb54. Acessado em março de 2019.

HARITAWORN, Jin. Além do "ódio": metonímias queer para crime, patologia e antiviolência. **Meritum, Belo Horizonte** – v.9 – n.2 – p. 189-261 – jul.dez. 2014. Disponível em http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/view/3062. Acessado em outubro de 2018.

IRINEU, Bruna Anrade; RAFAEL, Josiley Carrijo. Heteronormatividade e políticas públicas sociais no Brasil contemporâneo: conquistas e desafios para os Centros de Referência em

Direitos Humanos e Combate a Crimes de Homofobia. **SER Social**, Brasília, v. 11, n. 24, p. 34-64, jan./jun. 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Políticas Públicas de Educação: entre o direito à educação e a ofensiva antigênero. In: MAGALHÃES, Joanalira; RIBEIRO, Paula; SEFFNER, Fernando; VILAÇA, Teresa organizadores. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação**. Rio Grande: Editora da FURG, 2018.

LACERDA, Milena. Enredos sobre diversidade sexual e gênero na educação. In: HILÁRIO, Erivan; MARRO, Kátia; NOGUEIRA, Leonardo; PAZ, Thaís Terezinha. (orgs.). **Hasteemos a Bandeira Colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

LEITE, Maria Cecília Lorea; SCHMIDT, Ernani Santos. Justiça curricular e suas imagens: um estudo no contexto dos cursos de Direito. In: DIAS, Renato Duro; HENNING, Ana Clara Corrêa; LEITE**,** Maria Cecília Lorea. **Justiça curricular e suas imagens**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O Direito ao reconhecimento para gays e lésbicas. In: RIOS, Roger Raupp; GOLIN, Célio; LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. **Homossexualidade e Direitos Sexuais: reflexões a partir da decisão do STF**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

LOURO**,** Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Gênero, Sexualidade e Heterotopia: entre esgotamentos e possibilidades nos currículos. In: MAGALHÃES, Joanalira; RIBEIRO, Paula; SEFFNER, Fernando; VILAÇA, Teresa organizadores. **Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação**. Rio Grande: Editora da FURG, 2018.

PRAÍSO, Marlucy Alves; SALES, Shirlei Rezende. O jovem macho e a jovem difícil: o governo da sexualidade no currículo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 603-625, abr./jun. 2013.

PRECIADO, Paul B. **Manifestro contrassexual**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

RIOS, Roger Raupp. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Dinin. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

RIOS, Roger Raupp. Para um Direito Democrático da Sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, vol. 12, no. 26, Porto Alegre, July/Dec. 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832006000200004. Acessado em setembro de 2019.

RIOS, Roger Raupp; SEFFNER, Fernando. Direitos humanos e direitos sexuais frente à precariedade dos temas sexo e gênero: a educação jurídica como problematizadora das formas de vida em nossa sociedade. In: BORRILLO, Daniel; RIOS, Roger Raupp (org.); SEFFNER, Fernando (org.). **Direitos sexuais e direito de família em perspectiva *queer***. Porto Alegre: Editora da UFCSPA, 2018.

RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. O Currículo e a Construção da Identidade de Gênero de Alunos(as) de um Internato Agrícola. **Polêm!ca**, v. 16, n. 04, p. 60 – 75, outubro, novembro e dezembro 2016.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1ª. ed. 3ª. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. A justiça curricular nas atuais políticas educativas e curriculares. In: DIAS, Renato Duro; HENNING, Ana Clara Corrêa; LEITE**,** Maria Cecília Lorea. **Justiça curricular e suas imagens**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

SARLERT, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011. Formato e-pub.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Traduzido do texto original: "Gender: a useful category of historical analysis". **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia, 1989. Disponível em https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/article/download/109975/21914. Acessado em agosto de 2018.

SEFFNER, Fernando. Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas Públicas de Inclusão Escolar. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

SILVA, Ariana Kelly Leandra Silva da. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. **Revista do NUFEN**, vol. 5, no. 1, São Paulo, 2013, versão on-line. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003. Acessado em setembro de 2019.

SILVA, Inajara Piedade da. **A transexualidade sob a ótica os direitos humanos: redesignação de sexo na sociedade globalizada**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias de Currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(1): 422, janeiro-abril/2017, p. 9-29. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; FIGUEREDO, Guilherme Augusto dos Santos; RIBEIRO, Bernard Constantino. A insurgência decolonial frente a negação do diferente: a (re)construção de um novo direito a partir da emersão das camadas sociais marginalizadas. In: SPAREMBERGER, Raquel Fabiana; et al (orgs.). **Direito, subalternidade e decolonialidade**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Pedagogia do re-conhecimento: educar para crescer direito. In: DIAS, Renato Duro; LEITE, Maria Cecília Lorea; HENNING, Ana Clara Corrêa (orgs). **Justiça curricular e suas imagens**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

WARAT, Luis Alberto. **Educação, Direitos Humanos, Cidadania e Exclusão Social: Fundamentos preliminares para uma tentativa de refundação**. Disponível em: http://bit.ly/1tLh1Oz. Acesso em agosto de 2018.

ANEXOS

ANEXO I - NOTAS DE CAMPO

AULA DO DIA 08/05/2019

1. Iniciada a aula com 10 minutos de atraso. A professora pediu que todos se sentassem em círculo;
2. A professora iniciou a aula falando sobre polêmicas atuais relativas às questões políticas e sobre a previsão do MEC de corte de verbas das universidades públicas.

Disse que existia a possibilidade de paralisação por partes dos docentes na próxima semana, o que poderia afetar a realização da aula seguinte;

3. A professora não autorizou a gravação em áudio da aula de hoje por parte deste pesquisador em função de ser um encontro em que os alunos e as alunas iriam apresentar trabalho relativo às entrevistas que realizaram com pessoas sobre experiências sexuais dos entrevistados;
4. Conforme os alunos atrasados chegavam, a professora lhes pedia que ingressassem no círculo de classes;
5. O primeiro aluno a falar, que aqui será tratado como Aluno A, iniciou relatando a sua entrevista. Disse que a pessoa entrevistada era homem e heterossexual. O Aluno A leu sua entrevista (as perguntas e as respostas) de maneira muita rápida. A leitura não foi acompanhada de opiniões do Aluno A, nem de expressões que demonstrassem seu posicionamento em relação ao que foi respondido pelo entrevistado. Assim, logo quando terminou a leitura já cedeu espaço para a próxima pessoa falar;
6. O Aluno B disse ter entrevistado um homem gay e que o questionou sobre o que significava, para o entrevistado, o ato de transar. Disse que a resposta obtida foi de que, para o entrevistado, transar significa descobrir o que desperta o prazer na pessoa com quem se transa. O relato não foi acompanhado de grandes reflexões;
7. Após, a Aluna C disse ter entrevistado um casal heterossexual de amigos seus. Relatou que o homem entrevistado era virgem e que a mulher não, apontando o fato como algo que considerou curioso. O relato também não foi acompanhado de reflexões;
8. A Aluna D começou sua fala relatando que a pessoa que entrevistou, um homem, possuía grande timidez para tratar de assuntos relacionados à sexualidade, fato este que lhe impressionou. Porém, o relato também não foi acompanhado de reflexões;
9. O fato de os alunos e as alunas, até este ponto, não terem realizado reflexões, expressado opiniões e, inclusive, não terem se demorado em suas falas, apresentando alguns sinais de pressa, dá a impressão de que não se sentem confortáveis para falar do tema;
10. Após, o Aluno E escolheu apenas um trecho de sua entrevista para dividir com a turma. Disse que o fato que iria relatar havia ocorrido há 35 anos com a pessoa entrevistada. No ocorrido, o entrevistado, homem, relatou que se tornou pai logo após e em decorrência do ato sexual em que perdeu sua virgindade;
11. Em seguida, o Aluno F relatou a perda da virgindade de uma amiga sua, que relatou ter sido forçada à participar do ato sexual, se tratando de um estupro realizado por seu namorado à época. O Aluno F expressou, por meio de posições e movimentos faciais, que se solidariza com a amiga, informando a todos, em seguida, que a sua opinião é a de que achou um absurdo o estupro ser praticado por namorado que deveria, ao invés de violentar, amar e cuidar. A expressão no rosto de todos os presentes demonstrou que se sentiram incomodados com o tema, no sentido de que se solidarizavam com a vítima e condenam internamente contra o agressor;
12. Após o relato do aluno F os demais alunos e alunas, que ainda não havia falado, se mostraram tímidos. Ninguém se ofereceu para dar prosseguimento às apresentações. A professora, então, convidou a turma a falar. Todos ficaram com receios.
13. A Aluna G, então, quebrou o silêncio partilhando com todos uma experiência pessoal: disse que a sua “primeira vez” não foi uma experiência agradável. Assim,

fez surgiu breves comentários por parte de vários alunos que, juntos, chegaram à conclusão de que a sociedade exige que o sexo seja considerado sempre bom e que todos sempre gostem quando ele aconteça, mas que isto não condiz com a realidade porque existem atos sexuais desagradáveis ou que, simplesmente, não são bons;

14. Após, inúmeros alunos e alunas iniciaram uma discussão sobre aplicativos de encontros. Foi ponderada a afirmação de que os aplicativos dizem respeito, atualmente, à uma fase de transição de gerações anteriores e conservadoras para novas gerações que falam abertamente sobre o sexo.
15. Em seguida, o debate passou para o tema dos filmes pornográficos, o seu papel social e a comparação das gerações anteriores com as atuais em relação a como ocorriam e, agora, como ocorrem as primeiras relações sexuais. Foi dito que as pessoas das gerações anteriores tinham seus primeiros contatos sexuais mais tarde, enquanto as atuais mais cedo, em decorrência de que antes não se partilhavam conhecimentos sobre o sexo e o acesso a filmes pornográficos não era tão fácil, o que não é mais a realidade;
16. A professora destacou, então, aos alunos e às alunas que, para o próximo encontro, deveriam realizar pesquisa e apresentar os temas estupro e pornografia. Em seguida, a professora fez breves comentários sobre o sexo ser uma ferramenta para exercer poder e dos papeis do homem e da mulher no sexo. Após, finalizou a aula.

AULA DO DIA 22/05/2019

1. O encontro seguinte ocorreu no dia 22/05/2019 porque em 15/05/2019 não foi realizada a aula em função da paralisação das instituições de ensino em decorrência do anúncio do MEC de corte de verbas da educação pública;
2. Iniciada a aula sem atrasos, a professora entrou na sala, deixou seus pertences em sua mesa. Há um homem mexendo em um notebook conectado ao aparelho projetor da sala de aula. Estavam presentes, neste momento, 10 alunas e 4 alunos;
3. Enquanto isto a professora pegou o giz e escreveu na lousa alguns recados: que dia 05/06/2019 seria a avaliação da disciplina, que os temas seriam assédio moral e sexual, pornografia e exploração sexual e, por fim, mulheres negras;
4. Após a escrita, a professora perguntou à turma se alguém havia pesquisado sobre pornografia – o que ela havia solicitado na aula anterior. Ninguém respondeu;
5. Frente ao silêncio a professora seguiu sua fala informando que a avaliação dos dois bimestres da cadeira ocorrerá por meio de um trabalho em grupo sobre os temas descritos na lousa. A professora, então, apagou o tema “mulheres negras” a lousa e acrescentou ao tema “assédio moral e sexual” a expressão “no ambiente de trabalho”;
6. Neste momento percebi que o dispositivo de gravação não estava realizando a gravação dos áudios, apesar de ter recebido o comando. Assim, precisei iniciar novamente a gravação;
7. A professora apresentou o palestrante como sendo Luciano Lobato, aluno do curso de graduação em Direito da FURG e, após, se sentou junto aos alunos e sede a aula para ele. O palestrante logo se dirigiu à lousa escreveu o seguinte:

LGBTQIAP

Orientação sexual | Identidade de Gênero

Performance

- ⇨ Classes
- ⇨ Etnia/Raça
- ⇨ Sexismo

8. Ao longo da aula foram chegando vários alunos e alunas atrasados. Às 17h13 estavam presentes cerca de 25 pessoas, cuja grande maioria era de mulheres;
9. Fim da aula;

AULA DO DIA 29/05/2019

1. A aula iniciou com dez minutos de atraso. A professora solicitou aos alunos a organização das classes em círculo. Ocorre, porém, que ao se organizarem desta maneira, alguns alunos, no círculo, ficaram de costas para a lousa onde iria acontecer a exposição, de alguns alunos, sobre as temáticas determinadas pela professora para aquele dia;
2. Após a organização foram ligados o computador e projetor da sala. Dois alunos se posicionaram próximos à lousa. A professora foi ao computador para, antes da apresentação, verificar o conteúdo que seria exposto porque o tema da apresentação é pornografia;
3. Estão presentes, no início a aula, cerca de vinte pessoas, cuja metade são homens e a outra metade mulheres;
4. Iniciada a apresentação os alunos que estavam de costas notaram o problema do seu posicionamento e se deslocaram para conseguir ver a exposição;
5. Foi possível notar que uma aluna estava relutante com o tema que seria abordado. Estava sentada próxima aos alunos que iriam apresentar e, ao olhar para eles no início da apresentação, sacudiu a cabeça em sinal de "não" e com um sorriso tímido. Parecia expressar sentimento de que não acreditava ou não achava apropriado que a pornografia seria, de fato, tratada em sala de aula, ou, talvez, preocupação com o conteúdo da apresentação;
6. Cerca de sete pessoas chegaram atrasadas, desde o início da aula até uma hora após o começo, e foram se sentando;
7. Encerrada a apresentação, o próximo grupo, composto por um homem e duas mulheres, também abordou o tema da pornografia. Este grupo perguntou à turma quais das pessoas presentes consomem pornografia. Poucos alunos levantaram a mão, em torno de quatro pessoas;
8. O grupo seguinte, composto por dois homens, também deu prosseguimento ao tema da pornografia.
9. Durante uma apresentação uma das alunas afirmou a importância de se ter uma educação sexual mais adequada nas escolas como forma de barrar a transmissão,

que muito ocorre nos filmes pornográficos que todos têm acesso na juventude, de tendências machistas e violentas no ato sexual. Após o comentário um aluno comentou, ao fundo, “escola sem partido” em forma de protesto ao projeto que totalmente contrário à adequada educação sexual e sobre diversidades nas escolas. Isso demonstra existir a consciência dos prejuízos que iniciativas como esta causa à sociedade;

10. Dois grupos, após este, apresentaram também o tema da pornografia, porém o último discorreu apenas sobre a pornografia homossexual, o que parece ter sido uma escolha correta, tendo em vista que os grupos anteriores trataram sobre a pornografia heterossexual;
11. Fim da aula.
12. Durante a apresentação foram apresentados vídeos com relatos pessoais de mulheres que vivenciaram violências e humilhações na gravação de filme pornográficos, porém, as caixas de som da sala de aula não funcionaram. Por esse motivo, os alunos reproduziram o vídeo utilizando as caixas de som do notebook. Somente após o término da aula e após este pesquisador retornar para sua casa é que foi descoberto que, devido ao baixo áudio, a gravação do vídeo não ficou com qualidade suficiente para se entender o que é dito. Por esse motivo, na degravação, os vídeos deixarão de ser narrados. O conteúdo dos vídeos deixou de ser anotado porque se acreditava estar na gravação.

AULA DO DIA 05/06/2019

1. A aula iniciou e a professora chegou com dez minutos de atraso. Estão presentes cinco alunos e três alunas. Todos organizam as cadeiras em círculo;
2. Iniciada a aula uma aluna iniciou falando de assédio moral e sexual dentro e fora do ambiente da universidade;
3. Trinta minutos após o início da aula muitos alunos e alunas chegaram atrasados. São vinte e uma pessoas presentes agora;
4. Às 17h46, enquanto explicava a maneira de denunciar a ocorrência de casos de assédio na universidade, a professora se levantou e desenhou uma seta apontando para a palavra “ouvidoria” na lousa;
5. A aula prosseguiu com um conto, chamado pela professora de “conto do barba azul” e se finalizou com um relato pessoal da professora sobre um caso de assédio que sofreu na Itália durante o seu doutoramento.

ANEXO II - DEGRAVAÇÃO DOS ÁUDIOS DA PESQUISA DE CAMPO

AULA DO DIA 22/05/2019

- Professora: [...] que vai ser a avaliação também, então parte de vocês vão fazer a avaliação do segundo tema para o dia 29 e parte de vocês para o dia 05 sobre o primeiro tema, que é assédio moral e sexual com foco na universidade. Tá?

  Bom, seguinte: semana que vem estará se abrindo uma consulta à comunidade para que vocês votem nas chapas para [...], tá certo? Eu, o professor e os professores [...] fomos candidatos... Candidato e candidatas... Pela chapa dois. [...] A nossa ideia da chapa dois é não fazer campanhas, eu não uso mídias [...], não tenho estampa e não mando nada por WhatsApp, eu acho que o WhatsApp não é para fazer campanhas. Eu também não passarei em salas de aulas. Estou falando para vocês que são meus alunos e alunas na minha sala de aula. Por

quê? Por uma questão de constrangimento. A professora [...] já é coordenadora do curso, tá certo? E a ideia é justamente, porque ela é coordenadora junto com o professor que divide comigo, é de compor, tá? Compor o quê? Uma direção para a instituição. Não é uma ideia de fazer chapa, nem campanha e nem grandes propostas. A minha proposta pessoal para este ano, independente da minha chapa e isso já foi discutido com o professor Lobato, é tratar do tema assédio moral e sexual na universidade. Esse tema vem me incomodando há bastante tempo. Em 2017 houve um movimento na universidade, por parte do sindicato dos técnicos administrativos e dos docentes, nós fizemos um movimento universitário e eu fui uma das palestrantes nesse seminário sobre assédio sexual. Em 2018 preparamos toda uma documentação para saber como procedermos nos casos em que houvessem assédio moral com o pessoal dentro da universidade de forma entre aspas hierarquizada. O que eu quero dizer com isso: aquele primeiro documento era para tratar de pessoas entre docentes e técnicos não envolvendo a questão discente, para num segundo momento fazer um documento que envolvesse as questões discentes. Esse documento, ele acabou sendo arquivado. Tá? Pessoalmente, eu fiquei muito chateada com a decisão que foi tomada, tá certo? Cheguei à conclusão, conversando com os colegas, que a única forma de a gente começar a resolver esse problema é limpando a casa da gente. Qual é a minha casa, primeira? A Faculdade de Direito. Qual é a disciplina que eu leciono? Direito e gênero. Dos cursos de direito [...] no país. Qual é a temática que eu trabalho há quinze anos ou mais? Essa. Tá Certo? Então vamos começar a discussão interna e para isso eu quero contar com vocês e com quem quiser. Já que estamos na disciplina de direito de gênero, aqui na disciplina de direito e gênero a gente vai tratar da temática e vai, para quem quiser inclusive, começar a pensar em um rascunho de como poderia ser esse tratamento para dentro daqui, certo? Até o final da aula vocês vão pensando e me digam "gostei da ideia, eu vou querer compor". E seria muito interessante, já que a sala está cheia de... meninos, vocês vão [...] porque a ideia é pensar em como fazer a denúncia e se isso vira denúncia ou se não vira. Mas a ideia é: tentar resolver aqui para depois ir para a ouvidoria. [...] Eu já fiz uma denúncia, tá certo? Minha postura foi e sempre será: docência, magistério, de todos os níveis, quem está aqui na frente falando para vocês, tem que ter postura ética. Postura ética não envolve, em hipótese alguma, nenhum tipo de assédio. Temos que todos nos tratar com respeito. E essa discussão vai passar também, e sobretudo para as meninas porque é mais difícil que aconteça com meninos – não estou dizendo que é impossível –, de pensar a postura que vocês têm que ter com os professores de vocês. Porque lá do outro lado dos meus colegas homens, e eu tenho certeza que vocês sabem de quem eu estou falando [...], dizem que vocês se oferecem. Que trocam sexo e favores sexuais por nota. Tá? Do meu ponto de vista, seja verdade ou não, - e eu morrerei dizendo isso – não cabe, não existe uma questão hierárquica de que professores estão num patamar e vocês estão noutro. Isso não pode ser certo. [...] Certo? Então, [...] não sei por que [...] ontem eu vim aqui e está cheio de chamadas sobre assédio sexual e moral e alguns cartazes. Então, algo está acontecendo entre vocês que eu não sei o que que é, mas se tem um cartaz, então está de fato na hora de tratar esta temática. E quem quiser precisa levar isso a serio,

conversar com os colegas de vocês sobre a proposta. Hoje a gente consegue ver [...] de condutas. Nos Estados Unidos se entrou num debate, só para vocês saberem, sobre os anos 70. Nós estamos em 2019 e isso não se venceu. Tá? Então existem regras de conduta e seria muito interessante se a gente pensasse o que a gente pode promover para o próximo semestre: alguns debates, no meio discente, no meio discente. Quem sabe a gente leva daqui da FURG, já que somos uma faculdade de Direito, e mais do que tudo solicitamos mudanças de atitudes. Tá bem? Então, hoje a gente vai conversar sobre um tema que eu sei que é muito caro para o Luciano Lobato que é meu aluno e orientando, é uma pessoa que tenho muito carinho e ele vai conversar com vocês, porque eu sei que ele domina e eu pedi que ele viesse falar. A ideia hoje é que a aula seja dividida com ele e eu vou me sentar lá atrás, tá? [...] Boa aula.

- Palestrante: Boa tarde a todos, todos e todas, enfim. Eu acho que seria muito importante a gente iniciar esse processo falando de alguns pontos de onde a gente precisa partir, tá? Queria saber se vocês conhecem [...], mas existe uma sigla que ela é assim mesmo. Talvez, em outros tempos e em outras configurações vocês compreendessem ela e conhecessem ela de outra forma. A minha ideia aqui é que isso daqui tudo é GLS. Que vocês entendam que não é mais GLS, que simpatizantes não existem, no máximo pode ser a classificação que a gente dá para o colega ou para o amigo que a gente gosta, mas isso não existe porque não é orientação sexual e, portanto, não cabe. Não existe simpatizante [...]. Existem vivências no campo da sexualidade e práticas que são identitárias. E nessa diferença entre a prática identitária e aquilo que a gente considera como vivência, que a gente se permite crer, tem uma vivência significativa. E esse debate que estou trazendo aqui para vocês, ele coloca que a nossa sexualidade, a nossa personalidade, ela tem uma série de condutas e atores que são construídos, tanto na coletividade quanto na nossa própria individualidade. Nesse contexto, a gente estabelece relações que, naturalmente, são de poder, de poder em relação ao ambiente familiar, em relação ao campo afetivo, também em relação ao campo sexual e de poder e empoderamento do próprio corpo. A partir dai a gente começa a se determinar regras e a conceber regras com as quais nós nos relacionamos na sociedade. Esse momento vai acontecer, né? Para quem conhece um pouco da dinâmica dos processos de desenvolvimento, vai acontecer na pré-adolescência e na adolescência. E é onde entra esse debate, porque a gente não suscitou ele, ou, se suscitou, a gente viu ele acontecer. Talvez, tenhamos até participado de uma construção familiar, de uma vivência de um amigo ou de um parente ou de alguém próximo, mas não se deu de conta que esse debate já estava colocado. Muitas vezes pelos nossos próprios pais. Mas a gente vai começar a praticar e conhecer a nossa vivência. É nesse momento que a gente começa a descobrir o que é orientação sexual, identidade de gênero e performance de gênero. Qual a diferença entre esses três elementos? A orientação sexual parte do pressuposto de que nós identitariamente determinamos, na relação que estabelecemos com o meio e o meio conosco, uma perspectiva de compreensão acerca da nossa sexualidade. Da forma como exercitamos a nossa sexualidade. Se hoje algum de nós se compreende heterossexual, pode não se compreender heterossexual amanhã.

Da mesma forma, homo, bi, enfim. Essas concepções elas não estantes, fechadas, mas ela estão exatamente colocadas para que possam ser dialogadas. E essas construções da orientação sexual ela não tem essa denominação porque alguém indica ou porque é orientada. Não. A orientação que nós temos parte do pressuposto das nossas análises e das nossas vivências com o meio. A identidade de gênero é um outro processo. E como a identidade de gênero se constitui? Vou dar um exemplo para vocês: alguém já ouviu falar entre cisgênero e transgênero? O que é cisgênero? É aquela pessoa que nasce com o sexo biológico de acordo com aquilo que socialmente está construído e posto como sendo o seu sexo, o seu gênero social, ou seja, socialmente a gente, a sociedade, determinou uma construção que vem de séculos sobre o que é masculino e feminino. Mas, isso são só construções sociais. Se eu quiser usar um salto quinze e entrar na sala com um belo batom vermelho, isso não me faz menos masculino. Ou faz? Isso faz parte de uma construção social: o uso da barba, cabelo curto, unhas cortadas, calça. [...] Mas por quê? Porque existe um composto aí, que se chama "moral". E a moral social, determinada principalmente pela imposição de regras e ordens que são estabelecidas em espaços de poder, também vão determinar como que isso daqui vai ser compreendido pela sociedade. Então, quando que a gente determinou que só existe na concepção de gênero o binarismo de gênero? O que é o binarismo de gênero? É homem e mulher e qualquer coisa no meio do caminho não existe, é invisibilizado. E é assim que é. Existe o banheiro masculino e o feminino, ponto. Existe roupa masculina e feminina. Existe, nos setores das lojas, o que é dado para a mamãe e o que é dado para o papai. Claro, com o tempo essas coisas também foram mudando. Mas elas mudam, mas elas invertem o polo, mas são sempre ligadas ao debate binário que cientificamente não há comprovação de que ele seja exatamente esse. Existem teorias que dão conta de cerca de mais de 38 diferentes identidades de gênero possíveis que existam no mundo. O nome dessa teoria é [...] a teoria queer. E o que é a teoria queer? A teoria queer está aqui, óh. Quem são essas pessoas? Essas pessoas são as pessoas que decidiram vivenciar sua própria identidade de gênero a partir da premissa de que elas não são necessariamente homens ou necessariamente mulheres e que, portanto, o seu gênero pode ser fluído, ou elas podem estar dentro de um espaço que existe entre um e outro e, portanto, elas estão ali variando entre uma concepção e outra. Ou seja, essas pessoas, aqui, a gente pode conceber vulgarmente – todo mundo conhece o que é uma dragqueen, mas todo mundo acha que a travesti e a dragqueen são a mesma coisa e elas não são, da mesma forma que todo mundo acha que o sapatão é a mesma coisa que o homem trans, e não é, da mesma forma que vulgarmente as pessoas chamam do puto e do viado como a machorra e assim por diante. Então, eu estou usando esse linguajar mais chulo porque, embora ele possa parecer agressivo – quero pedir desculpas para quem se sentir ofendido, mas não é essa a intenção ou talvez seja também, mas não é bem essa intenção, a ideia não é ofender ninguém, mas é desacomodar. Porque é muito simples e fácil a gente trazer uma linguagem limpa desse contexto mais impuro e incomum, mas a gente não toca na ferida. E ai quando eu falo essas expressões, que são as que a gente ouve todo dia, vê postadas nas redes sociais, que a gente vê as pessoas se

dirigindo às outras, e a gente naturaliza como se elas fossem normais, e elas não são. Ai a gente vem para um ambiente como a academia e não está acostumado a ouvir essas expressões e ai acha que quem usa essas expressões está sendo chulo e vulgar, mas não. Quem usa essas expressões dentro da academia está trazendo para dentro do ambiente acadêmico aquilo que, lá fora, todo mundo já conhece como natural e que, na verdade, precisa desnaturalizar para compreender que uma conduta agressiva aqui dentro também é agressiva lá fora. Então, a gente precisa entender que não existe uma bolha dentro da universidade para fora da sociedade. E se existe, a gente precisa furar essa bolha. Mas voltando. Então, isso daqui é um debate que nunca acaba e que nunca vai acabar e que não está superado porque simplesmente a identidade de gênero e a orientação sexual são características que decorrem não só da vivência dos indivíduos como da sua concepção biológica e também de caracteres socio e psico afetivos. E ai, é um conjunto de coisas que cada um de nós tem as suas próprias vivência e as suas próprias experiências. E a partir dai vai estabelecendo seus próprios [...] Não tem como determinar. E uma outra questão aqui é a performance e eu queria falar para vocês a respeito aquela situação, por exemplo, que é o show da drag. A dragqueen, que não é travesti e nem a transsexual necessariamente, ela performa o seu gênero. Por que ela performa o seu gênero? Porque finge que é mulher? Talvez, mas é uma abordagem que tem muito mais a ver com uma concepção artísticas que não tem nada a ver com aquela julgamento moral e conservadora que fala que se vestiu de mulher para ganhar entrada grátis na festa. Não. Aquela turma ali faz história. No Brasil principalmente, porque quem enfrentou os militares na ditatura estabelecida a partir de 1964 e resistiu ao AI-5 em 68 e que tombou durante toda década de 70 e 80 para garantir que em 90 a gente tivesse, na Constituição de 88, alguns direitos ali garantidos e que a luta continuasse a partir de então, foram essas pessoas. Então, assim, eu, como gay cis que sou, por algum tempo, durante minha juventude, fui muito transfóbico em vários aspectos e em vários discursos. “Ah, eu não vou naquele lugar porque está cheio de travesti”. “Ah, eu não vou naquele lugar porque aquelas bichas se montam de mulher e ficam umas coisas horrorosas”. Não gente. A gente precisa entender que, para além dessas condutas [...] a gente tem que compreender o papel histórico e político que essas pessoas exerceram e exercem na nossa sociedade. Alguém gosta de Chico Buarque aqui? Já ouviu a Geni? Essas travestis e essas transexuais por muitas vezes foram as Genis do Chico Buarque. Então, ela pode salvar uma cidade inteira, ela pode ser ovacionada pelo bispo, pelo prefeito e por todo mundo, até que ela consiga salvar de um grande desastre, e ao final de tudo vão ser jogadas pedras na Geni. Cospem nela, pode, porque ela é feita para apanhar e ela é boa de cuspir, ela dá para qualquer um. Então, nessa questão a gente precisa atentar que, por de traz desse debate, existe um véu moral religioso forte constituído sobre isso e que precisa ser retirado dai para que o assunto seja debatido a ponta de verdade. Então, a minha fala não é de afronta a qualquer concepção cristã. Muito pelo contrário. Eu tenho pessoas do meu convívio, já estive em espaços como este, sou muito bem recebido em alguns espaços que professam essa fé mas que compreendem que religião é uma coisa e que Estado é outra. Quando

as coisas se [...] a gente precisa garantir que o Estado, as políticas públicas, atendam a determinados grupos sociais que não estão concebidos sob uma determinada esfera moral. Então, esses grupos que são fora desse conceito aqui, eles também precisam de políticas públicas e, por isso, precisam ser atendidos. A partir dai, quando a gente desvela o debate moral, compreende que a diferença entre orientação sexual, identidade de gênero e performance são coisas que são separadas, nós também entramos num debate que precisa de um recorte: o de classes, o étnico racial e o debate sobre o sexismo. Porque sim, existe diferença. Qual é a diferença? Eu sou um gay, cisgênero, branco, de classe média, masculino. Se tu pegar o gay, trans, pobre, negro que é trans homem, vocês vão estar lidando com um histórico totalmente diferente do meu. Completamente diferente porque essa pessoa vivencia um conjunto de situações e opressões que essa sociedade impõe sobre uma agenda que não é a mesma que eu vivo. As oportunidades de acesso que eu tenho em estar aqui constitui um conjunto de privilégios que diferentes camadas vão conseguir burlar e acessar, mas essa pessoa talvez não consiga. Então, quando a bicha preta que tem 17 anos e que mora aqui atrás do CAIC, há menos de três quilômetros daqui, ela não tem metade das condições de chegar aqui, aos 31 anos como hoje eu estou. Talvez ela nem se entenda nessas condições, que só o tráfico de drogas, as condições socioeconômicas em que ela vive, permita que ela chegue aqui. Porque ela não só pode morrer com uma contaminação do HIV como ela também muito provavelmente vai ser alvo da bala perdida que mata a juventude negra e periférica todos os dias, como uma agenda. Não é a falta de projeto a violência urbana. A violência urbana é um projeto, um projeto de extermínio. E, nesse contexto, o projeto de extermínio que também vai abarcar esse conjunto da sociedade, porque fora desse debate nós temos outros debates que também perpassam esse daqui, então são debates que se entrelaçam. O debate da questão étnica passa aqui por dentro. O debate da orientação sexual passa dentro do debate da questão étnica. E muitas vezes eles são invisibilizados. Então, o conceito de identidade: identidade é um conjunto de elementos sociológicos, antropológicos, fisiológicos que caracterizam e diferenciam os seres uns dos outros. Para a sociologia, por exemplo, identidade é o combate de várias ideias e ideais de um determinado grupo, onde a pessoa forma sua identidade recebendo influências do meio onde realiza sua interação social. Gênero: pode se referir ao conjunto de seres ou conjunto de dois ou mais objetos que tenham a mesma origem ou que apresentem características comuns. Observem que, aqui, existe uma separação entre aquilo que a gente estava falando sobre o "expressismo" da concepção biológica e aquilo que a gente trata como a construção social das vivências do indivíduo. O que a gente tá falando é que esta pessoa que pertence a um determinado grupo biologicamente construído, numa classificação científica determinada, ela também pode fazer parte, pelo seu gênero, de outros tantos quantos gêneros ela quiser ou ela entende que pertence. Porque, também, isso passa por uma ideia de pertencimento e, portanto, de consciência. É uma representação não apenas na medida de que cada signo representa o seu diferente, sendo ele um objeto, uma coisa ou um ser determinado. O termo gênero é, na verdade, representação de uma relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria. O gênero

constrói uma relação entre a identidade de outras tantas identidades previamente constituídas como uma classe, como uma relação de pertencer. Assim, o gênero representa não o indivíduo em uma relação, mas uma relação social. Em outras palavras, o indivíduo, por meio de uma classe. A identidade de gênero é aquilo que a gente estava conversando antes – ai vocês podem ver, óh – [...] o gênero feminino, o masculino ou outros. Nessa concepção a gente tenta abrir o binarismo, assim, rasgar ele e ver se a gente consegue acessar. Quem fala muito bem sobre isso é Judith Butler, não sei se vocês conhecem. Se ainda não conhecem procurem conhecer. Ela tem um livro muito bom que para o início do debate ele é interessante, que é Problemas de Gênero. E a partir dai ela vai esmiuçar o debate do gênero que a gente conhece e que por muito vem naquela demanda de que quando a gente pensa em gênero, a gente pensa em feminismo, em mulheres e, no máximo, no debate das travestis. Mas a gente não entende que a gente, que eu falo, somos nós homens, cisgênero, heterossexuais ou não, sobre o nosso papel no debate de gênero. Qual é a nossa função no debate de gênero? A gente precisa mesmo estabelecer, assim como as mulheres estabelecem nos debates de gênero, a necessidade da afirmação da autonomia dos nossos corpos? Será que a gente não pode fazer uma reflexão inversa sobre a autonomia dos nossos corpos em relação à autonomia dos corpos que as mulheres fazem? Porque o debate que nós fazemos é diferente do debate que as mulheres fazem. E tem um motivo para ser diferente: não porque os corpos sejam diferentemente objetos de poder, mas porque a relação que nós estabelecemos com relação ao nosso corpo para essa moral social que paira sobre o consciente coletivo é diferente. Se a gente quiser andar sem camisa na rua não tem nenhum problema. Se a gente quiser andar sem cueca, não vai fazer a menor diferença. Quem dos homens já foi assediado por andar sem cueca? Duvido. Agora, imagina, que [uma mulher] ande sem sutiã e com o peito marcado, eu duvido que qualquer um de vocês já não tenha olhado com olhos, pelo menos, de condenação. Sim? Essa é a concepção da moral e esse é o debate que se coloca sobre a corporeidade. Isso é só um exemplo, porque têm vários debates que são colocados aí. Então, como eu estava falando para vocês, o que a gente trabalha nesse contexto é como que a gente vai estabelecer o debate de gênero e, mais do que isso, o papel sobre os debates de gênero. Que os debates de gênero, sexualidade e corporeidade dizem respeito à nossa conduta e à nossa construção social como entes que somos responsáveis não só pelas nossas vivências como, também, por partilhar aquilo que construímos nas nossas relações com o meio e com as outras pessoas. Ai, tem uma concepção daquele contexto que nós havíamos falado sobre o que é cisgênero e o que é transgênero, né? O termo transgênero refere a um termo guarda-chuva, onde engloba pessoas trans, ou seja, que não são cis, que são inúmeras as classificações. Eu posso depois [...] para vocês pesquisarem e vou deixar à disposição da Sheila, mas tem uma série de outros elementos ai que podem ser colocados. Isso aí é sobre o que a gente estava falando sobre o binarismo de gênero, né? O binário é esse que a gente conhece, o comumente conhecido, mas ele permite outras representações. Também conhecido em inglês como *gender queer*, são aquelas identidades de gênero que não são exclusivamente masculinas nem femininas. Estão, portanto, fora do binário de gênero. A

sexualidade são os conjuntos de sensações, emoções e sentimentos relacionados ao prazer. E ai, também, há um debate, porque quando as pessoas pensam que a gente está falando de sexualidade, mas a gente não está falando sobre o ato sexual, não apenas sobre o ato sexual. Até porque não apenas o ato sexual deriva daquele momento em que a gente, experimentando uma determinada sensação, se aproximada e se relaciona de outro ou outros ou outras pessoas e se relaciona com elas através do toque íntimo genital. Não. Isso é uma modalidade e uma forma de conhecer, vivenciar e experimentar a sexualidade. Uma série de outras tantas existem e são possíveis, viáveis e tão normais quanto, tão naturais quanto. A questão ai, por exemplo, da determinação da OMS sobre o que é a definição da sexualidade, sendo a necessidade básica, um aspecto do ser humano. Então são aspectos da vida que influencia pensamentos, diversas ações e interações, portanto, a saúde física e mental. [...] uma série de informações em que os fatos biológico, social, psicológico, político, cultural, ético, legal, religioso, histórico, espiritual, moral, enfim. Há, portanto, um mar de possibilidades podendo determinado indivíduo viver sua sexualidade das mais diversas maneiras, sem que isso seja determinado por um tipo ou outro, uma conduta ou outra. A orientação sexual, então, entende-se como o desejo afetivo e erótico de cada pessoa. De maneira simplificada, esse desejo pode ter como único e principal objetivo pessoas do sexo oposto na concepção daquela vivência em que o sexo e o gênero sejam binários. São as heterossexualidades. As pessoas do mesmo sexo, também, naquela visão binária da concepção de masculino e feminino. E, de ambos os sexos, as bissexualidades, também uma concepção binária. Existe um outro arranjo que vem junto com a teoria queer que aborda a respeito do que é a orientação sexual a partir da vivência do que está aqui, óh, da sigla. Por quê? Porque essas pessoas têm um debate e uma concepção sobre orientação sexual que transcende o binarismo. Ou seja, elas vão se relacionar naquelas 38 possibilidades de arranjos de orientações sexuais e identidades de gênero diversas. Então, é indeterminado o conjunto de relações que pode se estabelecer nessa gama. Isso daqui é a forma mais resumida que eu consegui conceber para a gente dialogar sobre, tá? É aquilo que eu falei para vocês, de que a gente tira o pano moral e passa a entender como que se concebe cada elemento dessa proposta aqui. Isso daqui é para... Tem uma questão que é a seguinte: essa sigla aqui que eu botei para vocês é a mais completa no quesito de entendimento, de compreensão, sobre o que a gente trabalha a respeito daquilo que está colocado dentro do espectro da diversidade sexual e de gênero. Mas, quando o movimento... A construção política que se dá a respeito dessa compreensão e do empoderamento científico sobre ela, precisa de um determinado tempo que vai num compasso diferente daquilo que a sociedade vivencia [...]. Então, essa daqui é, hoje, a sigla que nós temos padrão. Então, assim, vou escrever um artigo, qual sigla que usa? Usem LGBTI. Pode mudar, pode ter variação e vocês podem ver, se vocês pegarem material para ler, que as diferentes bibliografias vão se referir de diversas formas sobre essa sigla. Não há erro e não há problema. O que existe é uma complementariedade, porque vão sendo fracionadas informações, porque vão sendo criados grupos diferentes para que se possa abarcar e incluir essas pessoas dentro desse debate

da diversidade sexual e de gênero. Isso daqui é uma seleção daquilo que eu havia falado para vocês a respeito do que a gente percorre e do que que é formada a esquina, o chão, a parede, a luz do poste, daquelas mulheres, daqueles homens, que estão todos os dias na esquina da Silva Paes com aquelas ruas ali adiante do Fórum. Essas pessoas que muitas vezes são alvo do deboche, da risadinha, da condenação moral, objetivamente ou não, elas fazem parte de um conjunto de lutas e conquistas da sociedade que são invisibilizadas. Por quê? Porque ninguém vê, ninguém reconhece. Eu conheço uma infinidade de LGBTs, de gays, lésbicas, travestis, transsexuais, que não sabem o seu lugar de fala na história. Que não conhecem da onde surgiu e por que é importante que a identidade de gênero e o debate sobre as orientações sociais esteja colocado na sociedade e tem a evidência a partir da nossa atuação. Porque, se nós atuarmos de forma incisiva sobre a heteronormatividade e sobre a concepção binária de gênero, nós estaremos promovendo avanços. Fora disso, é apenas atuação performática, tá? Então, o que a gente tem aqui: isso aqui é O Lampião, tá? Que eu falei para vocês sobre as publicações que não eram reconhecidas no Brasil. Esse aqui foi um dos primeiros jornais a surgir na imprensa não-legalizada durante a ditadura militar. Ele era distribuído pelas travestis, pelo pessoal que circulada no Rio de Janeiro, na boemia. Porque essas pessoas que não tinham tempo ou que não podiam se reunir com outros atores da sociedade – artistas, estudantes, e tal – arranjaram um jeito de produzir o seu próprio discurso e levantar a sua própria militância contra a repressão de estado e contra a ditadura e a censura. E ai, foram vários os enfrentamentos. Isso aqui eu não preciso dizer para vocês onde é, né? Todo mundo sabe o que é? Advinham pelo triângulo rosa?

- Aluna A: Campo de concentração?

- Palestrante: Milhares, milhares, de pessoas, socialmente reconhecidas como homossexuais foram assassinas em campos de concentração em função disso. Essa daqui é a mágica, para quem não conhece, tem um fabuloso documentário no YouTube, recomendo que busquem ele também, que é da Marsha Johnson. Ela foi a primeira pessoa a organizar e construir uma parada gay no mundo: Stonewall, já ouviram falar? Não? No dia 28 de junho é proclamado o dia internacional do orgulho gay, por quê? Graças a uma chacina que aconteceu nos Estados Unidos no bar onde era permitido que casais homossexuais tivessem, livremente, a sua afetividade respeitada. Lá, uma invasão de policiais matou uma centena de pessoas, só por causa disso. E, então, foram organizados movimentos de resistência em todo o mundo, até que a gente chegasse nos dias de hoje e pudesse, por exemplo, protagonizar conquistas como a carteira de identidade com nome social. E isso não é nada, nós estamos avançando ainda mais e queremos avançar mais. No STF está sendo julgada a equiparação do crime da LGBTfobia com o racismo. Nós queremos avançar. Isso é importante. Isso aqui são algumas referências, se vocês quiserem eu posso encaminhar para vocês, de alguns dados de onde a gente coletou essas informações. Se tiverem dúvidas, muito obrigado.

- Professora: Bom, pessoal, assim: para quem chegou após quando eu já tinha apresentado o Luciano Lobato, eu chamei ele para ele poder falar com vocês sobre as temáticas que ele estava falando aqui.

-Palestrante: Eu saí direto da base da [...] para vir direto aqui, por isso estou até com o uniforme ainda.

-Professora: É, então a ideia é que vocês possam perguntar, trocar ideias, certo? Tá liberado para isso. Eu estou aqui só de suporte, porque esse tema ele domina muito bem e eu não vou [...] uma palavra... Que silêncio...

- Aluna B: O que é a letra A, na sigla?

- Palestrante: Assexuais. São as pessoas que se relacionam afetivamente, mas que não estabelecem contato sexual na mesma perspectiva que tradicionalmente se coloca como o ato sexual propriamente dito, o coito. Então, são... Vivenciam sua sexualidade normalmente, mas não pelos meios convencionais digamos assim, né? Do que é a prática do ato sexual. Mas essa sigla muda bastante. Como eu falei para vocês: quando eu tinha 17 anos e me assumi... Me assumi não, né? Me identifiquei como gay, demorou um pouquinho, a sigla estava passando de isso daqui [GLS] para isso [LGBT][23]. Ai, depois dessas, as companheiras lésbicas reivindicaram, com razão e por justiça, que isso aqui fosse invertido, para que tivessem visibilidade, porque, para que todos saibam – e esse debate a gente já teve, né Sheila? – o movimento LGBT ele tem uma característica que é, ainda, muito difícil de lidar e que incomoda. Incomoda porque quanto mais a gente lê e estuda, mais a gente compreende a necessidade do local de fala ela se torna cada vez mais uma constante. E quando a gente faz uma mudança dessas, que em tese é simbólica, ela precisa se referenciar na prática. O movimento LGBT, ele ainda é muito G G G. O que isso significa: que são muitos gays ocupando espaço de fala e de projeção para que a gente consiga... Para que encampem os movimentos, para que considerem espaços. E a gente precisa garantir que as companheiras lésbicas, sejam elas cis ou não, estejam à frente desses espaços também. Isso é uma luta muito delicada porque a gente não têm o direito de trazer para cá. A gente também não pode ficar ocupando apenas, mas sair daqui também não dá. Então, é um debate delicado isso. Mas tem muito de machismo, ainda, estruturado dentro do movimento LGBT. Tem muito de racismo dentro do movimento LGBT. Tem muito debate sobre discriminação de classe dentro do movimento LGBT. Então, por exemplo, tem uma expressão que eu tenho certeza que vocês já ouviram falar: poc. Nas redes sociais todo mundo fala. Sabe da onde surgiu isso? É um problema, porque hoje as pocs, com assim são chamadas, são aquelas pessoas que são alegres, extrovertidas, que a galera acha show. Não era bem assim. Há algum tempo atrás a definição de poc era da bicha pobre e favelada, que chegava na boate com a roupa rasgada e que não tinha grana para ir em todas as festas. Era essa a tal da bicha poc. Né? Era a típica "pão com ovo". Nessa concepção é que a gente entende que, nesses debates que são colocados, o quão

[23] Estas foram as sigas escritas pelo palestrante no quadro.

sutis eles são e o quão agressivos, nas suas sutilezas, eles podem ser. Porque toda vez que a gente diz – isso a gente ouve direto, alias, nos discursos do governo federal hoje a gente ouve muito mais que as universidades estão cheias de gays, lésbicas, travestis e não sei o que, parará parará – de fato, de fato então. Estamos aqui em bastante número, é verdade, só que a gente tá aqui para entender que, embora se de um lado nós estabelecemos essa relação e conseguimos romper o véu da invisibilidade para conseguir chegar aqui, nós também estabelecemos com o outro lado da balança social uma relação de privilégio. E por que eu digo isso: eu tenho 31 anos, sou um jovem gay, de classe média, casado, numa relação poliamorosa constituída com meu parceiro. Eu posso escolher. Eu posso escolher está aqui ou não estar. Eu posso escolher me formar, se não formar não preciso. Agora, quantos jovens, gays, na periferia, ainda hoje, nesse momento, estão, talvez, procurando emprego ou tomando um banho e levantando agora da cama para ir caminhar na esquina de casa gente, se prostituindo na [rua] Roberto Socooswki, aqui atrás onde todo mundo passa para chegar na FURG. É disso que a gente está falando. Nesse contexto social o processo de exclusão ele não está lá longe. Não é lá no Bolsonaro que está o processo de exclusão. O processo de exclusão está aqui e se a gente não fizer o debate de classes aqui dentro e se a gente não fizer um debate ético aqui dentro, a gente não vai promover emancipação social. Fora disso a gente não tem referência social para trabalhar. Ou vocês acham – todo mundo aqui fez Direito, né? – que o papel do Sage é atender a meia dúzia de gente que atende lá? Ou vocês acham que o papel da extensão universitária é de fato cumprindo atendendo meia dúzia de pessoas que atende? Muitas vezes indicado por um ou outro. Gente que, às vezes, nem precisa, mas que está lá. É disso que a gente está falando. O debate de classe precisa estar dentro, mas não porque é bonito, precisa estar dentro porque ele precisa estar inserido no contexto que a gente está falando e isso passa pela consciência, não só de onde a gente está mas de quem a gente é e com quem a gente vai trabalhar. Hoje eu me dispus a estar aqui pela segunda vez, no segundo ano consecutivo, não porque eu sou um ótimo aluno ou porque eu gosto muito da Sheila, embora eu goste muito da Sheila e ache que eu seja um ótimo aluno. Mas porque eu acho que a gente precisa ter referência social no trabalho que a gente faz. Não faz sentido para mim botar um diploma e ser bacharel em direito ou ser um advogado amanhã ou ser representante do Ministério Público, qualquer carreira, não interessa, e não ter referência social no meu trabalho. A minha graduação foi paga por gente que nem pensa em pisar aqui. Gente que nem sabe como que funciona isso daqui. E essas pessoas, com a reforma da previdência e com outras medidas vão morrer de fome. Na merda. Sem nem conhecer esse espaço. Então, se a gente não fizer essa diferença e esse resgate – a ideia não é resgatar todo mundo, ninguém aqui tem a função de ser o salvador da pátria, a salvadora da pátria, a nossa função é garantir que nós olhemos para quem a gente é na essência, olhamos para quem aquelas pessoas são e para que forma elas estão vivendo, para [entendermos] de que forma o nosso conhecimento precisa servir para ajudar a mudar a vida delas. Fora disso, não faz sentido nenhum desses bancos aqui. Nós custamos milhões aos cofres públicos todos os dias, a que preço? Sem referência social não faz sentido estar

aqui. Então, é por isso, entendeu? Acho que a gente precisa pensar, acho que é um momento de muito... Esses dias eu estava lendo sobre as greves, paralisações e etc. Eu entrei na FURG em 2006, na minha primeira graduação. E lá eu me envolvi no movimento estudantil até 2012, 2013, fui do DCE e tudo. E acho que esse processo de construção da política do movimento estudantil, por exemplo, ele ocorre dentro de uma bolha que não estoura. Porque é muito fácil a gente fazer o debate da defesa do transporte público sem a gente usar o ônibus que o trabalhador usa. É muito fácil a gente falar o debate da classe trabalhadora sem nunca ter precisado largar currículos. É muito fácil a gente falar em nome dos pobres e oprimidos, se a gente desse todos os dias sobre o assalto para voltar para casa. Sem pisar no barro, sem pular valeta, sem ser usuário do SUS, etc. Então, nesse contexto, - não que a gente tenha que fazer voto de miséria por causa disso – a gente precisa ter consciência do local de fala de onde a gente está. Porque eu, na condição que sou, sendo gay assumidamente, vindo aqui na condição de estudante de Direito concluindo a minha graduação, preciso dar para a sociedade alguma contribuição, nem que seja conversando com vocês sobre o que que é isso. E essa aula que estou dando para vocês eu já dei em três escolas das redes públicas do Estado a convite de professores que queria discutir o tema e não sabiam como. Gente que não recebe o salário em dia, que conta com turmas totalmente desestruturadas, com famílias em situação de colapso econômico e financeiro, gente que vai para o colégio porque está com fome e não tem material para estudar, mas que precisa, em alguma momento e em alguma forma, entender o que está acontecendo consigo e com o grupo onde está inserido para se identificar. Teve duas meninas que já relataram o caso de violência doméstica em função do fato de dizerem aos seus pais que eram lésbicas, numa situação agora como esta. Claro que não é a mesma abordagem, a mesma linguagem da gente, porque são jovens adolescentes. Mas já aconteceu. E ai, fazer o quê? Sai de lá e eu não posso fazer nada. No máximo o que posso fazer é entrar em contato com o conselho tutelar e pedir para monitorar. Mas a gente sabe como é que funciona o Estado. Então eu acho que é isso, entendeu? Esse debate ele tem uma bagagem ideológica muito importante, mas, mais do que o teórico, porque é fácil a gente [...] livro, né? A gente acessa o livro, a gente engole o livro, ai gente digere aquilo tudo, a gente escreve artigo, artigo, artigo, artigo e acabou. Não é isso. Não é o Lattes que faz a diferença, faz a diferença a nossa prática social e ai se a gente não tiver uma prática social, de fato, efetiva, não vai fazer diferença nenhuma. Pode ter o título que quiser.

-Professora: É importante, dentro da tua fala, esclarecer o seguinte: eu sempre gosto de deixar muito claro [...] que fale quem é. Vocês entendem? Porque o que ele sabe teoricamente eu também sei, várias indicações eu vejo de livros e ele sabe disso. Só que eu sou cis hétera. Isso, eu disse, nos debates que eu quero que vocês façam, se identifica com a questão negra quem passa por isso dai. Não significa que eu não possa fazer o uso do que eu já sei, mas é muito importante a pessoa que se identifica falar. Ela fala dentro de um outro lugar. A mim sempre coube e sempre caberá levar o discurso, mas é muito melhor que uma pessoa que vivencia o que está dizendo, fale. E vejam bem: o discurso dele

disse que olhou e revisou antigos preconceitos que tinha. Há uns anos atrás me lembro de um colega de vocês que disse que era bissexual e que queria mudar para matemática. Porque ela, como bissexual, se sentia, dentro desse movimento, afetada. E também afetada por héteros e homossexuais. E tem gente que diz que não aceita, que a pessoa tem que se definir, se é uma coisa ou outra. Eu quero tratar disso. Entender quem vivencia acabe falando das suas experiências também. Mais fundamental que isso: o Lobato disse qual a função que cabe a vocês, aqui, agora, na saída da instituição, né? O legado que se tem e só se tem isso dentro de uma universidade pública, é transformar a nossa fala em legado. Da mesma forma que vocês, eu tive um banco, sai de um banco, voltei a lecionar. Esse é o meu lugar. Eu posso fazer o que está dentro da docência. Algumas vezes eu [...] também, isso também cabe, e tentar auxiliar quem me pede auxílio, tá? Mais alguma pergunta? Quem queira perguntar o que é o P? Todo mundo sabe o que que é? O que que é o I?

Aluno C: Dentro desse, dessa luta e tal, tem um dialeto gay que é o pajubá, né? Ai eu não sei se pode isso nesse assunto, mas eu gostaria de saber se isso tende a expandir, isso tende a ficar como se fosse tipo uma defesa, assim, de dialogar entre gays sem nenhum tipo de repressão ou se isso tende a ser disseminado ou a ficar dentro da comunidade? Porque tem muita gente que não conhece, tanto pessoas gays também não conhecem. Foi há uns... Porque eu fiquei sabendo há uns três anos atrás, mais ou menos, e até ano passado veio na questão do Enem e tal. Eu queria saber se isso tende a se expandir ou a ficar, realmente, no meio desses movimentos?

Palestrante: Foi bom tu trazer isso. Vocês lembram o que que eu coloquei, eu poderei que esse debate aqui, quando a gente tira o véu da moral a gente deslumbra, aqui, três pontos importantes que vão também ter recortes posteriores em outros debates. O pajubá é uma língua irmã, não um dialeto, oriunda da Africa, do Yorubá. E por que ele foi trazido para cá? Por que que ele é utilizado como o meio de comunicação? Sabe quando ele surgiu no Brasil? Registro históricos datam que o início da utilização desses dialetos acontece em meados da década de 60 durante o processo da repressão da ditadura militar. Porque as travestis que eram identificadas e que se restituíam nas ruas das grandes cidades precisavam arranjar um meio de se comunicar entre si sem serem flagradas ou ouvidas pelos militares. Então, quando elas “aquendavam o laribam”, ninguém sabe o que é, né? É quando elas enxergavam um policial e elas avisavam uma a outra. E uma ia avisando a outra, como uma rede, como em comunidade. O que eu posso dizer é o seguinte: nesse processo de construção... Para tu ver que esse elemento ele tem o resgate histórico enorme e a gente não tem domínio disso. O pajubá ele foi trazido como um meio de sobrevivência, porque sim, né? Elas precisavam se comunicar de uma forma que não fossem compreendidas adequadamente por aqueles que estavam lá reprimindo. À exceção de alguns poucos que tinha algum contato com a cultura Yorubana, ou seja, que eram africanistas, em sua maioria eram negros e periféricos, ou seja, não era aquele povo que estava na repressão, no fronte da repressão, não saberia localizar, não saberiam situar aquele discurso. Então, nesse contexto, o pajubá serviu como forma de resistência. E por que que ele se manteve? Ele se manteve porque até

o início da década de 90 o câncer gay era a aids que matava milhares e matou milhares, mas não só de gays, milhares de pessoas que se relacionavam sexualmente com as outras sem nenhum tipo de preservativo. Mas tinha que dizer que era o câncer gay. Nesse contexto, quando, nos anos 2000, a pirâmide inverte e a população hoje que é mais afetada pela contaminação de HIV e sífilis é a de mulheres, heterossexuais, casadas com outros homens heterossexuais, que mantém relações sexuais com pessoas fora dos seus relacionamentos, ou seja, os cidadãos de bens e a família do comercial de margarina que sai e continua comendo fora, mas que, né? Deus o livre aparecer um negócio desses. Hoje, é essa turma aqui que são os maiores vetores daquilo que um dia era um câncer por causa da nossa sexualidade. Nesse conjunto de coisas, o pajubá é o que? Além de ter sido ferramenta de resistência, ele também é um dos elementos constitutivos da nossa identidade. E por que que ele precisa ser utilizada, por exemplo, no Enem? Não porque todo mundo precisa conhecer. Até porque essa não foi nem a questão no Enem. Isso foi trazido, foi utilizado, mas não prejudicada a compreensão da questão se não conhecesse. Mas, por incrível que pareça, está lá como uma forma de visibilidade. Se ninguém falasse que as mulheres podiam votar, as mulheres não votariam. Não faz um século que isso aconteceu. Elas eram obrigadas a usar saias e não podiam usar calça. Podiam frequentar determinados lugares e outros não. Se quisesse sair tinha que pedir autorização dos maridos. Se ninguém dissesse e se ninguém popularizasse que os negros e as negras eram tão capazes quantos os não negros e não negras, a escravidão permaneceria vigente como se fosse a coisa mais natural do mundo. Então, nessa medida, aquilo que a gente não descontrói e não identifica e não dá visibilidade para que seja enxergado, nunca vai ser descontruído. Se a gente não trouxer o pajubá para dentro do Enem, vai continuar sendo "a língua das travestis" para bater carteira nas calçadas das grandes cidades nas madrugadas. Então, a gente precisa trazer o pajubá para cá. Ele precisa estar no [...] das pessoas, não porque elas precisam dominar e conhecer como se uma outra língua fosse, até porque as expressões já mudaram e o que existe hoje é só um resquício muito pueril daquilo que já foi de fato, não é uma língua. Agora, o que precisa estar ali e o que fez ali dentro era ganhar a visibilidade necessária de um debate que a sociedade simplesmente ignora.

- Aluno C: É para saberem que isso teve que existir, no caso?

- Palestrante: Exatamente. Para mim, essa é a minha avaliação.

- Professora: Para dar visibilidade. Vou fazer uma pergunta: quem é que conhece uma pessoa ruiva, levanta a mão. Realmente ruiva. Um, dois, três, quatro... Quase toda aula conhece uma pessoa ruiva. São muitos na população ou nem tanto? A gente consegue ver né? E consegue ver quem é ruivo de verdade. A população mundial de pessoas intersex é exatamente a mesma [quantidade] da população de pessoas ruivas. Por que que eu fiz a pergunta: exatamente, todos nós conhecemos ou temos alguém perto de nós que é intersex. Já pensaram nisso? Tão próximo quanto um ruivo ou uma ruiva.

- Palestrante: E o que é intersex, vocês sabem? Não? Alguém sabe o que é alguém hermafrodita? É o intersex! Sim, é a nomenclatura. Agora, o que eu vou dizer para vocês: existe uma coisa que é assim, a pessoa nasce intersex, ai ela tem... Supondo, tá? Vamos partir da questão biológica. Ela tem biologicamente tanto características masculina quanto femininas na definição da sua genitália. Características que são internas e que também são externas. Ai...

- Professora: E que são... Só um pouquinho. E que não são qualquer imaginação daquilo que a gente imagina que pode ser um intersex. Como eram retratados, por exemplo, nas estátuas greco-romanas e depois a igreja como retrata os hermafroditas. Não é aquela genitália padrão. A gente pode supor que o intersex tem todos os tipos de genitália possíveis. Porque, seres humanos, somos diversos e plurais.

- Palestrante. Ai, nessa concepção aqui, nasce assim, ok? Ai, essa criança que nasce assim, passa por uma avaliação clínica, como se estivesse doente. Ela não é saudável? Não há nada de errado com ela! É apenas uma configuração. Ai, ela passa por uma análise, de uma banca de médicos e os médicos decidem cortar: "vamos abrir e a gente tira isso daqui e deixa espacinho para isso daqui". Faz de conta que nunca aconteceu. Ai...

- Professora: Essa pessoa que nasceu passa a ter o nome de Ana ou Maria.

- Palestrante: Isso. E ai, a Ana cresce e começa a ter a suas vivências, as suas descobertas, o seu processo hormonal e nesse contexto a Ana, que até então não sabia da sua condição de intersex, passa a saber e ai a Ana diz "buenas, quem é que escolheu isso?". Artigo quinto da constituição federal: a dignidade da pessoa foi preservada? Ela teve o direito de escolher? E o próprio corpo? De quem é esse corpo? É isso. Esse é o problema de uma visão...

- Professora: Binária.

- Palestrante: Biogenista, né? Por que que eu não posso doar sangue? Por que que eu não posso? Por caracteres biológicos? Hepatites? Eu não posso, beleza, mas agora se eu não tivesse hepatite?

- Professora: Por que é gay.

- Palestrante: Por que eu sou gay. Ai eu respondo lá o questionário e eu tenho o que eles chamam de "relações de risco". Vejam vocês, o que é relações de risco? Eu dou um doce para quem adivinhar, não, mentira, não trouxe doce nenhum. Mas o que são relações de risco? Vamos lá?

- Aluna D: São as que tem mais chances de transmissão de doenças?

Palestrante: Por quê?

- Aluna D: Porque não usa preservativo.

- Palestrante: Por que não usa preservativo? E isso é uma relação de risco? Mas tem mais que isso. Não usa preservativo para...?

- Aluno E: Eu estava lendo sobre isso. Dizem que a relação [sexual] anal é de risco porque o ânus ele absorve muito mais as doenças e tem muito mais risco do que a vagina. Seria uma explicação biológica, no caso.

- Palestrante: Agora, assim, é porque eu faço sexo anal? Beleza, tudo bem. Agora eu te pergunto: existe casal hétero que não faça sexo anal?

- Aluno E: O problema está ai. Por tu ser gay tu não pode doar. A questão é que se tu faz sexo anal, seja hétero ou não, tu não pode doar.

- Palestrante: A relação anal necessariamente implica em risco? E por quê?

- Aluno E: Pelo fato de absorver mais.

- Palestrante: Mas se eu uso camisinha. E se eu usar camisinha numa relação anal e se eu não usar camisinha numa relação vaginal, é tão risco quanto. Alias, é mais risco. E sabe por que por de trás disso existe um outro padrão? Vou explicar. O modo de produção capitalista, desde o século XVIII, precisa estruturar as relações naquilo que Marx vai chamar de a produção do exército de reserva. O que isso significa? Significa que a prole precisa aumentar, porque precisa...

- Professora: Isso é parte da minha aula.

- Palestrante: Perdão, perdão...

- Professora: Não, eu tô brincando.

- Palestrante: Posso? Porque as famílias precisam se reproduzir. Então, para que tu precisa reproduzir? Porque a heteronormatividade, o padrão heteronormativo, o macho e a fêmea, eles vão copular e eles vão se reproduzir e quando eles reproduzem é mais gente para trabalhar. E quanto mais gente disponível para trabalhar mais barata é a mão de obra porque as mãos de obra tem números determinados de pessoas. Então, esse sexo naturalizado entre o homem e a mulher, que inclui um pênis e uma vagina, também é, para além dos aspectos biológicos e que foram surgindo depois e que são plenamente contestáveis, um elemento de...? Um elemento de...?

- Professora: Poder.

Aluno F: Controle.

- Palestrante. Pooooder. Ai a gente chegou em...? Foucault. Por quê? Porque a gente precisa manter a normalidade do processo para garantir que, com a normalidade do processo, o que for excedente fica de fora. Por isso que homens... Na verdade, por isso que pessoas gays são um grupo de risco. Na verdade não são um grupo de risco, eles só ameaçam a normatividade que garante que a prole continue crescendo. E com a prole cada vez maior, maior o exército de reserva. Para o Paulo Guedes dizer que se a reforma trabalhista passar, não precisa ter direitos trabalhista, que é o mercado que vai determinar o valor da hora trabalho. É por isso. No final das contas, eu não posso doar sangue porque, além de ter hepatite, eu sou viado. “Ah, é relação de risco”. Olha, eu uso preservativo sempre. Conheço uma patada, mas assim óh, quilos, se eu chutar na moita cai dez, de

cidadãos do bem, heterossexuais, que duas ou três vezes na semana frequentam a quadra ali de perto de onde eu moro. Eu moro ali perto da Silva Paes, do Fórum. Frequentam ali todos os dias, de carrão, põem droga, parará parará... Mas nas três da tarde, cruzando no Fórum, eles entram na audiência como se fossem Os Senhores de Família. É isso.

- Professora: E com o detalhe que eu já falei lá em Direitos Humanos, para quem teve aula no ano passado comigo de manhã, que a ciência, assim como o direito, é uma reprodutora dos padrões. Ela não está fora. Quando as pessoas saem do padrão estabelecido, ela nos regula, nos diz qual o anticoncepcional a gente vai usar, qual o remédio, qual o preservativo, e assim por diante. Está nos dizendo também qual é o sexo que devemos estar fazendo. Não dá para esquecer isso. Se é mais ou não, eu tenho as minhas profundas dúvidas. Porque atrás de quem fez a sentença, tem um julgamento. Sempre tem um julgamento e costuma ser um julgamento de uma pessoa branca, proprietária e "supostamente" heterossexual. Porque, na verdade, quando existe uma doação de sangue o que a gente pode responder é aquilo [o questionário], mas aquilo é verdadeiro? O que que tem que fazer quem vai retirar sangue por exemplo? Fazer o controle daquilo. Drogas, por exemplo, e outras tantas doenças que a gente nem sabe que tem. Agora, só volta aqui o caso do intersex que é um caso bastante bacana. Várias famílias, pais e mães, de intersex, de crianças têm feito um debate nacional sobre isso, porque o que que acontece: a ciência e os médicos vão dizer se é menino ou menina, vão castrar ou reformular os órgãos e algumas pessoas passam a ser meninos - um filme belíssimo da Argentina que vi há muito tempo trata exatamente desse assunto – e daqui a pouco começa a nascer seio e a criatura tem um pênis. Como isso? Justamente por essas coisas que, atualmente, as sociedades fazem esse debate. É bastante interessante esse debate. Tanto que alguns intersex do mundo inteiro mostram suas genitálias e falam delas para dizer "eu sou assim, eu não tenho interesse nenhum de mudar minha genitália ou posso até ter", mas, ai, tem que esperar essa criança tomar a sua decisão interna. Porque, qual o grande problema da espera – que também tem que ser dito: o registro civil. O que que vai ir ali? Nós colocamos meninos ou meninas. Precisamos de um nome. Então, ai está o Direito nos heteronormatizando. Tá?

- Aluna G: Agora, sobre a questão da doação de sangue, eu não sou da área da saúde, mas imagino que seria inviável, impossível, inconcebível, não fazerem o exame. Então eu poderia ser portadora de aids, né? Do vírus HIV. Estou, no momento, em um relacionamento hétero, chegaria lá e doaria sangue. E ai, por eu não ter dito que estou num relacionamento gay eles vão dar meu sangue para várias pessoas sem fazerem um único exame de doenças?

- Palestrante: Não, existe, existem. Eles fazem os exames.

- Professora: O exame ele é feito naturalmente, o problema é que trazer esse tema à tona ali é desnecessário.

- Palestrante: Eu olho o próprio... Então, para ser aceito eu teria que mentir. Se eu não tenho relação sexual anal com pessoas do mesmo sexo no último ano, eu posso.

- Aluno H: Professora, eu acho que alunos que também tiveram relação sexual com mais de um parceiro, independente se for hétero ou homo, com parceiros diferentes, é considerado de risco. Mais de um é considerado relação sexual de risco. A zona de risco, no caso, não se aplica só aos homossexuais, [mas também] às pessoas que, no caso...

- Palestrante: Não, não. Assim: o questionário, ele é feito para todo mundo. Quando o questionário passa a ser adotado? Ele foi adotado a partir da década de 90 porque, até lá, todas as pessoas que faziam transfusão de sangue não eram testadas e muita gente foi contaminada, por exemplo, pelo vírus da hepatite e outras gamas de outras possibilidades de contaminação sanguínea.

- Professora: Hepatite também mata, pessoal...

- Palestrante: É. Dai, se elaborou o questionário e na elaboração desse questionário, que é redigido por uma portaria, uma instrução normativa do Ministério da Saúde, é que este questionário é vigente. Só que a aplicação desse questionário, ela tem... Ao passo que ela atende determinadas prerrogativas cientificas, ela também tem um viés...

- Professora: Moral.

- Palestrante: Moral. E é isso que a gente discute. O processo não é... Existe um processo de seleção e ele é necessário? Sim, ele é necessário. É preciso que haja um filtro para que tu possa saber o histórico, a vida pregressa de quem está doando sangue, isso é óbvio. Agora, tu precisa ter o mesmo critério para julgar qualquer cidadão e qualquer cidadã. Tu não pode, simplesmente, determinar que pelo fato do conjunto das relações sexuais e afetivas que eu não tenho o meu sangue seja menos capaz de ajudar a salvar uma vida do que o teu. Não faz sentido, entendeu? E é isso... O debate é exatamente esse porque o que que julga uma pessoa... O que eu falei: uma pessoa promíscua, que transa com dez pessoas por final de semana e ela sempre usa preservativo e se protege de todas as formas. Ela oferece mais risco do que uma pessoa que tem um único parceiro e transa com essa pessoa sem preservativo todos os dias? Ela oferece mais risco?

- Aluno I: Só assim... Pelo questionário, se ela transa com dez pessoas e ela usa preservativo, seria aceitável.

- Palestrante: O questionário não te pergunta se tu usa preservativo com todas as pessoas.

- Aluno I: Não, o questionário pergunta se tu tem relação sexual sem preservativo. Se tu diz "óh, eu transei com mais de vinte pessoas, mas com preservativo"...

- Professora: Duvido que a pessoa seja aceita, depois. Pode até doar, mas duvido que depois seja aceito o sangue. Até porque quem colhe, quem atende, quem leva [o sangue] tem julgamento moral. Sejam algumas [pessoas] sim, outras não. Eu já vi alguns [...] fazendo uma pesquisa e o julgamento acontece ali na sala. Efetivamente, se é um julgamento moral, é melhor algumas prostitutas doarem do que uma mulher casada, supostamente casada com um cidadão de bem, que faz o que faz.... Pessoal, assim, está maravilhoso o debate, tá? Mas eu estou preocupada da hora e como alguns chegaram depois eu ainda tenho que fazer a

chamada e esclarecer algumas coisas para quem chegou um pouco depois. Daqui uns dias começa o período especial de provas de vocês, tá? Eu não vou fazer prova, nós vamos fazer trabalhos. Parte desses trabalhos serão semana que vem, [...] do que já foi falado na última aula, inclusive de hoje e depois lá no dia cinco. Então nós vamos fazer trabalhos no dia vinte nove e cinco. Então, para poder dar nota e para ser legal vai ter que ser um trabalho realmente bem feito. Tá? Não é em cima de "achologia". Vou usar o mesmo método lá de Direitos Humanos: vocês vão escolher um ou dois colegas para falar e, ai, os outros, depois e em um momento de debates – se der tempo de fazer -... Vocês precisam estruturar e fazer um bom trabalho. Ai, vocês vão ter que se dividir. Como? Eu não sei. Vou sair agora e vocês vão ficar aqui em sala de aula e vocês vão achar os grupos de vocês, provavelmente vai ser dos anos que vocês pertençam e vocês vão se juntar, tá? E nós vamos tratar duas temáticas: para a semana que vem, dia vinte e nove, pornografia e exploração sexual, então, quem já pensou nisso se dedique a falar sobre essas temáticas. Tem material lá no Moodle sobre isso. E falem, inclusive, usando a interseccionalidade [...] inclusive da aula da exposição do Luciano. Nós vamos, em todos os debates, pensar classes. Nós vamos, em todos os debates, pensar gênero. Nós vamos, em todos os debates, pensar raça. E nós vamos, em todos os debates, pensar sexismo. Certo? Ai, tem três temas para várias coisas. Procurem se informar e fazer um bom trabalho, afinal de contas ele vai valer pelos dois bimestres. Grupos de cinco, seis, não muito, para não ficar muito confuso. Parte da aula será para falar sobre pornografia e exploração sexual. Exploração sexual não é só de crianças, mas é de crianças, de adultos, de meninos, de meninas, tá? E o outro tema é assédio moral e sexual. Com este tema – desculpa eu repetir de novo para quem já estava aqui – nós vamos tratar de entender conceitos, mas, sobretudo, a questão da universidade. Assédio moral e sexual que acontece nas relações de trabalho, nas relações sociais e nas relações educacionais, certo? E isso é, quem quiser pense, sim para gerarmos um Código de Conduta para ser proposto para a Fadir. Como vocês e o que vocês vão se tratar e como docentes vão se tratar com vocês. Certo? O escrito de vocês entregue em cinco páginas com o nome de todo mundo do grupo e a matrícula. Cinco páginas, para mim. Vocês vão entregar para mim. Para vocês, vocês podem ter outro tipo de abordagem e para mim pode ficar um resumão, um grande resumo, um resumo expandido, e para vocês podem fazer outras coisas: uma apresentação com parte de um documentário, por exemplo, vocês podem pegar uma fala de um filme.

- Aluna J: Pode falar só sobre pornografia ou só sobre exploração sexual?

- Professora: Pode, eu só botei aqui que seriam temas para o mesmo dia, mas pode escolher só um. Para semana que vem, são esses dois.

Aluna K: A entrega das cinco páginas, para quem escolher pornografia...

Professora: Vocês podem me entregar tudo no último dia, não tem problema, tá? Dia cinco. Vai ser nosso último encontro. Mas vocês vão ter que se organizar, quem é que vai falar. Tem uns que gostam mais de pesquisar, outros que gostam mais de falar... Vocês precisam de dados, dados que se tem e que se encontra na internet,

desse problema do Brasil, fora do Brasil, na América Latina, no mundo, seja lá o que for. A mesma coisa do assédio moral e sexual como um todo e, também, na universidade. Esse debate só começou aqui no Brasil nos anos 90. No tribunal regional do trabalho da 4ª região, tem uma revista do TRT dedicada a assédio. E esse debate só começou no TST quando eu na Europa e mandei um artigo falando sobre o primeiro assédio moral julgado no mundo numa relação de trabalho. Tá? O primeiro caso levado ao Poder Judicial foi levado nos Estados Unidos e é, inclusive, tratado em filme. E eu aprovei que estava no Reino Unido e pesquisei, escrevi um artigo e o editar da revista me disse "gostei, me manda outro". O outro entrou para uma revista falando sobre assédio moral e sexual nas relações de trabalho e ai eu trato de um assédio no trabalho entre pessoas do mesmo sexo entre dois homens, que foi na Espanha o primeiro caso a ser julgado. Uma coisa bem didática, bem pequena, que assim era para ser. Pode servir de base. A partir disso eu vou colocar um livro, no Moodle, que tem dois artigos meus sobre pornografia no qual nós falamos das manifestações feitas na FURG e na Universidade Federal de Santa Catarina de alunos e alunas que estão insatisfeitos com algumas frases ditas em sala de aula. Vocês também podem ler e ai também entra a questão do código de conduta: o que pode ser dito e o que não pode ser dito, com base no que colegas de vocês fizeram alguns semestres atrás. Ainda tem mais coisas no Moodle que vocês podem procurar e, também, procurem. É um bom tema. Espero tirar desta aula do dia cinco... Quem sabe a gente faz uma comissãozinha, para levar o debate? Então a gente começa a pensar um documento e que ações seriam [...] sobre assédio moral e sexual dentro da Fadir? Espero que este ano a gente tenha um bom momento, boas discussões e que seja modelo dentro da FURG para que isso seja tratado em toda universidade. Tá certo? Quem estiver disposto a isso, faça isso. Eu vou sair para deixar vocês à vontade. Nos encontramos na próxima semana.

AULA DO DIA 29/05/2019

- Professora: Pessoal, começando então. [...] Vamos começando... [...] Pessoal, eu vou fazer o seguinte para vocês não se sentirem ofendidos: quando eles forem passar imagens eu vou avisar para, quem quiser, fechar os olhos, baixar a cabeça e não olhar. Certo? [...] Pessoal, como é que eu vou fazer com as notas de vocês: as notas de vocês... É que tem gente de tudo que é turma, né? Os que estão comigo em Direitos Humanos é mais fácil, tá? Mas vocês poderiam pegar os que estão fora, os que não são dessas turmas de Direitos Humanos, vocês podiam pegar, entre vocês, e me passar. Eu vou deixar aberto o sistema até agosto, tá? Só não façam igual ao colega de vocês que não viu e, agora esse ano, eu tive que mudar o sistema e apareceram todas as notas. Foi justo nessa época, então foi corrido, certo? Então, eu não quero ter esse problema. [...] Assim, eu vou fazer o seguinte: vocês vão me trazer... Lembra daquilo que a gente combinou. Até a aula que vem vocês trazem os trabalhos. Caso alguém não consiga, vocês me mandem até o final do mês de junho, por favor. O que eu quero dizer com isso: o resuminho do trabalho de vocês com a matrícula e o nome de vocês, tá? Por favor, coloca o nome e a matrícula, que são os requisitos, para eu, depois, não

dar nota errada. É isso que vocês têm que fazer. Vocês me mandem por e-mail e quem quiser entregar em sala de aula pode entregar. Eu vou colocar as notas de vocês no sistema e vou avisar que as notas de vocês estão no sistema. Qualquer problema me avisem. [...] Eu dei um padrão do resumo... Mandei para quem? Alguém me pediu. Eu botei no Moodle e alguém me pediu, mandei para duas pessoas, dois colegas de vocês. Me passa aqui que eu passo para vocês. Está esclarecido? Então vai ficar aberto o sistema até agosto. Depois que eu fechei eu fechei, tá certo? [...]

- Aluna A: Então, a pornografia é feita por homens e para homens, na qual a mulher serve para a objetificação masculina. Têm relatos de atrizes pornôs que são chocantes: que tem estupro, pedofilia, violação física, verbal, depressão, suicídio, prostituição... É uma [...] extremamente pesada, cruel e que odeia mulheres e que faz tudo para diminuir elas. Em seus depoimentos, na grande maioria, assumem o envolvimento com drogas que se torna uma maneira mais fácil de aguentar, pois elas começam a berrar e elas não [...]. O índice de suicídio é altíssimo e a expectativa de vida das mulheres nessa área é de 36 anos. Elas se sentem humilhadas e feridas a tal ponto que não conseguem seguir com suas vidas com essas memórias degradantes. Os pornôs mais rentáveis são os que envolvem a humilhação e a violação da mulher. Isso é um grande problema porque, além das mulheres estarem na frente da tela, esses filmes impregnam os olhos de cenas de estupro e de violência. Eu vou ler agora depoimentos para vocês que falam bem desses abusos e esse não são os depoimentos mais pesados que eu achei. Têm coisas horríveis e depoimentos absurdos de cenas de [...] com a vagina das mulheres em que elas têm hemorragia interna. É um negócio horrível. O primeiro depoimento: “no meu primeiro filme eu fui tratada muito grosseiramente por três homens. Eles bateram em mim, me drogaram e me empurraram como se eu fosse uma bola. Eu fiquei muito doida e mal conseguia andar. Doía tudo, eu mal conseguia urinar e os movimentos intestinais estavam fora de questão. Eu estava toda doida da violência sofrida nos pornôs”. O segundo [depoimento]: “eu gravei cenas em que precisava fingir que estava morta e precisava deixar estuprar meu corpo morto. Eu cheguei em casa cheia de hematomas. Esse nem foi o pornô dos mais pesados. Eu falo de cenas de degradação profunda onde batiam e cuspiam em mim. Me chamavam de coisas horríveis. Eu vomitei. Tive que continuar mesmo assim e não conseguia tirar o vômito do meu nariz e as genitais deles de mim”. O terceiro [depoimento]: “a maioria dos garotos tem a primeira experiência [...] nas quais elas são levadas para o apartamento de alguém e penetravam todos os buracos possíveis e chamam de vadia. Essas garotas, algumas das quais pegam doenças, vão para casa e nunca mais fazem aquilo, porque a experiência foi terrível de mais”. E o último depoimento que eu trouxe é: “na minha carreira fui mais [...] e tratada como lixo do que eu esperava que fosse ser na minha vida inteira. Eu não era mulher aos olhos desses diretores. Eu era um nada para eles. Os atores às vezes eram legais, mas às vezes eram horríveis. Já teve homens que me bateram, me enforcaram, se esfregaram em mim até eu não poder mais ir ao banheiro. E isso acontecia mesmo quando eu pedia para eles pararem. Eles não têm nenhum

respeito por mulheres". E, agora eu vou mostrar para vocês um vídeo de uma mestranda da USP que ela traz esse relato... Ela vai falar tanto da indústria [pornográfica] mundial quanto da indústria brasileira e que muitas indústrias vêm para o Brasil para pegar as mulheres daqui para este trabalho, mulheres que não estão preparadas para isso.

- Aluno B: não deu. Será que a gente meche aqui? Professora, você sabe como que funciona a caixa de som? Aparentemente está tudo ligado.

- Professora: quem sabe vocês tiram do cabo e usam a caixa de som do computador de vocês? A gente faz bastante silêncio. Coloca o mais alto que puder ai.

- Vídeo: [inaudível]

- Aluna A: Gente, a gente soube que a colega ali trouxe o mesmo vídeo, então a gente vai reproduzir até aqui e vai deixar ela mostrar o resto depois.

- Aluna C: A gente resolveu pegar um recorte que diz sobre a evolução do consumo [de filmes pornográficos] no Brasil. A gente fez, também, um paralelo entre os Direitos Humanos e o debate de gênero. Então, quando a gente fala... Eu ia apresentar o vídeo [do grupo anterior], mas deu a feliz coincidência... Mas, algumas perguntas do texto são com base no vídeo. Algumas perguntas acabam sendo respondidas. Por exemplo, a questão do trabalho de pornografia. A gente está falando de trabalho e também está falando de um Direito Humano. A partir do momento que a gente não discute a pornografia tem uma classe, um lado, dos Direitos Humanos que não é pesquisado. E a questão é: por que que a gente não debate? Nesse momento eu gostaria de perguntar quem aqui que consome pornografia? Então, deu umas quatro ou cinco pessoas.

- Aluno D: Uns quatro ou cinco sinceros.

- Aluna C: Isso não bate muito bem com os índices, porque nas pesquisas o brasileiro consome muita pornografia e eu acreditei que [ao perguntar] aqui na aula não seria diferente. Então, a gente não debate porque ainda é um tabu. Essas pessoas não tem a autonomia e a não-vergonha de levantar a mão. Então, por uma questão histórica, a gente pesquisou quando que começou a ser consumido o conteúdo pornográfico no Brasil. Claramente a gente chegou... Eles [os pesquisadores] não conseguem dizer uma data específica, mas a gente chegou em meados de 1808 quando a corte portuguesa veio para cá e, junto, trouxe a imprensa, trouxe mecanismos de difusão de informação e lá começou a ser propagado um fenômeno maior que já era consumido, que era "um romance para homens". Então, desde essa época a pornografia já gerava um certo lucro. E, ai a gente usou como base um artigo feito pela Alessandra Al Far que tem algumas informações dessa época. Por exemplo: "os que possuíam o falso de título de 'para homens' deveriam ser proibidos às mulheres, isso, naquela época, consideradas pessoas de personalidade frágil e, por isso, suscetíveis aos pudores da narrativa". Em contrapartida, a gente percebe que essa época também foi o momento de difusão da filosofia, da política, da sociologia e da ciência. A gente vê que esse intuito de lucro gerou uma colonização [...] que eram os homens, porque os homens é que deveriam assistir esse tipo de conteúdo. E como

estavam nas bancas era barato e era disponível. E tinha também uma legitimação por parte da legislação, por parte do imaginário popular, que era: os homens, de um modo diferente, por serem capazes de discernir o mundo da ficção do cotidiano das regras e dos bons costumes não corriam o mesmo risco, que é de serem suscetíveis à narrativa. E, nesse momento, como a gente pode perceber, tem um diálogo que bateu na última da aula meio que com a questão evolucionista, que era de que as mulheres não tinham uma capacidade biológica para consumir esse tipo de conteúdo. Então, nesse momento eles precisam pensar numa penalidade para reprimir a sexualidade. "O que não fariam as mulheres de cérebro fraco entregando-se desordenadamente à leitura de romances de um erotismo perfumado e traiçoeiro?". Isso foi dito por Gilberto Sabóio que, para quem não sabe, era advogado [à época]. Então, nós temos de um lado a classe média usando a questão evolucionista, biológica, e também temos legislação jurídica de que as mulheres não eram capazes. E, aqui, a gente tem uma linha do tempo. Estes eram os folhetins comprados pelos homens, baratíssimos. E desde a década de 90 do século passado nós temos um outro tipo de mídia sendo consumido e, apesar dessas pessoas não terem levantado a mão, eu pergunto quais de vocês já consumiram cenas de conteúdo que passa na tv, que a gente acessa pela internet? A gente até tem uma nova categoria, também, que é a dos animes [animações], que é uma outra forma gráfica de mostrar a pornografia. Então, a gente tem isso até hoje em dia saindo desde o século retrasado. Já tivemos a massificação desse tipo de conteúdo, então é um pouco hipócrita dizer que hoje ninguém tem acesso. O acesso é muito fácil. A questão é: o que que é mostrado nesse tipo de mídia? E aqui a gente tem um debate, a partir do texto que a professora estava falando nas aulas passadas, que é sobre o consentimento. O consentimento ele é dado. Ele pode ser comprado. O que a gente vê é uma mídia saudável de sexo ou a gente vê um estupro sendo filmado? Dos cinquenta filmes mais vendidos em 2015, 40% da pornografia possui violência verbal contra a mulher e 94% possui violência física. Só que ai a gente tem um caso de estupro e que a violência contra a mulher, em coisas até como aconteceu após isso, um feminicídio, está sendo legitimado pela mídia. Nós temos, também, um site que ao final de cada ano ele emite uma pesquisa gráfica sobre quais os assuntos que foram consumidos. Eu peguei a pesquisa de 2017 que é muito interessante. Aqui a gente vê coisas assim, meio hipócritas do cotidiano brasileiro. Por exemplo, no topo dos categorias tem duas categorias que são da classe LGBT, como a gente viu na aula passada. A categoria número um são das lésbicas. A número dois é do anal. A número três é *hentai*. A número quatro é de transgêneros. Transgênero é o conteúdo que mais está sendo consumido aqui no top categorias. É o que mais está sendo consumido, em porcentagens, no país que mais mata transgêneros. Então, a gente vê isso acontecendo nesse imaginário que diz não consumir pornografia, mas que automaticamente gosta de ver transgênero nessas fitas. Então, fica a pergunta...

- Professora: na verdade, a psicanálise explica: eu mato aquilo que eu sou, por não suportar que sou.

- Aluna C: Aqui, a segunda parte do vídeo explica qual o lugar da mulher nesta luta. A gente vê que desde quando a pornografia era feita em folhetins a mulher não podia

comprar, nem podiam consumir. Então, onde está a mulher? A mulher é o produto. A mulher está sendo consumida. Fora o lugar dos homens na indústria: os homens pararam de ser os que compram a mídia e eles passaram, como vocês viram nos vídeos, a produzir, a filmar, a lucrar em cima disso. Então, os homens têm um local muito bem definido que os que fazem, os que usam a mulher como lucro. E quais eram as condições de trabalho vocês também viram no vídeo que a gente não reflete. Ao consumir a gente não está refletindo que aquela mulher passou por tudo aquilo, se ela tivesse outra oportunidade será que ela faria aquilo? Quais as cláusulas do contrato? O que aconteceu no final era para acontecer? A gente deveria ter uma visão diferente a partir do momento que a gente pesquisa vídeos desse tipo. A gente deveria ver com esse novo olhar sobre o que está acontecendo nessa mídia. E é isso...

- Aluno E: Então pessoal, a gente trouxe um material sobre pornografia, mas diferentemente dos outros grupos a gente não vai focar na indústria pornográfica em si, mas fazer uma análise sobre a sociedade machista, patriarcal e analisar como a pornografia trabalhar como um instrumento velado do machismo na nossa sociedade.

- Aluna F: Então, como todo mundo sabe, o machismo e o patriarcalismo são construções da sociedade. Desde o princípio a sociedade, de que a sociedade foi criada. Todas as famílias, do Brasil e do mundo praticamente, se estruturaram nesse molde. A partir disso a gente tem uma desigualdade de gênero muito grande e a gente tem a objetificação da mulher e a inferioridade dela. E isso, consequentemente, foi um reflexo da indústria pornográfica. Como os colegas disseram antes, elas [as mulheres] são tratadas de forma muito degradante, são tratadas como um brinquedo para isto [para o filme pornô], para os homens e isso se vê até, por exemplo, nos vídeos em como elas se vestem, na idade dos homens e na idade das mulheres, na posição dos homens e na posição das mulheres nos vídeos, no prazer das mulheres e no prazer dos homens porque essas pornografias elas são feitas para homens, por homens para homens. E... Elas também se afetam na questão profissional. “Ah, tem um cara engravatado, chegando do trabalho e não sei o quê, e ai eles começam a ter o sexo com a empregada”. Isso é a objetificação da mulher. Uma coisa também que a gente deve perceber é a questão da invisibilidade das violências das mulheres nessa mercadoria. Por exemplo, a gente pegou dados de como... De o que que os maiores sites da internet, o que que tem neles. Ai a gente começou a procurar e a gente viu que muitos vídeos tratam de estupro, de violência contra menores, contra parentes e a gente trouxe dados.

- Aluna G: Então, a gente trouxe esses dados salientando, também, que, por exemplo, tem uma demanda por esses vídeos que apresentam a violência contra a mulher. Os sites mais famosos, digamos assim... Um site tinha mais de 1.279 vídeos com o título “abuso de novinha”, 1.226 com vídeos com os títulos “mãe”, “tia” e “amiga”. O segundo site foi o xvideos, onde foi constatado [que há] mais de 23.000 vídeos com a palavra “abuso de adolescente” e em média 500 vídeos cada contendo o título “abuso de mãe” ou “tia” ou “amiga” ou “mulher bêbada”. O terceiro site pesquisado foi o redtube em que tem mais de 775 vídeos

intitulados com a palavra “abuso” e mais de 1.500 vídeos com [a expressão] “abuso de adolescente”. Salientando, também, que em todos esses vídeos a gente não viu se tinha, realmente, abusos de adolescentes, por exemplo, mas a gente viu alguns rapidamente e nós conferimos que realmente ocorre isso e que é contra mulheres.

- Aluno E: Eu gostaria de falar também que a indústria pornográfica ela funciona como uma rede, ela reforça um ciclo machista que já existe na nossa sociedade num sentido que ela existe por causa do machismo, por causa da objetificação das mulheres, porque tem uma demanda para isso, ao mesmo tem que ela reforça isso na sociedade. Então, os homens geralmente são iniciados na vida sexual assistindo a pornografia, eles aprendem com a pornografia, eles tendem a repetir esses comportamentos e a crescer desde jovens – ainda mais hoje que as crianças tem mais acesso à internet. Então, tendem a perpetuar essa objetificação da mulher.

- Aluna F: É, eles começam muito cedo e com muito fácil acesso. E ai eles tem aquele contato sexual pelos vídeos e com essa agressão, essa inferioridade das mulheres, etc e eles reproduzem isso na hora de fazer sexo. E eles acham isso normal.

- Aluna G: Seria muito importante que nós tivéssemos uma educação sexual, por exemplo, na escola, para que a gente entende a real forma de que o sexo deve proceder e para evitar esse tipo de influência.

- Aluno H: Mas tem o escola sem partido...

- Professora: Exatamente. Quem entendeu? Então, é o que ele disse. A questão da sexualidade na educação dizem que é ideologia e que a escola tem que ser uma escola sem partido. Alguém tem o dado do quanto essa indústria gera, hoje, economicamente falando? Outra pergunta que a gente pode fazer...

- Aluno I: Entre dezoito de vinte milhões de dólares... Sendo que a maior parte [o acesso] é gratuito...

- Professora: Vocês têm ideia do que que é isso?

- Aluna G: É importante também que, se tratando da relação familiar, não precisa entrar nesses sites, basta colocar no google “pai” ou “pai e filha”, o significado vai vir diferente. Se colocar “pai e filho” vai vir uma coisa bonitinha, mas coloca “pai e filha” para vocês verem...

- Aluna F: A questão do trabalho também. Coloca bombeiro e bombeira...

- Professora: É pessoal... O objetivo da aula é mostrar, assim, o quanto isso é invisibilizado e o quanto isso é um problema. E o quanto todo o sistema, o capital, vive do que a gente faz. Ele se alimenta disso. Eu tenho dito isso lá na aula de Direitos Humanos, eu tenho dito isso aqui e eu digo desde o início do ano para vocês: ele se alimenta isso. Se a gente não consegue se livrar disso por outra forma, talvez consiga por uma perspectiva política. Eu não vejo, eu não estou consumindo isso. Pensando num ato sexual aqui – e imagino que todo mundo já tenha feito. Algumas vezes a gente faz mais manso, mais romântico e outras vezes o ato sexual ele cruza uma certa dose de agressividade. Até, porque, ele vai mexer

com algo que é básico de qualquer um de nós aqui, certo? Não é um ato bonitinho. Tanto não é bonito que a gente não quer que crianças vejam, porque elas não vão entender o que está acontecendo, mesmo se for um ato sexual praticado entre um pai e uma mãe. Né? Porque, para quem visualiza, ele é sempre impactante. Com o passar do tempo a gente acha que ele tem um determinado valor: é bom, ta certo? Ninguém está dizendo que não. O tema é: como se consome isso e achar que isso que é consumido é um ato sexual. Essa é a questão. Porque é objetificação das pessoas, tá? Sejam elas homem ou mulher. E isso nos deturba tanto como sociedade, são milhões de pessoas acessando isso constantemente, que nas aulas de Direito Humanos eu disse para vocês: pensem na vibração de vocês. Pensem numa sociedade vibrando isso. É uma questão de vibração. Eu já disse: procurem na internet a escala de vibração. É uma questão de física. É a gente vibrando isso, vocês imaginem a sociedade inteira. No fundo, para mim, nessa minha perspectiva de vida, são atos de extrema violação do corpo da mulher. Fazer sexo é bom, eu gosto e imagino que todos vocês aqui também gostem. Agora, o que se faz com essa indústria é uma violação. Essas pessoas não têm proteção absolutamente nenhuma, ainda mais num país como o nosso: um país que não formulou uma lei trabalhista para este tipo de mercado. Próximo grupo.

- Aluno J: Boa tarde, então, o nosso trabalho ele focou um pouco em como a pornografia se tornou o parâmetro do sexo. E quem está beirando os trinta [anos] assim como eu ou um pouco mais, vai mostrar a dificuldade que é na infância ou na adolescência acessar material pornográfico. Era em revistas, fotos estáticas, a gente imaginava muita coisa. Depois vem a fita cassete, mas era difícil acessar. A pornografia e o sexo eram muito lúdicos. Com 14 ou 15 anos você não tinha acesso às coisas pornográficas. Hoje em dia qualquer pessoa acessa, todos têm celular e a maioria sem controle dos pais. Então a pornografia passou do lúdico para o padrão do sexo. E, como falaram os colegas, o padrão de sexo não é um sexo recomendável, digamos. Ai a gente sai do...

- Aluno K: Essa visão do sexo como imaculada para copulação, para reprodução, para o sexo violência cujo objetivo é violentar a mulher...

- Aluno J: Ou o passivo, né? No caso do sexo gay...

- Aluno K: Que bate na mulher, trazendo à tona um falocentrismo arcaico, do tipo: a mulher é obrigada a ser passiva e passiva em relação ao parceiro sem qualquer tipo de desejo. O homem por ter um falo, um falo enorme, um falo de proporções antinaturais, a mulher tem que estar preparada para receber essa, esse... Instrumento bélico... Acaba sendo um instrumento bélico, né? Então, a violência com que o sexo é retratado no pornô é quase um instrumento bélico. E os negros nem se fala, né? A indústria pornô, além da violação da mulher, da exploração do parceiro passivo, traz à tona a objetificação do corpo negro, das mulheres negras e dos homens negros.

- Aluno J: Quanto mais marginal o grupo social mais objetificado ele é nas pornografias. Tem a questão do transgênero. São as que mais morrem e que mais são buscadas [sexualmente] no Brasil. Igual à questão do negro.

- Professora: Vocês chegaram a acessar qual o tipo de pornografia que é mais vista hoje na Europa? Alguém fez essa pesquisa?

- Aluno J: Interacional?

- Professora: E como que é essa interacional? O interracial da Europa, hoje, é o árabe. O mais buscado, hoje, é uma mulher de véu. Geralmente violentada dentro da casa de um homem branco. Ou seja, a pornografia é isso que vocês estão dizendo: é justamente, objetifica corpos e reforça todas as falas de discriminação.

- Aluno K: Mas porque é uma indústria gerida por homens, dominada por homens, pensada por homens, reproduzida por homens para o gosto masculino entre aspas. E em contrapartida, mulheres... Pornografias a gente pode discutir de uma maneira que não seja somente moralista e machista. A gente tem que tirar esse machismo dessa produção e do sexo que todo mundo faz e pensa. Criar um movimento pós-pornografia que seria, justamente, uma indústria pornô pensada por mulheres, produzida por mulheres, com o objetivo de atender os interesses e os gostos femininos ou pelo menos de uma forma neutra tentar contemplar a beleza dos corpos sem necessariamente subjugar um grupo ou, enfim, uma pessoa.

- Professora: Alguma mulher já viu algum pornô para mulheres? Não precisa dizer. Só estou largando a questão. Eu, pessoalmente, tenho um artigo escrevendo sobre pornografia, justamente por tudo isso que já falamos. Realmente ele é mais pensando para nós, ele é mais sensual.

- Aluno J: Eu vi uma pesquisa no buzfeed onde falam, né, que nunca num sexo lésbico você vai ver uma mulher usando uma unha postiça de 10cm. Né? E nessa pesquisa eu encontrei uma série, que vou recomendar no final, em que uma mãe, são cinco mulheres. A principal é mãe solteira e encontrou a filha com pornô envolvendo o ex padrasto [da personagem do filme] e um deles dizia algo como “toda garota inocente é abusada”. E ela começou a pensar num jeito que ela consiga repensar a pornografia. Elas são cinco mães e elas fazem um pornô que elas julgam que as filhas adolescentes delas devessem assistir. E um canal britânico, chamado Canal 4, está produzindo um reality show, bem estilo big brother, nesse estilo. São mães produzindo pornô. Achei interessante assistir algumas cenas delas roteirizando e dirigindo o filme pornô pensando o que o sexo real, o que os filhos podem aprender a fazer corretamente neste contexto. Inclusive uma delas é ligada a movimentos sociais e tenta incluir a diversidade de corpos, raciais, pensar num pornô onde os filhos podem aprender o que é sexo de verdade.

- Aluno K: E, por fim, seria legal fazer um estudo, talvez com o pessoal da psicologia, pensando o papel do título do pornô. Porque os títulos mostram, na verdade, como nós não superamos várias coisas como a pedofilia, né? “Novinho safado”, “novinha safada”, né? E como os homens... Como é normal nós termos problemas com o complexo de édipo, né? Vídeos com títulos “filho tem relação com a mãe”, “mãe transa com o filho” e coisas assim...

- Aluno J: Isso é muito visível. Nesses sites como o xvideos são os próprios usuários que sobem [upload] os vídeos [para o site] e muitos são vídeos profissionais, mas outros não. Às vezes eles colocam "mãe encontra filho se masturbando e veja o que acontece", uma coisa assim... Quem sobe o filme já mostra a sua própria fantasia no próprio título. É isso. Obrigado pela atenção.

- Professora: Gente, muito bons os trabalhos. Agora, tráfico de mulheres.

- Aluna L: Então, o tráfico humano é uma das atividades que mais expandiu e tem chamado a atenção mundial porque ele mexe diretamente com os Direitos Humanos e é algo que nem toda sociedade cita. [...] O tráfico de seres humanos é caracterizado pelo financiamento, transporte, abrigo ou recebimento de pessoas por meio de ameaças ou à força ou outras formas de coerção. O abuso de poder continua forçando as pessoas, onde se dá ou obtém benefícios para ter o consentimento de pessoas ou controle sobre outra pessoa para a exploração. Não importa se há constrangimento para a vítima ou não, é crime. Eu tenho um filme que é muito chocante sobre tráfico humano. Eu chorei quando vi, achei muito forte. É de 2005 e bem interessante.

- Aluna M: A gente escolheu uma pesquisa dos agentes tanto do Brasil quanto de Portugal que investigam esse tipo de informação. E o artigo faz várias perguntas sobre as dificuldades que esses agentes encontravam [nas investigações] e eles falaram que as facilidades é que se criava uma rede de contatos de pessoas de confiança que queriam ajudar e que a mídia, de certa forma, com novelas inclusive fazem com que o assunto seja debatido, que as pessoas conheçam. Então, quem tem informações ou desconfia de algo costumava ajudar. Isso eles falavam que eram as facilidades, mas como dificuldades eles citaram que não existem legislações adequadas para pessoas nessa situação, cada país tem uma lei diferente, tem o protocolo de parlemo mas é uma dificuldade para adequar esse protocolo em cada país por causa da legislação de cada um desses países. E também por causa de um preconceito, porque se confunde isso com "ah... são vagabundas, são prostitutas... tão querendo". Tem esse pensando nas pessoas de acharem que que está nessa situação está porque quer, né? Até eu li a respeito que uma ala feminista comenta que não importa se a pessoa quer ou não, a prostituição seria algo... Que não deveria nem existir, para essa certa ala feminista porque elas dizem que o que caracteriza esse tipo de ação é a existência de um explorador, que existe alguém que dá comida e ela é explorada como escrava. Um artigo fala, inclusive, que essas pessoas seriam os escravos contemporâneos e que a gente nem se dá de conta. Que são explorados como animais.

- Aluna L: A gente viu quais questões os agentes institucionais dizem estar relacionadas a isso. Existe a prostituição, que é tratada como trabalho, mas sem as mesmas regras. A nossa legislação demonstra o preconceito e a dificuldade. Outra questão é a denúncia porque essas pessoas, muitas vezes, elas têm medo do que pode acontecer ali e vai alguém junto com elas e são envolvidas junto. Então as pessoas têm medo de denunciar porque sabem que vão ser criminalizadas. A gente fala que existe, agora, a migração para Europa e o Brasil é um dos locais de onde as pessoas saem para o tráfico e para a exploração. As pessoas saem do

norte do país e há uma rede de exploração aqui que trata o tema como um turismo sexual. Também há a questão do protocolo de parlemo de que são as políticas públicas que fazem ele ser efetivo. Esse tráfico é de mulheres e de crianças, que representam 82% das vítimas. Outro dado que eu peguei é que a maioria entre 15 e 17 anos ou, os maiores de idade, 23 anos. O principal motivo que faz elas saírem daqui é acharem que vão ter melhores oportunidades porque aqui tem a falta de educação, a pobreza, a desigualdade social e o desemprego. Então, o Brasil ainda está muito negligente nesse assunto por não discutir. Quando eu fiz uma pesquisa tinha uma entrevista em que um cara pegou e disse "ah, não, mas em 2013 foi passado no Brasil a novela do Salve Jorge que tratou a questão do tráfico". Só que tu apresenta o problema mas tu não faz algo para ajudar. As vítimas elas não conseguem ajuda porque elas ficam à mercê. Ai eu estava procurando imagens, né, e locais para denúncia. Tem o disque 100 que é para o caso da exploração, que entre 2012 e 2016 foram 175mil casos no Brasil, e o disque 180 para a violência contra a mulher que está junto com essa questão do tráfico. São, só no ano passado, foram 108 casos de violência contra a mulher que foram só tentativas, onde elas conseguiram voltar. E até as campanhas dizem que se te oferecerem comida e um lugar para morar desconfie, porque nada é de graça. Eles falam da questão do passaporte que tu consegue tudo muito fácil e tu chega lá e eles te retiram o passaporte e tu fica naquele ciclo. Eles já sabem onde tu mora, tu vai ser ameaçada, tu e a tua família. Ai tu fica num ciclo que tu não sabe nem a onde ir porque está num país desconhecido. Muitas vezes tem esse problema da legislação que no país pode nem ser tratado. A gente aqui no Brasil, quando tem esses casos, a gente não sabe para onde recorrer, imagina num lugar que tu não conhece, totalmente diferente para ti e sem apoio nenhum. Ai, fazendo a pesquisa, também, sobre o local na Europa, alguns especialista da Espanha que estão se preparando para isso. A dificuldade de acessar as vítimas eles falam da pornografia, sobre tu naturalizar a violência, porque a gente já viu violência contra a mulher ao menos uma vez na vida. A gente pode já ter visto isso com a gente ou ter presenciado e a gente diz "não, não vamos se meter, não é com a gente" e isso ressalta a importância da denúncia. Ai, no outro artigo que fala do protocolo de palermo ele fala "ok, vamos fazer esse campanha para a denúncia, mas depois da denúncia: o que fazer com essa mulher? Para onde ela vai? Onde ela fica? Qual abrigo ela vai ter? Vamos marginalizar elas mais ainda?". Falando no caso das prostitutas e é por isso que elas não fazem as denúncias. Muitas nem entendem que elas podem falar "olha, eu não vou fazer isso" ou desistir ali naquele momento, é a questão do consentimento, né? E, por fim dessa questão, a gente precisa falar sobre o assunto, precisa discutir, e não é só falar nas novelas, porque as novelas falam que aquilo dali existe, mas após isso "morreu", então, acho que é isso.

Aluno J: Só um comentário. Eu me informei e vi que está ocorrendo muito [tráfico] para o Paraguai, do Brasil. Tem um projeto que abre vagas para pessoas que queiram ajudar, é só procurar na internet. Vale a pena, porque é praticamente se inscrever e entrar porque eles oferecem vagas e nem todas são preenchidas.

- Aluna L: É, isso é outra coisa que falava no artigo, que é essa dificuldade de ter pessoas para... É um trabalho complexo, tem que ser contínuo... Eles não conseguem

fazer aquilo ser desenvolvido. E também: a "revenda de mulheres", como eles falam, movimenta doze milhões por ano.

- Professora: Próximo grupo... É complemento ou é pornografia?

- Aluna N: Pornografia. Podemos começar?

- Professora: Pode. Depois de vocês é o Aluno O, é isso? Certo.

- Aluna N: Tá, então... A gente vai tentar não repetir, né, o que já foi dito. A pornografia ela tem muito mais contras do que prós. Na verdade, quase não se vê prós, né? Claro, tem muito contra. A gente nunca para para pensar na mulher que está ali no vídeo, como que isso foi feito, como que ela acaba se sentindo, parece que é tudo maravilhoso e perfeito, mas, como já foi discutido aqui, não [é]. Além de citar o estupro, ela alimenta essa cultura de incitação ao estupro, à violência, à agressão, justamente por os vídeos mais acessados serem disso: de agressividade. E muitas pessoas têm esse primeiro contato com o sexo na pornografia e acha que aquilo é uma coisa completamente normal, que não é. Além disso, as pessoas acham "ah, a mulher está ali porque ela quer, porque ela aceitou, porque ela fez um contrato e ela tá ali"...

- Professora: "Porque ela ganha bem"...

- Aluna N: "Porque ela ganha bem"... E porque, na verdade, o que existe ali é uma coerção econômica, porque muitas não vieram ou de baixa renda ou de uma família desestruturada, não tinham uma profissão ou um ensino, então elas acabam procurando esse meio que é algo mais fácil, digamos, só que na verdade não é nem um pouco fácil por conta de tudo que elas passam. Então, uma coisa, também, que é muito errada, é que [a realização dos filmes pornôs] é algo totalmente livre, não há uma regra, um sindicato, não há como fiscalizar esse tipo de ação das indústrias. Isso deveria ser feito, deveriam haver leis para regulamentar essas empresas. Tanto é que os vídeos são feitos em propriedades privadas, hotéis e dai quem está gravando [sendo gravadas] são mulheres e quem está fazendo tudo são homens. Então eles podem editar o que acontece de fato, porque não há nenhuma regulamentação sobre isso. O que deveria ser realmente analisado, porque eu acho que deveria ser criada alguma regulamentação para que, já que é uma coisa tão viva na nossa sociedade, uma coisa tão ativa, uma coisa tão consumida, deveria ter um tipo de regulamentação. Enfim. Eles [colegas] trouxeram bastante relatos de atrizes pornôs e eu trouxe um filme de uma que apareceu inclusive no filme da... Não se falar [o nome]... Ela fala assim "eu não tinha estudos. A maioria das garotas que fazem pornografia não têm. Algumas têm carreira, mas a maioria das meninas não tem. Como eu falo para você, eu conheci uma estrela pornô com uma família estável. Não significa que ela não exista, elas existem, porque muitas meninas, vou te dizer, são capacitadas para o trabalho sexual, porque se você não quer que as pessoas pensem que você é fraca quando você trabalha com pornografia, você acaba agindo como se quisesse fazê-la, como se amasse coisas violentas e como se você amasse ser estuprada e humilhada. Tudo é apenas uma série de mentiras. As pessoas fazem pornografia porque precisam do dinheiro e a maioria delas não

tem outras opções ou estudos suficientes para ter uma carreira". Então, tipo, além disso: delas não terem condição econômica, delas não terem uma opção melhor, possibilidades melhores, elas ainda são taxadas de "ah, puta, gosta de fazer filme pornô". Então, se elas quisessem sair desse ramo, é muito difícil elas serem inseridas em outros ramos porque vão criar esse preconceito sobre elas de que "ah, elas são atrizes pornôs então não servem para a minha empresa, são putas, e isso e aquilo". Então, além disso, de que deveria ser criado algo para regulamentar, também trata de uma política pública ou alguma coisa para que elas, caso queiram e caso sofram um abuso muito forte, caso elas decidissem sair, para que elas fossem inseridas na sociedade de forma sem preconceito. Que elas tivessem outras oportunidades...

- Professora: Como qualquer uma de nós...

- Aluna N: ...porque muitas aceitam essas agressões porque elas não tem outro meio para onde seguir, para onde ir, outra profissão, então elas acabam aceitando isso. E outra coisa que eu botei aqui, que é um tabu, é que a gente, pelo menos eu demorei para perceber, que não são usados preservativos. Então, elas estão totalmente expostas às doenças transmissíveis e umas delas falam que muitas pessoas alteram seus testes, inclusive, algumas atrizes se passam por ginecologista e falou para as outras que era ginecologista. Ela só estava lá para dar a sensação de que as atrizes estavam protegidas e acompanhadas, que estava tudo certo, quando na verdade não estão. Além disso, várias doenças elas têm porque o corpo humano não é acostumado a fazer sexo toda hora, ficando cinco, seis, sete horas fazendo sexo sem parar, de todas as maneiras possíveis. Então, fora as doenças que causam nelas por causa disso...

- Professora: É o esgotamento físico...

- Aluna N: Sim, exatamente. Ainda, cada vez mais as coisas são agressivas e elas têm que se submeter a cada vez mais todos os tipos de coisas. É difícil imaginar o que será dá sociedade daqui um tempo.

- Aluno O: Então, a respeito da história da pornografia, eu creio que esse seja um tema bastante debatido no decorrer das aulas, então vou ser breve nas minhas considerações. Em síntese, ela foi surgindo no século XX e existia uma produção muito especial na realização das cenas. Hoje em dia com a chegada da tecnologia digital, na democratização dessa tecnologia, permitiu que em qualquer grupo de WhatsApp seja compartilhado qualquer vídeo caseiro ou amador e em poucos minutos esse vídeo viraliza e já estará na categoria de amadores de alguns sites pornográficos. Acho que é isso.

- Professora: Inclusive, acontece isso como forma de vingança, né? Pornografia de vingança. Vocês que são da geração que filmam e se deixam ser filmados...

- Aluno P: Eu conheci uma... Na verdade eu não conheci, ela estudou numa outra escola, mas foi conhecida de um amigo meu que me contou que ela teve uma relação com um cara e após o término o cara divulgou o vídeo da relação [sexual], entendeu? Só que isso em 2014 e 2015 e isso ficou famoso em toda cidade e ela acabou se mudando. E olha que mundo pequeno: o pai dela dava aula na minha escola.

Então, não tem como não ficar sabendo disso. É algo que se espalha muito rápido.

- Professora: Ai, veja: ele deixa de ser o professor e passa a ser "o pai dela". E ela passa ser a ser "ela, a que deu". Vejam bem, o que é essa sociedade?

- Aluna Q: A gente, ninguém ensinou ainda: e quem assiste a pornografia, e ai? Quem não está nos holofotes, que está ali atrás e está assistindo? O que isso causa na vida dessa pessoa? Qual a influência da pornografia na vida de quem consome? Porque as pessoas fazem, o mercado é muito amplo, mas muito mais são as pessoas que assistem. Eu estava assistindo o relato de uma psicóloga no youtube e naquele caso, eu busquei mais das mulheres porque a Senhora falou que as mulheres não assistem, ai eu fui lá e... Em 2015 uma estimativa apontou que 76% das mulheres entre 18 e 30 anos viam pornografia ao menos uma vez por mês. É pouco comparado aos homens, que é praticamente todos os dias, mas as mulheres também veem pornografia. Enquanto 21% delas assistiam pornografia várias vezes durante a semana. Mesmo assim, parecem poucas as mulheres que procuram ajuda e admitem estar lutando contra o vício. O que é que a pornografia traz na via de quem assiste? E como as pessoas superam esse tipo de vício? E ela diz que centenas de homens admitem ter vício em pornografia, mas de mulheres ela só conseguiu o relato de três mulheres. Para as mulheres não é fácil assumir o vício e assumir que, mesmo que não tenha vício, que vê pornografia. E, o que é um vício? O vício em pornografia não é diferente de qualquer outro tipo de vício. É definido como um comportamento compulsivo de quem quer o seu próprio bem estar. Porque a pornografia está muito fácil na vida de crianças, adultos e idosos que sempre que querem podem assistir. A gente pensa que idoso não vê pornografia, mas vê também, né? E afeta o bem-estar. Isso caracteriza o vício, a facilidade... E como saber que você é uma pessoa viciada em pornografia? Na verdade, ela disse que a própria pessoal, primeiramente, tem que se conscientizar: eu consigo passar dias sem ver pornografia ou eu estou dependendo daquilo? Aquela conduta é realmente necessária para a minha vida? Ela está acrescentando? Está me prejudicando em alguma atividade do meu dia a dia? Eu estou dependendo disso? Então, isso vai ocasionando problemas na vida dessa pessoa que tem esse problema e que não assume. Geralmente as pessoas que são viciadas em pornografia são pessoas tímidas que têm dificuldade de se relacionar com outras pessoas. Que tem dificuldade de estar em outro meio social. Ai elas ficam mais reclusas nas suas casas e a fuga para isto é a pornografia. Porque, não precisa ter ninguém. A pornografia está ali. Você não precisa conhecer ninguém. Ela apresentou um estudo com ratinho. Compare as pessoas aos ratinhos. Colocaram o ratinho na caixa e uma ratinha que estava no cio. O ratinho pegava e dominava a ratinha, daqui a pouco ele enjoava dela e não queria mais ela. Eles colocavam outra ratinha e ele já queria. Ai colocavam outra e ele já queria também. As que estava lá, que ele já tinha se relacionado, ele não queria mais, mas podia colocar dez ratinhas novas lá que ele queria. Ela contou, também, o que ela chamou de "o esfriamento", que acontece, também, nos casamentos. O esfriamento acontece e o homem vai buscar o conteúdo pornográfico e isso causa até o distanciamento na relação. E pessoas que não têm relação, que não são casadas, não conseguem

se relacionar com outras pessoas, porque estão reclusas só em conteúdo daquele tipo e estão acomodadas. Tinha um relato de uma adolescente que chamaram de Jéssica e ela dizia que no começo começou a atrapalhar a vida dela porque ela era dependente daquilo, mesmo quando ela dizia que não dependia daquilo. Mas, ela até relatou que não queria fazer, mas o corpo dela pediam. As pernas, como se ela estivesse no [modo] automático. Ela, mesmo sem querer, ia lá e assistia à pornografia. E ela lutou, na época, para acabar com o vício e ela conseguiu, mas não foi fácil. E eu também pesquisei um tipo de solução e [na pesquisa] o que mais apareceu foi a solução cristã. Por quê? É muito condenado. Porque, o que que [a religião] diz? Que você não pode fazer sexo, que você vai ser condenado, tudo antes do casamento. O cristão não pode se entregar a essa prática pecaminosa e precisa lutar contra os seus instintos e fugir da ocasião do pecado. Você não pode buscar, porque é um pecado. E você tem que fechar as janelas da sua alma. Mas a psicóloga disse que sim, que há tratamento para essas pessoas viciadas em pornografia. Não que a pornografia vá fazer mal a todo mundo, não é todo mundo que vai ficar viciado, mas quem é [viciado] teria uma terapia. Tudo tem solução.

- Professora: muito bem, vários pontos de vista. Vamos lá, pornografia homossexual e depois eu faço o fechamento.

- Aluno R: eu tinha preparado uma parte sobre pornografia, só que muita gente já falou e para não ficar repetitivo eu vou pular. Sobre o tópico de uma entrevista de uma mulher que visitou uma tribo indígena e essa tribo estava tendo um surto de doenças sexualmente transmissivas. Ela foi tentar entender o que estava acontecendo lá com tantas doenças que estavam nas cidades. Nessas tribos não se falava em educação sexual, não se podia fazer sexo antes do casamento, o sexo era santificado, mas nunca erotizado, porque o sexo era só para procriar. A partir disso ela entendeu porque tinham tantas DSTs e ela vai falar, também, das violências sexuais que estavam ocorrendo por influencias externas. Essas mulheres eram abusadas e por conta disso eram contaminadas. Como elas eram casadas, quando elas iam ter relações com os homens elas transmitiam para eles.

- Aluna S: Só um porém: eram doenças de homens brancos que iam até a tribo.

- Aluno R: De pessoas externas que abusavam delas, transmitiam essas doenças. Ocorria gravidez e um surto de doenças sexualmente transmissíveis. Então, ela queria introduzir o preservativo como forma de prevenção. Ela tentou fazer isso de forma radical, dizendo “olha, você têm que usar preservativo” e isso não foi bem visto porque o sexo desprotegido era visto como forma de amor, tipo “ah, eu confio em ti e tu confia em mim, então vamos transar livremente sem preservativos”. Então, não tinha nessa tribo uma educação sexual. Elas casavam com 14 anos [de idade]. Era assim o planejamento familiar. Eles tentaram então usar a camisinha dizendo que ela seria para controlar os casos de gravidez e ela foi, assim inserida, e acabou influenciando positivamente na questão das DSTs. Agora vou falar do pornô gay. O pornô gay é interessante, para mim é uma coisa cômica e engraçada, porque tu vê uma reprodução do sexo heterossexual. Praticamente igual. Tudo se reproduz. E eu vou trazer então, alguns... Esse é um

site gay. Eu trabalhei com um artigo que trata de sites de pornografia gay, de categorias, de como é que funciona e sobre a questão do prazer. Ai a gente vai trazer de forma bem engraçada porque é um paradoxo. Os machos estão fodendo e sendo fodidos. No artigo é usado um termo engraçado: o macho bichona que dá a bunda. Ele é todo homem, másculo e ao mesmo tempo ele está dando a bunda, o que retrata um paradoxo na identidade masculina, da força, da imposição, quando se solta para outro homem. Eu trouxe esse trecho. Depois o artigo fala do capital e faz um apontamento de que a pornografia é uma economia racializada, pelo conceito de raça foucaultiano. Que essa econômica capitalista transforma os corpos em matéria prima e produto. Não existe indústria do capital tão perfeita como a da pornografia, porque tem no corpo, no ser humano... Nele tu tem o meio de produção e o produto, ou seja, tudo que tu precisa. E o mais incrível é que tu é, ainda, o consumidor daquilo. E o custo de produção é baixo.

- Professora: Ai, para quem odeia o Marx, isso é o que o Marx explica em O Capital. Isso que tem lá, aquela chamada de todos aqueles trabalhadores ali. Aqui é o capital colocado em prática, justamente porque quem tem o poder [...]. A gente não se liga nessas coisas. Quando a gente tem isso de "essas são aquelas pessoas" isso não me toca. Mas é exatamente isso que eu disse antes: a reprodução do capital.

- Aluno R: Eu vou fazer um recorte aqui sobre a indústria pornográfica gay reproduzindo os estereótipos. Tem uns pornôs gays estranhos que são "eu dei para o meu irmão", "eu comi meu pai", coisas assim, que reproduzem o estereótipo de que o gay ele quer dar para todo mundo ou ele quer comer qualquer um que passar na sua frente. É a reprodução dos próprios estereótipos que a sociedade coloca nele [no gay]. E é isso que diz no artigo: ao mesmo tempo a gente está fodendo o pornô, está fodendo os estereótipos e a gente está fodendo com a gente mesmo. Inferioridade social e política também é vista como um fator erótico. Tem uma coisa dentro do pornô que é a questão do pobre se tornar um atrativo sexual. São muito comuns pornôs tipo "fui na favela e dei para o traficante", "a rola do negão lá da favela", e assim esses títulos são muito comuns nos pornôs gays. É muito comum essa questão. E normalmente são homens brancos... É um pornô interracial, homens brancos com negros e tem um que é um guri que está saindo da escola de carro e ele vai para a periferia encontrar um homem e mostra essa questão da diferença de raça e de classe e que dentro do pornô gay existe uma contradição: tu coloca o homem branco com dinheiro e o homem negro sem dinheiro, mas o branco fica como passivo e o negro como ativo. Então, ao mesmo tempo que ele [o homem branco] está dominando, ele está sendo dominado.

- Professora: Ai entra o que o colega disse: é o falo bélico.

- Aluno R: Tem essa questão do erotismo da pobreza e é sempre essa condição de estereótipo. Não se encontra um pornô que a pessoa que mora na favela seja branca. Não se encontra isso. Quem está na favela é sempre o homem negro, para ser erotizado. Também tem a questão da transgressão dentro da pornografia: tudo de mais profano e proibido que existe no mundo e no teu imaginário vai ser

materializado no filme pornô para poder transgredir todos os seus desejos inimagináveis. E dentro da pornografia gay isso está muito forte. [Existe] Aquele machão, todo sexual, pai de família, tem filhas e esposa, mas quando fecha a porta do quarto e está sozinho ele transgride, ele se solta para um momento que é só dele. Aqui [no artigo] fala das relações sexuais heterossexuais vão ser reproduzidas no sexo homossexual, tem a questão do ativo, do passivo, do dominado e do dominante, depois vai contando das questões de raça e classe vai falando de uma ordem social que é heterosexista. Esse autor fala da hipermasculinidade: o homem precisa continuar se afirmando homem até dentro do pornô gay. E as pessoas são retratadas como mais másculas, mais homens e isso é extremamente consumido. Tem a questão do sexo casual com heterossexuais. Tem um site que mostra homens supostamente heterossexuais que são pagos por sexo [para fazer sexo gay]. Então, eles vão lá e dizem "ah, eu te pago dez reais e tu me chupa" ai o cara [heterossexual] vai lá e chupou. Ai ele fala "agora eu te pago cem reais e tu tira a roupa" e assim por diante. Então tem isso também: essa desconstrução da heterossexualidade em função do dinheiro. Existem filmes pornôs de sexo entre professor e aluno, pais e filho, com pessoas que recém atingiram 18 anos de idade, o "bareback" que é o sexo sem preservativo, o "creampie" que é o gozar dentro, pais e filhos e irmãos e primos. Tudo isso que é repreendido pela sociedade se materializa no pornô gay. E eu trouxe alguns exemplos. Esse daqui retrata um papa fazendo sexo. Esse daqui retrata o sexo ocorrendo dentro de uma escola. Aqui a gente tem a questão dos irmãos gêmeos, dos filhos com pais e dos primos. Tudo isso aqui é materializado no pornô. E aqui a questão da classificação do pornô. O pornô se tornou um grande catálogo nos sites de pornografia que permitem filtrar o que tu quer. "Eu quero homens magros, homens com pelos, de pau grande, de bunda pequena, que transem em conjunto" e no final vai aparecer um catálogo com tudo isso. Eu posso escolher pelas categorias que eu quiser. Aqui estão algumas categorias de exemplo em site de pornô gay, inclusive eu achei muito engraçada a categoria "aparentando não ser gay". Aqui é a questão de como é diferente o sexo branco [de pessoas brancas] no pornô gay com o sexo negro [de pessoas negras]. Eu coloquei esses sites para falar mais sobre isso. O autor do artigo diz que quando há sexo em um pornô interracial que este sexo ele é mais violento. Ele é feito com mais violência, com mais borrada. Enquanto isso, que o sexo com pessoas brancas é um sexo mais dócil, mais romântico, mais harmônico, uma coisa mais frágil, mais inocente. Surge, então, uma classificação no pornô gay que é chamada de "twinks". Os "twinks" são homens brancos, jovens, sem pelo algum, magrinhos, sem músculos, que aparentam ser o mais jovem possível. Eu trouxe umas imagens deles aqui. É exatamente isso daqui. No pornô "twink" tem uma coisa meio doentia que se chama "pornô lollipop". O que é pornô "lollipop": tu pega os homens aparentemente infantis e tu veste eles como crianças e dão pirulitos para eles chuparem. Eles interagem entre eles ou senão, às vezes, chega um homem para interagir com eles. Então é sempre eles entre eles [reproduzindo inocência] como uma brincadeira de amigos ou alguém bem mais velho para "brincar" com eles. Essa questão da infantilização de pornô... Esse aqui é um ator de pornô gay e quando ele foi contratado, com 20 anos, ele parecia uma criança e a produtora contratou ele para isso. Para ele fazer sexo com homens

mais velhos aparentando ser um adolescente. Dentro dessa categoria de “twinks” tem essa categoria de jovens magros, sem pelos e com feições infantis. A questão da pedofilia mostra quem mais consome a pornografia twinks e “teen” são homens com mais de 40 anos. Eles consomem essa infantilidade. Isso que está na mente deles se materializa no pornô. É doentio. Aqui mostra um artigo [científico] feito aqui no Brasil que traz a questão de que no Brasil o pornô gay mais acessado é o interracial. Que é uma busca pela miscigenação no pornô. É sempre um branco com um negro. Também existe a reprodução do “homem de verdade” que “perde” toda a masculinidade dele por dar a bunda. O autor coloca, então, a bunda como significado de masculinidade dentro do pornô gay brasileiro. Tu perde tua masculinidade a partir do momento que tu te submete a dar a tua bunda. E é isso.

- Professora: Então pessoal, assim: reforçando os que trouxeram algum material escrito me entreguem. Os que não trouxeram vocês tem que trazer até semana que vem. Se por algum motivo não conseguirem, me mandem por e-mail. Todo mundo tem meu e-mail? Mas, de preferência, se puderem tragam semana que vem. Todo mundo recebeu as regras lá no Moodle, está tudo ok? As regras de como entregar o resumo. Não? Lá Moodle eu coloquei bem em cima avisando dos seminários, dos temas dos seminários, regras da ABNT e um modelo a ser seguido já em Word e numa versão anterior do Word justamente para todos conseguirem acessar. A senha da disciplina é [...]. Semana que vem é a minha última aula e a minha proposta é que a gente traga algo para comer. A gente vai tratar o tema do assédio moral e sexual. Quem quiser formar uma comissão para tratar desses temas na Fadir a gente acerta, ok? Vai ter passado a eleição e a gente pode fazer um lindo projeto. Tá bem? Todo mundo entendeu o que tem que ser feito? Nos vemos semana que vem.

AULA DO DIA 05/06/2019

- Professora: Pessoal, hoje é nosso último dia, tá certo? O tema é importante. Podem começar.

- Aluna A: Hoje a gente vai falar sobre o assédio. No primeiro momento a gente vai falar sobre o assédio e depois vamos falar do assédio nas universidades, moral e sexual. A gente pensa assim, a gente andou pesquisando e lemos algumas coisas e o assédio pode estar nos mínimos detalhes. A gente não pode pensar nisso só para mulher porque também tem para homem, mas quando o assunto é mulher a gente vê mais evidência. E tipo, eu vi assédio sexual, psicológico, moral, todos eles. A gente consegue evidenciar muito bem. Tem as redes sociais, por exemplo. O facebook, o instagram, quantas vezes por dia a gente não vê? Eu achei engraçado uma guria de onze anos que ela falou assim “um dia eu estava passeando na rua e um carro passou e mexeu comigo, na hora eu fiquei feliz porque eu achei que ele me achou bonita”, mas ai ela começou a se dar de conta que era assédio. Então, a gente pensa: nem a gente se dá de conta da falta de respeito com a gente. A gente procurou sobre dados... A cada dez jovens adolescentes mulheres cinco sofrem assédio. 56% de 16 a 24 anos já sofreram assédio sexual. E dai a gente entra na questão... A gente não pode citar nomes

aqui dentro da universidade né. Mas aconteceu uma coisa bem recente na [no curso de] psicologia semana passada. Uma aluna simplesmente estava apresentando trabalho sobre um tema relacionado a isso e um professor falou para ela “tu tem nudes no celular sobre isso? Me mostra”. E ela ficou revoltada e foi para casa. Todo mundo não gostou. Na outra aula, na outra semana que foi semana passada, os alunos todos foram para a aula e falaram assim “tu não vai dar aula e hoje tu vai sentar e vai escutar”. Eles não levaram [o ocorrido] para a coordenação do curso nem nada, eles só falaram “tu vai sentar e tu vai escutar”, ai ele escutou a guria, todas as gurias que se sentiram ofendidas e que falaram para ele. Ele pediu perdão e pediu desculpa, mas a guria sofreu isso dentro da aula e como [o caso] não foi levado para a coordenação, não vai haver um retorno para ela, sabe? E pensa só em tudo que passa na cabeça dessa guria aqui dentro da universidade, agora. Essa falta de respeito com alguém que seria... Como posso explicar? A gente viu que a maioria das pessoas... Essas pessoas [assediadoras] estão acima [hierarquicamente] delas [assediadas] e por estarem por cima a guria tem que ficar quieta e ser submissa. E não é assim.

- Aluna B: Eu vi também, num dos vídeos, que ela falou assim “como é que eu vou falar com o professor pedindo respeito se eu posso precisar dele? Se ele pode me rodar por nota ou por falta? Se ele tem influências dentro da faculdade e contato com outros professores? Eu posso ficar lá [reprovando] no curso inteiro por causa disso, então eu prefiro ficar quieta”. Então, por exemplo, aqui na FURG aconteceu isso e não é, tipo, há tanto tempo atrás, é muito recente. E, aqui na FURG, dentro da Faculdade de Direito, teve um caso em que aconteceu há uns dois anos atrás, de uma conhecida que agora já está formada, que o professor começou a mandar mensagem no WhatsApp para ela. Mandar mensagem, mensagem e mensagem e ela não respondia. Ela chegou um dia e mostrou para as amigas. Mas sabe como é: chegou nos ouvidos dele. E ele foi confrontar ela. E começou, nas aulas, a entregar as chamas e dizer assim para ela “eu sei quem tu é”. E fingia que nada tinha acontecido, mas as notas dela baixando sem motivo, sendo que ela tinha notas maravilhosas antes e não sabia por que estava baixando a ponto de ela quase ir a exame. É errado. [...] Por que não tem maior repercussão nesse assunto? Porque muitas universidades abafam o caso. Muitas. Tu vai, tu leva na coordenadoria, mas é uma pessoa que tem 25 anos, 20 anos, dentro daquela faculdade dando aula, então não vão manchar a imagem dele, né? “É um ótimo professor”. E ai, simplesmente abafa o caso. E o que acontece? Nada. E a guria sai como mentirosa. Pensam que não aconteceu aquilo ali [o assédio], que [o ocorrido] foi interpretado de maneira errada... Tem na UFJF, vários estudantes se reuniram e denunciaram um professor. O caso foi levado para... Não dizia na matéria se se deu a conclusão do caso, mas ele foi levado para a coordenadoria da faculdade e repercutiu bastante, tanto que saiu matéria na internet e no jornal... Saiu no jornal Zona da Mata. Ai, também teve uma pesquisa que dizia que 25% das estudantes das universidades elas foram xingadas ou agredidas por terem rejeitado uma investida. E quantas não tiveram que aceitar? Foram coagidas a aceitar? Porque... Para ganhar uma nota? Para passar? E se não fizer, pode sofrer as consequências disso. Ai elas... Eles perguntaram para elas o que essa pessoa [assediadora] falava e elas falava assim

"assédio é quando ele oferece projeto de pesquisa em troca de sexo". Isso aconteceu. "Assédio é quando ele diz que mulher na universidade é desperdício". Isso aconteceu. "É assédio quando eles silenciam as suas denúncias". E isso aconteceu... Falaram também que em dezembro do ano passado no aniversário da Universidade Federal do Alagoas eles lançaram a primeira cartilha de combate ao assédio moral e sexual. Eles falam disso em 2016. É possível ver que está tendo, nesse assunto, maior repercussão. Mas, ainda... A gente vive numa sociedade paternal e machista e, muitas vezes, não dá em nada. Essa é a conclusão que a gente chega: muitas deixam de denunciar porque não vai dar em nada, por medo, porque ameaçam [elas] e se tu rodar vai ser mais um ano, na cadeira, com aquele professor, mais um ano sendo assediada. Então, muitas vezes tu te presta a fazer coisas que tu nunca faria porque assim tu te livra daquilo. Abala a pessoa em instâncias inimagináveis...

- Aluna A: Sim, foi o que aconteceu ali, né? Essa menina até é bem amiga minha e eu perguntei "tá, por que vocês não buscaram outros recursos? Por que não levaram?" e ela disse "isso não vai dar em nada na universidade, tem várias universidade que isso não dá em nada, a universidade não faz nada". Ai ela disse, "pelo menos ele pediu desculpa, ele pediu perdão". E ele ainda perguntou "semana que vem a gente vai ter aula?". Querendo ou não eles também estão se prejudicando, porque não estão tendo aula por uma atitude do professor. [...] Muito acontecem casos, também, de professores que foram das universidades "pegam" as universitárias. Aconteceu com um professor... Um professor do nosso curso... Com uma aluna. E foi a mesma pessoa do outro caso que eu falei, com outra aluna de anos diferentes e sem relação nenhuma. Ele faz isso, realmente. Não vou falar quem é, mas o pessoal já imagina quem seja.

- Professora: Então nós vamos fazer o seguinte, no caso em relação aos professores da FURG. Os outros a gente pode citar. Mas vamos tomar a seguinte atitude: a proposta é minha de tratar o assédio e eu quero sair daqui com um grupo que vai trabalhar comigo em outro semestre, tá certo? Mas aqui vocês não vão citar [nomes] por que eu não quero enfrentar um processo. Se vocês olharem a divulgação que vai ter na ata de sexta-feira a respeito da pesquisa eleitoral da minha chapa vocês vão ver que eu... Nós perdemos pelo voto de um professor, está certo? E eu espero que se faça... Que todos peguem... Para quem vocês acham que eu perdi? Porque este ano eu denunciei ele e está todo mundo sabendo. Eu venho a anos dizendo "eu não aguento mais, para, eu não aguento mais". A minha chapa ganhou e eu pedi que a comissão mostrasse, não de todas as pessoas porque eles não têm acesso, quem votou. Quantos professores votaram e quantos técnicos votaram. Se vocês... E eu tenho certeza absoluta, ninguém precisa me dizer isso. Nós perdemos com os professores. E por quê? E agora que passou o período em que isso não é motivo eleitoreiro... Isso não tem nada a ver com a eleição. Mas, há anos, nós tivemos uma reunião com esse professor, de um colega, a respeito de fotos que foram enviadas, dele, para todos os nossos e-mails. Eu não abri, não sei, eu não espiei, mas eu fui convocada para essa reunião. E me lembro da minha fala e vou reproduzir aqui para vocês "eu não me envolvo intimamente, afetivamente no sentido sexual, eu tenho vários alunos que tenho profundo afeto, tenho por todos vocês, alguns mais, mas não me envolvo com alunos e alunas

sexualmente, eu não frequento festas de alunos, então, essa reunião não me pertence". E eu disse, à época, que eu não aguento mais esse tipo de coisa. Acho que a gente tem que saber o que aturar no mundo. O que eu quero dizer: eu acho que eu sou bastante afetuosa, aberta e carinhosa com vocês. Vocês podem falar de mim, mas não podem reclamar, o que não significa que eu não sei qual é o meu lugar. E o lugar de aluno e aluna é lugar de aluno e aluna. O lugar de docente é o lugar de docente. Certo? Nós não temos por que ir na festa de vocês, tá? E se vai em alguma festa, sei lá, e vocês estiverem lá porque querem arrecadar, se despedir, de preferência em festa diurna e familiar. Já colaborei com festa sem ir. Porque essas coisas a gente bebe... E vamos falar só da bebida porque ela é legalizada, mas se faz ooooutras coisas que têm no mundo que as pessoas perdem o controle. Vocês nunca me verão perder o controle. Se eu quiser perder o controle nem se quer no trânsito eu fico. Certo? Não é que eu perca... Mas se tiver que fazer, eu vou fazer muito longe daqui. Porque eu creio, isso sou eu, que o papel do docente é algo assim. E, infelizmente para quem não gosta, esta é uma profissão que a gente tem que ter postura. Assim como juízes, juízas, promotores e promotoras, a gente tem que ter postura. Porque determinadas profissões tu está tão no holofote que tem que ser assim, se não cai fora. Cai fora daqui. Por que que eu puxei esse assunto? Justamente porque se repetiu um fato que tinha acontecido ano passado. Certo? A minha aluna, para me preservar, não me encontrou absolutamente nada, pairou na praia. As colegas dela me contaram e eu disse "como assim?" e elas "ué, a senhora não sabe? Tatatá, tatatá, tatatá...". E eu disse "eu? Eu não sei de nada". Gente, eu não tenho face [facebook], alias, vocês podem ver que eu não acesso o face. Eu levo a minha vida privada extremamente íntima. Detesto que entrem na minha vida e detesto entrar na vida alheia. Ai, começaram a me contar e eu disse "como assim? Por que ela não me encontou?" e [elas responderam] "porque é uma pessoa assim, assim e para ela preservar a senhora". E eu disse "eu não tenho que ser preservada disso". Essa pessoa quase... Entendeu? Quase entrou em depressão profunda ano passado, inclusive porque não tem apoio dos colegas. Tá certo? Esse professor voltou a repetir o ato esse ano e eu não estava aqui. Estava em Porto Alegre indo para um retiro de final de semana. A minha frase foi, quando eu soube, "segunda-feira, quando eu chegar em casa, eu juro para vocês que acabou". E esse jurar não é para quem eu disse isso, é para mim. Acabou. Eu irei denunciar. Vocês têm ideia do que eu fiz? Porque quando isso se tornar mais fundo do que já está, o pescoço... Porque eu disse para ela "tu vai lá e denuncia e eu vou denunciar em cima da tua denúncia, mas eu quero que tu denunciar". Vocês tem que entender que eu não posso denunciar o assédio de alguém sem a pessoa junto. Eu só posso dizer o que eu sei. Certo? Eu disse "tu entra com o teu, eu entro seguinte, e eu vou mostrar". O meu já passou várias anos, eu também sofri assédio. Foi um assédio sexual, foi violência sexual e depois foi difamação. Tá certo? Eu só tive dois colegas homens que me defenderam, absolutamente nenhuma mulher me ajudou. Me defenderam das acusações morais que ele fazia, não sexual. Ninguém ficou sabendo disso a não ser um colega. Vinte e dois anos depois eu falei que ninguém sabe quem é essa pessoa. Essa pessoa já está aposentada e todas as pessoas contribuem [para a aposentadoria dele] nesse país. Esse tipo de pessoa não pode seguir recebendo. Esse, para trás, está morto. Não

tem como voltar, o passado está morto. Agora, o que está acontecendo agora será resolvido porque eu cansei. E cansei por quê? Em 2017 teve um seminário que era para falar sobre assédio moral e sexual. No meu e-mail, desde então, vocês não fazem a ideia das aberrações que chegam desde o final de 2018 até início de 2019. As minhas respostas têm sido "aguarde... Faz tal coisa, tal coisa e tal coisa e aguarde" e "denuncie, denuncie, denuncie". E quando eu digo que acabou, é porque acabou. Agora, para poder denunciar seja lá quem for...

- Aluna C: E quando tem assédio como é que a gente faz? A gente denúncia o assédio moral? Quando a gente denuncia a denúncia tem que ser fundamentada com provas, né? Ai eu estava vendo que as provas elas podem ser colhidas ou por gravações, mesmo que a pessoa não saiba que tu está gravando, e-mails, mensagens ou testemunhas, porque, em casos de assédio moral ele acontece muitas vezes verbal e naquele espaço, então não tem nada explícito, nada documentado, a não ser por testemunha. O que acontece é que, muitas vezes as pessoas não querem testemunhar.

- Professora: Por medo, mas ai a gente vai chegar... Eu quero fazer uma dinâmica para a gente poder tratar essa temática aqui entre nós. Eu quero perguntar para vocês: alguém aqui conhece o conto do barba azul? Lembra do colégio? Pai contou? Mãe contou? Quem é que tinha pai e mãe que contava conto quando era criança? Ninguém conhece o conto do barba azul? Então tá, eu vou fazer um desafio hoje: vocês vão ler o conto, depois, quando chegarem em casa. Tem algumas versões, a gente pode pegar uma versão alemã ou mais nórdica, mas ele tem um conto básico, podem até procurar no celular se quiserem. Mas eu vou contar ele, rápido, até porque essa não é uma aula de contos. Contos são muito significativos e por que isso? Eu passei anos estudando o Direito e eu escrevi os artigos que eu disse para vocês que escrevi e, esses artigos, de onde eles surgiram? Eles surgiram lá na Europa. Eu fui assediada por um professor lá e denunciei ele, certo? Passei mais de dez anos contando a história. Não foi o da FURG, foi outro. A gente sempre volta a ser assediado de novo. Dizem as estatísticas da ONU que 70% das mulheres somos assediadas e, no mínimo, metade desses 70% volta a ser assediada de novo. Certo? Então vamos pensar assim, eu fui assediada, uma coisa mais violenta e fui assediada de novo com outro. No assédio que aconteceu na Europa por um professor italiano, que eu não chamo de professor, eu chamo ele de Raffaele de Giorgi, eu, quando mudei de universidade para a universidade de Barcelona, os professores estavam falando de assédio no trabalho. Aqui no Brasil ninguém falava sobre isso, em hipótese alguma naquele momento. E o cara divide os trabalhos, né? Coloca outros temas e olha para mim e diz assim "tu vais trabalhar com assédio". E eu fiquei quieta porque esse tema não era um tema usual para nós brasileiros, ainda mais na área jurídica. E eu fiquei, assim, espantada e não consegui dizer nada e tive que fazer aquele trabalho. Me empenhei muito para fazer esse trabalho. Então, para mim foi bastante complicado fazer isso e foi quando eu soube de um caso de assédio que acabou nos tribunais e outros casos europeus. Ai, em algum momento, me comuniquei com o editor da revista aqui do TRT do Rio Grande do Sul e disse para ele que eu tinha dois artigos, um que eu escrevo sobre o caso de assédio que acabou sendo julgado. Tudo tinha que ser pequeno e muito jurídico para as

revistas porque eles estavam dando isso para os juízes para ajudar a darem as suas primeiras sentenças. Certo? Então, na época eu fui obrigada a ler todo o tema do Direito, mas quando a gente fala de assédio a gente fala de comportamentos. E comportamentos a gente vai falar de psicologia, de outras áreas, então foi um grande processo de aprendizado. E eu sempre digo que foi o processo de conseguir entender a mim mesma e por que eu sofri o assédio, está certo? Então eu vou fazer um favor para vocês hoje: eu vou contar um conto que deveria ser contado na escola para todos nós. A gente vai falar desse conto rapidinho para vocês poderem entender o que é o assédio. O conto do barba azul. O barba azul era um homem, vamos dizer assim – contemporaneamente, se a gente fosse pensar nele –, com 40 anos, um homem, bonito, já com alguns começos de cabelo grisalho, forte, potente e o que ele tinha de estranho e que chamava a atenção de todo mundo: ele tinha uma barba azul. A barba era tão clara que os fios ficavam azul. E, ai, claro, se a gente vai olhar uma pessoa com a barba azul, em qualquer momento histórico, a gente está pensando "por que a pessoa tem uma barba azul?", mas ele tinha e era bastante azulada. Essa barba provocava nas pessoas uma certa repulsa. Mas era uma pessoa com muito dinheiro. Ele tinha um castelo com três andares. Rodeavam o castelo jardins maravilhosos. Rodeava a muralha do castelo um rio. Agora vocês imagem: para a população pobre ele era visto como com muito dinheiro e que, sim, provocava bastante temos. Ai, o barba azul conheceu uma família e essa família tinha três filhas. Ele começou a observar essas três meninas, moças de idades muito próximas, mas tinha a mais velha, a do meio e a menor. E vários dias ele foi na casa. Primeiro ele mandou os serviçais dele irem oferecer coisas para a família e a família sempre recusando. Ai, um dia ele resolveu ir lá para conversar com o pai e a mãe dessas meninas e dizer quem ele é e quais intenções ele tinha, que ele gostaria de conhecer elas. E, claro, como ele era um homem, solteiro, quem sabe até desposar uma das filhas. Ele queria, pelo menos, ter esse primeiro acesso, conhecer essas meninas. Ele era uma pessoa que tinha muitas posses e essas meninas iam molhar com conforto. Então, essas meninas precisariam ir para o castelo e a família ficaria, inclusive, muito afastada. Os pais ouviram e disseram que iriam pensar e foi marcada uma data, então, para o serviçal voltar para eles darem a resposta. Então, a resposta foi que assim que a primavera chegasse, que o tempo estivesse mais agradável, que então eles poderiam receber o barba azul. E assim foi, assim a família foi enrolando o barba azul. E os pais guardando – o que era importante para aquela época - as suas virgens. Bom, o que que acaba acontecendo: chega a primavera e ele manda um serviçal que diz que ele [barba azul] gostaria de passar um lindo dia fazendo um piquenique com a família. Isso é muito europeu, nas grandes cidades ir fazer piquenique nos parques nos finais de semana. E, ai, o pai e a mãe debateram a situação e pensaram "bom, efetivamente o que é que tem de mais um piquenique à luz do sol?". Então, marcaram e ele veio e se mostrou lindo e maravilhoso, chegou com cavalos bonitos e arrumados. Ele foi deslumbrante. E eles passam um lindo dia com um banquete que aquela pobre família jamais teria acesso. Ai, as meninas voltaram para casa, a mãe acompanhou, o pai trabalhava, voltaram falando que era tudo muito maravilhoso, o barba azul levou um músico para tocar, tudo aquilo perfeito, né? E, ai, as duas irmãs mais velhas disseram "mas ele tem uma

coisa... aquela barba azul dele, não sei, é meio estranho". Isso [das irmãs terem uma impressão estranha sobre o barba azul] aconteceu várias vezes, em vários passeios. E ele sempre educado, sempre fazendo uma gentileza, sempre levando para um local lindo e diferente porque ele tinha dinheiro para isso. E as duas irmãs mais velhas sempre muito birrentas. E diz a irmã mais nova "ele é muito bonito, aquela barba é estranha, mas ele é tão gentil, tão cavalheiro, vou dar uma chance para ele". E eles decidem casar, é feita, então, toda aquela festa de casamento e tudo que a gente conhece dos contos de fadas. Se casam. Vivem alguns meses juntos e maravilhosos, todas as noites ela dançava com ele. Imaginem os dois dançando pela sala, ela estava vivendo num paraíso. Qual mulher que não quer ter um cavalheiro como esse? Qual de nós não quer isso? Todas nós, né? Bom, o que acontece: ele chega um dia e diz para ela "olha, eu preciso viajar, eu tenho muitos negócios fora daqui e vou ter que fazer uma longa viagem, está certo? E o que eu vou fazer, eu vou pegar as chaves das trezentas salas do castelo". E ela disse "não, meu senhor, obrigado, eu não quero [as chaves], são tuas, porque eu confio em ti". E ele disse "tu és uma moça educada, gentil e inteligente, tu podes ficar com todas as chaves, podes abrir todas as portas, duas por dia, três por dia, podes fazer o que quiseres, tu és dona desse castelo, tu és dona da minha vida e eu tenho toda confiança em ti, eu te amo muito, tanto que tenho apenas uma chave que é diferente, essa aqui". Ai ele mostra, bem pequena e diz "só a chave que abre a porta dessa sala é a única que tu não pode usar" e a moça pergunta "que sala é essa?". E ele responde "para que que eu vou te dizer, se o castelo tem outras trezentas salas? Eu tenho certeza que quando tu achar essa porta, tu não vais usar, porque tu me amas, não amas? Quem ama não faz o que a gente pede?". E ela diz "está bem meu amo". E ele disse "eu vou te dizer mais: traz a tua família, teu pai, tua mãe, tuas irmãs, não sentes saudades delas depois de tanto tempo só junto comigo?". E depois, disse amorosamente "traga eles e nem sentirás a minha falta". Então, ele saiu de viagem e no outro dia a moça chama a família, amigos e pá pá pá e um dia, lá, está com as irmãs mais velhas e diz "olha só, eu não sei por que vocês são tão ruins com o meu esposo, ele deixou todas as chaves do castelo e podemos abrir, usar, entrar e fazermos o que quisermos". E essas moças abrem, dias após dias, todas as salas. Encontram bibliotecas deslumbrantes, né, porque os livros não eram acessíveis, e assim por diante. Entram em lugares com vinho, barris de vinho, barris de oliva. Uma sala tem joias e ouro por tudo que é lugar. Uma com roupas maravilhosas e ela diz "vocês podem pegar o que vocês quiserem, ele disse que vocês podem dar para quem quiser". Ai uma delas diz assim "alguém quer fazer uma brincadeira, já que nós somos irmãs? A gente pode tentar descobrir qual é a sala dessa última chave". E todas disseram "vamos". Quem não gosta de investigar os segredinhos? Elas vão saindo para ver qual que é esse segredo. Olham todas as salas do castelo e uma delas diz "como que não tem mais nenhuma sala? A gente já viu tudo?" E uma delas diz "não, ainda tem essa portinha aqui, que vai para baixo". A porta ia para um calabouço. Então, vão as três lá, se arrastando e chegam lá e tem uma portinha pequena, bem pequena, menor que elas, para caber aquela chave bem pequena. Uma dá um grito porque viu um rato, outra se assusta e diz "que cheiro ruim por aqui, acho que a gente

deveria subir". Mas elas decidem ver o que é. Colocam a chave e a chave abre a porta. O que que tem dentro? Quem se arrisca a dizer?

- Aluno D: Alguém morto.

- Professora: Só isso?

- Aluna E: Uma sala cheia de mulheres mortas.

- Professora: Mulheres mortas? Mais.

- Aluna F: Eu acho que não tem nada lá.

- Professora: Não tem nada? Bom... É um quarto que tem muitos corpos de homens e mulheres.

- Aluna E: De todos que abriram a portinha.

- Professora: Todas que abriram a portinha... Gente, todo mundo contava esses contos antigamente. Se a gente ouvisse, a gente saberia... Hoje em dia é tudo copia e cola. Nada é orginal. Mas estava todo mundo morto. O que que ele fazia e como é que ele matava? Matava aos poucos, torturava e deixava aquelas pessoas ali, secando o cadáver. Chega o barba azul. O que acontece, antes dele chegar? As moças saem correndo, berrando, as três ficaram histéricas. Quando ela olha a chave, a chave sangra sem parar. Ela coloca no bolso e o vestido todo, lindo, maravilhoso, com rendas e pedras maravilhosas fica manchado. Queimaram o vestido, tentaram eliminar o sangue e a chave nunca para de sangrar. Chega o barba azul e ela [a esposa] entrega 299 chaves, menos aquela pequena. E ele pergunta "e a chave pequena?". E ela diz "meu amo senhor, perdi a chave". O que ele faz? No ato? Surta. Surta. Agarra ela dos cabelos e diz "vais morrer, porque abrisse a sala, me desobedecesse, fizesse o que não poderia ser feito". Ai ele desce com ela no terceiro andar, puxando ela pelos cabelos e ela gritando, berrando, e ela, em algum momento pensa e fala "está bem, já que é o que eu mereço porque te desobedeci, pelo menos me dá meia hora para rezar e pedir para entregar minha alma para Deus". E ele, então, libera ela e ela sai berrando e chama os irmãos berrando pelo castelo, para que eles ouvissem além da muralha. Eu não contei para vocês, mas ela tinha irmãos. E ele [barba azul] diz que mataria as irmãs dela também porque entraram com ela. Ele sai correndo pelo castelo atrás dela e ela corre feito louca, desesperada. E o que acontece? Os irmãos entram a tempo, antes que ele a mate, e acabam com a vida do barba azul. O que que tem de interessante no conto do barba azul? Com o que a gente vem falando desde sempre? Quem é o barba azul? Ele é um homem, heterossexual neste caso, isso não acontece entre homens? Acontece. Isso pode acontecer duma mulher com um homem? Pode. Matematicamente, do último ao primeiro dos dados, vão diminuindo. As maiores vítimas de assédio são as mulheres, mas não significa que os homens também não sejam. Quem é a figura do barba azul? Um predador. Um predador. Quem são os predadores? Pessoas que querem roubar de outras pessoas o quê? A vida. E elas roubam isso de distintas formas e, muitas delas, sofisticadas. Como ele rouba a vida? Ele dá coisas para ela, ele compra, encanta, usa o conhecimento, sabe falar bem, e o que

acontece: ele vai enredando essas pessoas. Ganhando confiança, elas vão se abrindo. No primeiro momento ele tentou ter acesso a casa. Quem é que disse que ele parecia estranho? As duas irmãs mais velhas. O que é esse parecer para nós mulheres?

- Aluna G: Um sexto sentido?

- Professora: O sexto sentido. O que que nos roubaram? O que que o patriarcado nos rouba? O sexto sentido. Toda mulher que usava o sexto sentido, durante muito tempo, era acusada de bruxaria. Por que que nos acusaram de bruxaria e por que que nós nascemos, anos 60, 90, 2000, sem nos lembrarmos disso? Porque nos tiraram a única possibilidade de nós mulheres, e que serve também para vocês homens, de nos saber preservar. A única coisa que nos preserva vivos é a nossa intuição. Há anos atrás – não vou dizer nomes – aconteceu uma coisa aqui na FURG e eu disse para três colegas "essa pessoa não me inspira confiança". Eu não sei da vida dele, eu não sei da vida de ninguém aqui. Certo? Não é porque não tinha internet. Quando a gente tinha, tinha telefone e ai acabava o meio de comunicação. Eu disse "essa pessoa não me inspira confiança". E é porque era. Não era homem. Era uma braba azul mulher. E um colega olhou para mim e disse "já vai começar, tu, com esse ciúmes de mulher". Alguém já ouviu essa frase? Quando algo dentro de nós mulheres é muito mais intuitivo que dentro de vocês homens, quem é bom, quem não é predador... Quando nós mulheres, algo em nós nos diz "não inspira confiança" me arrepia, me dá uma coisa, a melhor coisa a fazer é: correr, me afastar. Porque eu posso não ter nenhum irmão para me salvar. Eu posso morrer sozinha. Quem tem irmão que pode ajudar, um amigo que pode ajudar, pode até fazer essa paquera. Mas a intuição existe em nós como existe em qualquer animal para nos manter vivo. Quando ela berra dentro de ti respeita o que ela está dizendo. Não queira mal à outra pessoa, não diga nada contra ela. Eu só disse a única e exclusiva frase "algo não me inspira confiança", exatos dez dias depois essa mesma pessoa nos traiu violentamente. E eu me lembro daqueles três [dizendo] assim "ah, tu nos avisou". E eu disse "eu não avisei nada, quem avisou foi algo dentro de mim. Eu disse e vocês não me ouviram". Toda vez que tem uma coisa batendo dentro da gente, seja lá o que for, recuem. No caso do professor italiano, o dia que ele chegou na estação de trem para me buscar eu já conhecia ele. Eu já conheci ele aqui no Brasil, inclusive. Ele recebi na minha casa, eu era casada. Ai o predador não preda porque tu está com alguém, né? Eu me lembro que eu olhei para ele e tive uma sensação horrível no corpo, uma ânsia de vômito imensa, e eu disse assim "o que que eu comi? Eu não comi nada, por que eu estou tendo isso?" E ele disse "desse ser efeito da viagem". Trem, né. Algo que engana. Aquele dia o meu corpo disse "o predador está aqui e ele vai te comer". E eu não escutei. E ele tentou me comer. Botou as mãos dele, nojentas, que passou em todos os lugares que ele podia, usou o poder dele de italiano para me mostrar que eu era brasileira e que tudo que é brasileiro é safado e que para nós tanto faz dar. Que é tão bom dar para um italiano. Eu não dei, mas me custou muito. Sai corrida de lá porque eu não tinha um irmão. Eu conheci a filha de uma diplomata e foi o que salvou o meu corpo, me ajudou a sair de lá. Quando tu é estrangeiro e vai na delegaria é um horror. Por isso que para se lançar num predador a gente tem que ter um

respaldo. E eu pensei, naquela época, “como que eu caio, de novo, nesse conto?”. Já conhecendo o que eu conheci. Sabe por quê? Porque a gente sempre cai de novo, sempre cai na ilusão de que as pessoas são boas. Durante anos eu repetia a frase de um professor do Direito que ele dizia assim “o Direito foi feito para as pessoas boas”. Antes eu via que todo mundo era bom e que, eventualmente, caiam na malha do Direito. Hoje eu vejo tudo muito diferente. Quanto mais capitalista a sociedade é, quanto mais desigual ela é, mais ela é assim. Mas por que o assédio acontece? Porque essa pessoa [assediadora] é frustrada. Porque ela tem “n” problemas psicológicos. Mas o nosso ser sabe disso, percebe isso, sente isso e, ai, por algum momento ele nos encanta, faz uma dança conosco. E, ai, vai acusar nada do que ele tem. O poder [intuitivo] da pessoa não vai funcionar. É o poder do professor para seduzir, é o poder do juiz porque ele tem poder, poder do promotor porque é o que manda. E o que ele rouba da gente? A vida, a energia, nossa vontade de viver, a nossa opinião, o auto respeito. Eu que fui violentada vou dizer para vocês: é um horror sexo violento? É. Mas isso é muito pior do que sexo violento. Ele rouba a tua alma. O predador é o barba azul que chupa, é um vampiro. Ai, a gente se olha no espelho e se odeia, odeia o corpo que tem, odeia o seio que tem, a bunda que tem. Eu tenho um enorme corte aqui porque eu quis tirar seio para nunca mais ser violentada. Só que, na época, o que eu deveria ter feito? Buscar minha alma que foi roubada. A pessoa que faz isso te chupa a alma. Não é só a violência do corpo. Ela leva o que tu tem. E se é assédio moral, ela vai te botar no fim. Vai te dizer que tu é gorda, que tu é magra de mais, que tu é negra, que tu é gay e que gay tem que dar o rabo. Isso é o predador. Estamos em 2019, o novo milênio. Isso tem que acabar. Vocês entendem isso? Por isso que eu tenho dito: mudem. Vocês homens, vocês também estão sujeitos a isso. Não vai ser um homem, por mais parrudo que seja, que vai te dizer. Vai tentar te dizer que tu é menos homens porque tu come menos mulheres que ele, que tu é menos homem porque teu pau é menor do que o dele. Eu disse: nada disso importa, para nós mulheres. Isso é o bom de se preocupar com as mulheres, o que elas acham disso, ou com o companheiro homem. Ai vai ter sempre um barba azul na vida de vocês. Vocês olhem para as pessoas e farejem o barba azul. Em geral em forma masculina, mas também tem mulheres barba azul. Pronto para dar o pulo. Aqui. E tirar o que de mais bonito tem na gente. Quanto tempo depois, quem sofreu algum tipo de violência – e não precisa falar se vocês sofreram – leva para se recuperar? Quanto tempo? Quanto tempo a gente se diminui? Tem gente que se mata por isso. Morrer nas mãos do barba azul é o de menos. O pior é a gente se sentir tão horrível que a gente não quer a própria vida. Quem tem o direito de tirar a vida da gente?... Vocês [podem fazer sua apresentação].

- Aluna H: Nós começamos pesquisando o que seria o assédio. O assédio moral é definido por ações e comportamentos que expõem as vítimas às situações humilhantes ou constrangedoras, como às vezes, o assédio pode ser horizontal entre pessoas de uma mesma posição hierárquica ou vertical, que seria numa posição de ascendência e descendência. Como aqui na universidade, professor e aluno. Já o assédio sexual ele está tipificado em lei no artigo 216-A do Código Penal que diz “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento

sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função". Existe uma divergência bem grande tanto na doutrina quanto na jurisprudência se a condição de professor seria uma posição de ascendência ou superioridade. Vários autores consideram que não. Que essa definição diz respeito aos espaços laborais e que os professores não tem essa relação [laboral] com os alunos. Porém, existem – ainda bem – uma outra vertente que considera que sim, que a condição de professor é de superior hierárquica com ascendente e, logo, o assédio sexual cometido por professor caracteriza, sim, o assédio sexual tipificado no artigo 216-A do Código Penal. Ai a gente trouxe um pouco deste projeto de lei, que é o 4742 de 2001, ele é bem antigo, mas só agora em 2019 é que ele foi avaliado para o assédio moral ser tipificado na legislação. A gente abordou um pouco do assédio na área de ensino. Eu acho que o assédio moral é mais trabalhado, mais punido. Antigamente existem métodos de punição que eram normais, como ajoelhar no milho, olhar para a parede, e diversas outras situações que hoje em dia não é possível imaginar sendo feito de forma natural, mas, mesmo assim, o assédio continua existindo de uma forma inerente. O assédio, infelizmente, está nesses ambientes. Ele pode ser por meio de agressão física, verbal, ameaças, acusação sem provas, como, por exemplo, constranger o aluno dizendo que ele está colando ou que ele plagiou um trabalho. Isso tudo são formas de assédio moral de professor com aluno, além do assédio sexual [que poderá ocorrer]. A jurisprudência a respeito diz que isso é tipificado como crime e, no final, fizemos uma análise mais objetiva desta questão trazendo a questão ética do professor no sentido de que o assédio sexual é crime, deve ser punido, mas também ele tem outras características subjetivas dentro da relação professor com aluno que deveriam ser mais claras e respeitadas. Por exemplo, a gente acredita que não poderia existir o pleno consentimento de um relacionamento entre professor e aluno visto que as duas pessoas não estão numa condição de igualdade naquela relação. Então, como a professora até trouxe numa outra aula que as alunas ofereciam ao professor favores sexuais e o professor, né, deve ter uma postura ética, firma e entender que, mesmo que a aluna venha oferecer, isso não possui um consentimento pleno, não é uma relação de homem e mulher, porque eles estão dentro de uma relação hierárquica, então essa linha não deveria ser ultrapassada. Existem outras situações e locais onde a gente tem uma relação com o professor de maior intimidade, de mais conversas e que, por exemplo, é o ambiente onde ocorre mais assédios. Vocês não me conhecem muito bem, mas eu não sou uma pessoa muito simpática, muito extrovertida, eu não dou muito assunto para ninguém e no EMAJ já ouvi a frase... Um professor veio me fazer massagem no ombro e eu disse "professor, eu não gosto de contato físico", bem direta. Ai ele disse "nossa, deixa eu me esfregar em ti". E eu falei...

- Professora: Esfregar?

- Aluna H: ... "o senhor vá se esfregar na sua esposa". E, depois, ele veio e disse "nossa, deixa eu te assediar, eu sou um velho, tá?" e todo mundo ficou rindo. E eu falei "não, vocês vão testemunhar" e todo mundo disse que era aceitável. Todo mundo disse que não daria em nada e que eu me prejudicaria. Muita gente disse "mas é do jeito dele".

- Aluno I: Se é quem eu estou pensando que é, ele foi afastado do EMAJ justamente por causa disso.

- Professora: Registro geral na ouvidoria da União. Abre ai, vocês que tem celular na mão. E ali pergunta qual é o órgão: é FURG. E vocês recebem um nome e a Maria Rosana tem um prazo para dar uma resposta para vocês. Na ouvidoria geral, a ouvidoria encaminha para a FURG com um protocolo e, a partir dai, tudo que fica ali é registrado. Esse cara que botou a mão em vocês, se vocês botarem o nome ele obrigatoriamente não pode ser falado. Não pode vazar. Eu conheço a Maria Rosana. Você pode botar denunciar anônima ou com nome. Mas pode botar ali e ela tem que dar uma resposta. E se já tem algum caso aberto, tem que encaminhar isso para o caso aberto. E se ela não fizer, do que eu fiz, porque eu fiz a denúncia na ouvidoria, eu vou ao Ministério Público Federal. Eu vou à ONU, ao papa...

- Aluno J: Tem até a opção de denúncia por assédio aqui. Tem assédio moral e sexual.

- Professora: Tem. Se vocês querem ter os fatos solucionados é ai. E o meu nome eu assinei. Eu quero ser ouvida na comissão. Isso não é brincadeira. Não tem como evitar predadores que ganha mais ou o mesmo que eu ganho para não trabalhar. Porque eu vou dizer bem para vocês, num português bem curto e bem grosso: quem trabalha como eu, quem cuida da minha família como eu, não tem tempo de ficar fazendo essas coisas. Eu não tenho tempo, eu não vejo página pornográfica, primeiro porque não veria e segundo porque não tenho tempo. Não vivo fofoqueando da vida alheia, eu só trabalho. E o tempo que eu tenho para a minha filha, para o meu pai e para mim e ele é reduzidíssimo. Quem tem tempo para ficar dizendo esse tipo de bagacerada não tem que ganhar salário. Que todo ano este país sustenta. E isso tem que ser aqui e de todos, desde o presidente da república com a bandalheira que diz, tá? Ao mais reles cidadão. Tem que acabar isso em 2019, novo milênio, tá certo? Um dos objetivos do novo milénio é igualdade de gênero. Se não me ouvirem aqui vão me ouvir no Ministério Público Federal, vão me ouvir fora. Porque eu conheço muita gente. Eu vou sapatear. Porque essa chave que está escondida dentro do lugar que se chama Universidade Federal do Rio Grande e que eu venho, há tempos, debatendo isso de “n” formas, essa chave pequena que tira a vida das pessoas, esta todo mundo vai ver. Porque a gente só consegue limpar a podridão quando a gente abre a chave daquele lugar pequeno e vê aquele monte de morto. A gente só consegue limpar a podridão quando a gente olhar para a porcaria que está sendo feita, se não a gente não limpa. Isso serve internamente e isso serve externamente. Eu só consigo me limpar quando eu olhar para mim e pensar “eu vou olhar para mim, vou olhar minha culpa e eu vou pedir perdão para as pessoas”. Aquele professor que ela citou [no caso das alunas do curso de psicologia] pediu perdão. Vai deixar de fazer? Vamos ver. Porque, se não deixar de fazer, vai deixar de fazer. Porque quando bate aqui [no bolso] eu quero ver esses machinhos ou essas determinadas pessoas ficarem de pé. Isso daqui é lugar de respeito e daqui tem que pular para outras instituições. Tem que pular para o Ministério Público, para o Poder Judiciário, ou vocês acham que não chega no meu ouvido? Há anos atrás, quando eu trabalhava de estagiária no TRT e a gente não ganhava bulhufas

de dinheiro nenhum, eu escutei “nunca vai com fulaninho, ele agarra, tu é bonitinha, novinha, com tudo em cima, nunca entra com o desembargador fulano de tal, porque ele agarra”. E eu entrei em pânico porque numa situação eu entrei no elevador, fecha a porta, eu cheia de processos nos braços e me entra aquele homem. Ele agarrava todo mundo no elevador. Eu não podia fazer nada, porque eu sou da geração que se tu fizer qualquer coisa é um absurdo. E ainda está se reproduzindo. O que é o caso do Neymar? Se a moça quer ganhar dinheiro ou não quer ganhar dinheiro, eu não sei. Só que esse rapaz todo mundo sabe que tem um problema. Tá certo? Todo mundo sabe. Não precisa fazer de conta que não é verdade, porque é. É muito fácil ficar pegando um monte de vídeos e ficar divulgando na internet e posando com cara de predador bonzinho. Porque esse predador bonzinho também existe, este é o mundo real. “Ai, eu sou tão bonzinho, eu sou bonzinho, eu sou tão querido, meu pai sonega imposto, não sou eu quem sonega imposto”, isso é o que ele diz na Europa. “Eu não toquei nela, era só uma relação de adulto”. Então eu estou falando para vocês se atentarem quem são os barbas azuis ou as barbas azuis nas vidas de vocês. Está cheio. Isso pode ser um falso amigo, uma falsa amiga, pode ser um tio, uma tia, um primo, tá? Eu tenho certeza que se vocês fecharem os olhos vocês conseguem, em cinco segundos, pensar em cinco pessoas que são predadoras. No mínimo, ou muito mais. Acabou. Aqui dentro da minha casa acabou. Porque eu tenho e trabalho muito e o meu reconhecimento pelo trabalho é zero. Porque quem trabalha não é reconhecido. Eu duvido, se eu morrer aqui ou ali se amanhã eu vou ter algum tipo de mérito. Nenhum. Ou vão lembrar de mim. Alguém vai lembrar da minha existência? Agora, para dar título para “mecretefe” tem, né? Porque esse é o pais do mecretefe. Lá em cima em Brasília eu não faço contato, mas eu vou contar. E eu fico ouvindo vocês e me admiro de vocês. Lá na ouvidoria eu botei a cara, não só na ouvidoria geral da internet, mas na ouvidoria da FURG. Eu disse para a Rosana “não adianta rir baixinho e fazer pipipi, papapá, se lá no mundo real é tatatá, tatatá, tatatá”. Lá no mundo real eu sei o que vai acontecer. E isso tem que acabar. No ano que algumas colegas de vocês fizeram aquelas denúncias, e é o artigo que eu comento, das frases que ouvem em sala de aula eu, ingenuamente, pensei “se fulaninho, beutraninho, vão acabar”. Que nada. Seguem dizendo. Eu levei um artigo para o Conpedi...

- Aluno I: Eles têm orgulho, na verdade, de falar. Que o movimento da FURG não deu em nada. Um deles até se identificou. Nos corredores apontou e disse “olha ai, a minha frase”. Eles têm orgulho. Acham lindo. Até porque a maioria das frases são de pessoas que estão nos cargos mais superiores.

- Professora: Em relação ao professor para quem eu fiz a denúncia, ele foi afastado. Mas isso é só o começo, não vai acabar isso. Por isso, justamente, eu fiquei em segundo na chapa, não quis entrar em cargo administrativo e nunca quis. Eu não quero o cargo, porque eu não quero ter minha voz calada. Eu não preciso de cargo, nunca quis. Poderia ter ido a Brasília quando o Lula assumiu à primeira vez, tive vários convites para entrar em “n” ministérios, e disse a todos eles “um, primeiro, porque eu não quero me corromper e a gente sempre se corrompe quando vai para fazer acordos e eu não sou uma pessoa de acordos. Dois, eu não gosto de política e eu quero ficar no meu lugar para gritar tudo que está errado e isso eu

posso fazer enquanto cidadã. Três, o Lobato sabe e eu disse para ele no início do ano ‘eu vou fazer para vocês os dois, eu vou escrever e vou falar para a ouvidoria da FURG, por enquanto, não me façam berrar’”. Porque o professor Mário, que eu não posso chamar de professor, assediou uma aluna minha ano passado. Essa menina não teve o apoio de vocês, vários ficaram com medo e ela entrou em depressão. Era dessa que tu estava falando?

- Aluno I: Não, é outra. É mais uma.

- Professora: Mais uma? Então essa “mais uma”, se já saiu da FURG, façam o favor de inscrever lá. Porque se já está fora aqui não pode mais. “Ah, mas depois eu não vou entrar no mestrado”. Tu entra. Por competência, por mérito, tu entra. Não é por uma denúncia tua lá. Agora, não me deixem sozinha quem não gosta desse tipo de coisa. Porque eu sou a única professora que tem coragem. Vocês ainda vão ir embora e eu vou continuar aqui. E se esse “mecretefe” que tá no governo me larga uma obrigatoriedade [alteração previdenciária] eu ainda vou ter 14 ou 15 anos aqui dentro. Vocês me imagem. Porque o predador volta e volta armado com outros predadores como ele. E o Mário, perto de outros que tem aqui, é fichinha. Porque eu sei quem eles são.

- Aluna J: Eu acho que o assédio sexual, ele é... Eu acho que a gente acaba... Isso acontece muito. Agora, no terceiro ano tem um professor que você não pode fazer nenhuma pergunta que ele já responde “isso está no Moodle”. Ele não responde a pergunta. Mas ele é pago para isso, ele é pago para responder. E eu acho que ele não pode fazer isso. Agora, ele não dá aulas praticamente, quem dá aula é o mestrando que é muito melhor que ele. Só que agora só tem matéria dele em agosto, dia 22 de agosto, até lá ninguém sabe o que fazer e ninguém pode perguntar, porque ele humilha os alunos se perguntar. Então, eu ia perguntar: é só isso que a gente pode fazer? Tem um advogado do crime que vai no cartório da 2ª vara criminal que ele assedia todo mundo. Todo mundo sabe e ninguém faz nada com aquele velho nojento. Uma vez aconteceu dele me pedir um processo, só que ele sempre fala cochichando. Ele se debruça por cima do balcão, só falta ir até a mesa da gente. E ele veio para me dar o processo e na hora que eu fui pegar ele tentou puxar a minha mão e eu puxei discretamente. Depois avisei minha chefe que se um dia ele me tocar de novo ele vai tomar um tapa. Porque eu não vou pensar. E eu vou perder meu emprego, porque é assim que funciona.

- Professora: tem que ir na OAB falar e provavelmente alguém já falou. Todo mundo acha que não vai dar [resultado], mas façam para mostrar a boa intenção de vocês. Nós mulheres, infelizmente, temos que mostrar nossa boa intenção dizendo que a gente não quer dinheiro, que a gente quer justiça. Então, reclama aqui, reclama na OAB. Não resolveu o problema? Agora, então, Judicial. Cadê o juiz ou quem supostamente manda aqui? Não tem câmeras nesse lugar? Não estava filmando? Na vara não tem? Usa o celular, é bom filmar.

- Aluna J: Ele continua falando cochichando, eu faço ele gritar, eu atendo ele de longe, não chego mais perto do balcão, só que eu sei que quase ninguém tem a reação que eu tenho. Tem gente que trava. Muita gente trava e tem gente que ele chega e beija, entendeu?

- Professora: Está bem na hora de vocês começarem a processar o poder judicial estadual e federal gente. Juiz ganha tanto dinheiro, vocês estão trabalhando feito condenados e ainda estão passando por isso sem proteção no trabalho? Comecem a mostrar a casa. Qual é a obrigação do órgão? Meio ambiente de trabalho equilibrado e seguro. Se não estão proporcionando um lugar de segurança, vocês têm que cobrar. Há muito tempo atrás um grupo de mulheres deram um excelente exemplo: cansadas dos maridos que viviam em greve e começaram a fazer greve de sexo. Entende? Ou vocês não conhecem greve? Estagiário não pode fazer greve? Usem o termo manifestação, o termo que vocês quiserem. [...] Vou contar do Rafaelle di Giorgi para vocês, tá? Curitiba, 2013. Uma pessoa, um grande amigo meu, Paulo, professor da Universidade Federal do Paraná e que também foi nosso professor aqui. Quando eu cheguei no Conpedi, que não divulgou o nome das pessoas – não sei o que aconteceu com a página -, cheguei em Porto Alegre, fui para Curitiba e cheguei com tantas outras pessoas lá. Ai, saímos para jantar e conversamos e, ele [Paulo] já sabendo, não me contou que o cara [Rafaelle] estava lá. Ai a gente saiu, eu tomei um vinhozinho porque estava fresquinho. Ai ele [Paulo] foi levar uma colega num hotel e eu em outro, porque ficamos em hotéis separados. Ai caiu uma folha e eu olhei a folha e tinha um nome, o último nome relacionado a uma palestra, e eu só escuto um grito "aaaah, não é para tu pegar isso, não sei o quê" e eu fiquei parada olhando e disse para ele "me larga no hotel agora que eu to indo embora". E ele "como que tu está indo embora?" e eu disse "eu vou embora, eu vou embora". E ele disse "para, eu vou deixar todo mundo no hotel e depois nós vamos conversar". Ele disse "há anos eu sei deste caso, tu te lembra da última frase que tu disse para o Rafaelle quando tu estava na Itália?". Ele [Rafaelle] gritou que eu era puta. Vocês sabem o que é uma pessoa gritar, na frente de um monte de gente, que tu é puta? Sem tu ter dado? E mesmo se eu tivesse dado eu não seria puta. Vocês sabem o que é isso? Ele pegou os papeis que precisava assinar, cinco folhos que eu escrevi como sendo ele para poder ir embora dali, ele atirou na minha cara. E berrava "sua puta, puuuuta". Eu me levantei, peguei todos os papeis e na saída, na porta, me viro e volto e disse "um dia, um dia, quando eu estiver na minha terra, no Brasil, eu volto a me encontrar contigo, aguarda esse dia, tu vai engolir o que tu está dizendo" e sai. Eu tremia inteira, eu disse aquilo porque eu tinha tanta raiva dentro de mim que foi a única coisa que eu podia dizer. E esse dia chegou em Porto Alegre, quatro anos antes de 2013. O que eu fiz? Me convidaram para ser palestrante e me botaram na mesma mesa que ele? O que eu fiz? Inventei que tinha me operado, que estava doente e que não podia ir. Não fui ao evento porque não queria ver ele. Ai o meu amigo me dizia "tu tem que enfrentar" e eu dizia "não quero ver esse homem nunca na minha vida, não sei porque eu disse aquilo". Em 2013 a vida me deu a segunda oportunidade de acertar contas. E para que serve todo o discurso para os alunos se na H eu estou dando para trás? Eu disse "não vou conseguir" e ele disse "tu vai, tu vai falar, o mundo que se exploda, tu vai falar" e eu fui. [...] O professor Hector e a esposa dele estavam lá e viram isso. Ele [Rafaelle] deu um discurso longo e bonito sobre o lugar das mulheres nesse novo milênio. Quando abrem o espaço para perguntas me deram o microfone. E eu estou sentado lá no fundo. E o que eu disse para ele foi "Rafaelle Di Giorgi, me conheces?". O que vocês

acham que o predador disse? “Acho que sim, me lembro, poderias me aclarar?”. E o que que eu disse? “Então vou te aclarar, Rafaelle. Mas antes, vou falar com vocês da plateia e vou virar de costas para a mesa, então peço perdão aos demais professores da mesa”. E virei para a plateia e disse “o que eu vou falar não diz respeito a vocês, diz respeito à minha vida. Há trezes anos de sofrimento calado. Há treze anos de dor interna. Eu denunciei ele há 13 anos, quando eu travessei o oceano para ir fazer um doutorado com ele, cheia de esperança, imaginando que a Europa é linda e que tudo é bom”. Então eu disse “eu só pensei coisas boas dessa pessoa que se chama Rafaelle, mas eu vou contar para vocês o que ele fez: ele me assediou. Ele pegou as mãos dele e passou em todos os lugares do meu corpo sem a minha permissão. Ele usou a cátedra dele para dizer que eu precisava dele para estar dentro do programa de doutorado. E eu fugi de lá para a cidade de Barcelona, passei meses acordada de madrugada chorando”. Eu não tinha dinheiro para pagar psicólogo e nem psiquiatra. Eu aguentei no tranco, porque eu jurei que não iria voltar para a minha universidade sem o título de doutora. “Ele mente, ele não pode ter título nem de professor, nem de doutor, por isso que ele é o Rafaelle”. Ai eu me viro para ele e digo “olha, eu peço desculpas a vocês que estão ouvindo isso desnecessariamente, mas eu tenho que acertar contas com ele para poder ser pessoa, para poder brilhar, para poder estar bem comigo”. E então eu me voltei para ele e disse “te lembras, então, quem eu sou? Rafaelle, eu sou Sheila Stolz, a que assediasse. A que fugiu correndo. A que fez um acordo contigo de que não iria falar para tu assinar os papéis que eu precisava levar para a minha universidade e para não ter que voltar. E eu te disse que não iria falar, naquele momento, mas eu também te disse, depois que me chamasse de puta e de vagabunda brasileira, quando falasse que todas as brasileiras são vagabundas... Vocês estão entendendo, plateia? Nós, brasileiras, somos todas vagabundas para o professor italiano. Sexo para nós é a coisa mais fácil, a gente dá com vontade ou sem vontade, isso ele me disse. E o que eu te disse? Não te dei e não te daria, mas um dia quando tu fores no meu país onde eu sou cidadã, eu vou acertar as contas contigo. Esse dia chegou, acertei, estou contando para todo mundo que tu é um assediador. Um covarde, preconceituoso. Que tu faz mal aos alunos. Boa noite a todos, estou saindo” e fui embora. A plateia pegou fogo. Ai um professor da mesa começou a gritar e sugeriu quem era aquele ser nefasto que ninguém sabia e que ele não podia estar ali. Ai quando ele disse que eu não podia ir ali falar de tudo isso, vocês imaginam o que foram as mulheres da plateia. E o que eu posso dizer para vocês? Quando eu disse que o que eu ia falar me doía muito, é como se as pessoas me olhassem e dissesse “fala”. E quando eu falei, tinha uma energia naquele lugar que era impressionante. Quando eu saí dali, vocês não tem ideia de como eu estava. Teve gente que contou situações com outras pessoas. [...]